



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



<b>FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2</b>	
<b>Nome da Pasta</b>	CNBB_102.4
<b>Autor/Instituição</b>	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
<b>Número de Documentos</b>	1
<b>Quantidade e tipo de documentação</b>	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 129
<b>Dia/ Mês/Ano</b>	1983-1985
<b>Formato</b>	Ofício
<b>Resumo</b>	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1983-1985, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Este conjunto documental contempla reportagens sobre declarações da CNBB, de Bispos, e algumas notícias sobre a fome e miséria no país. Além disso, há trechos sobre as Campanhas da Fraternidade.
<b>Palavras-Chave</b>	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



<b>Notas explicativas</b>	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.  Lista das páginas em língua estrangeira: 44.
---------------------------	--

80

Bibliothek

CNBB

1983 - 1985

**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.4

Bibliothek

03.10.10



9/04/83

JORNAL DO BRASIL

## CNBB analisa opção de padres diante de alternativas sociais

São Paulo — "O povo cristão, os agentes de pastoral, os seminaristas e padres percebem a coexistência de diversos modelos de Igreja. Na vida pastoral, em certos casos, chega-se ao conflito entre uma visão eclesiológica fortemente conservadora e outra mais claramente empenhada na busca de formas alternativas para a sociedade e para a própria Igreja. Diante desta tensão, emerge a tentação de uma escolha radical, num sentido ou no outro, dentro de uma Igreja local."

O trecho é de um documento preparado pela CNBB e entregue, ontem, aos cerca de 250 bispos que participam da 21ª assembléia-geral da entidade em Itaici, no Município de Indaiatuba, a 100 quilômetros de São Paulo. Esse documento — **Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal no Brasil** — servirá de estudos para os bispos e foi distribuído ontem durante a abertura do Ano Vocacional do Brasil.

### Dualidade

O documento, quando analisa a situação atual da Igreja, ressalta que os agentes de pastoral se defrontam com uma dualidade de exigências por parte dos cristãos, alguns reivindicando uma "efetiva opção pelos pobres e um empenho, também político, em favor dos interesses da maioria da população", e outros "exigem uma Igreja espiritual que procure amenizar ou aliviar as tensões sociais através da caridade e da religião". No entanto, segundo o documento, a maioria dos cristãos procura "uma síntese entre as diversas tendências".

Em um levantamento realizado entre os padres, pela Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e pela Organização de Seminários e Institutos Filosóficos-Teológicos do Brasil (OSIB), a CNBB concluiu, segundo consta no documento, que cristãos de diversas classes sociais "esperam que os padres estejam mais próximos dos leigos, que convivam mais com o cristão comum ou com a gente do povo, que experimentem mais "o outro lado da vida".

Ao analisar a situação da sociedade, o documento enumera as mudanças estruturais na economia brasileira que tornaram o país a nona potência industrial do mundo e o terceiro em produção de alimentos, mas "não conseguiu erradicar a fome e diminuir sua dependência". Fala sobre as mudanças na ocupação da população, no aumento da renda, nas mudanças culturais e religiosas.

### D Eugênio teme que a escolha seja parcial

O temor de que a opção preferencial pelos pobres se torne "exclusiva e excludente" foi reafirmado, ontem, pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales, em entrevista, alertando que esta opção deve ser "evangélica", abrangendo "todos os pobres em qualquer sentido de pobre, material e espiritual".

Esta posição levou o secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida a destacar: "Pode ser que alguém entenda mal a opção pelos pobres, mas nós faremos o possível para que entendam bem". Para Dom Luciano, o risco de a opção pelos pobres se tornar exclusiva não "está na própria opção, está no modo de entendê-la". O Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, não quis comentar o assunto, argumentando que ele deveria ser explicado pelo próprio Dom Eugênio.

### Riscos da opção

Para Dom Eugênio Sales, pobres "são todos, ricos ou desprovidos de bens e fortuna, que necessitam da riqueza de Deus". Lembrou que esta é "a grande visão teológica" sobre o assunto, visão com a qual, segundo ele, o próprio Papa João Paulo II concorda e que foi levantada durante a assembléia dos bispos latino-americanos realizada em Puebla, no México. O arcebispo do Rio de Janeiro reafirmou que há posições no clero brasileiro que levam a opção pelos pobres ao radicalismo.

O bispo auxiliar de São Paulo e membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, Dom Antônio Celso Queirós, concorda que existe o risco de uma pessoa ou grupos de pessoas deformarem a opção preferencial pelos pobres, mas garante que não há riscos de a Igreja deformar esta opção, porque a escolha não significa que "vamos trabalhar com os pobres e deixar os outros, já que nela há todo um sentido evangélico".

— Risco há em tudo — considerou o bispo auxiliar de Salvador, Dom Ângelo Salvador. Segundo ele, as "circunstâncias particulares e modos diferentes de interpretar a opção pelos pobres" podem trazer algum risco.

O Arcebispo de Botucatu (SP), Dom Vicente Zioni, confessou seu temor "quando carregamos demais nesta opção preferencial pelos pobres", porque, se a opção se tornar exclusiva, pode levar a Igreja a dividir os fiéis e "afinal não somos mais pastores como deveríamos ser".

Dom Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda (RJ), salientou que essa opção deve ser assumida por todos, "mesmo por aqueles da classe média, que são ricos e querem pertencer à Igreja". Para ele, na hora em que todos optarem pelo pobre "é que não se exclui ninguém".

### "Magnificat" condenou padre francês

Brasília — O Magnificat, cântico bíblico que expressa a gratidão de Maria pelo cumprimento das promessas do Antigo Testamento, foi arrolado como um dos cantos contestatórios que serviram de argumentação e prova para condenar os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, a 10 e 8 anos de prisão, respectivamente.

Transcrito pelo Ministro revisor Antônio Carlos de Seixas Teles, como subversivo, o Cântico de Natal não passa do Magnificat do Evangelho de São Lucas, capítulo 1, versículos 46 e 55. Esses esclarecimentos constam do recurso apresentado pelos advogados dos sacerdotes apresentado ao Superior Tribunal Militar.

Os advogados juntaram ainda ao recurso, certidão da Justiça de São Paulo com vista a comprovar que o morto na emboscada que teria sido incitada pelos padres — Luís Antônio dos Santos — era um pistoleiro, foragido, embora na ocasião estivesse em companhia da Polícia Federal e dos técnicos da Getat (Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins).

# Indefinição marca eleições para a CNBB em Itaici

Ana Maria Tahan

São Paulo — Vários nomes e muita indefinição: são estes os principais fatores que identificam o clima em que os cerca de 250 bispos, que se reúnem em Itaici, irão eleger, a partir de amanhã, os próximos dirigentes — presidente, vice-presidente e secretário-geral — da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A reeleição de D Ivo Lorscheiter para a presidência, defendida pela ala progressista — entre eles o Cardeal de São Paulo, D Paulo Evaristo Arns — e que parecia contar com o apoio da maioria do episcopado, está ameaçada por uma articulação dos bispos mais conservadores, liderados pelo Arcebispo de Aracaju, D Luciano Cabral Duarte. Os conservadores querem levar para o cargo o atual Secretário-Geral da entidade, D Luciano Mendes de Almeida, revelaram bispos e assessores da CNBB. A assembleia se realiza a portas fechadas e nenhum bispo admite falar oficialmente sobre as divisões.

## ARTICULAÇÃO

A articulação dos conservadores, de acordo com o argumento dos mesmos bispos e assessores, tem como principal interesse tirar da disputa a figura de D Ivo que, apesar de respeitado pelo seu trabalho, é considerado "progressista demais". D Luciano Mendes de Almeida, ao contrário, é um nome com trânsito e relacionamento em todas as tendências do episcopado nacional. Uma indicação da diferença de aceitação dos dois nomes pelo episcopado está nos resultados da última eleição para a presidência da CNBB. Em 1979, D Luciano foi eleito Secretário-Geral em primeiro escrutínio, em maioria absoluta, enquanto D Ivo só conseguiu se eleger presidente na terceira votação.

A possibilidade de reeleição de D Ivo não pode ser descartada, asseguram os assessores da CNBB, principalmente após a avaliação positiva que os bispos fizeram, nos primeiros dias da assembleia, da linha pastoral seguida pela CNBB nos últimos quatro anos.

D Ivo é considerado, por grande parte dos bispos, indispensável à entidade, pois a conhece profundamente (foi secretário-geral durante oito anos, antes de ser eleito presidente), tem bom relacionamento com o episcopado latino-americano e tem trânsito no Vaticano.

D Luciano Mendes de Almeida é visto como uma pessoa de profunda espiritualidade, consciente da realidade nacional, com grande capacidade de trabalho (costuma dormir apenas cinco horas por noite) e de uma "bondade infinita". Mas alguns membros da CNBB comentaram que, contra ele, pesa, no Vaticano, a visão de ser ainda um *giovannotto*, uma pessoa que precisa adquirir maior experiência para assumir o cargo de presidente da CNBB.

Com a introdução do sistema de prévias por cargos, nas eleições deste ano (cada bispo indica três nomes para cada cargo, e, após a apuração da prévia, se realiza a votação definitiva), a tendência é que a disputa se acabe restringindo aos três primeiros nomes mais votados. Entre estes, surgirão D Ivo e D Luciano, garantiram vários bispos. Em terceiro lugar, podem aparecer o nome de D Aloísio Lorscheiter, Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, e o de D José Freire Falcão, Arcebispo de Teresina, que foi o candidato dos conservadores, derrotado nas últimas eleições da CNBB.

D Aloísio Lorscheiter foi derrotado nas eleições para a presidência do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), em março último, quando o candidato conservador, D Antônio Quarracino, Bispo de Avellaneda (Argentina), saiu vencedor. D Aloísio é um outro nome aceito pelas duas tendências da Igreja e tem bom relacionamento com o Papa João Paulo II. Nas urnas, sempre foi bem votado e já presidiu a CNBB durante oito anos.

D José Freire Falcão foi apoiado pelos conservadores em 1979 e um dos argumentos utilizados, na época, a seu favor, era o fato de ser originário do mesmo Estado do Ministro da Justiça, Petrólio Portella, e, por isso, um homem que poderia facilitar o diálogo entre a Igreja e o Governo.

Se a articulação dos conservadores der resultado e D Luciano Mendes de Almeida for eleito para a presidência, abre-se um impasse na Secretaria Geral e alguns nomes já começam a ser levantados: D Antônio Celso Queiroz, Bispo Auxiliar de São Paulo, é membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB; D Celso José Pinto da Silva, Bispo de Vitória da Conquista e ex-Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro; D Benedito Ulho Vieira, Bispo de Uberana (MG) e ex-Auxiliar de São Paulo; e D Albano Cavallin, Bispo Auxiliar de Curitiba.



# CNBB reelege Dom Ivo e Dom Luciano para mais 4 anos

Itaici, SP — Fernando Pereira



Dom Ivo e Dom Luciano continuam presidente e secretário-geral da CNBB por mais 4 anos

## A análise da notícia A vitória do "espírito de corpo"

Ana Maria Tahan

São Paulo — Nunca, nos trinta anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — uma assembleia foi tão tensa e deixou tão claras as divergências entre duas alas da Igreja: de um lado, os conservadores, ou os mais preocupados com o "teocristocentrismo" da Igreja; de outro, os progressistas, que defendem uma linha de atuação mais "antropocêntrica". Nesta 21ª Assembleia-Geral, com a reeleição de Dom Ivo Lorscheiter e de Dom Luciano Mendes de Almeida, prevaleceu, porém, o "espírito de corpo" da instituição, com a manutenção da linha pastoral que vem sendo seguida pela Igreja no Brasil nos últimos doze anos, delineada durante a assembleia do Episcopado Latino-Americano em Medellín (Colômbia), e reafirmada em Puebla, no México.

A tensão dentro do episcopado nacional foi gerada logo no dia de instalação do encontro (dia 6), quando o Arcebispo de Aracaju, Dom Cabral Duarte, da ala conservadora, propôs que os bispos tivessem um tempo longo e privativo para discutirem suas divisões, com o objetivo de tentar superá-las, antes que fosse necessário recorrer à ajuda do Papa. Sua proposta foi aprovada pela maioria dos participantes, apesar de alguns reconhecerem que ela poderia ser uma estratégia de Dom Cabral Duarte para garantir um espaço maior aos conservadores na Assembleia, já que esta tendência não possuía um nome forte para concorrer aos principais cargos dirigentes da CNBB.

As divisões entre as duas tendências do episcopado não puderam ser contidas nos limites do mosteiro de Itaici. Tornaram-se públicas com a divulgação do documento do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Salles, no qual manifestava o temor de que a opção preferencial pelos pobres se tornasse exclusiva e excludente. Os conservadores se sentiram reforçados com a divulgação e as opiniões de Dom Eugênio e resolveram, então, que era hora de montar uma chapa própria que disputasse os principais cargos da CNBB.

No primeiro momento, articularam-se em torno da eleição do Secretário-Geral, Dom Luciano Mendes de Almeida, para a presidência, com o objetivo de afastar Dom Ivo Lorscheiter, considerado por eles "muito progressista". A favor de Dom Luciano, os conservadores levantavam sua atuação nos últimos quatro anos, na Secretaria-Geral, onde se portou como "homem do consenso", e que em todos os momentos delicados do relacionamento entre Igreja e Governo assumiu sempre posições firmes, mas, nunca, de conforto.

Enquanto isso, os progressistas constatavam que a avaliação dos últimos quatro anos do trabalho pastoral da CNBB vinha recebendo o apoio da maioria dos 257 bispos que participam da Assembleia Geral. Começaram a trabalhar, abertamente,



## Política em Itaici

As eleições para a nova diretoria da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — em Itaici proporcionaram um espetáculo que deve ter deixado intrigados católicos e não católicos. Pois o que devia ser, basicamente, um acontecimento interno da Igreja transformou-se numa decisão crítica (e polêmica) em tudo semelhante à convenção de um Partido político — o que já é em si mesmo significativo.

O tumulto começou depois de uma entrevista de D Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, em que este prelado anunciava a existência de “uma profunda divisão no meio do episcopado brasileiro em torno da Pastoral do Brasil”. Para D Luciano, estaria em formação, no Brasil, uma “igreja popular” semelhante à que já desafia abertamente o Papa na Nicarágua. Esta denúncia veio logo em seguida a uma advertência de D Eugênio Salles, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, quanto ao perigo de que a “opção preferencial pelos pobres” se transforme numa opção exclusiva.

Exagerou D Luciano? O tumulto em Itaici seria indício do que, no dia seguinte, um outro prelado chamou de “sadio pluralismo” no interior da Igreja? Que dizer, então, da abundante bibliografia citada pelo Arcebispo de Aracaju como indício de uma “igreja popular” ao menos em formação?

Essa bibliografia não se encontra nas estantes dos seminários: está em todas as livrarias católicas, e em farta quantidade. Alguns exemplos rápidos — citados por D Luciano — são ilustrativos. Para Frei Leonardo Boff, “a Teologia da Libertação tem privilegiado a análise dialética da realidade social, porque corresponde melhor aos objetivos visados pela fé para a prática cristã”; e Boff sugere logo em seguida “uma utilização não servil do instrumento analítico elaborado pela tradição marxista, desvinculado de seus pressupostos filosóficos”. Frei Clodovis Boff é mais enfático: “Quando eu falo em libertação, entendo concretamente isto: acabar com o sistema de injustiça que é o capitalismo; e libertar-se dele para criar uma nova sociedade: uma sociedade, digamos assim, socialista.” Um outro teólogo da Libertação, Enrique Dussell, publicado “com aprovação eclesiástica”, sugere que, “estrategicamente, o único caminho possível para um desenvolvimento nacional independente é o caminho seguido por Cuba, China, Angola e algum outro país periférico. Nasceremos muito tarde para o capitalismo”.

Há discursos mais longos — e até mais sutis — explicitando a Teologia da Libertação; como o do jesuíta João Batista Libânio publicado recentemente sob o título *O que é Pastoral*. Mesmo essas análises sutis, entretanto, convergem para conclusões fortes: os setores progressistas da Igreja, diz o Padre Libânio, “percebem enfim que a pastoral de fermento, de testemunho, de penetração era insuficiente, porque queria levar uma massa já estragada e que devia ser jogada fora. Não são retoques de embelezamento que se fazem necessários no edifício social, mas transformação profunda”.

Não é preciso muita argúcia, nem demasiada atenção, para saber que essa Igreja feita motor de profundas transformações sociais não é a Igreja que tem sido definida pela longa sucessão dos Bispos de Roma, nem é uma Igreja que se possa em sua consciência desejar; pois uma das características da sociedade moderna é a secularização da política. Duplicar os Partidos políticos — os atuais e os futuros — com um Partido Católico, um Partido da Umbanda, um Partido Protestante seria um retorno (excluída a Umbanda) à França de Catarina de Médicis.

Mas a Teologia da Libertação tem uma confiança messiânica nas suas possibilidades — que é um dos lados por onde ela se assemelha ao marxismo. Quanto à divergência com Roma, já está sendo tratada sem muita cerimônia por alguns bispos brasileiros, como D Aldo Gerna, Bispo de São Mateus, que respondeu a D Luciano afirmando que “não podemos absolutizar qualquer expressãozinha do Papa. Se nós damos autoridade ao Papa em qualquer pronunciamento dele, essa quase infalibilidade, uma adesão em tudo, ele não poderá mais abrir a boca porque deverá controlar tudo, pesar muito bem suas palavras”.

De tudo isto, pode-se concluir ou não pela existência de uma “igreja popular” no Brasil (dependendo de como se interprete o reforço agora enviado pela Diocese de Santo André à “Igreja sandinista”); mas é “tapar o sol com a peneira”, como diz o Arcebispo de Aracaju, negar que existem duas teologias em confronto — a teologia tradicional e a Teologia da Libertação.

Seria pedir demais que este fosse o tema de um debate sério? O problema já existe há longo tempo; e a entrevista de D Luciano limitou-se a oficializá-lo. Mas a reação genérica dos bispos reunidos em Itaici — a julgar pelas manifestações mais importantes — foi a de mencionar um “saudável pluralismo”, a “divergência dentro da unidade”; o que, mais uma vez, é digno de um grande Partido político ao estilo do velho PSD.

Talvez não exista ainda no Brasil uma “igreja popular” — no sentido de que não há rebelião aberta contra a autoridade do Papa e de que as principais lideranças eclesiais ainda mantêm algum controle sobre o seu rebanho. A Teologia da Libertação, entretanto, inconciliável com a teologia tradicional, está “em plena campanha”, para usar outra expressão política. E ocupa alguns postos estratégicos. Pode-se ler com interesse, por exemplo, ao fim do pequeno livro do Padre Libânio, a informação de que o autor, Doutor em Teologia beirando os 50 anos, mudou-se em 1982 para Belo Horizonte, “onde estamos inaugurando um Centro de estudos filosóficos e teológicos para formar todos os jovens jesuítas do Brasil e outros que quiserem frequentá-lo”.

pela reeleição de Dom Ivo para a presidência e de Dom Luciano para a secretaria-geral. Para a vice-presidência, embora preferissem a manutenção de Dom Clemente Isnard, resolveram que ele deveria ser poupado, para não acumular o cargo com a vice-presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano — CELAM — para o qual foi eleito em março.

Os progressistas optaram por apoiar o nome de Dom Benedito Ulhoa Vieira, considerado tão moderado quanto Dom Ivo e Dom Luciano Mendes, mas, como os outros dois, “um moderado de tendência progressista”.

Os conservadores sentiram a perda do terreno e, desordenadamente, partiram para a formação de uma chapa encabeçada por Dom Luciano Cabral Duarte para a presidência e Dom Boaventura Kloppenburg (auxiliar de Salvador-BA), para a secretaria-geral. Depois, substituíram o nome de Dom Cabral Duarte pelo Arcebispo de Aparecida do Norte (SP), Dom Geraldo Penido e, por fim, na noite de ante-onde, se decidiram pela eleição de Dom Eugênio Salles, à revelia do Arcebispo do Rio de Janeiro.

A entrevista de Dom Luciano Cabral Duarte — denunciando a imprensa a divisão do Episcopado e sua impressão de que a Igreja popular já está se delineando no Brasil — acabou por enfraquecer os conservadores. O próprio grupo se dividiu, pois, embora alguns concordem com Dom Cabral Duarte, criticam a forma como vem atuando.

Com a retirada da candidatura de Dom Eugênio — lançada à sua revelia — os progressistas se fortaleceram e os conservadores acabaram derrotados nas eleições.

São Paulo — Dom Ivo Lorscheiter e Dom Luciano Mendes de Almeida foram reeleitos, ontem, presidente e secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para um mandato de quatro anos. A única mudança na atual diretoria foi a substituição do Bispo de Nova Friburgo (RJ), Dom Clemente Isnard, pelo Bispo de Uberaba (MG), Dom Benedito Ulhoa Vieira, na vice-presidência.

Eleito só no terceiro escrutínio (quando bastava a maioria simples), Dom Ivo teve 171 votos dos 257 bispos presentes; Dom Luciano Mendes de Almeida foi reeleito em primeiro escrutínio, por maioria absoluta, com 229 votos; e Dom Benedito Ulhoa, no segundo escrutínio, com 208 votos. O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, teve a segunda maior votação (103 votos contra 150 para Dom Ivo) na prévia para o cargo de presidente, mas alegou razões de ordem “estritamente pessoal” para justificar sua desistência em disputar o cargo.

### Continuidade

Dom Ivo Lorscheiter garantiu, logo após a sua reeleição, que a escolha do seu nome pode ser interpretada como a vontade da maioria dos bispos no sentido da continuidade da linha pastoral da CNBB.

Sobre o relacionamento da Igreja com o Governo nos próximos quatro anos, assegurou: “não temos o que mudar de nossa parte”. afirmou que o diálogo, do ponto-de-vista político, está “bastante facilitado”, mas em relação à questão sócio-econômica “nem sempre haverá coincidências de pontos-de-vistas”.

Dom Luciano Mendes de Almeida, ao falar sobre as perspectivas para a atuação da Igreja no próximo quadriênio, ressaltou “a vontade do episcopado de preservação da evangelização de acordo com o documento de Puebla, com esforço pela libertação integral do homem e da opção preferencial pelos pobres”. Segundo ele, a Igreja dará também atenção ao trabalho pastoral com a juventude e à Pastoral do Trabalho, cuja preocupação central no momento é o desemprego.

Nas questões relativas à economia, a Igreja defenderá as classes marginalizadas, para conseguir que se deixe “progressivamente de lado as metas meramente consumistas e a tentação da política armamentista”, garantiu Dom Luciano Mendes de Almeida.

### Prévias

As prévias — uma para cada cargo (presidente, vice e secretário-geral) — que antecederam, ontem, as eleições para a presidência da CNBB, já indicaram as preferências do episcopado. O sistema de prévias foi introduzido pela primeira vez, este ano, para evitar a polarização dos votos em torno de duas chapas, como ocorria em eleições anteriores, uma apoiada pelos progressistas e outra pelos conservadores. Mas, a prévia para o cargo de presidente não conseguiu evitar a distribuição da maioria dos votos entre dois nomes.

Dom Ivo Lorscheiter foi apoiado pelos progressistas, e Dom Eugênio Salles pelos conservadores. Além desses dois nomes, apareceram na prévia para a presidência Dom Luciano Mendes de Almeida (com 70 votos), Dom Benedito Ulhoa Vieira (45 votos) e Dom Aloísio Lorscheider (21 votos). O Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, líder dos bispos de tendência mais conservadora, recebeu apenas dois votos.

Com a desistência de Dom Eugênio Salles, em disputar a presidência, comunicada formalmente à assembleia, Dom Ivo Lorscheiter recebeu, no primeiro escrutínio — quando precisava de dois terços dos votos — 151 indicações. Dom Luciano Mendes vinha em segundo, com 77 votos, seguido de Dom Benedito Ulhoa Vieira, com 15 votos. No segundo escrutínio, sua votação subiu para 164, contra 73 de Dom Luciano, e, no terceiro escrutínio, atingiu 171 votos contra 70 de Dom Luciano. Dom Eugênio Salles, no terceiro escrutínio, teve dois votos. A eleição de Dom Ivo, em terceiro escrutínio, repetiu os resultados de 1979, quando ele também só se elegeu na terceira votação.

Na prévia para a vice-presidência, Dom Benedito Ulhoa Vieira recebeu 113 votos, contra 109 dados a Dom Clemente Isnard, atual vice-presidente. Dom Luciano Mendes teve 27 votos, seguido do Arcebispo de Terezina, Dom José Freire Falcão, apoiado pelos conservadores, que recebeu 24 votos, o mesmo número do Bispo-Auxiliar de São Paulo, Dom Celso Queiroz. No primeiro escrutínio, a eleição se polarizou em torno de Dom Benedito (com 145 votos) e Dom Clemente (75 votos). Na segunda votação, Dom Benedito foi eleito com 208 votos, contra 37 de Dom Clemente. Dois conservadores foram votados para a vice-presidência: Dom Boaventura Kloppenburg, Bispo-Auxiliar de Salvador, teve dois votos, igual número dado a Dom Freire Falcão. Para a secretaria-geral, a prévia já indicava que Dom Luciano Mendes de Almeida repetiria sua eleição em primeiro escrutínio, como em 1979.

### Análise da situação

O presidente reeleito da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, informou que a entidade poderá entregar ao Governo — ainda não há decisão da Assembleia — um documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), órgão ligado à CNBB, que, ao analisar “a Igreja e o panorama político-social e econômico”, apresenta sugestões para a solução da crise econômica brasileira.

O documento prega a “internalização” da economia brasileira, ou seja, sua volta para o mercado interno, com a recuperação para o Brasil da soberania de sua política econômica. A tese é defendida como uma saída para a atual crise nacional. O documento afirma que “em todos os setores da opinião pública há uma grande erosão da credibilidade oficial”, conseqüência principalmente da maneira pela qual foi conduzida a administração da crise econômica.

O texto do Ibrades foi apresentado aos 257 bispos que participam, em Itaici, da XXI Assembleia-Geral da CNBB, como uma “fonte de informação”, pelo Padre Jose D’Ávila, responsável pelo Instituto. O documento classifica a crise econômica atual como resultado de uma dependência da economia externa que levou o país “a um estado de insolvência”, e garante que todas as medidas adotadas até hoje para a sua solução são “protelatórias” e seus efeitos “se esgotam nas perspectivas mais otimistas até o final do ano”.

“Já não é mais exato dizer que o Brasil desenvolve uma política econômica própria. Sua política econômica consiste em se submeter a imposições do mercado financeiro internacional, mesmo ao preço de hipotecar seus próprios recursos, como é especialmente o caso, por exemplo, do Projeto Carajás” — diz o documento do Ibrades.

### A saída

Ao analisar a saída para a atual crise, o Instituto descarta a possibilidade de aplicação de uma solução “externalista”. Segundo ele, esta solução estaria na manutenção dos compromissos já feitos “pela situação de dependência” a custo de um redobrado esforço de negociações, “visando a protelar os efeitos catastróficos”. A saída “externalista”, para o Ibrades, parece politicamente insustentável porque “nenhum Governo que se afirma democrático terá condições de administrar democraticamente os conflitos que surgirão dos pesados sacrifícios exigidos”.





Em todas as épocas, a Igreja conviveu com teologias audaciosas que às vezes resultavam em cismas — como o do Monge Martinho Lutero. No Brasil de hoje, entretanto, há um contraste surpreendente entre a proliferação de *teólogos*, que escrevem abundantemente, e o que parece ser um absoluto desinteresse da CNBB no que toca às questões de doutrina. O problema levantado por D Luciano foi interpretado por alguns bispos como sendo “manobra dos conservadores para tumultuar a eleição” e impedir a vitória dos progressistas — o que é nivelar definitivamente uma assembléia eclesiástica com uma convenção política.

Em compensação, provocou fortíssima repercussão um texto do Ibrades — órgão ligado à CNBB — onde se analisam a crise da economia brasileira e as fórmulas alternativas para resolvê-la. O texto apresenta uma alternativa *externalista* e dá a sua preferência a uma outra, *internalista*, que exigiria “a introversão da economia, com o país definindo as condições dentro das quais deve honrar seus compromissos”. “Diante da firmeza desta decisão — diz o texto — os próprios credores internacionais a preferem, evidentemente, à desfaçatez de uma moratória total.” O documento foi calorosamente aplaudido pelos presentes à assembléia. Torna-se compreensível que, ante discussão tão transcendental, não tenha sobrado muito tempo para a análise das teses de D Luciano. E, afinal de contas, a reeleição, por mais quatro anos, da atual diretoria da CNBB não prova que está tudo em paz na Igreja do Brasil?

M/4184787

Luciano Mendes de Almeida

## A Campanha da Fraternidade — 1984

*Nas áreas rurais e periferias das grandes cidades, nas pequenas comunidades, nas paróquias e colégios reúnem-se inúmeros grupos para realizarem a Campanha da Fraternidade. Multiplicam-se os gestos simples e concretos de solidariedade. Pela TV e rádio apregoa-se a mensagem do ano: “Para que todos tenham vida.” É a palavra do Cristo, apresentando sua missão (Jo 10,10).*

A Campanha da Fraternidade incentiva atitudes de reconciliação no seio da família, nos grupos de rua, nas comunidades. Cada um procura em seu ambiente e conforme sua condição superar discórdias e ofensas. São pequenos gestos de perdão e fraternidade que vão antecipando e construindo uma nova sociedade.

A Campanha da Fraternidade não é só um esforço de amizade entre os homens.

É a preparação e o anúncio da ressurreição do Cristo. Num mundo sofredor e dividido por conflitos e guerras, pela injustiça e opressão, somos convocados a acreditar na transcendência do amor de Deus para conosco. Diante dos excessos da maldade humana e da intelectualidade da morte requer-se algo mais do que nossa boa vontade. É preciso a certeza de que podemos superar o pecado, o ódio, a vingança e a morte.

Esta é a mensagem de Cristo que veio “para que todos tenham vida e a tenham em plenitude”.

A Campanha da Fraternidade proclama a vida nova que Cristo traz ao mundo. Deus ama os homens e nos oferece perdão e vida eterna para além das lutas fratricidas e das angústias do “Day After”. É esta promessa que fundamenta a esperança bem dentro do drama da vida humana.

A certeza da vida eterna sustenta a coragem de viver e o compromisso histórico por uma sociedade mais solidária e fraterna, segundo o desígnio de Deus. Com efeito, quem acredita na palavra de Deus, na verdade de seu amor, na fraternidade entre os homens, filhos do mesmo pai, é capaz de assumir a tarefa de construir uma nova ordem social que anuncie e antecipe o reino de Deus. A comunhão plena de amor e paz.

Estamos ainda longe da civilização do amor. Numa época de progresso científico tão elevado, é incrível o desrespeito e desprezo à pessoa humana. A Campanha da Fraternidade-84 nos coloca diante desta realidade de injustiça e opressão e nos leva a redescobrir o valor inestimável da vida de cada irmão.

Diante da escalada da ganância e corrupção moral, do aumento de violência, da redução dos valores ao material, da atração pela droga e alcoolismo, da exploração sexual e de tantas formas de opressão, entendemos o apelo da Igreja, que denuncia as forças de morte e se empenha por uma estrutura de vida pessoal e social, segundo a justiça e a fraternidade.

É preciso assegurar a cada pessoa humana o desenvolvimento pleno da vida que de Deus recebe. A vida humana é dom sagrado. É inviolável desde o seu primeiro instante. A criança tem direito de nascer, crescer e realizar-se como pessoa. Temos que buscar uma distribuição mais equitativa da renda. É necessário ultrapassar o sistema econômico concentrador, assegurar a liberdade às populações indígenas, garantir a terra para o lavrador, trabalho para o operário e tudo o que proporcione condições dignas de vida ao nosso povo. É neste contexto que entendemos também o anseio atual de participação popular em todos os níveis da organização social, incluindo o exercício direto e livre do voto.

Mas, todo o esforço de construção da sociedade mais fraterna não se esgota na utopia do bem-estar intramundano. O programa da Campanha da Fraternidade-84 nos projeta para além do pecado e da morte, para a ressurreição do Cristo, para a vida eterna. Somente no encontro definitivo com Deus e na reconciliação entre todos os irmãos é que se realizará a plenitude da vida.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados neste coluna.

15/04/83

JORNAL DO BRASIL  
CIDADE/NACIONAL

## Bispos condenam os EUA pelos gastos com armas

São Paulo — Em carta à Conferência Nacional dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, o episcopado brasileiro lastima "os efeitos desastrosos das economias voltadas para a guerra, quando a realidade e a dignidade de nossos povos exigem atendimento urgente às necessidades básicas, tais como alimentação, saúde, habitação e trabalho". E o episcopado norte-americano está preparando um documento no qual critica a corrida armamentista, a expansão das armas nucleares e os riscos que representam para a paz mundial.

Os bispos do Brasil encorajam seus colegas norte-americanos, "a perseguir a busca da paz, apesar das incompreensões, críticas e sofrimentos que ocorrem e que possam advir dentro da própria comunidade eclesial, ou de pressões exercidas por outras fontes e veiculadas pelos meios de comunicações sociais, nem sempre a serviço da verdade e da paz". Afirmam, ainda, que "com toda a humanidade, partilhemos da preocupação com os efeitos destruidores e arrasadores de uma guerra nuclear".

### Incompreensão

A opção da Igreja brasileira de, a partir dos pobres, "realizar sua obra evangelizadora", deixando de ser uma igreja mais ligada às classes alta e média, desencadeou contra ela difamações, falsificações, incompreensão e perseguição sistemática, denunciou o Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, em um relatório enviado ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e apresentado, ontem, aos bispos brasileiros reunidos em Assembléia-Geral em Itaici.

No documento, Dom Aloísio Lorscheider — que foi reeleito, ontem, delegado da CNBB no Celam — advertiu que, no Brasil, nota-se a tendência de um Estado que quer assumir a tutela da Igreja. Acrescentou que a incompreensão existente a respeito da missão da Igreja leva a que ela seja apresentada "como se estivesse pregando o ódio, a luta de classes ou a violência, ou até pretendendo a tomada do poder. Acusa, ainda, a Rádio e a TV Nacional de Brasília, de deturpação dos atos da Igreja e de colocar seus

membros como defensores de "ideologia anticristã".

### Radicalizações

Em seu relatório, Dom Aloísio garantiu que a "espada de Dâmocles" no processo de oposição à linha pastoral da Igreja é a Lei de Segurança Nacional, que "oprime o homem" e, entre outras consequências, "cerceia a atividade pastoral da Igreja". Salientou que a ideologia ou doutrina da segurança nacional se "contrapõe frontalmente a uma nova ordem baseada na justiça, na confiança e no respeito mútuo entre as pessoas".

Entre as dificuldades que a Igreja brasileira enfrenta no país, Dom Aloísio afirma que não se pode silenciar, também, em relação às existentes no interior da própria Igreja, como "certas radicalizações que prejudicam a unidade e desedificam os fiéis." Estas radicalizações existem, segundo ele, "seja por espírito tradicionalista (os 25 padres de Campos-RJ), seja por ideologização política que colabora para desvirtuar o autêntico objetivo evangelizador da Igreja, seja por abandono de normas disciplinares causado por certo bloqueio psíquico em relação à autoridade eclesiástica e uma aceitação da imagem da Igreja, povo de Deus, numa linha democrático-demagógica, mais ou menos no sentido do poder que vem do povo".

São Paulo — A Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, eleita ontem em Itaici, já deverá sair hoje da Assembléia-Geral dos Bispos com muito trabalho. O Arcebispo de Aparecida, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, informou ontem que o Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, deverá pedir a comissão que examine mais profundamente as obras dos irmãos teólogos Leonardo e Clodovis Boff, para ver se elas estão de acordo com a doutrina da Igreja.

Dom Geraldo Penido disse ainda que vários bispos pretendem levar outras publicações para serem analisadas pela Cede, órgão encarregado, entre outros pontos, de examinar a concordância com a fé católica de publicações e outros meios destinados ao ensino da doutrina, quando solicitada pela presidência da CNBB, pela Comissão Episcopal de Pastoral ou por qualquer bispo.



# CNBB recolhe texto clandestino contra

28/4/84 f.d.s.p

**CARLOS DE OLIVEIRA**  
Enviado especial a Itaici

Um documento com denúncias de infiltração comunista na Igreja católica e da presença da chamada Igreja popular do País, acobertada por bispos e pela cúpula da CNBB, circulou ontem entre os prelados que participam da 22ª Assembléia-Geral da Conferência Episcopal Brasileira, em Itaici, município de Indaiatuba. O documento é assinado por uma certa Cruzada de Libertação Cristã que, no ano passado, já havia enviado textos semelhantes aos bispos.

A existência desse material foi confirmada por alguns participantes do encontro, entre eles o cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela. Segundo informações, uma pilha de envelopes contendo os textos foi encontrada em Itaici, um dia antes do início da assembléia. O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, determinou o recolhimento dos pacotes e, durante uma das sessões plenárias, comunicou sua existência aos bispos. Disse que os interessados em conhecer o conteúdo dos textos poderiam requisitar um envelope. O restante deverá ser incinerado.

Para dom Avelar, "esse documento, como alguns outros, são acusações contra a Igreja progressista, contendo reflexões que fogem ao que se poderia esperar". Disse que a assembléia não tomou conhecimento dos textos, mas admitiu que "existem pessoas e grupos que não vêm com bons olhos a marcha de trabalho da Igreja".

Segundo o cardeal, "através desses documentos, manifestam seu mal estar, de maneira anônima, que é um processo incorreto e, naturalmente, não deixa de causar uma certa preocupação no sentido de que existem pessoas capazes de elaborar um documento desta jaez, com o propósito de perturbar a reunião. Mas a CNBB continuará no seu trabalho".

## Reforma agrária

O bispo de Chapecó e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom José Gomes, e o bispo de Ji-Paraná, dom Antônio Possamai, criticaram a propaganda oficial no sentido de que no Brasil realiza-se a maior reforma agrária da história. Segundo os bispos, "se é para entregar terras ao latifúndio, aí sim é verdade. A reforma agrária é realmente a maior, pois nunca o latifúndio e as agroindústrias receberam tanta terra neste País".

Dom Antônio, disse estar preocupado com o volume de migrantes verificado em sua diocese, situada em áreas pertencentes a Rondônia e Mato Grosso. Destacou que o Incra reduz cada vez mais a área de glebas a ser distribuída aos pequenos agricultores, o mesmo não acontecendo

com os latifundiários. De acordo com o bispo, o pequeno proprietário é obrigado, por determinação do Incra, a ocupar e cultivar seu lote de terra. "Os latifundiários não cumprem com essa determinação e jamais perdem suas glebas, ao contrário do que ocorre com os pequenos".

Lembrou que a doença, especialmente a malária, vem atacando os migrantes, que não resistem a ela e acabam abandonando seus lotes. Na opinião de dom Antônio, as estradas precárias, a falta de escolas e a impossibilidade de saldar financiamentos também levam o migrante a deixar suas terras. Em 83, de acordo com o bispo, mais de mil pequenos agricultores perderam suas glebas. "Essa é a grande reforma agrária apregoada", disse.

Para dom José Gomes, "a reforma agrária do País não atinge suas metas, mas outras: o despovoamento dos campos, para dar lugar aos bois ou para os grandes projetos de cana de açúcar ou produção de alimentos que não alimentarão os brasileiros, mas serão exportados". O bispo de Chapecó observou que das 208 famílias de posseiros da região de Onda Alta, no Rio Grande do Sul, transferidas para Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, apenas 58 permaneceram no local. "Muitos desistiram e outros entregaram suas terras apenas para conseguir dinheiro de volta para suas regiões de origem".

## Igreja não pode ficar alheia, afirma cardeal

**ITAICI** (Do enviado especial Carlos de Oliveira) — O cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, afirmou ontem, em Itaici, onde participa da 22ª Assembléia Geral da CNBB, que a Igreja não recomenda o uso da análise marxista na teologia da libertação, "pelos equívocos que essa tomada de posição poderia determinar". Segundo dom Avelar, "há outras maneiras de se fazer o levantamento científico da realidade, sem necessariamente lançar mão da análise marxista, que não se confunde com a ideologia marxista, mas pode trazer uma espécie de carga ideológica dentro do seu conceito de análise".

Mesmo assim, o cardeal primaz destacou que "não se pode condenar a teologia da libertação em bloco, de maneira nenhuma, porque ela, hoje, está correndo dentro da América Latina e tendo assento no mundo inteiro". Na opinião de dom Avelar, a teologia da libertação tem um sentido mais amplo do que aquilo que às

## "infiltração"

vezes traz um pouco de inquietação em certos meios eclesiais, nem tanto pela teologia da libertação em si, mas às vezes por certas tendências que alguns setores que a defendem podem assumir, quando, por exemplo, preocupam-se exageradamente com assuntos sociais, políticos e econômicos, em detrimento da missão específica da Igreja no campo ético, religioso e educativo".

Ao analisar o conceito global da teologia da libertação, dom Avelar afirmou que essa prática "pode se compatibilizar perfeitamente com as preocupações da Igreja de hoje, de modo especial na América Latina e no Brasil, porque chegamos à conclusão de que os direitos humanos têm sido violentados, a dignidade do homem tão espezinhada, que a Igreja não pode ficar indiferente, absolutamente, a esse tipo de situação, por um dever de consciência".

O problema, na teologia da libertação, segundo afirmou dom Avelar, "é dar à libertação e à salvação uma interpretação global. Na antiguidade, pensava-se mais na salvação da alma, e os problemas e necessidades materiais eram deixados de lado. Hoje, existe uma consciência mais profunda a nível de Igreja, de que o conceito de salvação é abrangente e envolve a pessoa humana integralmente. Portanto, a salvação deve ser global, envolvendo o homem nas suas aspirações de ordem espiritual e transcendental, mas também o corpo, na sua expressão de vida existencial: a saúde, a educação e a vida digna. Isso vem preocupando a Igreja hoje. O problema é como compatibilizar os anseios espirituais da pessoa e do grupo com os anseios do bem-estar humano".

Para o cardeal Brandão Vilela, "estando a teologia da libertação colocada dentro deste espírito, corre com tranquilidade em todos os continentes e merece a aprovação da Santa Sé". Em sua opinião, "a dificuldade é quando se faz carga sobre os problemas sociais, econômicos e políticos, dando a impressão de que o tipicamente religioso não é considerado".

Ao abordar especificamente a questão do uso da análise marxista, dom Avelar destacou que "a Igreja, oficialmente, não recomenda esse caminho, embora alguns cristãos venham utilizando com a devida cautela esse instrumental".

Ressaltou que a Igreja, ao preocupar-se também com o bem-estar material do homem, está pensando "na comunicação do homem com Deus, que diz que o homem, filho de Deus, deve espelhar sua face. A subvida que às vezes acontece é tão degradante que o homem está, ali, desfigurado e destruído. Temos o interesse de que a pessoa humana, como tal, seja realmente expressiva nos seus anseios de alma, de corpo e de vida, para que todos tenham vida e vida em plenitude".

**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

13-5-8388

## CNBB - Solidariedade aos presos do Araguaia

\*Reunidos na Vigésima Primeira Assembléia Geral de nossa Conferência, nós, Bispos do Brasil, dirigimo-nos às nossas Comunidades pedindo que continuem oferecendo a Deus suas preces em favor de nossos irmãos, os padres Aristides Samiô e Francisco Gourlou e os posseiros do Araguaia, presos há vinte meses. Lamentamos não só esses longos meses de sofrimento, mas queremos protestar pelos maus tratos que têm recebido os posseiros, seus familiares e visitantes. Externamos nossa alegria pelo fato de que sete posseiros consegui-

ram afinal mudar de advogado, como desejavam e é de direito de todo cidadão brasileiro. Renovamos, diante da Nação, a certeza que temos da inocência dos padres Aristides e Francisco, da qual nunca duvidamos, assim como a esperança de que a Justiça possa agilizar o processo de julgamento e chegar a bom termo. Que os padecimentos desses nossos irmãos possam contribuir para uma solução justa dos problemas fundiários em nosso País".

CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

## Bispo pede que Leal se demita

BRASILIA — O vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Tomás Balduino, sugeriu ontem, em entrevista coletiva, o afastamento do presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, como "única saída viável para o clima de violência e vingança que se abate sobre os índios".

"A situação chegou a tal ponto — disse o bispo —, que nós achamos que o presidente da Funai deveria demitir-se, sobretudo em razão do caso Pataxó, que já se tornou vingança pessoal. A tutela da Funai transformou-se em custódia de prisão; invadem casas de índios, prendem outros sem qualquer motivo, enfim, um clima de violência e ameaça contra os índios dentro da própria Funai".

A entrevista de dom Tomás foi motivada pelo encontro entre o coronel Leal e os líderes Pataxó Nailton e Samado. Durante a audiência, o coronel disse a Nailton que "agora vou vingar me de Higino", o índio que assassinou o cacique Edisio. Higino está preso e o Cimi está encontrando dificuldades de impetrar habeas-corpus em seu favor, porque o inquérito ainda não foi instaurado.

"Com essas declarações do coronel Leal — continuou dom Tomas — nós acreditamos que ele deve demitir-se.

Agora não se trata mais de omissão da tutela, mas a Funai está-se aproveitando disso para dividir as lideranças indígenas em função de interesses escusos. Vejo a decadência da Funai muito mais forte do que foi a decadência do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), que foi extinto (em 1967) por corrupção e fraqueza, enquanto a Funai está agora com problemas de corrupção e violência contra os índios, usando como estratégia de derrubada de líderes, como Severino (potiguara preso na semana passada) para que sejam colocados prepostos a serviço de grupos financeiros."

O vice-presidente do Cimi acusou ainda a Funai de ter-se transformado em "carrasco" dos índios, desencadeando uma "verdadeira campanha de ódio que vai estimular a violência do pessoal que quer liquidar os índios e até agora era inibido por uma presença da Funai".

Hoje, o Cimi, a Associação Nacional de Apoio ao Índio e a Comissão Pró-Índio vão dar entrada numa representação contra a Funai junto ao ministério público, interpelando o órgão tutor sobre a responsabilidade da prisão dos pataxós Nailton e Samado (presos no dia do assassinato do cacique). A interpelação será feita contra o coronel Leal.

## CNBB define diretrizes para 83/87

BRASÍLIA — O Conselho Permanente da CNBB, integrado por 25 bispos, entre eles os cardeais Aloísio Lorscheider e Eugênio Sales, reúne-se a partir de hoje em Brasília para aprovar o documento de diretrizes gerais da entidade para o quadriênio 83/87.

Essas diretrizes estão baseadas no lema de Puebla, "opção preferencial pelos pobres" e devem servir de orientação para a pastoral do Brasil.

A reafirmação do lema de Puebla, segundo o documento elaborado pelos bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral, deve-se ao fato de que "a situação de pobreza extrema e de marginalização social a que está submetida grande maioria do povo brasileiro, resultado sobretudo das estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes, constitui sério e urgente desafio para a nossa ação evangelizadora".

### Documento

"Nenhuma mudança acontecerá se permanecerem as causas estruturais que provocam a situação atual. Não podemos, por isso, concordar com tentativas de solução que continuem a lançar todo o peso do sacrifício sobre os assalariados, sobre os agricultores e as pequenas empresas, enquanto setores bem conhecidos pela opinião pública continuam a acumular ganhos sobre ganhos e lucro sobre lucro."

A afirmativa consta do documento sobre a situação do País divulgado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) — integrado pelas igrejas Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada, Episcopal do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana e Metodista. Segundo o documento, "a causa da crise não é só de caráter conjuntural, mas verdadeiramente estrutural, tanto no campo econômico quanto no político e social".



## Paralisia que persiste

A preocupação manifestada pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, coincide com a de quase todos os setores da sociedade diante da falta de rumos claros do governo federal, já não diríamos para superar a crise econômica, mas ao menos para enfrentá-la a um custo suportável pelo País.

Inútil recapitular um a um pronunciamentos que se sucedem quase diariamente nos últimos meses. Das lideranças empresariais aos sindicatos, dos meios de comunicação de massa à Universidade, das tribunas parlamentares às novas administrações estaduais e municipais, a reclamação é geral em torno de pelo menos três pontos. Primeiro, critica-se a falta de firmeza das autoridades brasileiras na negociação com os credores externos, donde a aceitação de condições de juros e prazos mais duras do que seria possível obter e uma excessiva subordinação à receita de ajustamento preconizada pelo FMI. Segundo, condena-se a insensibilidade social dessas mesmas autoridades na distribuição dos sacrifícios do ajustamento, que até agora recaíram de maneira desproporcional sobre os assalariados e os empresários produtivos. Por fim, aponta-se a ausência de objetivos de médio e longo prazo em função dos quais fosse possível orientar os esforços de retomada do crescimento da economia nacional.

Não surpreende que o Conselho Permanente da CNBB, ora reunido em Brasília para examinar, entre outros tópicos, a situação econômica, faça eco às críticas que se formulam nesse sentido. De fato elas constituem hoje um amplo consenso, quase uma unanimidade nacional. Só que um consenso de caráter eminentemente negativo, e por isso mesmo limitado em seus efeitos políticos.

Eis-nos de volta a um dilema que há meses se reproduz sem saídas à vista. Pela grande maioria de suas vozes representativas, a sociedade se manifesta enfaticamente **contra** a política econômica do governo. Mas até agora não houve propostas que conseguissem somar essas vozes a favor de outra política.

Diriam os pessimistas que essa soma não se opera porque efetivamente não há alternativa viável. Devido à extrema fragi-

lidade de sua posição externa, com os compromissos financeiros em atraso e as importações comprimidas ao máximo, não restaria ao Brasil senão engolir até a última gota o remédio amargo da recessão, na fórmula e na dose receitadas pelo FMI. E esperar por uma futura recuperação da economia mundial.

Sem chegar a tanto, diríamos que a margem de manobra das autoridades nacionais diante dos constrangimentos comerciais e financeiros decorrentes da crise internacional é de fato mais estreita do que muitos críticos admitem. Nem por isso temos deixado de criticar, de nossa parte, o modo ao mesmo tempo hesitante e autocrático com que o governo procura manobrar dentro dessa margem.

Sempre será tempo de encarecer ao presidente da República a necessidade de romper o ciclo de "pacotes" econômicos que desembocam em novos "pacotes" parciais, casuísticos, inconclusivos, para propor ao debate da Nação uma estratégia global em torno da qual se pudessem mobilizar os esforços de todos diante da crise.

Já é tempo, entretanto, de que os mandatários eleitos a 15 de novembro último se adiantem para assumir com maior ousadia a cota de responsabilidade que lhes cabe na articulação política da vontade de mudanças que perpassa a sociedade. Esta precisa de mais do que propostas consistentes para sair da paralisia em que assiste, angustiada, aos ziguezagues da política econômica governamental. Precisa de lideranças com representatividade e recursos institucionais para catalisar o debate ao qual o governo até agora se furtou. Precisa, em suma, de interlocutores válidos que dêem curso à busca de um consenso afirmativo dos diferentes segmentos sociais entre si e com os detentores do poder.

Se os novos governadores e os membros do Congresso Nacional — não importa de que partido — falharem nesse papel, toda a euforia democrática que cercou o pleito do ano passado desembocará no vazio. E regrediremos à triste condição de depositar nossas melhores esperanças em apelos sentidos ao discernimento histórico do príncipe.

# Bispos apelam ao "senso ético" do País

BRASÍLIA — Com "uma palavra de alento e um apelo à corresponsabilidade e participação de todos, para a superação do momento difícil que o Brasil atravessa", o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou ontem um manifesto, no qual convoca a Nação a um esforço "no sentido de recuperar a consciência de sua dignidade".

Os 25 membros do Conselho lembram ainda que o País "já passou por crises igualmente graves" e, otimistas, observam que "é sempre possível superá-las, quando a Nação conserva o sentimento de sua dignidade". E manifestam a disposição de, "junto com nossos irmãos de outras Igrejas", colaborar "em todo esforço de mobilização nacional que vise a superar essa situação".

Ao distribuir o documento — que resultou de quatro dias de reuniões do Conselho Permanente da CNBB —, o bispo de Uberaba (MG) e vice-presidente da entidade, dom Benedito Ulhoa Vieira, disse que o manifesto mostra a intenção da Igreja de procurar "uma saída tranquila para a situação nacional. Tememos a convulsão social, através do desemprego, da marginalização e da fome", acrescentou.

## "Palavra de alento"

"Reunidos em Brasília, os bispos do conselho permanente da CNBB, falaríamos ao dver pastoral, se nos omitissemos em transmitir à Nação nossas preocupações e esperanças" — inicia o documento.

"Julgamos interpretar os sentimentos de nosso povo, formulando uma palavra de alento e um apelo à corresponsabilidade e participação de todos, para a superação do momento difícil que o Brasil atravessa" — acrescenta, dando em seguida um parecer sobre a situação do País: "São sentimentos de angústia e de perplexidade que precisam urgentemente ser transformados em esperanças e certezas".

"Angústia de um povo que sofre as consequências da deterioração de suas condições de vida com o aumento incessante dos preços, o desemprego e a ameaça crescente de demissões, situação agravada pelos flagelos das inundações e das secas" — observa.

"Perplexidade de um povo que não pode compreender e aceitar que, num momento nacional tão grave, suas lideranças, divididas por polarizações políticas e ideológicas, não tenham ainda assumido a decisão prioritária e inadiável de tomar as medidas necessárias à superação da crise que abala especialmente os mais humildes. Perplexidade de um povo preocupado ante as notícias de escândalos sucessivos, que configuram uma verdadeira escalada de corrupção e que afetam a própria imagem da Nação brasileira".

## Apelo às lideranças

"Dirigimos, assim, um apelo veemente ao senso ético do País no senti-

do de recuperar a consciência de sua dignidade, do respeito a si mesmo, que permita às suas lideranças o confronto leal, as definições sem reticências, as propostas concretas, sem mesquinhas intenções de satisfazer a interesses egoísticos, partidários e classistas que só precipitariam um desfecho caótico e violento e que comprometeria o projeto no qual estão empenhados o próprio presidente da República e todos aqueles que desejam a plena democratização do País" — ressaltam mais adiante os bispos.

"Sem o senso ético — acrescenta o documento —, nenhuma medida seria eficaz; todas seriam frustradas pela falta de credibilidade e de esperança. O Brasil já passou por crises igualmente graves se comparadas com os recursos de que dispunha. E sempre possível superá-las, quando a Nação conserva o sentimento de sua dignidade e do respeito devido a seu povo, cujos setores mais pobres já esgotaram sua cota de sacrifício para a recuperação nacional".

"Nosso povo e suas lideranças conservam ainda grandes reservas morais e religiosas. Junto com os nossos irmãos de outras Igrejas, desejamos colaborar em todo esforço de mobilização nacional que vise a superar esta situação.

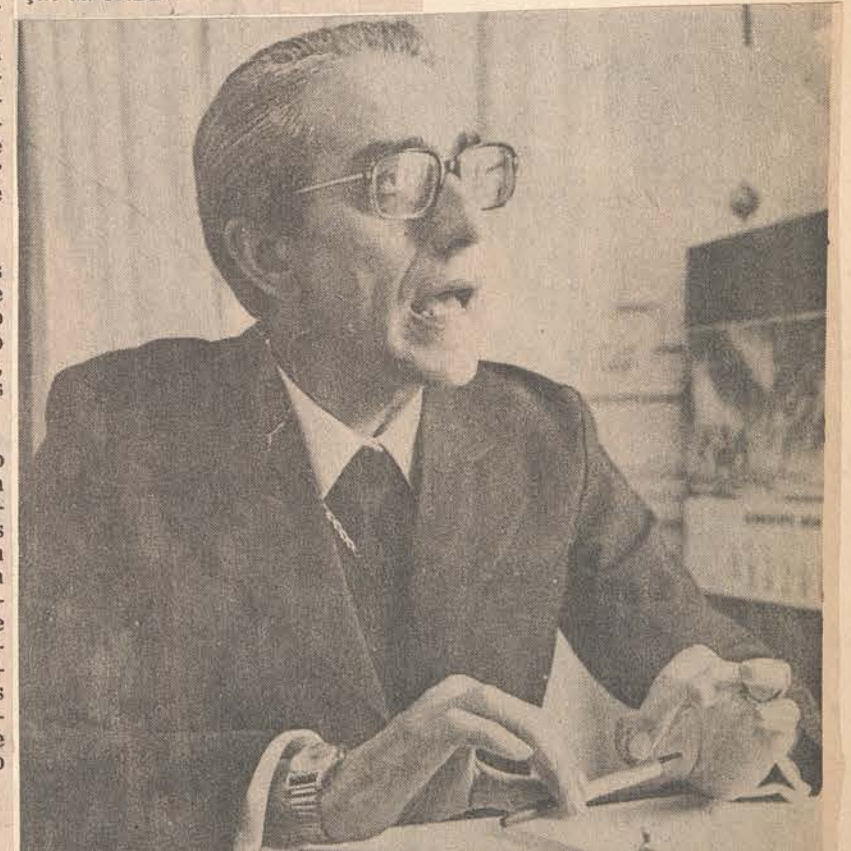
A abertura de amplos espaços de participação será condição para o Brasil vencer, na ordem e na paz, os desafios com os quais se defronta. Nossa palavra quer ser uma mensagem de esperança e um apelo à confiança em Deus, senhor da História, cuja providência não nos haverá de desamparar" — conclui a manifestação da CNBB.

## 25/6/83 FdSP CNBB aprova planos de atuação pastoral

BRASÍLIA - O Conselho Permanente da CNBB aprovou ontem por unanimidade as diretrizes de pastoral para o quadriênio 83/87. Ao comentar a aprovação, o secretário-geral da entidade, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou que a resolução é "uma carta de trabalho, de orientação para a tarefa de evangelização". Além da aprovação das diretrizes, o Conselho Permanente fixou a data da próxima assembléia geral dos bispos, a se realizar em Itaici, será de 25 de abril a 4 de maio de 84.

O plano de pastoral trata de evangelização como objetivo geral, quadro de referência, englobando seis dimensões de atuação (comunitária, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e transformadora); e outra parte com os destaques indicados pelos bispos: jovens, Comunidades Eclesiais de Base, vocações e ministérios, família, leigos e mundo do trabalho.

Durante a reunião, foi comunicado aos bispos que o Vaticano confirmou a delegação representativa de episcopado brasileiro no próximo sínodo, a se realizar em outubro. A delegação, votada durante a última assembléia de Itaici, será integrada por dom Aloisio Lorscheider, que recebeu 182 votos, dom Ivo Lorscheider, com 115 votos, dom Paulo Evaristo Arns, com 135 votos, dom Eugênio Sales, com 174 votos, dom Clemente Isnard, com 163 votos, e dom Luciano Mendes de Almeida, com 163 votos.



D. Benedito Ulhoa Vieira diz que a Igreja teme convulsão social



D. Luciano diz que  
confia em Aureliano

BRASÍLIA — O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que confia no trabalho do vice-presidente Aureliano Chaves e acredita que ele receberá apoio das instituições governamentais para exercer a Presidência durante o afastamento do presidente Figueiredo.

“Confio na pessoa do vice-presidente — disse dom Luciano — porque ele saberá conduzir o País até a volta do Presidente na linha de abertura política e com o discernimento que o momento exige, contando com o apoio das instituições governamentais para que se dê prosseguimento ao processo de plena democratização do País.”

Ao comentar o estado de saúde do presidente Figueiredo, o secretário-geral da CNBB manifestou preocupação e disse: “Ao receber a notícia sobre a saúde do Presidente, dois pensamentos vieram-me à mente: primeiro, rezar por seu pronto restabelecimento; e, depois, compreender que o momento atual deve ser o da união das forças vivas do País para uma superação adequada da crise econômica. É preciso acreditar nas reservas morais e religiosas de nosso povo, conforme o apelo feito pelos bispos na semana passada.”



PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Logo ao iniciar minha colaboração na já então famosa seção "Tendências/Debates" deste jornal, perguntei-me sobre que gênero de temas escrever. Meramente culturais? Ou culturais, sim, mas relacionados com problemas da atualidade?

Um e outro gênero tinham acolhida na página. Mas optei por este último. E, desde então, nenhuma colaboração apresentei que não contivesse esse duplo cunho.

Nesta orla de borrasca — será apenas orla ou já será mesmo borrasca? — em que nos achamos, julgo de meu dever tratar de um assunto de atualidade absolutamente palpitante.

Em recente livro (\*), afirmei que no Brasil não existem só os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, mas dois outros, hoje em dia sensivelmente mais influentes diante da opinião pública. O 4.º Poder é a Publicidade, cuja base de prestígio é mais a credulidade dos ingênuos, do que a adesão dos leitores verdadeiramente cultos. O 5.º Poder é a CNBB, a qual — salvo as mesmas raras e honrosas exceções — pesa muito mais pela sua influência sobre os crédulos, do que sobre os verdadeiros homens de fé.

Ora, algo se passa no momento, em virtude do que o 4.º e 5.º Poderes predizem, explícita ou implicitamente, mais ou menos o mesmo quanto ao nosso futuro próximo, imediato quiçá.

Por exemplo, um e outro Poder manifestam as mais graves apreensões quanto aos efeitos daquelas das medidas do "pacote" do presidente Figueiredo, até o momento ainda não anunciadas: agitações urbanas tendentes processivamente ao paroxismo. "Pari passu", o mau odor — feito de pólvora e de sangue — das guerrilhas rurais parece prestes a irromper, segundo pronunciamento do 4.º e do 5.º Poder. De início, nas selvas do Araguaia...

Guerrilha urbana e guerrilha rural à vista, pois; o que de maior atualidade?

Não está em mim passar o breque nas guerrilhas urbanas, nem nas rurais. Mas posso fazer aqui um comentário próprio a estimular uma atitude preventiva em uma parte dos brasileiros cujo pronunciamento poderia ainda frear o mal.

Não creio que à Rússia, cuja "longa manus" é o único agente claro dentro da imensa confusão nacional, convenha desencadear agora, no País, propriamente uma guerra civil. Ela sabe que nossas classes dirigentes ainda têm por demais influência para que esta guerra não resulte afinal numa derrota dos vermelhos. Ainda há pouco, o "camarada" Gregório Bezerra, destacado "chefe de fila" do PCB, declarava ao jornal "A União" de João Pessoa que "apesar da ajuda que a Igreja dá às comunidades de base, o coronelato ainda vai permanecer por muito tempo. Enquanto as massas do campo e da cidade não estiverem realmente organizadas e conscientizadas, o coronelato da roça ainda será o mandão dos nossos campos (Colênea de entrevistas ao "Jornal de Domingo", 2-2-83).

Cientes disto, os comunistas não têm outro meio senão cobrir o Brasil, de Norte a Sul, com uma imensa erisipela de guerrilhas locais. Considerada cada uma em si mesma, nenhuma guerrilha teria muita importância. E só alarmaria as classes conservadoras fixadas na zona assim imediatamente afetada. Aos poucos, quando a erisipela da violência se fosse estendendo, os espíritos já estariam meio resignados a conviver com ela. E quando ela cobrisse todo o País, já estariam preparados para capitular. O mecanismo guerrilheiro urbano e rural existiria pois, e de modo capital, para amortecer gradualmente nos anticomunistas a vontade de reagir.

Esta tática apanha em seu ponto fraco boa parte das classes dirigentes do País. Os nababos, por exemplo.

Entre os nababos que mais se exibem, mais "promovidas" pelo 4.º Poder, e mais benquistas pelo 5.º Poder, figuras assim não são raras. Estas figuras até gostam de se intitular "cristãs".

Caracteriza este mau gênero de nababos um modo de ser que os coloca potencialmente nas garras do comunismo. Para cada um deles, seus parques industriais, seus bancos, suas lojas, ou suas fazendas, são o centro do mundo. Se tudo isso está intacto, o mundo nada tem que temer. Se se lhes procura provar o erro que há em tal enfoque, são insensíveis: eles detestam ouvir, a cultura dos outros lhes dá complexos, e a deles não dá para ver longe. Aliás, detestam eles igualmen-

te a previsão. Basta-lhes o dia de hoje, com seus deleites de mando durante a semana, e de gozo nos "week ends". Nada ajudam para que se abra os olhos do público para o comunismo. Abrir os olhos seus, ou dos outros, é coisa que abominam.

Ora, acontece que este gênero de nababos tem logo abaixo de si uma categoria de nababotes que definham de amargura por não serem nababos. E que procuram consolar-se dando a entender aos subnababotinos abaixo de si, que eles nababotes são de fato nababos autênticos. Ilusão que criam imitando os nababos de mau gênero, no que estes têm de mais típico, isto é, os defeitos. E assim, o mau exemplo vai contagiando setores inteiros das várias camadas da burguesia. O que torna muito difícil a esta última tomar diante da catástrofe nacional a grande e briosa atitude de conjunto que poderia abrir os olhos do País para o vácuo religioso (para dizer só isto) que há na CNBB e nas CEBs, bem como para a consequente inconsistência da força de impacto de uma e outra sobre a massa. Enfim, o 5.º Poder é uma empada vazia, ao contrário do que afirma quase todo o 4.º Poder...

Palavras ao ar? Não. Observação serena da realidade. De uma realidade sobre a qual tudo ou quase tudo já foi escrito. Mas sobre a qual a maioria dos elementos do 4.º e do 5.º Poder se obstinam em ver miopeamente.

O que eu afirmo sobre o 5.º Poder, com a possibilidade de empanturrar de provas o leitor mais exigente. Por exemplo, assestando a luneta sobre a selva do Araguaia, e surpreendendo ali, a cometer "feitos" e espargir ditos, d. Pedro Casaldáliga, que talvez tenha envergadura para tentar no Brasil, na lei ou na marra, a mesma revolução que na Espanha natal dele se vem fazendo mediante a "entente" da Passionária... e do Rei.

Mas tudo isto fica para outro artigo...

(\*) Plínio Corrêa de Oliveira — Gustavo Antônio Solimeo e Luiz Sérgio Solimeo, "As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece — A TFP as descreve como são" (Editora Vera Cruz, São Paulo, 1982, 256 pp.).

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ex-deputado constituinte (1934) e pensador católico tradicionalista.

S. PAULO 1917/83 FS

## ☉ Sudene admite irregularidades citadas por CNBB

BRASÍLIA — O superintendente da Sudene, Walfrido Salmito, admitiu ontem a existência de irregularidades no Programa de Emergência do Nordeste, mas "num número inexpressivo", no Ceará, Pernambuco e Bahia.

As irregularidades foram denunciadas no fim de semana pelo secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, ao dizer que as obras comunitárias estão sendo executadas em propriedades particulares.

"Quarenta por cento das obras estão sendo dirigidas por homens do Exército — disse Salmito — e acho muito difícil eles aceitarem fazer obra em terras particulares. Então, se tem alguém nos enganando, esse número não tem expressão. Nós já pedimos aos sindicatos para que nos ajudem a encontrar as irregularidades, eles trouxeram alguns exemplos e tomamos providências."

Ontem o superintendente da Sudene esteve com o ministro do Interior, Mario Andreazza, solicitando os recursos de julho para o Programa de Emergência, mas não quis dizer qual o montante, adiantando apenas que serão superiores ao de junho, que foram de Cr\$ 19 bilhões, por duas razões: aumento do número de alistados e do salário-referência, que passou de Cr\$ 11 mil para Cr\$ 15,3 mil.

## CNBB denuncia falta de confiança e de credibilidade nas autoridades

Moreira Maris



D. Benedito (à esq.), d. Ivo e d. Luciano na reunião em Brasília

### Para d. Ivo, a situação é crítica

BRASÍLIA — O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, explicou aos jornalistas que o documento "Momento Brasileiro" foi elaborado em uma reunião que começou na quinta-feira e não estava prevista. "Não costumamos fazer reunião da presidência em julho, mas houve urgência, porque o momento brasileiro é difícil e crítico", disse d. Ivo.

D. Ivo acrescentou que a CNBB não chegou a se preocupar com a viagem do presidente Figueiredo a Cleveland, embora houvesse "muito medo" no País. "O fato de o vice-presidente ter assumido foi importante contra os medos, pois tudo está se processando segundo a Constituição. Gestos assim ajudam a firmar a credibilidade nas instituições e nas pessoas", concluiu.

BRASÍLIA — "Nota-se ausência de confiança e de credibilidade na palavra das autoridades. Há medo e timidez do povo diante das medidas de força, que ainda acontecem, como resíduo de um passado recente, que atingem sindicatos, escolas e, às vezes, o próprio indivíduo."

Este é um dos trechos do documento "Momento Brasileiro" que a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil distribuiu ontem, após reunião extraordinária com a participação de dom Ivo Lorscheiter (presidente), dom Benedito Ulhoa (vice-presidente) e dom Luciano Mendes de Almeida (secretário-geral).

A CNBB critica a ascensão contínua dos preços, a má distribuição de renda — com ênfase para a desigualdade salarial —, os "pacotes" e cobra "o destino das riquezas do subsolo, como, por exemplo, do ouro de Serra Pelada", lembrando, ainda, que "outras nações em crises iguais conseguiram controlar suas dívidas, conter os gastos, erguer a confiança do povo, dar credibilidade às promessas".

"Falta-nos neste momento da vida brasileira — conclui o documento — o senso ético que nos dá o sentido da dignidade, do respeito próprio e da confiança. Precisamos de austeridade na Nação, de poupança nos gastos públicos, do intransigente respeito à Constituição. Temos reservas morais. Podemos usá-las para erguer-nos da situação atual."

#### O documento

É o seguinte o documento "Momento brasileiro":

"Renovamos hoje o apelo que em junho passado o Conselho Permanente da CNBB fez à Nação. O momento brasileiro é difícil e crítico:

"1. Pela dívida externa que onera o País e o torna, em muito aspectos, dependente do Exterior;

"2. Pela ascensão contínua dos preços, sobretudo dos alimentos; pela não participação da maioria da população nos bens necessários da vida; pelo desemprego e ameaça de demissão, gerando tudo isto intranquilidade social muito grave, com explosões que todos conhecemos

"3. Pela falta de debate nacional diante das medidas que se tomam no interior dos gabinetes. Sucodem-se "pacotes" de medidas que surpreendem a todos, sem que tenha havido participação dos que sofrem as consequências destas deliberações. Não se sabe o destino das riquezas do subsolo, como, por exemplo, do ouro de Serra Pelada. Exigem-se sacrifícios dos mais humildes, sem que se perceba diminuição nos gastos oficiais com carros, aviões, viagens, mordomias...

"A crise é grande e geral. Causa apreensão ver que jogadores de futebol, humoristas, artistas, cantores recebem remuneração altíssima, em gritante desigualdade com os que recebem tão pouco que não dá para comer o suficiente nem para morar dignamente.



"Nota-se ausência de confiança e de credibilidade na palavra das autoridades. Há medo e timidez do povo diante das medidas de força, que ainda acontecem, com resíduo de um passado recente, que atingem sindicatos, escolas e, às vezes, o próprio indivíduo.

"Outras nações em crises iguais conseguiram controlar suas dívidas, conter os gastos, erguer a confiança do povo, dar credibilidade às promessas. Falta-nos neste momento da vida brasileira o senso ético que nos dá o sentido de dignidade, do respeito próprio e da confiança. Precisamos de austeridade na Nação, de poupança dos gastos públicos, do intransigente respeito à Constituição, temos reservas morais. Podemos usá-las para erguer-nos da situação atual."

### Religiosos debatem atuação da Igreja

RIO — A participação efetiva da Igreja no questionamento social dos problemas nacionais constitui o tema central dos debates programados para a 13.ª Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, que reunirá durante uma semana, no Colégio São Bento, participantes de diversas partes do País.

"Nosso tema é a autoridade e governo na vida religiosa — esclarece o presidente nacional da CRB, padre Décio Batista Teixeira —, para o qual contaremos com a contribuição de figuras de liderança na Igreja, como o cardeal Eduardo Pirônio, uma espécie de ministro do Vaticano para questões religiosas no mundo inteiro."

O encontro, que começou ontem com a leitura do regimento interno e apresentação do relatório trienal da Conferência, terminará na próxima sexta-feira, com a eleição da nova diretoria da entidade para o próximo triênio. Nesses sete dias, estarão em pauta oito palestras e três painéis, que abordarão desde os problemas disciplinares para sacerdotes, irmãos e irmãs da Igreja no Brasil, até a discussão da "mediação do pobre no exercício da autoridade".

Representantes de variadas tendências dentro da Igreja, como Clodovis Boff, um dos ideólogos da "teologia da libertação", estarão presentes nos debates,

9-8-83 78P

## Frentes no NE beneficiam latifundiários, diz CNBB

BRASÍLIA — Os projetos de emergência, executados pelo Ministério do Interior no Nordeste, estão beneficiando as grandes propriedades, com construção de cercas, açudes, poços e casas. A denúncia foi feita ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), através de comunicado à opinião pública, distribuído pela CNBB. "Os nordestinos — diz o documento — enfrentam ano após ano um fenômeno natural, mas principalmente uma política discriminatória que favorece o ricos e seus latifundiários. Os pobres ficam cada vez mais na miséria, sendo forçados à migração." O problema da seca do Nordeste foi colocado como uma das questões prioritárias do trabalho da CPT que não aceita a tese de que a região "é uma área inviável por uma fatalidade da natureza". Nos próximos dois anos a CPT desencadeará uma campanha denunciando a "política assistencialista do governo, que não visa às soluções estruturais da problemática nordestina".

A nota da CPT critica ainda a política de grandes projetos, afirmando que eles "estão sendo executados sem nenhuma consulta à Nação. São projetos que prejudicam milhares de

lavradores e dezenas de povos indígenas, causando mortes e violências físicas e culturais".

### Concentração de terra

Sobre a reforma agrária, a CPT afirma que "centenas de milhares de lavradores são violentamente expulsos das terras que cultivam, enquanto o governo anuncia que está fazendo a maior reforma agrária do mundo. São os próprios dados oficiais que desmentem a propaganda, revelando que a concentração da propriedade da terra vem atingindo níveis dos quais não se conhecem exemplos em nenhum outro país dito civilizado".

"Para cada título de cinco, dez ou no máximo 50 hectares que o governo entrega a lavradores, não é dito quantos títulos de mil, dez mil ou mais hectares são entregues a latifundiários nacionais ou multinacionais. O que se vê, em verdade, é a anti-reforma agrária com a crescente destruição das posses e pequenas propriedades, motivada inclusive por uma política de preços que impede a sobrevivência dos pequenos produtores, colocando a terra fora do alcance dos lavradores."

TSP

## Secretário-geral da CNBB se solidariza com d. Paulo

Em nota divulgada ontem, em Brasília, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo-auxiliar de São Paulo, d. Luciano Mendes de Almeida, em nome dos demais bispos-auxiliares e agentes da pastoral da Arquidiocese de São Paulo, manifestou solidariedade ao cardeal d. Paulo Evaristo Arns, no episódio do lançamento do livro "Igreja Popular", de autoria do bispo-auxiliar de Salvador, d. Boaventura Kloppenburg.

Diz a nota que é "estranho que um telegrama pessoal do arcebispo de São Paulo, a respeito da inconveniência pastoral do lançamento do livro naquela cidade, tenha sido public<sup>o</sup>do pela grande imprensa, exorbitando do âmbito próprio do intercâmbio epistolar privado; que ataques feitos por ocasião desse incidente, às Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, são improprios, uma vez que estas não se identificam com a Igreja Popular; que as agressões injustas, feitas contra o arcebispo de São Paulo, particularmente por órgãos da imprensa, são lamentáveis e merecem nosso repúdio."

Em São Paulo, onde se reuniu com bispos e agentes pastorais na sede do Secretariado Regional Sul-1 da CNBB, d. Luciano disse que o grupo "prestou uma homenagem a d. Paulo, pela discrição com que tratou o caso

da inoportunidade pastoral do lançamento do livro sobre a Igreja Popular".

Questionado a respeito do lançamento do livro em São Paulo, mesmo sem a autorização de d. Paulo, o secretário-geral da CNBB disse que "é necessário evitar ocasiões de discórdia e, sobretudo, que problemas que têm o seu tratamento próprio no âmbito eclesial possam ser manipulados por pessoas que não compreendem a missão da Igreja e se aproveitam desses fatos para agredir a Igreja".

Acrescentou que "as acusações feitas durante o episódio contra as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil são improprias, pois elas não se confundem com a assim chamada Igreja Popular, que desconheço em que lugar exista".

"Como teólogo ele (d. Boaventura) deixa muito a desejar", afirmou o frei dominicano e teólogo Gilberto Gorgulho, que, a pedido de d. Paulo Evaristo Arns, elaborou uma análise crítica do livro "Igreja Popular", do bispo-auxiliar de Salvador, d. Boaventura Kloppenburg. Para o frei, que é assessor do cardeal Arns, d. Kloppenburg é "um apologeta emotivo e raivoso, que se utiliza de uma linguagem desairosa e que não respeita as pessoas, não hesitando em destruir suas imagens".

# Documento do Vaticano não muda a posição da CNBB

*Jo Tarda - 24.9.84*

**Porto Alegre e Rio (AE)** — "O episcopado brasileiro recebe com muito carinho e agradece o documento do Vaticano sobre a Teologia da Libertação porque ele aprofunda as reflexões sobre o assunto. As advertências do documento serão tomadas em conta, mas a orientação da Igreja no Brasil não será alterada. Aqueles que, eventualmente, desviarem-se das diretrizes da Santa Sé serão advertidos, mas o documento não é, de maneira alguma, uma reprimenda, e deve ser acolhido com espírito de colaboração". Foi em síntese, o que disse na sexta-feira, no Retiro Vila Bethania, em Porto Alegre, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheiter, em conversa informal com 19 dos 23 bispos do Rio Grande do Sul, ao comentar o documento do Vaticano que chama a atenção da Igreja e dos teólogos para o fato de que a Teologia da Libertação jamais deve partir de argumentos ou interpretações ideológicas como método de trabalho.

Os 19 bispos estiveram até ontem reunidos em Porto Alegre para rever as diretrizes da Igreja no estado, e a observação de D. Ivo foi revelada pelo assessor de imprensa da Cúria Diocesana, monsenhor Augusto Dalvit. Assim como D. Ivo, os demais bispos interpretaram o documento como um alerta contra o que o bispo de Frederico Westphalen (a 446 quilômetros de Porto Alegre), D. Bruno Maldaner, chama de "desvios e exageros", cometidos não pelos teólogos da

libertação, brasileiros em geral, mas por apenas "um ou outro que tenha interpretado a Bíblia politicamente". Para D. Bruno, houve alguns exageros "na maneira de realizar a prática pastoral, em alguns casos". Um exemplo disso, segundo ele, é a idéia da Igreja classista, em que não poderiam conviver ricos e pobres, idéia que traz embutida a ideologia da luta de classes.

## AMEAÇA DE VIOLÊNCIA

Já o bispo de Campos, dom Carlos Alberto Navarro, divulgou neste fim de semana uma nota onde adverte a população fluminense e as autoridades em geral para o "perigo de derramamento de sangue" no povoado de Varre-Sai, no norte do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o bispo, lá vive o padre conservador Antônio Siqueira, que na última quinta-feira resistiu à sua exoneração, determinada pela Mitra Diocesana, provocando uma onda de protestos que, recusa dom Navarro, pode se transformar "numa corrente de violência sem precedentes".

Em sua nota, o bispo de Campos diz ainda que "vidas inocentes correm perigo devido ao fanatismo religioso liderado por sacerdotes católicos. Homens são vistos portando armas brancas e de fogo. Crianças, jovens e mulheres são arrematados como um pequeno exército, gritam slogans e ofendem autoridades da Igreja". Dom Navarro fez um apelo à população para

que esta "denuncie e recuse apoio a esta terrível subversão da ordem, encoberta pelo véu de teses religiosas, de intermináveis "questões de consciência" e de fé".

Segundo o bispo, os padres conservadores estão construindo templos não só em Campos, mas também em outros municípios, como Cambuci, Miracema, São Fidélis, Laje de Muriaé, Bom Jesus, Itaperuna e Porciúncula. Sem a devida permissão da Igreja, celebram missa, fazem batizados, casamentos e ainda confessam "para melhor confundir a boa fé do povo, usam a batina e se aproveitam de todos os símbolos da religião católica". A nota de dom Navarro é uma das mais duras já feitas por ele, desde a ruptura oficial entre a diocese de Campos e um grupo de sacerdotes, à frente do padre Fernando Riffan, que recusou-se a comentar a nota episcopal.

"Nosso mundo não aceita mais atitudes como a do aiatolá Khomeini ou do trágico pastor Jim Jones" — prossegue o bispo. "Temos a repetição de coisas semelhantes em nossa diocese? Os frutos que estamos colhendo há quase três anos (quando assumi a diocese, substituindo dom Antônio Castro Mayer, até hoje líder espiritual do grupo conservador) indicam alguma semelhança?". Dom Navarro, respondendo às acusações de que estaria assumindo posturas não-democráticas, ressaltou em sua nota que a liberdade de expressão e de religião não deve ser feita à custa dos direitos do outro.

## Igreja dividida

Em lugar de dirimir a controvérsia entre "progressistas" e "conservadores", a Pesquisa "Folha" sobre a missão da Igreja Católica, que publicamos nesta edição, poderá acirrá-la ao situar as duas posições em pé de estrita igualdade junto à opinião popular. Dentre as pessoas consultadas em 6 importantes capitais brasileiras, 43,2% preferem ver a ação da Igreja circunscrita ao plano religioso, contra a vontade de 44,2% que apóiam sua intervenção em questões político-sociais.

Ao menos no que diz respeito ao ambiente urbano brasileiro, a estratégia ideológica formulada a partir de Roma parece congruente com a maneira pela qual se distribuem as opiniões entre a população. A despeito das resoluções de Medellín e de Puebla, condensadas na fórmula "opção preferencial pelos pobres", hoje emblemática, o Vaticano tem procurado sublinhar, sobretudo no atual Papado, as limitações que devem cercar uma tal atitude, ao mesmo tempo em que chama a atenção de sacerdotes e fiéis para o aspecto transcendental da fé.

É muito compreensível que em países como o nosso, marcado por agudas injustiças e desigualdades sociais, o clero se veja inclinado não apenas a solidarizar-se com o sofrimento da maioria dos fiéis, como também participar ativamente de sua solução. Um número crescente de religiosos se recusa a colocar sua atividade evangélica, e assim também o aparelho material da instituição a que pertencem, a serviço daquilo que lhes parece significar a manutenção de estruturas sociais cuja dimensão ética a palavra de Cristo condena. Querem, decerto, a salvação transcendental para todos os homens, mas julgam que esse objetivo metafísico não descarta, antes impõe, a luta pela justiça na terra.

Por ambíguas que sejam as mensagens papais, deliberadamente voltadas a comportar interpretações conflitantes entre si e recobrir, assim, o espectro das dissensões que atualmente fragmentam o pensamento católico, a Igreja parece ter abandonado definitivamente a sua tradicional atitude exclusivamente transcendentalista. João Paulo 2.º tem insistido em condenar a ação política de religiosos sempre que essa ação se traduz em adesão partidária.

A CNBB mantém-se em rigorosa obediência a essa orientação. Abraçou com firme entusiasmo a opção preferencial pelos pobres, especialmente legítima no Brasil onde a Igreja, com seu prestígio e poder, pode prestar uma contribuição de grande envergadura à causa da justiça social, como aliás, já tem feito. Mas a CNBB vem sendo, ao mesmo tempo, zelosa guardiã do princípio do apartidarismo. Há deslizes aqui e ali, é bem verdade. O fervor messiânico e autoritário, tão encontrado em meio aos adeptos mais apaixonados da opção preferencial, é muitas vezes maliciosamente confundido — e em outras se confunde de fato — com o messianismo não menos simplista e autoritário dos grupos de extrema-esquerda. Tais fatos devem ser combatidos pela hierarquia eclesiástica, mas são fatos isolados. A grande maioria do clero é solidária com a política serena e equilibrada que vem sendo posta em prática pela CNBB.

Num plano menos imediato, os resultados da Pesquisa "Folha" introduzem outro tipo de inquietação. A profunda divisão que separou as pessoas ouvidas pelos nossos pesquisadores indica um esgarçamento ideológico que deve inspirar cuidados à hierarquia católica. A clivagem detectada aponta para o risco de se atingir uma situação em que ser católico poderá não significar coisa alguma salvo uma mera rotulação, no interior da qual se movimentariam posições as mais contraditórias.

Essa circunstância com certeza não passa despercebida pelo Papado. A constante preocupação de conservar e, às vezes, recuperar a "pureza" do ritual, parece sugerir a intenção de soldar, pela forma, um tecido cujo conteúdo vai-se dilacerando. Difícil acreditar, porém, que em questões religiosas, as quais implicam sempre uma profunda e completa adesão a todo um sistema de crenças, seja possível assegurar a unidade com base, apenas, no aspecto ritualístico. Este último, ademais, parece exercer um impacto cada vez menos impressivo sobre uma população cujo nível de informação aumenta continuamente e que se volta, mais e mais, para a concretude do dia-a-dia.

## ⊙ CNBB analisa hoje a situação

BRASÍLIA — Os três bispos da presidência da CNBB reúnem-se hoje, em Brasília, para analisar o momento nacional. Ontem, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, referindo-se ao movimento grevista, afirmou que "o importante não é a greve e sim sua causa".

"O caráter pacífico da greve afirmou dom Luciano — indica a natureza de protesto e desagravo quanto à situação de graves dificuldades criadas para as classes desfavorecidas. O importante são as causas que provocam a greve e que exigem convergência de esforços para que sejam tomadas medidas justas, eficazes e urgentes para o bem de todo o povo."

Explicando o papel da Igreja no movimento, dom Luciano disse que "particularmente em São Paulo, a atuação da Igreja é no sentido de colaborar para que a greve permaneça dentro de sua finalidade, o que

significa, por um lado, o reconhecimento do direito de greve e, por outro, o caráter pacífico de sua realização. Os centros de direitos humanos e a Comissão de Justiça e Paz têm procurado evitar arbitrariedades e dar cobertura jurídica nos casos de prisões, para que se possa apurar, em cada caso, a justiça da detenção".

Já o assessor jurídico da CNBB, monsenhor Afonso Hammes, criticou o movimento. "Essa greve — disse — é uma disputa de Lideranças. O Joaquinzão quer ver se tem mais poder do que os outros. Por essa razão, o movimento não sensibilizou o trabalhador. No momento que atravessamos, o trabalhador vai pensar duas vezes antes de participar da greve. E se ele for demitido, quem o sustentará? Ele sabe que se for demitido, ficará um ano sem emprego. O Joaquinzão vai alimentar os demitidos?"

## ⊙ Bispo de Santo André protesta

"Isso não acontecia nem no tempo do Maluf. Hoje (ontem) foi cometida uma grave ofensa a todo o povo. Importante seria que as autoridades dessem o exemplo de não-violência. O que fizeram aqui foi um absurdo." Essas declarações, em tom de desabafo, foram feitas ontem por dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, momentos após visitar a igreja-matriz de São Bernardo, invadida um pouco antes das 13 horas por um grupo de policiais à cata de manifestantes.

Na tentativa de reprimir os trabalhadores refugiados ali, os policiais quebraram uma porta, destruíram o

vitral e jogaram duas bombas de gás lacrimogênio causando pânico em todos. Imediatamente, frei Beto, responsável pela Pastoral Operária de São Bernardo, ligou para dom Cláudio, que se dirigiu para a igreja.

Enquanto isso, os sinos da igreja tocavam, misturando seus sons com os das bombas que eram jogadas em grande quantidade nos quarteirões próximos. A repressão aos grevistas de São Bernardo foi feita por aproximadamente 120 policiais, que se deslocavam em dois caminhões (um espinha-de-peixe) e várias viaturas.





### *Maioria da Igreja apóia, afirma bispo*

Da Sucursal do Rio

Com a ressalva de que não fala em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o bispo de Nova Iguaçu, município fluminense com mais de um milhão de habitantes, d. Adriano Hipólito, disse que a maioria dos bispos é favorável à volta das eleições diretas para a Presidência da República, "e mesmo a CNBB se tem mostrado a favor delas se examinarmos sua trajetória nos últimos 20 anos".

Para ele, a disputa entre os candidatos do PDS à sucessão do presidente Figueiredo "não tem importância porque serão escolhidos numa decisão de cúpula, sem qualquer participação popular". Mas, d. Hipólito elogiou a declaração do vice-presidente Aureliano Chaves, que se disse disposto a disputar o cargo mesmo através de uma eleição direta. "O Colégio Eleitoral — afirmou Aureliano — não é representativo, já que as bases populares não foram consultadas".

O bispo de Nova Iguaçu disse ainda que "as eleições diretas são apenas uma etapa a ser alcançada no processo de participação popular no País".

811184 FSO

## Comissão representativa se reúne

Na próxima terça-feira, dia 27, das 9 às 16 horas, na sede de nosso Regional, estará reunida a Comissão Representativa, para tratar "do andamento das várias Equipes Regionais", bem como do "destaque pastoral do corrente ano que é o mundo do trabalho".

### PASTORAL VOCACIONAL, NA LAPA

"Despertar Vocacional" promovido pela Pastoral Vocacional da Região Lapa, Arquidiocese de São Paulo, será realizado dia 1.º de abril, das 9 às 18 horas, no Colégio Rainha da Paz, Vila Madalena. O encontro destina-se a rapazes e moças que estão pensando em consagrar-se a Deus no sacerdócio ou na vida religiosa, e desejam refletir sobre essa opção. A jornada é para jovens, a partir de 16 anos.

### "PARA QUE TODOS TENHAM VIDA"

Ao discorrer sobre a Campanha da Fraternidade, assim se pronunciou Dom Fr. Daniel Tomasella, bispo diocesano de Marília: "O tema da Campanha da Fraternidade deste ano é tirado da palavra de Jesus: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo. 10,10). Esta é a magnífica síntese da missão

de Jesus, como ele mesmo a caracterizou. A vida é o dom primeiro, o que mais fartamente ambicionamos e mais desesperadamente defendemos: leva-nos a isto o próprio instinto de sobrevivência. A vida é, pois, o dom que mais devemos respeitar e promover também em nossos irmãos: a vida natural, da vida da graça, a vida moral, a vida do nascituro, a vida do enfermo, a vida do pobre e do faminto, a vida dos desempregados, a vida dos que são vítimas das injustiças e violências".

### PASTORAL OPERÁRIA E RURAL EM ENCONTRO REGIONAL

Conforme tivemos oportunidade de noticiar, encontram-se em andamento os preparativos para o Encontro Regional a respeito de Pastoral Operária e Rural. A importante reunião congregará coordenadores diocesanos de pastoral e pessoas pertencentes à coordenação da pastoral operária e rural, objetivando programar atividades para a concretização do destaque pastoral deste ano, em âmbito estadual, que é, justamente, a pastoral do mundo do trabalho. A reunião terá lugar em Itaici, nos dias 2 a 4 de abril, devendo ser coordenada por D. Cláudio Hummes, de Santo André e por D. Luiz Demétrio Valentini, bispo de Jales.

## Desafio da vida

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB tem sido altamente feliz na escolha das suas temáticas anuais de evangelização. Como agora, em 1984: "Para que todos tenham vida".

Podemos pressentir, de logo, a riqueza de desdobramentos e reflexões da proposta. A revalorização da vida é o grande desafio do mundo contemporâneo. Estranho que isto seja escrito num século em que a ciência e a tecnologia parecem haver transformado a Terra no velho paraíso de que fala o Antigo Testamento.

Porque a revolução agrícola - que modificou os caminhos culturais do nômade - atingiu o esplendor, no trato dos solos, na seleção das sementes, no aperfeiçoamento das espécies, cada vez mais ricas e nutrientes; se olhamos as perspectivas médicas, é uma era de milagres a nossa: drogas prodigiosas aliviam e curam, o bisturi do sábio remove o coração de dentro dos peitos, sua mão quase mágica preserva os corpos através de intervenções prodigiosas. A técnica derramou sobre o mundo um saco de espantos. Transportes, comunicações, serviços, desde a doméstica máquina de escrever até os cérebros artificiais, o impacto da computação, que está criando um universo novo. Poderíamos nos alongar, todos sabem, neste rol óbvio de maravilhas.

Todos sabemos, também, que há nele um travo de amargura. Porque nunca terá havido tanta fome e miséria no mundo. Tanta doença e de-

esperança. Tanto abandono e injustiça. A tal ponto que o homem passou a ser a mais negligenciável das criaturas. A sua carência abjeta, no Sahel ou no Nordeste, nos guetos russos ou nas favelas cariocas, nos bairros negros da África do Sul ou nos mocambos da Bolívia, Paraguai, Venezuela, Brasil, já não comove ninguém.

E de tal sorte o homem é superfluo - apenas para dar um exemplo - basta lembrar que os neomalthusianistas contemporâneos pretendem resolver o problema da justiça social matando crianças. O sonhado desenvolvimento, a grande meta dos povos, só será alcançado esterilizando-se os ventres femininos. A grandeza e o esplendor da vida serão construídos sobre a degradação e a extinção da vida.

O grito que a Igreja brasileira pretende erguer em defesa da dignidade da vida nunca foi tão necessário e decisivo. O Brasil está perdido numa ciranda de falácias, plantando o sonho da cidade futura sobre o sacrifício desumano de toda uma geração de brasileiros, para a qual o progresso é a panela vazia, a casa impossível, o hospital inatingível, todos os bens superiores da vida simplesmente uma utopia, o fantasma aflitivo de suas existências abortadas.

"Para que todos tenham vida" - transcende mesmo o grito apostólico de uma religião para se fazer a bandeira de redenção de um povo inteiro, a derradeira esperança do seu humanismo ameaçado.



## Assembléia geral da CNBB discutirá as questões do Nordeste

FORTALEZA - A próxima assembléia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que se reunirá em Itaici de 29 deste mês a 4 de maio, debaterá, como um dos seus três temas básicos, a questão nordestina - revelou ontem o cardeal-arcebispo desta capital, dom Aloisio Lorscheider. Para base dos debates, os bispos cearenses acabam de elaborar um longo documento sobre as causas, efeitos e soluções para os problemas do Nordeste.

O documento - intitulado Nordeste: Desafio à Evangelização da Igreja no Brasil - está recebendo agora a redação final, mas dom Aloisio adiantou que terá - como propostas de soluções - coisas muito simples, sugeridas pelos próprios agricultores da região, ainda envolvidos pela tragédia da seca. Ao contrário do que alguns setores conservadores poderiam pensar, o documento não faz nenhuma sugestão sobre mudanças de estrutura política, mas apenas idéias do homem sertanejo, que é quem mais sofre o problema.

Segundo o cardeal, a assembléia geral da CNBB debaterá, além da questão do Nordeste, o recentemente promulgado direito canônico e as diretrizes básicas para a formação de sacerdotes no Brasil. Na opinião do arcebispo de Fortaleza, a próxima assem-

bléia será calma, tranqüila, porque não será um encontro eleitoral, o que só acontecerá daqui a quatro anos, quando a direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil será renovada.

Dom Aloisio considera, porém, que os temas básicos da assembléia são importantes e que, por isso, o evento atrairá a atenção de todo o País. A questão nordestina é crucial e por este motivo ela está incluída entre os temas básicos.

As propostas sugeridas pelo documento elaborado pelos bispos do Ceará parecem coincidir com as do chamado Projeto Nordeste, cuja execução vai começar no próximo mês de abril, com financiamento do Banco Mundial. A coincidência das propostas da Igreja e dos diferentes organismos envolvidos no Projeto Nordeste é quanto à importância da participação das comunidades na solução prática e simples de muitos problemas. Por exemplo: os programas relativos à saúde e educação do Projeto Nordeste só serão elaborados depois que cada comunidade a ser beneficiada por ele disser como deseja que tudo seja feito. A partir daí, então, é que os programas setoriais serão elaborados, inclusive alguns dos ligados à infra-estrutura de estradas vicinais", conforme explicaram técnicos da Sudene.

*Diário de Pernambuco  
10/3/84*



Em Pernambuco, a frente de trabalho: muitos diques a primeira chuva já levou

## CNBB: o problema é a injustiça

# O decálogo

**E** preciso que todos percebam que a problemática do Nordeste não é apenas a seca, fenômeno previsível, mas sobretudo a injusta distribuição de terras, a concentração das riquezas e do poder e a falta de uma decisão política de resolver o problema, que é do Brasil inteiro, embora localizado no Nordeste. "Este é um dos trechos do documento intitulado "Soluções Emergenciais para a Seca" da CNBB-Regional Nordeste II. O texto foi elaborado durante a 19ª Assembléia do Conselho da Pastoral Regional.

Segundo os bispos, "somente mudanças estruturais poderão resolver o problema da seca no Nordeste". O documento reconhece que "não se pode deixar de atender ao desafio imediato da fome e da sede", mas chama a atenção para o perigo de se esquecer "a perspectiva global da resposta mais radical e libertadora pela libertação integral do homem".

Lamentando que "o Governo gaste, há séculos, bilhões de cruzeiros para aumentar e fortalecer o latifúndio, os ricos; e empobrecer cada vez mais os pequenos produtores, tornando o Nordeste, antes região próspera, a região mais pobre do Brasil", a Regional da CNBB propõe aos governantes um decálogo de medidas urgentes, "necessárias para evitar uma catástrofe". São elas:

1º: Que as margens dos mananciais

(rios e açudes) sejam, de imediato, aproveitadas pelas frentes de emergência para a produção de alimentos.

2º: Que todos os trabalhadores da área da seca sejam alistados.

3º: Que seja assegurado um salário adequado e pontual aos trabalhadores.

4º: Que o salário seja complementado por alimentos, proporcionais ao número de integrantes da família, a baixo custo e entregues diretamente.

5º: Que as frentes de emergência beneficiem diretamente os trabalhadores, com obras comunitárias de serventia pública, de preferência perto de suas moradias.

6º: Que haja medidas que garantam atendimento prioritário às mulheres gestantes, viúvas, crianças, idosos, inválidos e doentes.

7º: Que a merenda escolar seja estendida a todas as crianças em idade escolar, que padecem as agruras da seca.

8º: Que o INAN atenda a todas as mulheres lactantes e gestantes da área da seca.

9º: Que sejam estocadas sementes de boa qualidade para garantir aos lavradores pobres o plantio nas atuais chuvas.

10º: Que os trabalhadores possam trabalhar na preparação de suas terras, para as chuvas, ou para construir obras de convivência com as secas, como cisternas, barreiros, poços etc. (Recife).

## Sob chuva, ainda o drama

Não terminou a seca, apesar das fortes chuvas que desde março vêm caindo nos nove Estados do Nordeste. Apenas o Piauí e o Maranhão registram precipitações em todo o seu território; nos demais Estados, a existência de bolsões ainda secos ou com índice pluviométrico insuficiente preocupa os governadores da região. No entanto, isto não impediu a Sudene de divulgar estimativas prevendo uma safra de 6 bilhões de toneladas há duas semanas — poucos dias depois de anunciar a previsão de 3,5 bilhões.

As estatísticas oficiais são encaradas com desconfiança em alguns Estados. No Piauí, o Governador Hugo Napoleão declarou duvidar que se realize a previsão de 600 mil toneladas de grãos. Os produtores da região queixam-se da carência de sementes para o plantio, da dificuldade de obtenção de empréstimos nos bancos privados e da falta de apoio do Governo Federal. Os secretários de agricultura da região afirmam que a colheita só será salva se as chuvas prosseguirem até junho, pelo menos. Até lá, não há como confirmar as previsões da Sudene.

O primeiro passo, concordam os secretários, é a liberação de recursos e sementes. Depois de pressionado uma semana pelo Secretário Extraordinário para Assuntos do Nordeste, José Inácio da Silva, o Ministro Delfim Neto anunciou, no último dia 5, a liberação de Cr\$ 4 bilhões para aquisição de sementes pelos agricultores. É pouco: só o Estado de Alagoas requisitou Cr\$ 1 bilhão.

Mesmo que se confirmem as previsões da Sudene, os prejuízos deixados pela seca não serão compensados por uma possível quebra de safra. A fome, responsável por 66,6 por cento das mortes entre crianças menores de cinco anos da região, ataca os bebês ainda no útero — o que, segundo o Presidente do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, Ney Cavalcanti, vem provocando um crescente número de casos de retardamento mental. Complicando o quadro, as escolas sofrem bloqueio de recursos do MEC e vários professores abandonam as salas de aula, à procura de melhores salários nas frentes de serviço. (Recife).

## CNBB adverte para consequências de se frustrar aspiração nacional

CARLOS DE OLIVEIRA  
Enviado especial a Itaipu

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, advertiu ontem em Itaipu, município de Indaialta, que um divórcio entre a aspiração popular em favor das diretas já e sua representação no Congresso Nacional "significará uma ruptura que pode ter consequências históricas imprevisíveis". Dom Luciano, que participou da reunião preparatória da 22ª Assembléia-Geral da CNBB, pregou ainda a imediata revogação das medidas de emergências adotadas pelo governo federal, em Brasília, "para que o País reencontre a calma e o discernimento de que necessita para a condução das decisões inadiáveis à melhoria da qualidade de vida das classes desfavorecidas".

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, defendeu a ampla participação do povo nas decisões nacionais e ressaltou que vários bispos brasileiros manifestaram a ele desejo de que a Assembléia-Geral da entidade aborde a questão das eleições diretas. Para dom Ivo, os representantes do povo devem ter em mente o artigo 1º da Constituição Brasileira, que diz: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". Segundo o presidente da CNBB, "essas não são palavras vazias e o povo brasileiro, nos últimos comícios, mostrou que sabe pensar com maturidade".

O vice-presidente da entidade, dom Benedito Ulhoa Viera, destacou a participação popular na movimentação pelo restabelecimento das eleições diretas. Segundo ele, "assistimos a manifestações vivíssimas como nunca houve na história de quatro séculos do Brasil. Nosso povo se reuniu em praça pública, em grande número, em perfeita ordem e

em harmonia de sentimentos. Se o governo, que é feito para servir o povo, não for surdo a esta movimentação sadia e patriótica, terá de voltar atrás de sua intransigência e devolver ao povo brasileiro o direito que lhe foi tirado, isto é, eleger livremente o supremo magistrado da Nação".

### Aspiração popular

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou que "a conjuntura atual, que nos coloca numa clareza a respeito da expectativa e da aspiração popular, requer discernimento e fidelidade por parte dos representantes do povo". Segundo ele, "seria lamentável um divórcio entre a reta aspiração popular e sua devida representação no Congresso. Assim, é de se esperar que haja uma concórdia entre essa aspiração e a representação do povo. Não havendo essa concórdia, isto significará uma ruptura que pode ter consequências históricas imprevisíveis, enquanto que haveria uma falta de comunicação e de consenso, que são indispensáveis ao processo democrático".

Para dom Luciano, as diretas já não devem ser a única aspiração popular. Ele reconhece que essa reivindicação ocupa o primeiro lugar na pauta da aspiração popular. Mas complementou: "Elas devem ser complementadas por uma série de outras medidas que, sem as quais, a aspiração de participação poderia ser insuficiente e até frustrada. Portanto, apoiando a aspiração de participação espero que haja uma percepção adequada e rápida das demais expectativas populares, que se referem às condições básicas de vida: habitação, alimentação, saúde, educação e trabalho".

### É um direito

O vice-presidente da CNBB ressal-

ta que como bispo tem o direito de ter opinião formada a respeito da necessidade do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. "Sou brasileiro, sou eleitor, exerci por longos anos o magistério na PUC de São Paulo, dando uma colaboração na formação da juventude. Por isso, me sinto no direito de ter opinião formada e convicção séria sobre este momento".

Dom Benedito, assim como dom Luciano Mendes, condenou as medidas de emergência, comparando-as a "um eclipse no céu do Brasil". Segundo ele, "a tão prometida democracia, que vem sendo dada em doses homeopáticas, mas que não deixava de trazer esperança e alegria para todos, teve um violento retrocesso neste momento de decretação das medidas de emergência, que não se coadunam com o que vem sendo recitado em discursos e mensagens".

Nessa mesma linha de raciocínio, dom Luciano Mendes afirmou que "as medidas de emergência surpreenderam a Nação, porque havia em processo uma expressão popular ordeira e tranquila, que revelava característica de amadurecimento do processo democrático do País. As medidas de emergência revelam-se inadequadas e injustificadas porque foram decididas sem a razão suficiente. É de se esperar que sejam imediatamente revogadas".

Também o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, não encontrou explicações para a decretação das medidas de emergência, em Brasília. E questionou: "Como impedir que o povo saiba o que seus representantes fazem? Não sei, realmente não consigo entender, não tem explicação. Então o povo não pode saber que o seus representantes fazem?"

## Polícia paulista está de sobreaviso

Apenas os casos de distúrbio da ordem pública ou de atentados ao patrimônio, como saques e depredações, provocarão a intervenção das polícias Militar e Civil do Estado, durante as manifestações públicas decorrentes da votação pelo Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira, sejam elas em comemoração pela vitória ou de repúdio pela derrubada da emenda. A orientação foi transmitida pelo secretário Michel Temer, da Segurança Pública, ao delegado-geral José Vidal Pilar Fernandes e ao coronel Nilton Vianna, comandante geral da Polícia Militar.

Em reunião realizada ontem de manhã com o comandante e o delegado-geral, o secretário determinou que toda a polícia ficasse em "estado de sobreaviso" para uma eventual ação. A Polícia Civil iniciou essa ação especial a partir das 18 horas e a Militar a partir das 16 horas, em função de manifestações programadas em Santo Amaro e no ABC.

Nenhuma ordem para regime especial — sobreaviso ou prontidão — no corpo de tropa foi baixada até à noite de ontem pelo comando do 2º Exército, com vistas à votação da emenda pró-diretas, contrariando até mesmo informação que circulou na área policial. As 17 horas, com o toque de ordem, foi suspenso o expediente e fechadas as seções do Estado-Maior, permanecendo no QG do Ibirapuera apenas a guarda costumeira.

### Manifesto de psiquiatras exige eleições diretas-já

Psiquiatras, psicanalistas, psicólogos e trabalhadores na área da saúde mental divulgaram manifesto afirmando que estão "unidos a todo o povo brasileiro na exigência da realização de eleições diretas já". Assinado por Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas, Chaim Katz e outros 579 nomes unidos em torno do Comitê Pró-Diretas dos Trabalhadores de Saúde Mental, o documento assinala que "não existe abertura

### 2º Exército

democrática sem pleno respeito à vontade popular, em todos os níveis de representatividade. A ausência de tal requisito mantém o arbítrio e todas as inevitáveis consequências que dele decorrem: ilegitimidade do poder, corrupção, impunidade".

### Arquitetos apóiam campanha

O Instituto dos Arquitetos do Brasil soltaram manifesto onde "reafirmam seu engajamento na luta de todo o povo brasileiro pela realização de eleições diretas já". Respondem pelo manifesto a Direção Nacional e os presidentes de 16 dos Departamentos Estaduais do IAB, e se dirigem "aos arquitetos para que se mantenham unidos em torno dos Comitês pelas Diretas Já; ao povo brasileiro para que se mantenha mobilizado e consciente de seu papel e de sua força na construção de seu próprio destino; aos membros do Congresso Nacional para que assumam efetivamente a representação do povo que os elegeu e a defesa da soberania da Nação".



### **Agrônomos lançam documento**

Engenheiros agrônomos divulgaram ontem um manifesto em favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira, em que afirmam que "nesse momento crucial da história do País, uma movimentação política consegue unir praticamente toda a sociedade brasileira pelas eleições diretas-já". Essa movimentação, prossegue o documento, "torna cada vez mais claro o distanciamento da pequena elite que detém o poder, e quer mantê-lo a qualquer preço, do restante da Nação".

### **Procuradores se manifestam**

Os procuradores do Estado também estão em campanha pelas eleições diretas, já. Numa atitude sem precedentes, desde a sua fundação em 1948, a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo decidiu tomar uma posição política frente a uma questão nacional e deliberou apoiar publicamente a mobilização da sociedade pelas eleições diretas para a Presidência da República. A medida foi tomada, por unanimidade, em assembléia geral realizada ontem à noite na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), com mais de cem participantes.

### **Caricaturistas protestam**

A Associação dos Quadrinhistas e Caricaturistas de São Paulo divulgou manifesto protestando contra o impedimento da realização, em Brasília, de sua exposição de cartuns pró diretas-já e do boneco de Teotônio Vilela confeccionado pelos artistas que a integram. No Nikkey Palace Hotel, onde se realizaria a mostra, serão colocados painéis negros no lugar dos cartuns. O boneco participará da vigília na praça da Sé.

### **Bispos iniciam assembléia**

ITAICI — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) inicia hoje em Itaici sua 22ª Assembléia Geral, para debater a situação do Nordeste brasileiro. Os quase 300 bispos que participarão do encontro discutirão ainda temas de caráter estritamente eclesial, como a adaptação de 74 tópicos do novo Código de Direito Canônico ao Brasil. Além disso, a CNBB abordará questões como a formação do padre brasileiro na atual realidade do País. Estão previstas duas comunicações: uma, a ser feita pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, sobre as várias correntes da Teologia, e outra, pelo padre Fernando Bastos Ávila, sobre a atual conjuntura sócio-econômica e política do País. Muito provavelmente, as eleições diretas para presidente da República merecerão uma manifestação dos bispos, já que o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheider, informou que vários prelados estão interessados em discutir o tema em plenário.

## **Comunidades do Rio denunciam ameaça e pedem explicação**

ITAICI (Do enviado especial Carlos de Oliveira) — Uma comissão de quatro comunidades de base do Rio de Janeiro, composta de 40 pessoas, decidiu ontem acampar em frente ao mosteiro de Itaici, onde se realiza a 22ª Assembléia-Geral da CNBB, para obter do cardeal dom Eugênio Sales, uma explicação sobre a ameaça de afastamento de quatro padres da arquidiocese, vítimas "do arbítrio e do autoritarismo" do arcebispo.

De acordo com carta distribuída pela comissão, "tudo começou no dia 5 de dezembro do ano passado com a morte do padre Francisco da Rocha Guimarães. Este padre sofreu na sua vida o que os nossos padres estão sofrendo neste momento. Castigado pelo cardeal do Rio de Janeiro, por suas atitudes firmes no serviço a Cristo e ao Evangelho, o padre Francisco foi sendo reduzido ao silêncio, até à morte. Primeiro foi proibido de lecionar qualquer matéria relacionada com religião, e nos últimos momentos de sua vida até de escrever nos jornais. Morreu de um enfarte fulminante como consequência de todas estas pressões e arbitrariedades".

A carta distribuída ontem à tarde, em Itaici, afirma ainda que quatro padres que participaram da missa de 30º dia do padre Francisco estão sendo punidos. "Nessa missa houve

29/14/89 F80  
depoimentos de leigos e padres, refletindo sobre a vida, paixão e morte do padre Francisco. E embora os padres de nossas comunidades nada tenham falado, começaram a ser perseguidos com sentenças que atingem a vida de nossas comunidades. Aceitamos que em um determinado momento padres possam ser transferidos pelo bem das almas; porém, no caso desses padres, é o arbítrio e o autoritarismo que aparecem claramente".

Em outra carta, também distribuída ontem, a comissão destaca que "o nosso cardeal, que há 13 anos está à frente da Igreja do Rio de Janeiro, o munus do sucessor dos apóstolos, vem conservando a pureza e a integridade da doutrina de Cristo. Gostaríamos de esclarecer que, em momento algum, nosso objetivo foi de fazer críticas ao seu episcopado, mas sim buscarmos nele, que é pastor, o direito de sermos ouvidos e de manifestar nossas necessidades e anseios, já que sempre reconhecemos nossos deveres e sua autoridade como sagrado pastor".

Até o início da tarde de ontem, a comissão não havia ainda sido recebida pelo cardeal. O cardeal do Rio de Janeiro comunicou à comissão que atenderá seus representantes, bastando apenas marcar uma audiência com sua secretária.



## CNBB: "Emergência é retrocesso"

**A** insistência manifestada pelo governo contra as eleições diretas é interpretada pelo vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Benedito Ulhoa Vieira, como "uma punição injustificada ao povo brasileiro". Ele revela sentir-se, por isso, "apreensivo" com o desenrolar dos acontecimentos, "caso permaneça a intransigência oficial diante do clamor nacional que visa a abrir cada vez mais a vida política brasileira à participação popular".

ÚNICA SAÍDA

O prelado teme que uma posição inflexível por parte das autoridades governamentais agrave o impasse para o qual só vê uma saída: "Como cidadão e como eleitor eu gostaria que fosse reconhecido esse direito de todo brasileiro que é o de influir no processo político através do voto, com o qual pode escolher o supremo magistrado da Nação. Por aí é que podemos começar a devolver ao povo, de que fazemos parte, a esperança de melhores dias".

Por considerar a decretação das medidas

de emergência um "preocupante retrocesso na linha de redemocratização homeopática adotada pelos que controlam o destino da Nação", dom Benedito afirma: "Foi uma iniciativa muito feliz num momento tão delicado e importante para o aperfeiçoamento das instituições nacionais. Exatamente quando o governo vinha prometendo em tantos discursos a volta da democracia".

Para o presidente da CNBB, o telegrama enviado de Itaiaci ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, dia da votação da emenda Dante de Oliveira, reflete a posição "inequívoca" assumida pela Igreja no Brasil: "Os bispos reunidos em sua 22ª Assembleia Geral acompanham com preocupação o momento grave da vida nacional. Seguem com esperança a atuação do Congresso. O poder político se exerce em nome do povo e por delegação do povo, que amplamente já se manifestou em nosso país".

E após dizer que todos aguardavam "em vigília" a decisão histórica do Legislativo,

terminava a mensagem aos parlamentares: "Pedimos que Deus conceda aos deputados e senadores sabedoria, e corajosa independência diante da grandeza do momento político brasileiro". Dom Benedito acrescentou nunca ter visto "movimento mais contagiante, empolgante, como o da campanha pelas eleições diretas. Nunca houve algo semelhante em nossa história, com a massa de milhões e milhões de brasileiros nas ruas, em ordem, com tranqüilidade e bom humor".

### VONTADE NACIONAL

O bispo finaliza, comentando: "Não há governo, que se proponha a implantar a democracia no país, que possa permanecer indiferente a essa mobilização da vontade nacional. O povo só deseja participar, o que é sadio e fundamental nos regimes abertos. Daqui para a frente que as lideranças políticas saibam interpretar essa voz insubstituível na condução do processo histórico, e lhe deem o espaço que deseja e a que tem legítimo direito".



715 184 F 80

## CNBB premia filmes políticos

Os documentários "Jango", de Silvio Tendler, e "Frei Tito", de Marlene França, ganharam ontem, em conjunto, o Prêmio Margarida de Prata, concedido anualmente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e que será entregue durante cerimônia anunciada para o dia 30 deste mês, em Brasília. "Jango" continua em exibição em São Paulo, enquanto "Frei Tito", primeira obra dirigida pela atriz Marlene França, ainda está proibido pela Censura Federal.

Em nota de ontem, a direção da CNBB afirma que "O júri de premiação deparou-se com dois filmes brasileiros que se destacam por abordar a problemática nacional nos últimos 20 anos, a partir de dois

personagens reais, cuja memória é recuperada pela reflexão e interpretação de seus realizadores."

Quanto a "Jango", "a visão do filme afirma a nota — não se fecha nas fronteiras da nacionalidade. Busca abrir-se com justeza e precisão, para o Continente Latino-Americano que, em suas lutas de libertação do povo, coloca-se no mesmo projeto de transformação da sociedade. Ao mesmo tempo em que o autor assume uma interpretação pessoal de história brasileira, realiza também sua própria e jovem biografia que, sem dúvida, é muito próxima de grande número de brasileiros. Biografia esta caracterizada pela cassação violenta da cidadania e da participação legítima na vida nacional".

## CNBB conclui que situação do NE se agrava dramaticamente

2-5-84 FSP  
CARLOS DE OLIVEIRA

Enviado especial a Itaiçi

A situação do Nordeste brasileiro é mais do que dramática, é trágica. A condição de miséria da grande maioria de seu povo deve-se à concentração da terra e da riqueza, fruto de um sistema capitalista selvagem, dependente, gerador de marginalização. Desse capitalismo nasce uma política de governo que incentiva o latifúndio e a monocultura, leva ao desemprego, reforça a opressão política, a escravidão econômica, a violência e a corrupção.

Essas são as principais conclusões da segunda versão do documento base que os 272 bispos reunidos na 22ª Assembléia-Geral da CNBB, em Itaiçi, se utilizam para debater o tema "Nordeste, Desafio à Missão Evangelizadora da Igreja no Brasil", colocado ontem pela manhã na pauta oficial do encontro. O texto, de forte conteúdo social e político, faz uma análise extensa dos principais problemas nordestinos, refuta afirmações de que a seca é a grande responsável pela miséria na região e defende, como única solução, a execução de uma ampla reforma agrária, com a participação efetiva do trabalhador.

### "Grito de milhões"

Logo na sua introdução, o documento — que será amplamente debatido em plenário, nos próximos dias — afirma que "o povo nordestino, como todo o povo brasileiro empobrecido, está gritando, através dos milhares de abaixo-assinados das comunidades, das centenas de manifestações de rua, das pautas de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores, por trabalho e salário justo, para ganhar o seu pão com o suor do rosto, por água, sementes para o plantio, saúde e tratamento humano".

Lembra que, "no seu grito de milhões, o povo quer um modelo sócio-econômico que possibilite pão em todas as mesas, liberdade, justiça, participação no seu processo de auto-promoção". Depois de relatar os vários tipos de pressões a que estão submetidos os nordestinos, entre eles a subnutrição, o êxodo para as grandes cidades, a poluição dos rios e as elevadas taxas de mortalidade infantil (107,2 mortos por 1.000 nascidos vivos), o documento-base passa a

analisar as causas políticas dos problemas do Nordeste.

Ressalta que "as causas da realidade nordestina devem ser procuradas, antes de mais nada, na história sócio econômica e política do Brasil, no contexto da economia mundial. Essas causas não são resultado da fatalidade, do destino, da natureza, mas o resultado da ação política dos homens e das formas através das quais se apropriam e usam dos recursos naturais e estabelecem relações entre si. Neste sentido, o Nordeste e a seca são uma produção política".

### "Sistema pecaminoso"

Esse "Nordeste produzido", de acordo com o texto-base, deve-se, entre outras razões, à "política do governo, que conduziu ao fortalecimento da estrutura de uso e posse da terra, favorecendo o grande proprietário — latifundiário ou empresa rural — e aumentando mais ainda a concentração da propriedade fundiária e, conseqüentemente, o poder econômico de uma privilegiada minoria". Para os bispos, "essa crescente concentração nas mãos de poucos é pecaminosa e anti-evangélica, como todo o sistema que a provoca".

O texto faz ainda críticas contundentes à "indústria da seca" e à "utilização indevida das verbas dos programas de emergência para o favorecimento de grupos e indivíduos". Afirma que "para os milhões de trabalhadores sem terra, os verdadeiros flagelados, distribuiu-se apenas esmola, que mata de vergonha ou vicia o cidadão". O documento proclama, então, "a falência dos programas de emergência e de todos os outros programas do governo".

Na sua parte final, o texto afirma que toda essa análise "mostra em cores vivas que a sociedade nordestina, apesar de se encontrar num país e num continente católicos, é cercada por um escandaloso contraste entre ricos e pobres, uma característica de todo o Brasil, que se acentua de forma gritante no Nordeste".

Adverte também que o nordestino "é um povo fadado a sofrer uma terrível involução pessoal, um povo na sua totalidade sub-alimentado, cronicamente faminto", que não poderá "ter o necessário desenvolvimento físico e psíquico para assumir, na história, seu papel de sujeito ativo e consciente".





car. **Bispo morre em Itaiaci** <sup>4/15/78</sup>

ITAICI — O bispo aposentado de Januária (MG), dom João Batista Przyklenk, morreu ontem, em Itaiaci, durante os trabalhos da 22ª Assembléia-Geral da CNBB. Dom João, de 68 anos, presidia a Comissão Especial que elaborava um texto sobre adaptações do Direito Canônico ao Brasil. Por volta das 17 horas, depois de apresentar várias sugestões para a redação do documento, sentiu-se mal e foi atendido imediatamente pelo médico que acompanha dom Aloísio Lorcheider, dr. Humberto Silveira Cosentino. Alguns minutos depois, apesar de várias tentativas de reanimação, entre elas a massagem e respiração boca a boca, dom João Batista morreu de parada cardíaca. O ex-bispo de Januária nasceu em Brandewalde, na Alemanha, foi ordenado padre em 1940, no Rio Grande do Sul, e chegou ao episcopado em 1962, na Alemanha. Fez seus estudos primários na Baviera, estudou filosofia na Holanda e formou-se em Teologia em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Fez curso de Direito Canônico em Roma.

515184757

Luciano Mendes de Almeida

## A assembleia fraterna de Itaici

Cada ano reúnem-se por dez dias os bispos católicos do Brasil. Esta é a 22ª assembleia geral. Em Itaici, estavam presentes 270 bispos. Unia a todos a solicitude comum pelo bem da Igreja e do povo com nosso país, num ambiente de simplicidade, compreensão e franqueza.

Cresce o conhecimento recíproco entre os bispos da CNBB. Cresce o intercâmbio de ministérios e o empenho conjunto para discernir os sinais dos tempos e os apelos pastorais.

Quem observa de longe esta assembleia provavelmente se impressionará com os resultados mais aparentes do que se passou em Itaici: estudos, declarações e pronunciamentos.

Mas o importante é captar a natureza própria desse encontro de pastores e irmãos que procuram cumprir a missão de Cristo, evangelizar, ouvir o clamor do povo que espera a mensagem de vida que só Deus pode dar.

Assembleia de intenso trabalho. Trabalho de legislar nos pontos em que o novo Direito Canônico requer uma disposição da Conferência Episcopal de cada país. Este trabalho inclui, também, um amplo Documento de 194 parágrafos sobre a formação dos presbíteros na Igreja do Brasil. Trata-se de apresentar as orientações básicas para a formação dos que pretendem exercer o ministério presbiteral.

O segundo grande assunto foi o do "Nordeste, desafio à missão evangelizadora da Igreja no Brasil", focalizando a situação do Nordeste dentro da conjuntura da seca e da estrutura de injustiça. Ficou patente o problema que é para o Brasil, o enfrentamento do largo e duríssimo período de seca com suas consequências dramáticas. No entanto, em períodos fortes colheitas, infelizmente, perdurou a injustiça para com os pequenos lavradores relegados a condições sub-humanas de vida. Assim, a Assembleia impôs-se a tarefa não apenas de constatar a situação de fome e pobreza, por demais conhecida, mas de refletir sobre suas causas, à luz da Palavra de Deus, à luz, também, das exortações do Santo Padre.

Em sua viagem ao Brasil e na encíclica "Laborem Exercens", lembra o Santo Padre que a Igreja é chamada, em força de sua missão, a se empenhar pela promoção integral da vida de todos os homens.

Os bispos assumiram o grave compromisso pastoral de maior solicitude para com o Nordeste. É compromisso que envolve a conversão do coração e a transformação dos hábitos de vida, para que, por dever da justiça, procuremos criar condições para a promoção das populações empobrecidas do Nordeste.

É preciso mostrar que é inadiável uma ação para erradicar as causas da situação através de medidas concretas que são conhecidas e viáveis. Esta ação depende de uma decisão política, a qual só será conseguida com uma mobilização da Nação. A Igreja se compromete com esta mobilização.

Entre os outros assuntos tratados na Assembleia sobressaiu o pronunciamento sobre a família e a defesa da vida numa rejeição consciente e convicta de todas as formas que atentam contra a vida dos nascituros, num repúdio ao crime hediondo do aborto.

Insiste, também, o documento em revelar, em denunciar a campanha contraceptiva que vem sendo largamente difundida no país e que revela uma mentalidade antinatalista.

Em telegrama enviado ontem à presidência do Congresso e aos líderes partidários, a Assembleia veementemente reagiu contra a emenda que pretende alterar o art. 175, ceput, da Constituição, suprimindo a definição da família fundada pelo casamento. Isto viria agravar a desagregação crescente das famílias no Brasil.

O Episcopado elaborou a mensagem de Paz para os países em conflito, mas em especial aos países da América Central, marcando com clareza a necessidade de uma política de diálogo, de compreensão entre os povos e a superação da violência.

Três comunicações mereceram especial destaque: a primeira a respeito da Situação da Teologia, na América Latina, confiada a D. Aloísio Lorscheider que representou o Brasil num recente Encontro de todas as nações sul americanas, em Bogotá. A segunda foi sobre a situação sócio-política econômica nacional descrevendo a gravíssima crise global do país e sugerindo caminhos de superação. Na última comunicação sobre a situação e angústia das populações indígenas ficou evidenciada, mais uma vez a triste condição de milhares de índios cuja vida está em constante perigo.

Todos os trabalhos da assembleia realizam-se desde a manhã até a noite, num ambiente de oração, onde a Celebração Eucarística e a Liturgia das Horas ocupam o momento central do dia.

Particular relevo merece em todas as Assembleias um dia inteiro de oração chamado o "Dia da Espiritualidade". Neste ano, o tema para esse dia foi: "O Bispo e sua ação litúrgica".

Duas mensagens caracterizaram a 22ª Assembleia Geral: a primeira dirigida aos membros do Congresso no dia em que estavam para votar a emenda Dante de Oliveira. O telegrama conciso e contundente, afirmava o dever de os nossos congressistas estarem à altura do momento político e da expectativa do país, procurando a fidelidade à justa vontade do povo.

Maior relevo mereceu a mensagem aos trabalhadores do Brasil, por ocasião do dia 1º de Maio. A mensagem explícita o sofrimento diante de situações extremas, vividas pela classe trabalhadora, o desemprego, a falta de condições dignas de vida e até mesmo amorte que camponeses tiveram que enfrentar, na busca e na procura de terem acesso à terra. Esta mensagem, no entanto, traz um apelo à Esperança, na certeza de que a Ressurreição de Jesus Cristo é força para construção de uma sociedade justa e democrática, na qual os homens são convidados a promover a reconciliação a não violência, e promoção do bem comum.

Parece que Deus, na sua insondável, mas sempre amorosa sabedoria quis que os bispos compreendessem melhor a profundidade do mistério da morte e Ressurreição de Cristo, experiência da realidade da própria morte do querido e atuante bispo de Januária, Dom João Batista Przyklenk. Passou à melhor vida no último dia da assembleia, poucos minutos após ter feito exposição de importantes trabalhos jurídicos em que era mestre abalizado e apreciado.

De Itaici partem agora novamente os bispos para cumprir a missão que o Senhor lhes confia. Levam para suas comunidades a experiência de uma assembleia muito fraterna e das mais profícuas para o exercício de seu pastoreio.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.

515 184 780

## Momento político do País é analisado em Itaici

“Emenda é instrumento de continuísmo do regime”

**CARLOS DE OLIVEIRA**

Enviado especial a Itaici

O projeto de emenda constitucional apresentado pelo governo, propondo as eleições diretas e uma série de outras medidas é, na verdade, um instrumento de continuísmo do regime. É a proposta de um novo dispositivo constitucional que, como outros, pode fazer abortar qualquer alternativa que não se concilie com os termos considerados inegociáveis pelo regime.

Essa análise do atual momento nacional foi feita pelo padre Fernando Bastos D'Ávila, ligado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), anexo à CNBB, em exposição aos bispos que participaram da 22ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, encerrada ontem, em Itaici (município de Indaiatuba, SP). A palestra do padre D'Ávila, intitulada “Situação Sócio Econômica e Política do Brasil”, não integrou a pauta oficial dos trabalhos da Assembléia nem mereceu qualquer tipo de manifestação por parte dos bispos. Foi, segundo o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, apenas uma comunicação, como habitualmente é feito todos os anos.

Durante sua exposição, o padre D'Ávila destacou que o atual momento é de negociação, mas “uma negociação autêntica”, que “só é possível com a igualdade de condições dos negociadores: a mesma liberdade para todos e o mesmo interesse em descobrir se o outro tem uma idéia melhor para superar o impasse”. Segundo o padre, “sem estas condições, a negociação resulta numa conciliação pela cooptação de opositoristas confiáveis, para chegar a um pacto entre elites políticas que estão de costas para os anseios da Nação”.

“A própria lentidão que exigirá esse processo — disse — resultará em uma espécie de laxante federal, para prescrições e purgas de mora das

matrizes e filiais da corrupção, com o oportuno arquivamento dos processos, porque ninguém gosta de negociar à boca dos esgotos.”

Em sua palestra, padre D'Ávila fez uma longa análise da situação econômica e política do País. Do ponto de vista político, destacou que “a crise — que ele considera a maior de todos os tempos e em todos os setores da sociedade — consiste num brusco desencontro entre o Estado e a Nação, desencontro que comporta o risco de comprometer o projeto de fazer desse País uma democracia”.

Lembrou que “com avanços e recursos, com declarações enfáticas ou espontâneas, seguidas por vezes de desmentidos canhestros, houve um esforço por parte do Estado de recuperar a distância que o separava da Nação. Contudo, a Nação teve a sensação de que este esforço foi bruscamente interrompido no momento em que o governo se recusou a admitir que partisse da Nação a iniciativa do desfecho normal do processo da redemocratização e mobilizou suas forças para que fosse rejeitada a emenda que constituía o símbolo das aspirações nacionais. Foi uma primeira chance perdida para consagrar definitivamente o desempenho político de um governo tão desgastado pelo desastroso desempenho econômico-social”.

Do ponto de vista sócio-econômico, “a deterioração deveu-se mais a uma decisão política interna do que a conjuntura internacional, que, se não melhorou muito, também não piorou nas proporções de nossa crise. A decisão oficial concentrou-se no aspecto financeiro desta crise, na ilusão de que, sanadas as finanças, tenderiam a resolver-se os problemas sociais e os impasses políticos”. Padre D'Ávila identificou ainda uma profunda crise de ordem cultural, que atingiria basicamente a família, através do consumismo, levando-a à desagregação.

### Bispos repudiam intervenção estrangeira na AL

ITAICI (do enviado especial Carlos de Oliveira) — Os bispos reunidos em Itaici, na 22ª Assembléia Geral da CNBB, divulgaram ontem uma mensagem pela paz na América Latina, especialmente na América Central, manifestando sua solidariedade com as “justas aspirações e legítimo direito” de auto-determinação de seus povos. O texto repudia “toda intervenção estrangeira contra qualquer país, as ameaças de invasão, a introdução de armas e o desrespeito aos direitos humanos”.

Os prelados manifestaram seu apoio “às questões de paz do grupo Contadora e ao esforço corajoso do episcopado norte-americano para convencer o governo de seu próprio país no sentido de que a opção militar dê lugar à opção diplomática criativa”.

A mensagem destaca ainda que na América Latina, “a pobreza, característica de nossas gentes, produzida pela exploração colonial que, alimentada sob formas e nomes diversos, se prolonga até hoje também nos seus sofrimento e nos faz plenamente solidários na justa luta pela verdadeira libertação de nossos povos, pela justiça, pela fraternidade e pela paz social”.

“Conscientes dessa unidade fundamental da América Latina, que deve crescer sempre mais e que, para tristeza nossa, às vezes parece ameaçada ou enfraquecida, dói-nos principalmente o drama que ora vive a América Central, palco de lutas fratricidas, alimentadas por grandes potências que disputam entre si áreas de dominação”.



## CNBB encerra sua 22ª Assembléia Geral

ITAICI (do enviado especial Carlos de Oliveira) — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encerrou ontem, em Itaiaci, sua 22ª Assembléia Geral, sem definir o texto final sobre os problemas do Nordeste. De acordo com a presidência da entidade, o número de emendas ao documento-base estudado em plenário foi muito grande e, por isso, optou-se por remeter todo esse material à Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), encarregada, agora, de elaborar o texto definitivo. A posição da Igreja Católica no Brasil sobre o Nordeste só será divulgada em agosto, em Brasília, depois de aprovação do Conselho Permanente da CNBB.

Mesmo assim, o documento final deverá atender aos seguintes critérios: "Demonstrar total solidariedade da Igreja com o Nordeste e o nordestino; mostrar que a Nação está desinformada ou iludida quanto à situação real do Nordeste; mostrar que foram tomadas medidas pelo Nordeste, mas que essas medidas tiveram um duplo resultado (atenuar alguns efeitos e favorecer a muitos interesses); mostrar que é inadiável

a ação para erradicar as causas da situação através de medidas concretas que são conhecidas e viáveis; mostrar que esta ação depende de uma decisão política e só será conseguida com uma mobilização da Nação; e garantir que a Igreja se comprometa com essa mobilização."

A Assembléia também não definiu o texto final sobre o aborto e o uso de contraceptivos, um tema extra-pauta sugerido pelo bispo de Chapecó, dom José Gomes. A redação definitiva será feita pela presidência da CNBB e pela Comissão Episcopal de Pastoral, depois de um estudo das várias emendas.

A legislação complementar ao Código de Direito Canônico (o Vaticano delegou às várias conferências episcopais o poder de adaptar itens do Código às suas realidades nacionais) que entre outras coisas "reconhece como hábito eclesiástico a batina, o clergyman ou a cruz na lapela" será encaminhada à Roma, para aprovação da Santa Sé. O mesmo acontecerá com o documento que fala sobre a formação do padre na atual realidade brasileira.

São Paulo, de 11 a 17 de maio de 1984

## Concluída a XXII Assembléia Geral dos Bispos do Brasil

Uma Assembléia de "muitos, importantes e cansativos" trabalhos, estudos e deliberações. Assim D. Ivo Lorscheiter definiu a XXII Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaiaci nos dias 25 de abril a 4 de maio. Esses trabalhos, estudos e deliberações tiveram como pano de fundo duas preocupações fundamentais. Uma primeira preocupação levou os bispos a olharem para dentro da própria Igreja. Eles estudaram, emendaram e aprovaram a Legislação Complementar ao novo Código de Direito Canônico que agora será submetida à Secretaria de Estado da Santa Sé. Uma vez aprovada, será aplicada no Brasil.

Os bispos brasileiros também votaram as Diretrizes para a Formação Presbiterial. A Sagrada Congregação para a Educação Católica agora receberá essas diretrizes e deverá aprová-las para que sejam aplicadas em nossos seminários e casas de formação.

Ainda, dentro desse olhar para dentro da Igreja, foi feita por D. Aloísio Lorscheiter uma comunicação sobre a situação da teologia hoje. Finalmente, os bispos em assembléia aprovaram o Ano Eucarístico em preparação para o XI Congresso Eucarístico Nacional em 1985, nos dias 16 a 22 de julho, em Aparecida do Norte. O Santuário Nacional de Aparecida foi oficialmente proclamado Santuário Nacional pela Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil.

### A PREOCUPAÇÃO COM O POVO

A segunda preocupação dos Bispos foi com os problemas sociais que atingem o povo brasileiro. Nesta perspectiva, o Nordeste mereceu a maior das atenções. Segundo D. Ivo Lorscheiter, "o problema do Nordeste teve mais atenção não só por causa das consequências da seca, mas pela situação de marginalização que já perdura há muitos anos". O documento "Nordeste: desafio à missão evangelizadora da Igreja no Brasil", que serviu como instrumento de estudo e análise, foi muito discutido e recebeu inúmeras emendas.

O Conselho Permanente da CNBB recebeu a incumbência de analisar as emendas que entrarão no texto final. Em suas linhas fundamentais, esse documento em sua redação final, demonstrará a total solidariedade da Igreja com o Nordeste e o nordestino; mostrará que a nação em sua maior parte está desinformada ou iludida quanto à situação real do Nordeste, mas que estas medidas tiveram um duplo resultado: atenuar alguns efeitos e favorecer a muitos interesses; mostrará que é inadiável uma ação para erradicar as causas da situação através de medidas concretas que são conhecidas e viáveis; mostrará que esta ação depende de uma decisão política, a qual só será conseguida com

uma mobilização da nação e garantirá que a Igreja se comprometa com esta mobilização.

Um dado levantado foi o da Reforma Agrária. Urge que ela se concretize no Nordeste. Lembrou-se que o próprio Papa em sua visita ao Brasil, falou dos problemas da terra e da Reforma Agrária.

### A CRISE — OS ÍNDIOS — AMÉRICA CENTRAL

A atenção pastoral dos bispos se estendeu também para o Brasil como um todo, vivendo uma crise nunca antes vista. Uma comunicação especial serviu para ajudar os bispos a compreender esta crise que é global — é social, econômica, política e cultural.

Os indígenas não foram esquecidos. Mereceram também uma outra comunicação que mostrou a situação angustiante em que vivem, constantemente ameaçados de perder suas terras e até mesmo de perder sua identidade.

Durante a Assembléia, os bispos enviaram algumas mensagens e telegramas que merecem destaque pela preocupação pastoral que demonstram. A primeira foi por ocasião do dia 1.º de maio — Dia do Trabalho — publicada na primeira página da última edição de "O São Paulo". A segunda é uma "Mensagem pela Paz na América Latina", sacudida por tantos conflitos, por "lutas fratricidas, alimentadas por grandes potências que disputam entre si áreas de dominação".

Dois telegramas foram enviados. O primeiro ao Congresso Nacional. Nele os bispos se uniram ao povo brasileiro na esperança de que deputados e senadores fossem sensíveis aos anseios de mudança contidos no grito geral pelas diretas á. A esperança foi frustrada e dessa frustração participaram também os pastores da Igreja.

Um outro telegrama foi dirigido a deputados e senadores. Nele os Bispos "protestam contra a proposta de emenda constitucional que suprime a definição da família fundada normalmente pelo casamento. Julgam que essa proposta virá contribuir para agravar as manifestações de desagregação da família no Brasil. Protestam igualmente contra projetos que legitimariam ou despenalizariam a prática do aborto, violando os direitos humanos do nascituro".

Futuramente a CNBB divulgará um outro extenso pronunciamento sobre a família. Os bispos apresentaram muitas emendas ao texto. Não era um tema previsto em pauta. Foi proposto durante a Assembléia. Os imprevistos e o grande número de emendas não permitiram que o documento fosse votado. O texto foi encaminhado à Comissão Episcopal de Pastoral, que cuidará do texto final.

Cido Pereira

São Paulo, de 18 a 24 de maio de 1984

## Justificativa do Prêmio "Margarida de Prata" - 1984

Uma feliz coincidência marcou a escolha do prêmio cinematográfico da CNBB deste ano. O júri de premiação deparou-se com dois filmes brasileiros, que se destacam por abordar a problemática nacional dos últimos 20 anos, a partir de dois personagens reais, cuja memória é recuperada pela reflexão e interpretação de seus realizadores. São eles os filmes "Jango" de Silvio Tendler e "Frei Tito" de Marlene França. Esses dois personagens, vivendo o seu próprio universo e contexto, unem-se no mesmo propósito de construir uma sociedade mais justa. De qualquer forma, a trajetória desses dois personagens marcou o destino da nação brasileira nos últimos 20 anos.

O primeiro filme, "Jango" de Silvio Tendler, consegue com arte e habilidade, levar o espectador a uma participação intensa nos acontecimentos que envolveram a vida pública do ex-presidente João Goulart. Esta participação emotiva, no entanto, deixa ao espectador espaço para a discussão e a reflexão, pois, seu abundante material de pesquisa acaba revelando um Brasil que a história oficial sempre pretendeu esconder. Ao revelar os fatos, Silvio Tendler expõe sincera e objetivamente os seus pontos de vista, lançando sobre o país o olhar de um jovem comprometido com seus ideais de sociedade e com um projeto de construção com eles coerente.

Na realidade o que está em jogo em "Jango" é o imaginário intuitivo de Silvio Tendler que é, certamente, o mesmo da maioria dos brasileiros que se identificam com a mesma utopia.

"Jango" é assim um filme que está acima das simpatias que possa recolher em favor do ex-presidente. Sua identidade maior é com os compromissos que desperta em favor da generosa utopia de um Brasil autônomo, livre, participativo, justo, amável e democrático. É uma espécie de terra prometida que está custando muito a chegar por causa dos maus caminhos que tem atravessado, não por culpa sua ou de seu povo, mas de grupos que se instituíram em donos da verdade e do destino do país. Mais uma vez o fracasso desastroso dessa prepotência se faz sentir na crise sem precedentes em que vive a sociedade brasileira. Até mesmo sobre esta candente realidade a atualidade do filme de Silvio Tendler nos faz refletir. Aliás,

sobre qualquer ângulo que o espectador queira apreciar o filme de Silvio Tendler, encontrará substância fértil para compreender melhor a história brasileira dos últimos 50 anos, e sobretudo sentirá pulsar um coração inquieto e aflito para ver o povo brasileiro agasalhado em suas próprias conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas.

A visão do filme, entretanto, não se fecha nas fronteiras da nacionalidade. Busca abrir-se com justeza e precisão, para o continente Latino-americano que em suas lutas de libertação do povo se coloca no mesmo projeto de transformação da sociedade.

Ao mesmo tempo em que o autor assume uma interpretação pessoal de história brasileira, ele realiza também a sua própria e jovem biografia que, sem dúvida, é muito próxima de grande número de brasileiros. Biografia esta caracterizada pela cassação violenta da cidadania e da participação legítima na vida pública nacional.

O segundo filme premiado, foi o curta-metragem "Frei Tito" de Marlene França. Nele fica evidente o grau de intolerância e a extrema violência que se abateu sobre o Brasil depois do AI-5, a ponto de destruir não apenas a vida material, mas o ser humano em sua dignidade mais profunda. Vítima dessa extrema crueldade, Frei Tito, dominicano engajado na luta pela transformação da sociedade brasileira, enfrentou uma desigual batalha que aniquilou o seu ser. Preso e torturado nas formas mais humilhantes e demolidoras, Frei Tito não conseguiu mais remontar os pedaços de si próprio. Seu suicídio na França foi uma consequência direta do contexto histórico que agiu de maneira decisiva sobre a população brasileira, hoje indiscutivelmente acabrunhada, humilhada e descrente. E é também o seu exemplo e generosidade que certamente está renovando o ânimo do povo brasileiro que neste tempo novo está exigindo mudanças e tomando o seu próprio destino nas mãos.

A comovida e bela homenagem religiosa feita em São Paulo a Frei Tito, quando seus restos mortais foram transferidos para o Brasil, sela um dos mais extraordinários filmes de curta-metragem já realizados no Brasil nos últimos anos. Inspirado, competente e criativo, "Frei Tito" completa magnificamente uma série de filmes dos mais importantes do cinema brasileiro nas últimas décadas.

16/10/94  
16/10/94  
16/10/94

## Grande imprensa defende as elites, acusa CNBB

Da Sucursal de Brasília

Monopólio

Num documento contundente, para celebrar o dia mundial das comunicações, a CNBB distribuiu ontem a "Carta aos Comunicadores", onde denuncia a manipulação dos meios de comunicação social, acusando a imprensa brasileira de defender as elites no poder. O documento (um livreto com 11 páginas), distribuído por dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, propõe maior unidade dos países pobres para concretizar a nova ordem internacional de comunicação.

Diz o documento: "A grande imprensa brasileira defende interesses das elites do poder, esquecendo os clamores e os anseios das classes populares. Entretanto, para exemplificar, no momento em que um órgão de imprensa informar, com dados exatos, que os projetos mais dispendiosos da América Latina não são financiados tendo em vista os interesses do povo, mas os interesses de um grupo de privilegiados, a imprensa estará se mostrando solidária com a causa dos pobres".

"O modelo de comunicação social hoje imperante no Brasil não está a serviço — continua a Carta — da superação das injustiças sociais, mas sim da promoção de uma sociedade de consumo, onde poucos têm acesso aos Meios de Comunicação Social (MCS). Dai que devemos denunciar o controle e a manipulação ideológica desses MCS pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter a situação".

Sobre o controle dos meios de informação, o documento afirma que esse monopólio "por parte do governo e de interesses privados, permite o uso arbitrário dos MCS e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas fazem a respeito de nosso País, promovendo seus interesses transnacionais. Para exemplificar esse monopólio, basta dizer que duas agências de notícias controlam cerca de 80 por cento da informação na América Latina.

Adiante, o documento lembra que as novas tecnologias na área (videocassetes, satélites, videotextos), não estão servindo para melhorar o diálogo entre os povos. "Esta modernização somente serve — afirma a carta — aos interesses das empresas transnacionais, prejudica economias nacionais e fere, em muitos casos, tecnologias que poderiam servir, potencialmente, aos interesses populares, permitindo uma maior descentralização de informação. O processo de sua implantação é vertical, afastando as classes populares de todo e qualquer debate sobre a questão e uso dessas tecnologias".

No final, o documento propõe meios de comunicação a serviço do povo, afirmando que "a comunicação verdadeira é aquela que ouve os anseios do povo; realiza um diálogo com ele e amplia essas aspirações para toda a sociedade".



## Comissão de Justiça da Câmara veta os dois projetos de aborto.

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, ontem, parecer contrário, dado pelo deputado Hamilton Xavier (PDS-RJ), a dois projetos que propunham a liberação do aborto no Brasil. Os projetos, da deputada Cristina Tavares e do deputado Denisar Arneiro, ambos do PMDB, não esboçavam a legalização pura e simples do aborto, mas ampliavam os casos em que ele poderia ocorrer sem punição. Com esta decisão da Comissão, os projetos serão arquivados, isto é, está terminada sua tramitação.

A reunião durou mais de duas horas e os ânimos não chegaram a se alterar, como era previsto por causa das paixões que a questão desperta. No final, apenas três (em dezoito) deputados — José Genoíno (PT-SP), Jorge Carone (PMDB-MG) e José

Melo (PMDB-AC) — votaram a favor da aprovação dos projetos.

Abrindo a reunião, o deputado José Genoíno leu um parecer alternativo que elaborou, concluindo pela aprovação das proposições. Cristina Tavares também se pronunciou, pedindo aos deputados que fossem votar a questão que lembrassem que no Brasil, há dois milhões de abortos clandestinos por ano, com uma taxa de mortalidade de dez por cento, ou seja, 200 mil mulheres morrem por ano em consequência de abortos mal feitos. Assinalou também, numa referência à posição da Igreja, que no Congr esso, "não legislamos apenas para os católicos".

Os argumentos contrários — levantados por diversos parlamentares entre eles Gerson Peres (PDS-PA), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Brabo de Carvalho (PMDB-PA), Er-

nane Sátiro (PDS-PB) — se firmaram na questão do direito à vida, que já não mais pertenceria à mãe. Pimenta da Veiga chegou a comparar a prática do aborto com a pena de morte, com a diferença, segundo ele, que, no primeiro caso, não há direito à defesa.

O deputado João Gilberto registrou seu voto à parte, ressaltando que a questão não foi objeto de ampla discussão. Mesmo assim, também se colocou contra a liberalização do aborto, sujeita apenas à vontade do pai ou da mãe.

Jorge Carone, ao registrar o seu voto, afirmou que "a maternidade é um ato de amor e, se não existe amor, a alternativa do aborto é preferível à transformação, mais tarde, da criança num problema social".

## CNBB parabeniza a decisão dos deputados

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), Dom Ivo Lorscheiter, parabenizou a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados por ter recusado o projeto de lei da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) legalizando parcialmente o aborto. A rejeição aconteceu ontem, no mesmo dia em que a CNBB divulgou o documento "Em prol da família e em defesa da vida". Nesse documento, os bispos afirmam não ignorar "a dramática situação das mulheres vítimas de abortos clandestinos. Insistimos, entretanto, em afirmar, para evitar os equívocos exis-

tentes, que a solução desse mal não se encontra na legalização do aborto, o qual, como se confirma pela experiência de outros países, aumentou o número de abortos legalizados e não diminuiu o número de abortos clandestinos".

A CNBB chama a atenção, ainda, para o fato de que o programa de controle da natalidade sofre "pressões evidentes de organismos internacionais e regionais, oficiais e particulares, como o Banco Mundial, a Fundação Rockefeller, a Federação Internacional de Planejamento Familiar, que apóiam a ação da Bem-fam e outras entidades empenhadas no mesmo objetivo: conter a natali-

dade a qualquer custo através de campanhas esterilizadoras do homem e da mulher, da distribuição de anticoncepcionais e abortivos, destacando-se as "pílulas" e dispositivos intra-uterinos (DIU)".

Há também no documento críticas à emenda Figueiredo, no artigo 175, onde o conceito de família não se baseia mais no casamento e sim na união. "Denunciamos com veemência — afirmam os bispos — a eliminação do casamento como critério de constituição da família. Se a família brasileira não surgir no casamento, onde há de querer que ela se fundamente?".

Luciano Mendes de Almeida

## Respeitar a vida

O Brasil não pode repetir os erros dos países que, favorecendo o controle da natalidade e autorizando o aborto no desrespeito do direito à vida, enfrentam hoje os graves problemas de uma crise moral e do envelhecimento precoce e irreversível de seus povos.

A CNBB divulgou nesta semana um importante pronunciamento em prol da família e em defesa da vida.

Alerta o documento para o permissivismo moral que turva sempre mais a consciência, alterando os costumes e lesando os valores básicos da pessoa e da sociedade.

Chama a atenção para três fatos novos que atentam contra a dignidade da vida e da família.

O primeiro refere-se à tramitação na área legislativa de projetos para legalizar ou despenalizar a prática do aborto. É inacreditável como a perversão do critério moral pode se ofuscar tanto que não queira perceber a gravidade e hediondez do homicídio contra o nascituro indefeso. Reafirmam os bispos que o aborto provocado é crime contra a vida humana. Os que defendem sua legalização, felizmente rejeitada ontem na comissão da Câmara dos Deputados, devem se dar conta de que estão assumindo a responsabilidade por um genocídio preventivo.

Mostram, ainda, os bispos a violência cometida contra os pobres, pela insistência em promover, nas classes desfavorecidas, o controle da natalidade e a esterilização.

Este fato é gravado pelas pressões exercidas por organismos internacionais e do País que, à força, querem reduzir a natalidade. Abre-se, assim, o campo para a contracepção, a esterilização e o aborto procurado. A fabricação de anticoncepcionais é um dos comércios mais rentáveis do mundo, ao lado dos armamentos e dos tóxicos.

Nos últimos meses recrudescem as invectivas antinatalistas sob a capa de promoção do bem-estar social e melhoria da qualidade de vida. Se fossem estas as verdadeiras motivações teríamos que coibir as falcatruas financeiras e enfrentar com garra e coragem a crise social.

O bem-estar da Nação não pode prescindir dos valores éticos. A história dos últimos decênios comprova, mais uma vez, que aborto e guerras, opressão e injustiças têm todos a mesma raiz, a violação da dignidade da pessoa humana. A solução justa para os problemas demográficos e a superação da crise brasileira devem necessariamente respeitar a lei divina que rege a vida.

O segundo fato focalizado são as consequências do "plano de assistência à saúde da mulher e da criança". Há que reconhecer a urgência em assegurar a saúde da futura mãe e de sua prole. No entanto, a insistência na divulgação de contraceptivos e, em especial, de dispositivos intra-uterinos é eticamente inaceitável, mais ainda se considerando a natureza antinatalista do DIU.

A intenção de beneficiar a saúde do povo deveria se traduzir por projetos do tipo da Unicef, que privilegia a preservação da vida do nascituro e luta para atalhar a mortalidade infantil. Os métodos naturais de planejamento familiar precisariam ser mais estudados em nosso País, pois salvaguardam a saúde e respeitam os valores éticos do casal. Não basta a saúde, é preciso promover o bem integral da pessoa humana.

Finalmente, o pronunciamento dos bispos trata da recente emenda ao Artigo 175 da Constituição que suprime o casamento como base da família. Telegramas enviados aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e aos líderes partidários repudiaram há um mês, com veemência, esta proposta.

Os três pontos do documento estão inter-relacionados. Quem regateia o dom de si e cede ao egoísmo, inventa, ao sabor do prazer, formas efêmeras de convivência entre o homem e a mulher que não resistem aos sacrifícios e embates da vida. Onde o casal não se firma no alicerce do amor uno e indissolúvel, como poderá assumir a responsabilidade e beleza de gerar e acolher a vida?

216184 FdSP

A nova ordem social nasce e vigora só onde houver respeito pleno às exigências da justiça e do amor que Deus imprime em nosso coração.

A Igreja está do lado da vida. A ela cabe o dever inalienável de vigiar solícita para que não se atente contra valores éticos e religiosos, sem os quais ficará destruída a dignidade da pessoa e da família. Cabe, também, à Igreja recordar aos legisladores a fidelidade à sua missão e convocar a todos para somar esforços a serviço da vida.

A convocação está feita.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.

516184 FdSP

## Vida ou Morte Política

PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU  
Especial para a "Folha"

A Campanha da Fraternidade deste ano, que iniciávamos com a Quaresma, tempo de penitência e de conversão, propõe-nos um tema dos mais importantes no momento em que nossa civilização está em vias de tornar-se "tanatológica": a vida, que deve ser cultivada, respeitada, protegida, propagada. Em nosso mundo, no qual a morte ceifa impiedosamente em todo lugar e constantemente, de todas as formas e sob os ângulos mais imprevisíveis, o convite a refletir sobre a vida e a converter-nos a ela é mais do que oportuno.

No entanto, não deveríamos deixar-nos enclausurar em categorias limitadas demais, como é nosso costume. Sob o impacto dos males que infligimos com toda inconsciência à natureza que nos circunda e se nos oferece como um manancial cuja generosidade não tem limite, reagimos espontaneamente quando se discute o problema da vida. Pensamos logo em ecologia, no sentido rígido de proteção da natureza. E tendemos a confinar-nos nessa visão reduzida da vida. Pensamos biologia; não pensamos homem.

Ora, se é preciso sem dúvida alguma pensar biologia, é mais preciso ainda pensar homem. Pensar vida humana. Do contrário, talvez salvemos o meio ambiente, mas deixaremos morrer o ser humano. E o homem conhecerá a seca, a poluição do espírito que o destruirão. Conferindo ao termo uma amplitude que permite ultrapassar os horizon-

tes da pura biologia, da pura biogênese e da pura biomorte, poderíamos falar de ecologia humana. Uma ecologia do espírito que garantiria a sobrevivência e o desenvolvimento do homem, de tal maneira que ele caminhará em direção à plenitude de seu ser interior, que é o que de mais precioso há nele. Devolver ao ser racional, à própria razão, sua vitalidade; arrancá-lo das trilhas mortíferas que o fariam perder-se em si mesmo, e o levariam, pouco a pouco, a destruir-se.

Falar do homem é falar do espírito que lhe dá justamente seu ser específico. Falar do espírito é evocar a liberdade que nasce dele, assim como o fruto nasce da flor. A ecologia do espírito da qual falamos pressupõe, portanto, o culto, o reconhecimento, o desenvolvimento da liberdade. O único mundo que será humano será o mundo no qual a liberdade será garantida.

Mas, falar de liberdade é, como se diz aos quatro ventos, falar de responsabilidade. O ser-livre chama o ser-responsável. E coloca-se aqui o problema do dever, pois ser responsável significa ser fiel a todos os seus deveres. Logo se passa ao plano do direito, já que não se pode impor um dever a alguém, sem que se lhe reconheça, ao mesmo tempo, o direito que lhe permite cumprir seu dever. E assim se fecha o círculo, que é constituído por cinco binômios: homem/espírito, espírito/liberdade, liberdade/responsabilidade, responsabilidade/dever, dever/direito.

Se quisermos que a vida do homem

seja salva e se desenvolva plenamente, é preciso, portanto, que se retomem, um por um, os direitos que são o apanágio do espírito. Certamente não se poderia negligenciar os direitos primeiros que garantem a vida do corpo: direito ao nascimento, direito ao necessário vital, direito ao trabalho que garante este último, direito à remuneração justa que é merecida — segundo a mais rigorosa justiça — pelo trabalho, direito à saúde que é a própria expressão da vida. E poderíamos prosseguir longamente nesta enumeração dos direitos do homem que são a consequência de seu ser corporal.

No entanto, é ao espírito, que é o elemento específico do ser humano, que se prendem os direitos mais vulneráveis. A ferida do corpo, sua morte, é sempre flagrante. É impossível não percebê-la. Fende o espaço com seu grito estridente que ouvido algum pode ignorar. A ferida do espírito, pelo contrário, sua morte, é apagada. Pode ser imposta sutilmente e destruir com ferocidade a alma que está sem defesa. Faz-se ignorando ou violando os direitos necessários à sobrevivência do espírito: direito à educação, direito ao amor, direito a formar um lar, para elencar apenas os mais evidentes. Mas acima de tudo direito à liberdade, expressão suprema da vida humana.

Entretanto, defender o direito à liberdade significa aplicar-se a garantir o direito às liberdades. É aqui que mergulhamos em plena vida política. Liberdade de pensar, liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de opção política, liberdade de adesão ou oposição, liberdade de eleição. Dessa forma chegamos, através da simples e rigorosa lógica, à liberdade e ao direito de voto. Sem este, o universo político mergulha na negra noite da morte. Morte política. Tirar de um homem, de um cidadão, de um povo, seu direito ao voto é literalmente asfixiá-lo e matá-lo. Morte do eleitor que é imerso no nada político.

Para avaliar o verdadeiro teor de nosso momento político é preciso situar-se neste nível. Ultrapassar os debates periféricos para alcançar o debate essencial: viver ou morrer como cidadão é a única escolha que nos resta. Submeter-se passivamente e aceitar simplesmente não votar mais significa deixar-se morrer. Afirmar energicamente nossa vontade de eleger os dirigentes de nossa nação, escolher o primeiro responsável, combater com todas as forças os que nos negam esse direito e fazem de nosso universo político um lamaçal no qual a Nação inteira se afundará até o sufocamento definitivo, eis o que significa fazer campanha pela vida. Não é isto ou aquilo que está em jogo: é a própria vida do povo brasileiro que é chamado a salvar sua dignidade. Qualquer campanha que tenha como objetivo a vida torna-se, então, uma campanha cujo objetivo é, entre outros, o próprio direito de voto. Precisamos promover uma ecologia política.

Dr. PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU é doutor em Teologia pela Universidade de Montréal, vice-diretor do Colégio Santa Cruz, filósofo e escritor.

## Enfim, a ética 5/16/84

Brasil Central 48p

Dois artigos recentes nesta "Folha" (de Luis Nassif sobre a entrevista do general Golberi e de Carlos Eduardo Lins da Silva sobre o noticiário a respeito da prisão de um menor) trouxeram de volta à discussão o esquecido tema da ética do jornalismo.

Já não era sem tempo. A imprensa está debaixo de fogo. As pesquisas de opinião pública revelam sua escassa credibilidade. Do presidente da República à CNBB, chovem pedras, justas e injustas. Mas grande parte dos jornalistas parece fazer de conta que nada tem a ver com isso, que se trata de problema exclusivo das empresas, pois tudo não passaria de consequência da censura política ou econômica.

É evidente que existe uma crise das empresas jornalísticas em função dessa censura e da falta de renovação — basicamente, os jornais brasileiros continuam a seguir padrões estabelecidos na década de 50, quando, depois disso, já houve várias revoluções na comunicação (o transistor, a Rede Nacional de Televisão etc.) e ingressamos em outra, com o vídeo-texto e informatização.

Mas há uma parte que cabe a nós, jornalistas. Seria ingênuo supor que as duas últimas décadas não afetaram também a corporação jornalística e suas formas de expressão. Tanto afetaram que a ética não é discutida há pelo menos 20 anos. Plataformas de campanhas sindicais só falam em salários e outros direitos (o que é justo e necessário) e não se referem aos problemas específicos do jornalismo e de suas

relações com a sociedade. Não se discute o problema da dupla lealdade (à informação e a outros interesses e/ou empregos fora da imprensa). Não se pensa em criar mecanismos que já existem em outros países (tribunais de ética, conselhos comunitários etc.) para proteger o livre exercício da profissão e o leitor/cidadão. Não se pensa em nada que permita a comunidade dormir tranquila, confiando na fidelidade das informações que lhe são transmitidas.

O jornalismo é uma função de representação social (como a de deputados e vereadores, prefeitos e governadores). O jornalista deveria ser, portanto, olhos e ouvidos, razão, emoção e boca da sociedade (e não dele mesmo). Por isso, no futuro, talvez o jornalismo deixe de ser uma função de escolha pessoal: a sociedade exigirá escolher, ela mesma, em eleições diretas, quem a representará nessa tarefa.

Mas enquanto esse dia utópico não chega, convém pelo menos reacender a discussão sobre a ética, para recuperarmos algum atraso. E não termos mais de ouvir o ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas dizer que não é hora de discutir a ética da profissão, porque isso poderia estreitar o mercado de trabalho. Cáspite!

Washington Novaes



Mesquita: "Eles pensam como a UNESCO"

## Receita confusa Bispos ensinam como deve agir a imprensa

habituada a discurrir sobre os mais variados assuntos, desde o tamanho real das propriedades rurais até a exportação de equipamentos militares, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou na última quinta-feira uma Carta aos Comunicadores, destinada a mostrar como deveriam agir, no entendimento da Igreja Católica, os meios de comunicação existentes no país. Além de fixar as diretrizes que julga adequadas para jornais, revistas, emissoras de rádio e canais de televisão, a CNBB produziu uma longa homilia sobre o atual comportamento dos meios de comunicação.

Segundo os bispos, entre outros pecados, eles "se curvam diante dos interesses e pressões de proprietários e financiadores", patrocinam "a manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais", procuram "reforçar os valores estabelecidos" e tentam "neutralizar a vontade de mudança do povo". Essas críticas — devidamente registradas pelos criticados em suas páginas — encontram pronta resposta.

"De um modo geral, a imprensa brasileira é conservadora", diz Otávio Frias Filho, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*. "Mas a CNBB acaba fazendo uma espécie de sociologia vulgar ao analisar a questão de forma tão simplista.



Frias: "Cada veículo atende às necessidades de seu público"

Cada veículo está atendendo às necessidades de seus respectivos públicos."

O diretor-responsável do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Neto, não se surpreendeu com o desembarço exibido pelos bispos ao incursionarem por esse terreno. "A CNBB hoje trata de tudo, menos de religião", observa Mesquita Neto. "No fundo, ela quer o mesmo que a UNESCO, ou seja, que os governos tenham o controle das comunicações." Segundo Mesquita, "a imprensa deve ficar nas mãos do maior número possível de particulares. Em todo o mundo, ela só é estatizada onde há governos totalitários, sejam de direita ou de esquerda".

**QUEIXAS E CRÍTICAS** — O documento, de fato, trai freqüentemente uma ingênua visão esquerdista do mundo dos meios de comunicação, além de pura e simples desinformação. "Duas agências de notícias controlam cerca de 80% da informação na América Latina", diz a CNBB a certa altura. Aparentemente, os bispos ignoram que, se é verdade que a circulação das notícias do exterior fica por conta de poucas agências, cabe aos meios de comunicação

decidir sobre seu aproveitamento — e a quantidade das informações fornecidas pelas agências estrangeiras raramente ultrapassa 15% do noticiário total dos principais jornais brasileiros. A Carta aos Comunicadores também se queixa de que "a grande maioria da população está marginalizada da produção de mensagens, cabendo-lhe o papel de consumir o que é veiculado sem o direito de expressão" — sem explicar como acomodar essas multidões nas redações da grande imprensa, para decidirem o que será publicado.

Críticas sempre ásperas são igualmente reservadas ao papel dos anunciantes nos meios de comunicação, acusados pela CNBB de tramarem a preservação da sociedade de consumo, e de forçarem "a alienação e a evasão". "A publicidade é um alicerce da liberdade de imprensa", corrige o publicitário Mauro Salles. "A existência de anunciantes permite que os meios de comunicação divulguem notícias com liberdade. E o julgamento do desempenho da imprensa fica por conta do público."

O sistema pluralista em vigor no Brasil, por sinal, torna possível à própria Igreja controlar uma considerável fatia dos meios de comunicação. A ela pertencem, espalhados pelo país, 33 jornais, 35 revistas, 200 boletins mensais, 14 editoras e 125 emissoras de rádio, nos quais a hierarquia católica tem o direito de escrever o que bem quiser. Trata-se de um território suficientemente vasto para nele se tentar implantar a confusa receita prescrita pela Carta aos Comunicadores.



Meios de comunicação pertencentes à Igreja: bom terreno para a experiência

## Abert divulga nota e classifica documento da CNBB de inverídico

Da Sucursal de Brasília

16-6-84 F80  
A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), durante a primeira reunião de sua nova diretoria, divulgou ontem nota oficial de repúdio contra a "Carta aos Comunicadores", divulgada no final de maio pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A nota classifica o documento da CNBB de surrado, inverídico e demagógico, quando argumenta que entre nós "os veículos informativos têm servido à causa da manutenção e reprodução da sociedade com suas diferenças e injustiças".

Diz a nota: "Não influíssem no ânimo dos redatores da mencionada carta dos dogmas e postulados ideológicos com que deturpam a realidade para com isso melhor servir aos propósitos que não conseguem dissimular, e teriam então os autores do documento observado, pelo que diuturnamente ouvem e assistem nos órgãos de radiodifusão, a inautenticidade de suas ferinas assertivas".

"Aliás — continua — ainda mais estranhos e aberrantes tornam-se os ataques da CNBB, quando se sabe, conforme a própria 'Carta' proclama, que a Igreja possui no Brasil nada menos de 125 estações de rádio. Disto se extrai que, na fúria destruidora da objetividade, isenta, a CNBB torna-se a um só tempo, acusadora e acusada".

No final da nota, a Abert afirma que "jamais favorece e tampouco defende a 'nova ordem' alvitada, como jamais favoreceu ou defendeu todas e quaisquer das 'novas ordens' surgidas à direita e à esquerda do espectro político, no Brasil ou fora dele, e continuará fiel aos ideais libertários norteadores de sua atividade".

### Repulsa

É a seguinte, na íntegra, a nota da Abert:

"A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão-Abert, ao ensejo da primeira reunião de sua diretoria após a divulgação da 'Carta aos Comunicadores', feita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vem tornar pública a sua mais veemente repulsa ao seu teor e às suas conclusões.

"Na questionada 'Carta', ao surrado, inverídico e demagógico argumento de que, entre nós, os

veículos informativos têm servido à causa da 'manutenção e reprodução da sociedade com todas as suas diferenças e injustiças', os srs. bispos acrescentaram, sob a capa de uma indecifrável 'transculturação não participava', vários outros pesados insultos aos meios de comunicação do Brasil.

"Não influíssem, no ânimo dos redatores da mencionada 'Carta', dos dogmas e postulados ideológicos com que deturpam a realidade para com isso melhor servir aos propósitos que não conseguem dissimular, e teriam então os autores do documento observado, pelo que diuturnamente ouvem e assistem nos órgãos de radiodifusão, a evidência da inautenticidade de suas ferinas assertivas.

"Aliás, ainda mais estranhos e aberrantes tornam-se os ataques da CNBB quando se sabe, conforme a própria 'Carta' proclama, que a Igreja possui no Brasil nada menos de 125 (cento e vinte e cinco) estações de rádio. Disto extrai que, na fúria destruidora da objetividade isenta, a Conferência dos Bispos torna-se, a um só tempo, acusadora e acusada.

"A radiodifusão brasileira reitera, como aliás tem demonstrado nos últimos acontecimentos políticos empolgadores da Nação, que a sua missão informativa vem sempre adicionando, como notório, a veiculação dos debates dos mais variados temas de interesse coletivo.

"Daí por que, para que os órgãos de comunicação social possam receber as alterações conceituais que a CNBB lhes pretende impingir, com a criação da 'nova ordem' ali desejada, será necessária que, antes, os srs. bispos cuidem de suprimir a defesa da livre iniciativa e a liberdade política de controvérsia.

"Por conseguinte, e dado que a Abert não favorece e tão pouco defende a 'nova ordem' alvitada, como igualmente jamais favoreceu ou defendeu todas e quaisquer das 'novas ordens' surgidas à direita e à esquerda do espectro político, no Brasil ou fora dele, continuará fiel aos ideais libertários norteadores de sua atividade".

## Bischöfe kritisieren Medien

17-6-84 Kul

### Brasilianische Presse dient Machtinteressen

Die Brasilianische Bischofskonferenz (CNBB) hat in einem Dokument zum Welttag der sozialen Kommunikationsmittel die „Kontrolle und ideologische Manipulation der Kommunikationsmittel durch politische und wirtschaftliche Machthaber“ verurteilt. In dem in der brasilianischen Hauptstadt vorgestellten Papier heißt es, daß der größte Teil der brasilianischen Presse ausschließlich „die Einzelinteressen der Machthaber verteidige und die Not und Erwartungen der einfachen Leute“ nicht zur Kenntnis nehme.

Darüber hinaus greifen die Bischöfe den internationalen Fluß an Informationen an, der „direkt durch einige Machtzentren der Welt“ gelenkt werde, und erklärten, daß „mehr als 80 Prozent der Informationen über Lateinamerika von nur zwei Nachrichtenagenturen verbreitet“ würden. „Gegen die Ausbeutung und die Manipulation der Kommunikationsmittel haben die Staaten der dritten

Welt begonnen, sich unter dem Projekt einer neuen Weltkommunikationsordnung zu vereinen“, schreiben die Bischöfe in dem Papier. Die brasilianische Kirche hat in der Vergangenheit begonnen, eigene Radiostationen zu errichten und eine Anzahl von Zeitungen herauszubringen. Nach Angaben der Brasilianischen Bischofskonferenz (CNBB) betreibt die katholische Kirche des Landes inzwischen 125 Radiostationen, 23 Diözesanzeitungen, 10 katholische nicht diözesangebundene Tageszeitungen, 35 illustrierte, 200 monatliche Verlautbarungsblätter und verfügt über 14 Verlagshäuser.

## A crise é de caráter

7/6/84 F&P

RICARDO KOTSCHO

Como jornalista e dirigente sindical, gostaria muito de discordar do documento da CNBB e defender a Imprensa, que já anda com sua credibilidade tão abalada.

Como repórter, porém, não posso brigar com os fatos. Os bispos apenas constatarem o óbvio, a dura realidade: nossa Imprensa, com raríssimas exceções, espelha apenas o Brasil oficial dos gabinetes de ar refrigerado, fechando os olhos para o Brasil real, dos grotões de miséria e injustiça social.

Isso não é de hoje, sabemos todos, nem seria justo creditar unicamente ao regime pós-64 o estrangulamento da instituição — como, de resto, ocorreu com todas as demais.

Para não perder este precioso espaço relacionando as causas mais remotas desde a implantação da Imprensa no Brasil, vamos ver o que acontece nos dias que correm, razão do documento da CNBB.

É público e notório que as empresas de comunicação, nestes últimos vinte anos, cresceram como nunca antes em termos industriais e tecnológicos. Ironicamente, quanto mais a censura arrojava a Imprensa, maior era o progresso.

Alguns dos nossos grandes jornais e redes de televisão têm hoje prédios e equipamentos mais suntuosos e sofisticados do que seus congêneres europeus, por exemplo. Isso, naturalmente, tem um preço. Na hora de pagar quem financiou estes mastodontes, as itaipus da Imprensa — sejam agentes públicos ou privados — quem sai perdendo é a independência jornalística destas empresas amarradas por compromissos.

Acrescentando-se a este quadro todo o arsenal de leis anti-imprensa e o controle econômico exercido indiretamente pelo generoso bolo da publi-

cidade oficial, sem o qual boa parte da Imprensa simplesmente morreria de inanição, vamos ver que não é nada fácil uma notícia chegar ao leitor tal e qual o fato aconteceu. No caso das emissoras de rádio e televisão, então, o desafio é ainda maior, já que todas são meras concessionárias do governo central.

O fato jornalístico, quer dizer, a notícia de interesse público, tem de vencer uma verdadeira corrida de obstáculos para chegar ao seu objetivo, o leitor, ouvinte ou telespectador: primeiro, há os limites impostos pelo governo e pelos poderes político e econômico às empresas; depois, há os limites impostos pelas próprias empresas para o atendimento dos seus interesses e, finalmente, há que se levar em conta, também, o papel de cada jornalista no cumprimento da sua missão.

A primeira vista, pode parecer que o jornalista, neste contexto, não passa de um instrumento passivo, também ele manipulado e, portanto, sem qualquer responsabilidade pelo que sai ou deixa de sair no produto final. Não é bem assim. Se assim fosse, melhor seria vender maçãs na feira ou plantar batatas, já que, como é sabido, não se trata de atividade das mais bem remuneradas, sem falar nos riscos que correm os que se recusam a aceitar este jogo de acordo com as regras dos interesses estabelecidos.

Claro, dá mais trabalho, às vezes é doloroso e não compensa, mas não vejo outro jeito: cabe aos próprios jornalistas, no limite das suas forças e do seu talento, lutar sempre para vencer estes obstáculos, seja nas redações ou nas suas entidades representativas, em vez de ficarem esperando que a democracia caia sobre nossas cabeças para, só então, exercerem a tão desejada liberdade

de Imprensa que nada mais é do que o direito da sociedade de saber o que está acontecendo.

Romper este círculo de silêncio que abafa o Brasil real para que a Imprensa possa estar ao lado dos interesses da maioria da Nação brasileira e não das elites deste regime estrebuchante, como esta "Folha" fez e faz na Campanha das Diretas, é uma tarefa para todos e os jornalistas precisam, mais do que ninguém, estar à frente da luta pelo restabelecimento do direito social à informação.

Convencionou-se dizer que a Imprensa, especialmente a televisão, "faz a cabeça" da opinião pública. Pois na Campanha das Diretas, que contava no início com o decidido apoio apenas deste jornal, o que se viu foi o contrário: foi a pressão da opinião pública levando jornais, rádios e televisões a abrirem espaço para as manifestações que ninguém mais podia ignorar.

Não digo isso apenas porque trabalho na "Folha". É exatamente o contrário: só trabalho na "Folha" porque aqui posso escrever o que penso, vi e ouvi, sem ter que negociar princípios. No dia em que todas as empresas descobrirem que a liberdade compensa mais do que qualquer arrego, a sociedade terá uma Imprensa mais confiável e o mercado jornalístico se ampliará.

Como em todo o mais, creio que a grande crise da nossa Imprensa não é nem tanto econômica ou ideológica, mas de caráter — e isso vale tanto para os dirigentes destas empresas como para nós, jornalistas.

RICARDO KOTSCHO é repórter da "Folha", vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, conselheiro da ABL, membro da Comissão de Justiça e Paz e autor do livro "Explode um Novo Brasil — Diário da Campanha das Diretas".



# A tempestade do nada

1616184  
ESP  
PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ  
Especial para o "Folha"

Imagine-se um tornado num deserto. Vem terrível; Vem atroz. Levanta nuvens de poeira ameaçadora. Traz, no vórtice implacável, enxames de moscas e gafanhotos colhidos em oásis perdidos na esterilidade da areia. O rugido pavoroso do cataclismo, ecoa e se perde no espaço ilimitado e... passa. Não aconteceu nada.

A modernidade é um deserto. A prodigiosa ciência aplicada gera instrumentos apropriados somente para uso de deuses. Quem os utiliza? As moscas do mercado. Extravaza para nós, do velho mundo civilizado, uma gigantesca vaga de estupidez. E neste nosso "deserto de homens e de idéias", assistimos ao espetáculo desolador de um furacão do nada. Agita-se a fúria elementar no bramido oco das "diretas já" e no regougo surdo dos conchavos de gabinete. É o nada. Ouviram alguma idéia reluzente voando por aí, como divina mensageira de caminhos novos? Viram homens no redemoinho dos debates? Insetos. Uma assustadora nuvem de insetos e o resultado aí está — um Estado degradado, a serviço verbal da massa desvairada. O Estado igualitário das odiosas épocas do baixa-mar da dignidade humana. O Estado conservador democrático do nada. Porque o Estado, eticamente superior, patamar provisório de repouso dos povos em ascensão, povos que avançam penosamente na direção das mais altas possibilidades de grandeza, ficou, longe, para trás. Transformou-se na carcaça apodrecida cristã. O Estado deixou de ser o marco exemplar, estímulo das grandes vocações políticas; baliza dos guias da História. Democracia é uma palavra divina que só deveria ser pronunciada pelos povos que sobem, na marcha voluntária, alegre, descontraída de quem celebra a existência de verdades comunitariamente vividas. Estado igualitário é uma monstruosidade criada no pesadelo de ressentidos. Um pouco, em forma, reconhece e venera a desigualdade dos homens superiores. "Não quero ser misturado nem confundido com esses pregadores da igualdade, pois assim me fala a Justiça: Os homens não são iguais." Poucos escutam a voz incontrastável de Zaratustra.

No fim do século passado, Nietzsche, no "Gaia Ciencia", orquestrou o réquiem solene pela morte de Deus. E o mundo inocente de então continuou a brincar como se nada tivesse acontecido. Veio a guerra de 1914 e a revolução russa. E o mundo procurou esconder a tragédia formidável. Veio o nazismo e a Segunda Guerra. E o mundo, formigueiro ensandecido, agita-se hoje, descompassadamente, num salve-se quem puder, atabalhoado e estúpido.

No Brasil, o espírito prático da nossa inefável CNBB não se afoba. Já que Deus morreu, vamos vendê-lo a retalho, nas feiras-livres nacionais. Até a Virgem de Nazaré (veja-se a carta aos comunicadores, da CNBB) é utilizada para anunciar as carnes mais tenras do seu filho esquartejado: Cristo comunicador, Cristo guerrilheiro, esplêndido Cristo libertador e, finalmente, o melhor bocado: Cristo servido ao molho marxista.

É com isto, pensa a CNBB, que se criará a condição necessária para o advento de uma sociedade mais justa. Mas, na confusão de línguas desta babélica democracia brasileira, ninguém concorda sobre o que se deva entender por Justiça. No caos promiscuo que naufragamos, só os comunistas, metátese avançada da neoplasia soviética, sabem o que querem e para onde vão.

O salve-se quem puder do Ocidente levou o Brasil a este charco imenso de tolice. Tolice política, tolice social, econômica, policial, ecológica, filosófica, universitária, sindical. Refocilamos, alegres, neste lameiro, estimulados pela orgia publicitária de um, verdadeiramente, horrível sistema de comunicação social, a que não falta, hoje, o tempero perfeccionista da CNBB. Não podia esta, aliás, deixar de contribuir, democraticamente, com sua respeitável carga poluidora de imbecilidade religiosa: "Juntos comunicaremos mais vida", exclamam em sua "carta" os dignos purpurados que, para os comunistas autênticos, constituem novo e utilíssimo exército de Brancaneone. Fantasiados, os antístites, de sociólogos, de economistas, de políticos, cavalgam sua valente Teologia da Libertação e saem por aí, livres do Deus morto e invadem, subversivamente, até mesmo os enfumacados terreiros de orixás que se multiplicam como cogumelos, numa revoadada alegre de pombas-gira. "Comunicaremos mais vida" — que vida? Juntos com quem? Para quê? Para onde?

Em algum lugar sagrado desta terra lacerada, espero que se mantenha em pé uma outra Igreja, em sua divina dignidade de Fortaleza inexpugnável. Igreja onde se possa celebrar o renascimento de Deus, nos fortes braços das Teresas de Calcutá. Igreja aberta aos vencidos pela náusea mortal que os faça fugitivos desta modernidade gorda, inchada de gases irrespiráveis, conspurcada pela pobreza de novos-ricos em sua exibição luxuosa e repulsiva. Aberta aos pobres desamparados, à margem e muito acima de qualquer ideologia. Aberta aos celerados sedentos de regeneração. Igreja cuja imagem se esculpiu, para sempre, em letras do "I Promessi Sposi" de Manzoni, na cena em que o tremendo

"innominato", arcado ao peso de hediondos crimes, baixa do seu castelo, ninho impuro da ave de rapina que habita seu peito e já começa a rasgá-lo, por dentro, com o bico e a garra do remorso. Desce guiado pela tibia esperança que se acende, absurda, em sua alma celerada. Vem titubeante, quase não acredita no impossível, atraído pela fama de Frederico Borromeu, arcebispo de Milão. Entra

na ante-sala do príncipe da Igreja. Os acólitos do santo abrem alas, aterrados, para a passagem do monstro: "Apenas introdotto l'innominato, Federigo li andò incontro con un volto premuroso e sereno, con le braccia aperte come a una persona desiderata."

A vida, parece, evolui em ciclos de decadência e regeneração. Estou velho. Creio que não mais me elevarei, reconciliado com a existência, em um novo preamar regenerador, para completar, do alto, a meiga face da Terra quando se ilumina de rosa, na fresca aragem das madrugadas. Quando, no ar leve das alturas, se infiltra e expande o místico perfume das selvas e o homem respira a inocência de supremas verdades, pelas quais vale a pena viver e morrer.

Tudo indica que se caminha, no Ocidente, para uma guerra de extermínio entre formigas. Quem sabe se, na dureza da luta, elas crescerão e se converterão, de novo, em homens restaurados em dignidade, como os "zudes myrmidões" de Aquiles. E entre nós, que deuses, que heróis, que homens verdadeiramente homens, poderão ar esta Nação, atolada no caldo nauseante da sandice universal? Mas estas, são cogitações minhas.

Centelhas de esperança que, rápido, se apagam. Por que, do abismo insondável do meu desalento, sobe até mim, intermitente e teimosa, a palavra do velho Heine: "Tu não conheces quão profunda é a natureza do burro" — e essa abstrata e cínica ironia, martela-me os ouvidos da alma, como estridente araponga demoníaca.

PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ é filósofo e ex-professor de Sociologia da Faculdade de Economia e Administração da USP.

## A Igreja e o mundo do trabalho

F. Cândido Cintra, Oar

Os bispos do Regional Sul I da CNBB, reunidos em Assembléia Geral Ordinária, em Itaici (SP), de 4 a 7 de junho de 1984, visando maior eficiência na sua ação pastoral em prol do trabalhador, urbano e rural, como prova concreta da opção preferencial da Igreja pelos pobres, são enfatizada por Cristo do Evangelho e expressamente assumida em Puebla, elaboraram, depois de muitas reflexões, um documento sob o título que encabeça esta crônica.

Tendo sempre em vista a busca de pistas para a realização de uma ação pastoral encarnada no contexto em que ela está inserida, o documento começa apontando, numa visão realista, o desemprego como o mais angustiante problema existente no setor trabalhista de todo o Estado de São Paulo, principalmente nas cidades apoiadas na produção industrial. Fundamentados em dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, em 1981, os signatários do documento declaram, para confirmar sua tese, que "23% da população em idade e condições de trabalho, se encontra sem trabalho fixo e remuneração decente".

Mais interessados em detectar a causa do fato de que lamentar a sua existência, pois, para a aplicação de uma terapêutica adequada, de nada adianta dedetizar as ramas, se o mal está na raiz, o episcopado denuncia de imediato, com coragem profética, que a causa geradora desta desgraça com sérias repercussões sociais é a "política econômica adotada pelo Governo para atender o FMI", tendo como aliada "o componente necessário do regime que necessita da demanda de mão-de-obra: "Exército Industrial de Reserva", para conter os salários e a força de reivindicação dos operários". E, acrescenta, isto tem hoje como agravante "a política de recessão imposta pelo Governo".

O documento aponta esta recessão imposta por forças econômicas poderosas advindas do exterior como a grande chaga que está corroendo o organismo político-social-econômico brasileiro. Isto porque, no momento atual, é precisamente esta recessão que está fechando as portas a milhões de operários, impondo a redução da produção e prestação de serviços e provocando a recessão interna que acarreta a especulação e a inflação.

Este desemprego, provocado assim impatrioticamente para gáudio de uma pequena minoria locupletada às custas do sacrifício de uma imensa maioria, passa, por sua vez, de consequência a ser causa deste "quadro negro de fome, doença, angústia e desespero" encaminhando lentamente para a morte milhões de operários do Estado mais rico da Federação de maneira não menos alarmante da que faz a peste negra dizimando a população ribeirinha do hinterland amazonense.

O documento enumera, a seguir, uma série de fatos que, no fluxo de causa e consequência e de consequência e causa, estão bem visíveis em nossos meios denunciando a grande problemática social que direta ou indiretamente nos atinge a todos. São eles a densidade demográfica na periferia dos centros urbanos em consequência do êxodo rural provocado pelo desenvolvimento das indústrias que sempre ofereceram melhores salários, mais segurança, mais estabilidade, mais assistência; o crescimento desenfreado das favelas obrigando a população rural, nem sempre capaz de enfrentar as exigências da vida citadina, e sobreviver em condições infra-humanas.

Verifica-se então a manifestação do desespero nos saques a supermercados e armazéns; explosões sociais com depredações de ônibus e trens, ocupações de áreas para plantio ou moradia; aumento da violência e criminalidade e um triste cenário da mendicância" fatos esses que deixam a população urbana em constantes sobressaltos.

Estes são alguns "flashes" do que acontece no mundo do trabalho urbano com suas repercussões sociais. Os do mundo trabalhista rural são bem mais tristes ainda. A respeito deles são de molde a onerar nossa consciência, patriótica e cristã, as considerações feitas, durante a Assembléia, a um grupo de jornalistas por D. Angélico Sândalo Bernardino, Presidente da Comissão Representativa do Regional Sul I da CNBB e orientador da ação pastoral operária da Grande São Paulo.

"O episcopado paulista, diz ele, tem a convicção de que a panela de pressões já estão com suas válvulas entupidas e os recentes acontecimentos de Guariba, com a revolta dos bóias-frias, que acompanhamos com muito interesse, são a amostragem de uma erupção social diante de usineiros e proprietários que realmente perderam, há muito, o senso de justiça e, agora, estão perdendo o senso do ridículo".

Estes são os aspectos negativos que os bispos denunciam no documento, fiéis à missão de levantar a voz em nome de Deus na defesa dos que não têm voz nem voto para fazer valer seus direitos.

Evidentemente nossos zelosos pastores, ao enfatizar os aspectos negativos do mundo do trabalho urbano e rural, que clamam ao céu, não querem menosprezar seus aspectos positivos. Eles sabem muito bem que há, tanto na cidade como no campo, patrões e empregados dignos dos melhores encômios. Ambos pleni-conscientes de seus compromissos cristãos sabem da necessidade que têm, de colocar a justiça evangélica acima das leis farisaicas que controlam os contratos trabalhistas no sistema vigente. Eles sabem que, de acordo com os ensinamentos divinos, o homem que trabalha, estando acima do capital, é o principal fator de produção da empresa e que, portanto, merece um salário justo pelo fruto de seu trabalho. Sabe também que os patrões que pagam o salário justo, têm o direito de exigir que seus assalariados cumpram o dever de produzir o justo para o qual foram contratados.

Não deixa, pois, de ser uma absoluta má fé não querer reconhecer os aspectos negativos da realidade que nossos pastores denunciam no documento. Esta situação deprimente que ninguém, em sua consciência pode negar, é um desafio ao nosso brío patriótico e cristão. Ninguém, pois, pode dar-se ao luxo de ficar com os braços cruzados diante dela.

## Os bispos e a Constituinte 218/84

Rio de Janeiro 17/8

Embora reconhecendo que "não compete à Igreja influir, tecnicamente, nem no processo, nem no conteúdo final da nova Constituição", a CNBB vem de tomar posição sobre seus temas em comunicado específico, recém-emitido. A falta da íntegra do documento, lamentavelmente omitida nos jornais diários, resta-nos comentá-lo com base nos extratos encontrados na imprensa.

A tese central consiste em querer que o novo pacto social seja precedido de "ampla mobilização, através de assembleias consultivas e eleições de delegados", para que o processo de consulta possa alcançar um consenso nacional que assegure "os direitos humanos, as garantias individuais e a solidariedade". Nesse excesso de generalidades, oriundo talvez de dificuldades de acordo entre os participantes da reunião, percebem-se cacoetes corporativistas e restrições ao poder político institucionalizado democraticamente. Afinal, que assembleias consultivas seriam essas de que falam os bispos? Profissionais, de bairro, mistas? Qual seria o processo da escolha de seus delegados e onde e como exerceriam eles as delegações? Em uma comissão, como a que será presidida por Afonso Arinos e tema de tantas vacilações e controvérsias? Diretamente na Constituinte, substituindo-se, assim, por indicações setoriais, o voto universal e direto? Cada hipótese ou indagação agrava o mistério sobre o desejo dos bispos.

Dois outros pontos mereceram dos hierarcas da Igreja Católica especial destaque. Um deles está na afirmativa de que "o ideal é que a Assembleia Nacional Constituinte seja distinta do atual ou novo Congresso Nacional", vale dizer, que seja eleita com a finalidade específica de elaborar a futura Lei básica, dissolvendo-se em seguida. A proposta, de natureza predominantemente técnica, tem a seu favor várias entidades de importância, entre as quais a OAB, e sólido embasamento teórico. E pelo

menos rebarbativo que, ao mesmo tempo que se designe uma Constituinte que se dirá soberana, delibere-se com antecedência sobre temas que a ela caberia decidir (a existência de Câmara e Senado, por exemplo) e se lhe dê a incumbência simultânea de atuar como Poder Legislativo.

Mas, se sobram argumentos teóricos a favor do que solicita a CNBB, faltam-lhe circunstâncias políticas pois não foi possível alcançar a ruptura institucional indispensável a uma correta solução do assunto. Temos, assim, que os mesmos congressistas, partidos e políticos que dominam a atual cena é que decidirão das condições de convocação da Constituinte e, como é óbvio, eles não aceitarão nem a simultaneidade de Constituinte e Congresso nem, muito menos, a designação apenas de constituintes que, sem atribuições legislativas, ve-las-iam assumidas pelo Poder Executivo.

Quanto à possibilidade de serem inscritos candidatos avulsos, trata-se de idéia saudável e democrática, necessária, entre outras finalidades, para contrabalançar a ditadura das organizações enfeudadas a grupos. No caso de eleições majoritárias a renovação do candidato extra-partidário (que a CNBB, equivocadamente, denomina supra-partidário) é factível do ponto de vista técnico, o que não se dá nos casos de cargos submetidos a processo proporcional de escolha. As máquinas partidárias, porém, reagirão com firmeza à tentativa de opor-lhes barreiras.

Em todo caso, o esforço da CNBB deve ser encorajado, enquanto se espera que ela desdobre, com mais clareza, seus difusos pontos de vista.

Newton Rodrigues



10-8-84 RHP

## Curso de Animação Missionária - Linha 2 CNBB

A Linha 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está promovendo o III Curso de Formação Missionária para os interessados em trabalhar nas seguintes atividades missionárias:

- Membros de Congregações ou Institutos Religiosos e Leigos que tem como objetivo trabalhar como missionário no Exterior ou nas regiões missionárias do país;
- Coordenadores da animação missionária nos Regionais da CNBB (Camíres);

— Responsáveis pela animação missionária nas Dioceses, Congregações ou Institutos Missionários.

**Data:** de 13 de janeiro a 10 de fevereiro de 1985.

**Local:** Centro Cultural Missionário — Av. L2 Norte - Q 601 - Bloco B - 70830 - Brasília, DF - Fone: (601) 224-4990.

**Taxa:** (com hospedagem completa) 250 mil cruzeiros.

**Vagas:** 60 participantes (será dada preferência à ordem de inscrição).

**Temário:** será publicado brevemente.

1/9184758

Luciano Mendes de Almeida

## Jejum e oração pelo Brasil

Nesta semana, reuniram-se em Brasília os bispos que integram o Conselho Permanente da CNBB, órgão que se reveste da mesma autoridade da assembleia geral. Congrega, além da presidência e dos bispos responsáveis da pastoral em nível nacional, os representantes de 14 regionais.

Refletiram sobre o momento nacional, examinando com sofrimento, mais uma vez, a crise sem precedente pela qual passa nosso país. Escreveram, então, uma carta a todos os irmãos bispos para partilhar com eles as graves preocupações que angustiam nosso povo.

É mesmo grave a crise econômica que corrói os salários, gera desemprego e martiriza a população com uma inflação aterradora. A situação do Nordeste e as enchentes do Sul tornam-se mais penosas frente à ineficiência das medidas tomadas. O povo recorre a soluções inaceitáveis que denotam desespero. Sucodem-se invasões de terras, saques e greves anômalas.

Diante dessa situação dolorosa, notam os bispos que o povo, mergulhado no sofrimento, é obrigado a assistir estarrecido ao deprimente encaminhamento do processo político para indicação dos mandatários do País. Os gastos e desmandos da convenção machucaram profundamente o sentimento do povo. Grassa a corrupção impune e multiplicam-se os conchavos.

É preciso voltar aos valores éticos que devolvam dignidade à Nação na defesa do nascituro, na moralização dos costumes e na superação da violência brutal e já quase incoercível.

É esta volta aos valores éticos que, segundo os pastores, permitirá a retificação do poder político, colocando-o decididamente a serviço do bem comum. O povo não pode ser mero espectador do seu destino. em que participar ativamente, através de formas que lhe assegurem o direito de escolha e decisão.

Relembradas estas verdades, afirmam os bispos que o "reencontro da dignidade nacional não se fará sem que os corações se deixem tocar e as consciências se renovem".

Isto só se realizará pelo recurso à oração e à penitência.

É a prece que atrai a luz e a força de Deus. O jejum evangélico demonstra a seriedade da conversão e da solidariedade com o mais pobre. Diante dos grandes impasses da vida temos que recorrer a Deus com humildade e confiança.

Convocam, assim, os bispos, a todas as comunidades e pessoas de fé e boa vontade para um jejum de penitência, em especial, na vigília da festa de Nossa Senhora Aparecida.

Rezem as crianças, os enfermos e os simples. Rezemos nós também, apesar de nossas falhas. Rezem, todos os dias, as famílias e comunidades. Deus ouvirá nossa oração.

Na festa da padroeira, 12 de outubro, elevemos em toda a Nação, preces a Deus pela Pátria brasileira.

Na linha da mais autêntica tradição cristã intensifiquemos, desde agora, o jejum e as súplicas a Deus. Só assim hão de passar o egoísmo e a injustiça, a violência e a corrupção. Não bastam os projetos técnicos, nem as denúncias inflamadas. Só a graça de Deus abre os corações para o amor, a reconciliação, o compromisso com a justiça e o sacrifício pelo próximo. Só com a graça de Deus poderão os homens de boa vontade assumir suas responsabilidades políticas.

O texto termina com uma palavra de esperança.

"Cremos em Deus e confiamos na sua presença no meio de nosso povo."

Aí está a mensagem. É o Evangelho de sempre.

Oração e jejum pela pátria brasileira.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.



# CNBB fará Campanha da Fraternidade contra a fome

Diário de Pernambuco



Dalmo Dallari disse que os partidos políticos, apesar de desprestigiados, ainda podem recuperar sua importância

## OAB analisa a democratização e pede fim da LSN, SNI e exceções

**FERNANDO PAIVA**  
Enviado especial a Recife

As relações da democratização com a segurança, os meios de comunicações de massa e os partidos políticos foram os temas das principais teses desenvolvidas na manhã de ontem, no Centro de Convenções de Recife, na abertura dos trabalhos da 10ª Conferência Nacional da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil. Durante a apresentação das teses, o plenário se reuniu em separado e aprovou por unanimidade moção de repúdio ao general Newton Cruz, comandante militar do Planalto. Ele processa o presidente da seccional da OAB em Brasília, Maurício Correa, devido a declarações feitas pelo advogado envolvendo seu nome.

Apresentada pelo jurista Fábio Konder Comparato, a tese "Democratização e Segurança" lotou o auditório Vidal de Negreiros, no Centro de Convenções. Na opinião do expositor, a segurança, como resultado da democratização, só poderá ser obtida, nas atuais condições brasileiras, com a sensível diminuição das desigualdades sociais, acentuadas de forma desmedida pelo regime empresarial-militar de 1964.

"Um resultado que não será apenas fruto da adoção de regras democráticas que garantam a livre competição das forças políticas — acentuou Comparato —, pois a desigualdade social é traço característico do subdesenvolvimento e somente será corrigida com a instauração do processo desenvolvimentista."

Entre as conclusões sobre o tema que serão encaminhadas na próxima quinta-feira à plenária — de onde sairá a "Carta do Recife" —, pediu-se a supressão das medidas de estado de emergência, introduzidas na atual Constituição pela emenda nº 11; a revogação da Lei de Segurança Nacional; a dissolução do Serviço Nacional de Informações; a extinção da Justiça Militar, cuja competência atual passaria à Justiça Comum; a aprovação pelo Congresso Nacional da nomeação dos ministros militares e a separação da Procuradoria Geral do Ministério Público, além da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que funcionaria durante um prazo pré-determinado de um a dois anos. "Só assim a segurança — tranqüila preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana — poderá ser realizada harmonicamente, no plano individu-

al, grupal e nacional", afirmou Fábio Konder Comparato.

### Partidos políticos

"Apesar de evidentemente enfraquecidos e desprestigiados como instrumentos da vontade popular para a realização da democracia, os partidos políticos ainda têm a possibilidade de sobreviver e recuperar sua importância perdida". Assim o professor Dalmo de Abreu Dallari — comentando a urgente necessidade das agremiações partidárias de lutar contra suas deformações e anacronismos — analisou os resultados do divórcio entre as aspirações populares e a atuação dos partidos, principalmente após o refluxo da campanha pelas diretas-já.

Para o jurista, e a eleição indireta via Colégio Eleitoral — denominado comum entre os partidos de oposição e o da situação — para o próximo presidente da República "destrói qualquer solução digna para os problemas políticos atuais".

No decorrer dos debates, o presidente da OAB paulista, Márcio Thomas Bastos, apresentou moção de repúdio ao Colégio Eleitoral, aprovada pela comissão por estreita mar-

gem (40 a 34), que também será apreciada pela plenária na quinta-feira. "É lamentável que partidos políticos tenham abandonado a luta pelas diretas, submetendo-se a um Colégio Eleitoral ilegítimo, espúrio e antidemocrático. E justamente quando o povo brasileiro estava nas ruas manifestando claramente sua repulsa àquele instrumento antidemocrático", disse.

#### Democratização da mídia

Impedido de comparecer por motivos de saúde, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, teve sua tese "Democratização dos meios de comunicação" exposta pelo secretário da mesa, Nythamar de Oliveira. Entre as medidas que efetivariam a democratização da mídia, destacaram-se a presença de uma democracia pluralista e o primado da liberdade de imprensa sobre os dois poderes que mais a ameaçam: o estatal e o econômico. A presença de colunistas da confiança das direções — mas com ampla liberdade de opinião, no estilo dos colunistas dos Estados Unidos e de alguns jornais brasileiros — também foi citada como fundamental ao desenvolvimento democrático da imprensa escrita.

Na opinião do debatedor Walter Ceneviva, Barbosa Lima Sobrinho se concentrou demais na mídia impressa. "Quando falamos em democratização das comunicações, é imprescindível abordar a mídia eletrônica", esclareceu.

Nesse campo, o advogado alertou para os perigos do domínio do poder econômico — "concentrado em fortes pools nos televisivos e radiofônicos" — e do excessivo controle governamental, "que detêm a seu bel-prazer a concessão e a permissão para outorga de canais de rádio e TV, o que é a própria negação da democracia". Para ele, é imprescindível a adoção de critérios que não mantenham a mídia eletrônica em subalternidade — através da ameaça de cassações ou punições — aos órgãos governamentais.

#### DERMI AZEVEDO

Da nossa equipe de reportagem

Diante do "panorama de fome extrema" existente no Brasil e "na perspectiva da hipoteca social que pesa sobre toda propriedade privada", é lícito que alguém garanta sua sobrevivência tirando coisas de outra pessoa, "seja à vista dela, seja ocultamente". É o que afirma a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), citando o teólogo Santo Tomás de Aquino, no texto-base da Campanha da Fraternidade/1985 cujo lema será "Pão para quem tem fome".

"Se a necessidade for tão urgente e evidente — diz Tomás de Aquino no artigo 7 da "Suma Theologica" — de forma que seja claro que é preciso socorrer à extrema necessidade com o que se tem à mão, por exemplo, quando há perigo iminente para uma pessoa e não se pode socorrer de outro modo, é lícito socorrer alguém em sua necessidade com coisas pertencentes a outrem, seja que se tire dele à vista seja ocultamente. Nem se pode dizer que isso seja furto ou roubo".

#### "Nação estarecida"

A questão da fome no Brasil será também debatida no 11º Congresso Eucarístico Nacional, marcado para 16 a 21 de julho de 1985, em Aparecida. E, de acordo com a CNBB, o lema escolhido para a Campanha da Fraternidade/85 dá continuidade aos temas de anos anteriores: 1978 — "Trabalho e justiça para todos", 1980 — "Migrações", 1981 — "Saúde para todos", 1983 — "Fraternidade sim, violência não".

Seguindo o clássico método da Ação Católica ("ver, julgar, agir"), o texto base começa afirmando que "a fome é realidade no Brasil" e que "recorrer a termos bonitos que anestesiavam as consciências, recorrer a eufemismos tais como subnutrição, subalimentação, não alteram a realidade. Escamotear a verdade não impede que tantos sintam fome e não tenham o que comer; ouçam os filhos chorando e não tenham o que lhes dar".

O documento diz, em seguida, que "a Nação ficou estarecida ante as imagens, na televisão, de crianças, velhos, adultos, caçando ratos e camaleões para saciar a fome" e que o problema já não pode ser atendido "somente com esmola". Enfatiza que "a fome vista como escândalo, em um país que tem condições de alimentar fartamente sua população, talvez seja capaz de despertar os sentimentos de vergonha e de indignação, de exigir medidas concretas e radicais capazes de atingir as verdadeiras causas da situação hoje vivida por tantos".

De acordo com o texto, "a fome, em sua dimensão social, existe sob duas formas: a primeira, oculta (ou ocultada) e a segunda, ostensiva". Lembrando que a primeira forma já fora denunciada, há quase 40 anos, por Josué de Castro ("Geografia da Fome"), o documento comenta que "de lá para cá, no Brasil, a situação se deteriorou, até se aproximar de um ponto limite. Hoje existe mais fome, isto é, há mais famintos do que há 40 anos, os alimentos são mais caros, mais inacessíveis aos mais carentes; o consumo popular de alimentos diminuiu. Apesar da população ter aumentado em mais de 2 milhões de habitantes por ano, o consumo do leite e da carne caiu em três anos mais de 30%. Hoje, quase 60% do salário médio do trabalhador é gasto para comprar alimentos".

A CNBB diz que a fome oculta "resulta da situação de injustiça estrutural", observando que o desemprego "paralisa mais de 20% da chamada população economicamente ativa" e que "quase um terço do parque industrial brasileiro" está desativado.

"O preço dos alimentos — afirma o texto da CF/85 — subiu, em 1983, de 213%, enquanto os salários aumentaram 142%. O feijão, que é o alimento básico da população, subiu, no mesmo período, mais de 500%. Nestas condições, as famílias cuja renda não passa de um salário mínimo, e são quase 70% da população brasileira, só podem sobreviver em estado de fome permanente". E cita estudo do Instituto de Planejamento Econômico Aplicado (IPEA), de março passado, indicando que 86 milhões de brasileiros sobrevivem com muito menos que as 2.240 calorias recomendadas pela FAO como dieta mínima.

#### "Morrendo de fome"

A "fome ostensiva" é descrita como a que "aparece mais claramente por ocasião das calamidades públicas". A CNBB diz que a última seca de cinco anos no Nordeste atingiu 22 milhões de pessoas, das quais mais de 2,5 milhões foram "privilegiadas" pelo trabalho nas frentes de emergência, ganhando 15 mil e 300 cruzeiros mensais (12 dólares), equivalente a um terço do salário mínimo local, "quando não havia atraso no pagamento".

Denunciando que 70% das crianças da zona canavieira nordestina "são desnutridas", alimentando-se apenas com água e açúcar, o texto afirma que estes menores já estão afetados de modo irreparável no seu desenvolvimento físico e cerebral" e que "o Nordeste está se transformando num grande hospital, porém sem médicos, enfermeiras, remédios".

Ao falar das causas da fome, a CNBB afirma que o fenômeno se agravou com a recessão e como resultante "de uma crise global, econômica, social, cultural e política, que tem causas mais remotas e mais abrangentes". Condena o consumismo ("Como os famintos são pobres, não têm dinheiro para exprimir suas carências, são desconhecidos nesta sociedade e, de certo modo, para ela não existem"), diz que "o povo não é responsável pela política que levou o País a taxas nunca atingidas de inflação" e defende "urgente e autêntica reforma agrária".

O documento diz, também, que o atual modelo econômico "foi imposto à Nação", condena os gastos com armas e rejeita o argumento de que o crescimento da população está entre as causas da fome no Brasil. Ao "julgar" esta situação, a CNBB baseia-se nos textos bíblicos e teológicos sobre a justiça. E no "agir" defende ações de dois níveis: "a ajuda fraterna ao irmão que sofre e o empenho na construção de estruturas sociais justas que permitam a todos os homens viver com dignidade".

## Código Penal prevê "furto famélico"

A figura jurídica do chamado "furto famélico" está incluída no Código Penal Brasileiro, no artigo 19, combinado com o 20, no que se refere ao "estado de necessidade". O artigo 19 diz que "não há crime quando o agente pratica o fato...em estado de necessidade". E o artigo 20 define este "estado": "Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se".

De acordo com o advogado Mário Simas, "o artigo 19 apresenta os fatos que, apesar de serem considerados tipicamente como crimes, deixam de ser assim considerados porque configuram os chamados excludentes de criminalidade: o estado de necessi-

dade, a legítima defesa e quando o fato ocorre no estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito".

Ao defender, no texto-base da Campanha da Fraternidade/85, a "hipoteca social favor dos pobres", a CNBB não cita o Código Penal, mas se refere aos pronunciamentos de João Paulo 2º ("sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social") e das Escrituras. "Sejam quais forem as circunstâncias diversas e mutáveis das formas de propriedade, deve-se atender sempre a esta destinação universal dos bens. Por esta razão, o homem que possui, legitimamente, os bens materiais, não os deve ter só como próprios, mas deve considerá-los como bens comuns, que devem beneficiar os outros", diz o texto "Pão para quem tem fome".

D.A.

## Bispos peruanos elaboram documento sobre Libertação

JAMES ANHANGUERA  
Especial para a "Folha"

uma parte do prelado viesse a mudar de opinião.

#### Reações

ROMA — Os 43 bispos peruanos que estão em Roma cumprindo uma visita ad limina ao Papa escolheram uma comissão de oito representantes que se reuniram ontem, para discutir e elaborar um documento sobre as teorias do teólogo compatriota Gustavo Gutierrez, considerado o "pai" da Teologia da Libertação. Os bispos estão sendo recebidos em grupos pelo papa João Paulo 2º, e estes encontros terminarão depois de amanhã, quando também o Papa deverá se pronunciar sobre a polémica que agora envolve Gustavo Gutierrez. Nos últimos dias, a comissão — formada por representantes das diferentes tendências — foi recebida pelo prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, antigo Santo Ofício, cardeal Joseph Ratzinger.

As críticas à Teologia da Libertação foram desencadeadas pelo cardeal Ratzinger, que encontra apoio em alguns membros da hierarquia católica latino-americana, entre eles o arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, e os bispos Luciano Cabral Duarte e Bovanentura Kloppenburg. O processo a Gustavo Gutierrez provocou uma forte reação por parte do setor progressista da Igreja peruana. No sábado, oitenta superiores de ordens religiosas distribuíram um documento em que afirmam crer "que vivemos numa Igreja fiel ao Evangelho e ao ensino do Magistério Universal".

Esta foi a quarta vez que a hierarquia da Igreja peruana se reuniu para tomar uma posição quanto às teses de Gutierrez. No Perú, a ala conservadora da comissão e do plenário da Conferência Episcopal não conseguiu fazer com que passasse uma clara reprovação às idéias do teólogo. Por isso, eles agora se reúnem em Roma, como se sob o beneplácido da sede da Igreja

A reação do prelado peruano foi antecipada de outras do mesmo teor por parte de bispos norte-americanos, de associações católicas e de faculdades de teologia da Europa e dos Estados Unidos. A ala conservadora da Igreja peruana (formada em sua maioria por integrantes da Opus Dei) há 30 anos vem divergindo do arcebispo de Lima, cardeal Landazuri Rickett, pela sua abertura aos problemas sociais e apoio à obra de Gutierrez.

## Leigos católicos vão realizar assembleia

A atuação dos leigos católicos brasileiros diante da realidade social, econômica e política do País será o tema da assembleia geral do Conselho Nacional dos Leigos, organismo ligado à CNBB, a ser realizada de 12 a 14 próximos, no Colégio Assunção do Rio de Janeiro. Participarão da assembleia representantes de todos os movimentos católicos leigos oficialmente reconhecidos pela CNBB.

A assembleia do Conselho Nacional dos Leigos tentará, segundo seus organizadores, reforçar o papel deste organismo tanto a nível interno, na Igreja, quanto externamente, como acontece com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Deste modo, começará com uma exposição das experiências que os movimentos estão realizando, de acordo com suas características específicas.

Um dos documentos básicos para a assembleia do CNL é "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1983/1986", da CNBB. Nele os bispos afirmam que "o Brasil viveu, nos últimos anos, situações históricas nas quais a liberdade de ação dos cidadãos, no campo das realidades sociais, das atividades políticas e da própria cultura, sofreu grandes e graves restrições. Essas, sufocantes às vezes, impediram a maioria dos leigos de exercer com desenvoltura e criatividade as tarefas próprias de sua vocação específica, embora tenham sido, para outros, ocasião de heróica fidelidade à fé, à Igreja e ao Evangelho."

## Bispos peruanos fazem acordo

Ao final de inúmeras reuniões, os 43 bispos peruanos que se encontram no Vaticano para a visita quinzenal "ad limina apostolorum" chegaram finalmente a um acordo sobre a Teologia da Libertação, revelou a agência "Efe". O documento final, que não condena a TL mas questiona o emprego da análise marxista para a interpretação do Evangelho, deverá ser apresentado hoje ao papa João Paulo 2º e divulgado amanhã em Lima.

As reuniões entre os bispos peruanos que condenam a Teologia da Libertação e os que defendem esta corrente teológica foram mediadas pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé — o mesmo que interregou em setembro passado o teólogo brasileiro Leonardo Boff e é adversário da TL. Durante as quase duas semanas que estão em Roma, os prelados do Peru foram recebidos pelo Papa, que lhes reafirmou o documento da Sagrada Congregação, divulgado também em setembro, que contém duras críticas à Teologia da Libertação.

Em Piracicaba, onde neste final de semana concedeu palestra a professores, alunos e funcionários da Unimep, o frei Betto afirmou que, embora os conservadores procurem criar uma polêmica em torno de questões como a Teologia da Libertação e o envolvimento de padres com o governo sandinista da Nicarágua, as condições políticas atuais não permitem um cisma ou mesmo excomu-

nhões na Igreja Católica. Segundo frei Betto, um dos principais articuladores da Teologia da Libertação no Brasil, a experiência do protestantismo ensinou aos católicos que é melhor uma disputa dentro da Igreja do que uma cisão.

### Papa na América

O papa João Paulo 2º inicia nesta quinta-feira uma visita de 70 horas a Espanha, República Dominicana e Porto Rico — refazendo, quase cinco séculos depois, o roteiro do genovês Cristóvão Colombo, descobridor da América. Em sua 24ª viagem ao exterior desde que se elegeu Papa, há seis anos, João Paulo 2º pretende lançar as sementes de uma "nova evangelização" na América Latina, onde é mais forte a presença da Teologia da Libertação, que vem sendo combatida pelo Vaticano.

O mais importante acontecimento da visita está previsto para sexta-feira, em Santo Domingo, capital da República Dominicana, quando o Pontífice se reunirá com todos os cardeais da América Latina, os presidentes das conferências episcopais do continente e os bispos integrantes do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Segundo a agência "France-Presse", o Papa deverá reafirmar a opção da Igreja Católica pelos pobres, realçar os valores cristãos diante das modernas ideologias atéticas ou leigas, ressaltar a necessidade de reiniciar o trabalho missionário e combater a penetração de seitas religiosas na América Latina.



## CNBB convoca jejum, amanhã, para protestar contra fome e corrupção

**DERMI AZEVEDO**

Da nossa equipe de reportagem

Pela primeira vez na história da Igreja Católica no Brasil, os bispos convocam um jejum nacional, fora da época tradicional da Quaresma. Definido como "um ato religioso e político" e "contra o sofrimento social e econômico do povo brasileiro", o jejum será realizado amanhã, na sexta, feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, a Igreja promoverá uma "jornada de oração" pelo Brasil que envolverá milhares de paróquias, Comunidades Eclesiais de Base e todas as suas pastorais.

O cardeal arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns, aponta quatro motivos para esta mobilização: "Solidariedade com os que não têm o que comer; partilha dos bens supérfluos, tão necessários aos que têm fome; luta para ser mais e não para ter mais, afastando assim as ambições e a ganância; confiança no povo e repúdio total da corrupção e do tráfico imoral das influências dos grupos desonestos." Ele diz que "só dessa forma poderemos reencontrar a dignidade nacional e acabar com a vergonha que cobre tantas áreas de nossa política e economia".

Dom Paulo observa que "estamos na ponta de todos os países do mundo que produzem alimentos. Praticamente poderíamos nutrir a metade dos homens. E, no entanto, 40 milhões de brasileiros — mais de um terço de toda a população — se alimentam muito mal e já são considerados como vítimas, muitas vezes irrecuperáveis, da doença crônica da fome".

**A fome é inaceitável**

Como pedir jejum a um povo que já não come diariamente as proteínas e vitaminas básicas? Para o bispo de Crateús, Ceará, dom Antônio Batista Fragoso, "o jejum que o povo vive é uma imposição do modo como a

### Todos os partidos participarão do ato

Da Sucursal de Brasília

Parlamentares de todos os partidos participarão do dia nacional do jejum "pelas transformações sociais e restabelecimento da dignidade nacional", no próximo dia 11, proposto pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A informação foi dada pelo presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, que está entusiasmado com as adesões. "A aceitação do jejum está superando as nossas expectativas, embora a decisão de participar seja estritamente pessoal. A Igreja apenas convida", disse.

Dom Ivo explicou que a orientação para o jejum está sendo dada pelos bispos "de forma diversa, de acordo com as conveniências de cada diocese. Sugerimos apenas que o sacrifício seja feito em família, nos lares, mas

quem quiser pode se reunir nos centros comunitários, locais de trabalhos, nas entidades".

A CNBB sugere ainda que o dinheiro economizado com o jejum seja revertido às obras de caridade. Essa proposta já foi aceita pelos parlamentares, que farão uma coleta na própria Câmara dos Deputados, hoje à tarde, véspera do jejum.

A proposta de adesão partiu do deputado Djalma Bom (PT-SP) e foi discutida na última reunião do diretório do partido. A participação dos parlamentares está sendo organizada pelos deputados Eduardo Suplicy, Djalma Bom e José Genoino Neto, todos do PT de São Paulo, e Jacques D'Ornellas, do PDT.

A vigília coincidirá com a vinda de sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao Congresso.

sociedade está organizada e de como as classes dominantes utilizam a propriedade privada, os meios de produção e de comunicação, o Estado, os bancos, a cultura, a tecnologia, as artes, o dinheiro. Este jejum é intencionalmente programado e está permitindo às classes dominantes que tenham o status econômico atual. Por isso, é blasfemo e inaceitável, tendo que desaparecer pela força e unidade de todo o povo".

Ele afirma que os pobres "devem acolher e oferecer a Deus" sua desnutrição crônica e que "bispos, padres, religiosos e classe média em geral devem experimentar um momento, na sua carne, a solidariedade visível com o grande sofrimento do povo".

Já o bispo Tomás Balduino, de Goiás Velho, diz que "o maior jejum de nosso povo é o jejum de terra e

emprego, não sendo necessário acrescentar outro e sim viver conscientemente a exploração que já existe". Por sua vez, o bispo de São Miguel Paulista, dom Angélico Sândalo Bernardino, afirma que o jejum e a jornada de oração, dia 12, vão denunciar que "o momento em que vivemos é dramático e que muitos brasileiros estão morrendo de fome. Assistimos a suicídios de pais de família desempregados, diante da miséria de seus familiares, enquanto outros esbanjam e estão chafurdados na mais deslavada corrupção".

"É o demônio da injustiça e da falta de fraternidade que está mais do que nunca endoidecido — diz dom Angélico — e que precisa ser expulso através de uma tomada coletiva de consciência e respeito da dignidade a ser readquirida enquanto Nação".

## Gutiérrez chega, mas nega-se a falar

"Está tudo bem, mas não posso falar nada." Foi esta a única declaração do padre e teólogo peruano Gustavo Gutiérrez ao desembarcar ontem, ao meio-dia, em Viracopos. Gutiérrez estava no Vaticano, acompanhando as discussões sobre sua pregação doutrinária, realizadas nas últimas duas semanas pelo episcopado peruano e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

Aparentando preocupação, ele seguiu imediatamente para o convento de Itaiaci (município de Indaiatuba), para se reunir com os bispos que terminam hoje um encontro de estudos teológico-pastorais.

Considerado o "pai" da Teologia da Libertação, Gutiérrez foi o último passageiro da Alitalia a deixar Viracopos: teve sua bagagem extraviada, possivelmente em Milão, e o passaporte fotocopiado "para facilitar a localização das malas", segundo explicaram funcionários do aeroporto aos jesuítas que o aguardavam.

Em Itaiaci, apesar da insistência dos jornalistas, só foi possível saber que o teólogo teria "muito o que contar" depois. Ele cancelou o curso que daria hoje e amanhã, para estudantes de Teologia no Ipiranga, e sua participação no debate de amanhã na Unicamp, com Leonardo Boff,

Paulo Freire e Rubem Alves, sobre "Comunidades eclesiais de base e Teologia da Libertação".

Um dos bispos que receberam Gutiérrez em Itaiaci, dom Cândido Padim, de Bauru, disse aos jornalistas que o teólogo peruano e o brasileiro Leonardo Boff têm apoio da maioria do episcopado brasileiro e que, em 1985, os bispos do Brasil farão também sua visita "ad limina apostolorum" a João Paulo 2º (contato periódico dos episcopados com o Papa, realizado nas duas últimas semanas pelos bispos peruanos) e apresentarão, pessoalmente, sua posição sobre a Teologia da Libertação.

**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA  
ENGENHARIA POLITECÔNICA DE SÃO CARLOS

# Católicos jejuam por mudanças

## sociais

Das Sucursais e reportagem local

O jejum nacional convocado para hoje pelo Conselho Permanente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é uma forma de a Igreja mostrar seu descontentamento e decepção com o processo sucessório, exigindo também transformações sociais. Essa foi a explicação dada ontem por D. Luciano Mendes da Almeida, secretário-geral da CNBB, ao se referir ao recurso encontrado pela Igreja para protestar contra a atual situação do País.

"Na convocação dos bispos — afirmou Dom Luciano —, se aludia claramente à situação decepcionante do processo sucessório, que parece consumir energias e recursos num momento em que todo o esforço nacional deveria convergir para a promoção das classes desfavorecidas. Um exemplo é o que acontece nas páginas dos jornais. A cada dia, quatro, cinco páginas são gastas para dizer quem falou o quê sobre determinado candidato, quem se dignou a aderir a quem, enquanto os verdadeiros problemas do povo são esquecidos".

Quinze parlamentares estão participando, desde ontem, de uma vigília cívica e jejum "em defesa das diretas-já, da ética e da dignidade na vida política nacional". Da manifestação estão participando deputados do PT (quase toda a bancada de oito deputados), do PMDB, do PDT e até o dissidente do PDS, Wilmar Pallis (RJ).

### Valor penitencial

Disse ainda D. Luciano que a novidade deste jejum reside no fato de que ele "está recuperando o valor penitencial do jejum. A motivação mais forte é a da solidariedade com aqueles que padecem, habitualmente, fome por causa do desemprego e da extrema miséria em que vivem. Assim, o sentido verdadeiro do jejum é a partilha e a justiça social. É um gosto de penitência verdadeiro, quando inclui mudança de atitudes, da acumulação de bens à partilha; da ganância à justiça; do aproveitamento dos outros, à atitude de serviço. Este gesto exige mudança comportamental não só a nível individual, mas no campo social e político, em busca de um sistema de respeito e promoção humana". Informou D. Luciano que, embora não tenha havido nenhuma imposição, as adesões ao movimento "são cada vez maiores e nos surpreendemos com o acolhimento do povo ao convite feito pela Igreja". Cada diocese, contou o secretário-geral, "está organizando vigílias e até celebrações campais, como as dioceses de São Mateus e Vila Prudente".

Em São Paulo, membros das Comunidades de Base e pastorais de 32 paróquias da região de Santo Amaro, Cupecê, Interlagos e Sabará, na zona Sul, passarão a noite, nas igrejas, rezando e debatendo a situação nacional.

Na Zona Leste da Capital, haverá um jejum coletivo, durante todo o dia, no Largo Santa Adélia, em São Mateus, e às 21 horas começará uma caminhada com tochas e cartazes, da praça à matriz, também com a presença das CEBs. Outra manifestação está marcada para o Largo da Matriz, no centro de Perus; doze Comunidades de Base reivindicarão melhorias para a região, como transportes, segurança, saúde e o fim da poluição industrial. Serão realizadas ainda manifestações nos bairros do Ipiranga e Sapopemba. No centro, as principais celebrações estão marcadas para a Catedral da Sé, com um ato penitencial ao meio-dia e uma via-sacra às 18 horas.

Primeiro jejum feito fora da época normal da Quaresma, na história do catolicismo no País, o evento de hoje mobiliza 355 bispos, 223 dioceses e arquioceses, 12.711 padres, milhares de Comunidades Eclesiais de Base, além de centenas de pastorais e movimentos leigos. Haverá ainda adesões evangélicas.

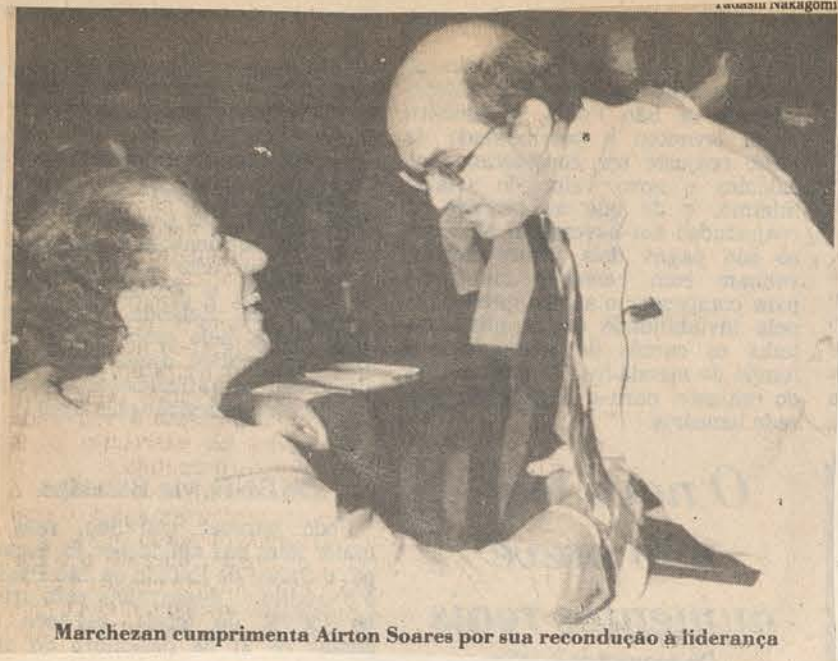
### Rio e Belo Horizonte

A Arquidiocese do Rio de Janeiro participará ativamente dos dias de jejum e de orações recomendados pela CNBB. Na sexta-feira, dia de orações pelo Brasil, a cerimônia oficial começará às 14h30m na Catedral de São Sebastião, com concentrações de casais, associações religiosas e representações de paróquias. Esta parte da solenidade incluirá testemunhos dos fiéis e uma representação teatral.

Às 16 horas se iniciará a missa, que será transmitida pela Rádio Roquete Pinto. No mesmo horário, as 219 paróquias da cidade estarão também celebrando missas ou acompanhando a transmissão da solenidade da Catedral. A Arquidiocese iniciou a distribuição, às paróquias, da "Oração pelo Brasil", que será rezada em todo o País pela comunidade católica, na sexta-feira.

Cada paróquia da Arquidiocese de Belo Horizonte terá liberdade para programar o dia de jejum (hoje) e o de orações (amanhã). Nas paróquias e comunidades da região industrial, onde vivem cerca de um milhão de pessoas, haverá vigílias hoje entre 20 e 23 horas, enquanto na Igreja de São José, no centro da Capital, será realizada, após a missa das 19 horas, uma vigília até a meia noite, que se repetirá amanhã.





Marchezan cumprimenta Airton Soares por sua recondução à liderança

20/10/84 FFP

Luciano Mendes de Almeida

## Sofredores da rua

São milhares. Durante o dia, espalham-se pela cidade. Vivem como podem. Catam papel, papelão, ferro-velho e fazem pequenos biscates, os que ainda têm coragem de lutar. Mas há outros, muitos outros que ficam cada vez mais à margem da vida, vencidos pela avalanche de dificuldades e decepções.

Quem não os vê, sujos e maltrapilhos, pelas ruas e praças? Pedem esmola e comida. De noite, recolhem-se sob viadutos, em terrenos baldios, ou na soleira das portas. Sem banho e sem trocar de roupa, tornam-se até repelentes e segregados da sociedade. Não é possível calcular com exatidão quantos são os que perambulam assim pela cidade. Talvez os sem casa passem de trinta mil.

Quanta angústia e desânimo na face destes nossos irmãos sofredores! Quanta frieza e apatia de nossa parte! Parecemos pertencer a mundos diferentes.

Ao ouvirmos a estória destes naufragos da vida, percebemos que são vítimas da sociedade. Ninguém nasce para viver assim. Alguns foram abandonados já na infância, outros a desilusão, a bebida e a droga, lançaram-nos na amargura. Mas frequentes são os casos de ex-presidiários que não conseguem se reinserir na sociedade pelo trabalho honesto. Quem quer empregá-los? A prisão é um estigma difícil de ser apagado. Na noite passada encontrei-me com um homem de seus trinta anos, nascido de família rica, destruído pelos vícios, pela droga e detenção. Uma tristeza.

Se as mulheres aparecem em público menos do que os homens, é porque se tornam vítimas escondidas da prostituição.

Em meio a esta população sofredora, encontramos mendigos bons e generosos. Há gestos de dedicação ao próximo, partilhando o pão, o sofrimento e o abrigo improvisado. São capazes de passar a noite de plantão ao lado de um companheiro doente.

Que poderíamos fazer pelos sofredores da rua?

Existe em São Paulo um grupo de voluntários, OAF, a Organização do Auxílio Fraternal, que há anos se consagra a servir aos sem teto. Só Deus sabe o bem que fazem. Mas a nossa parte qual é?

É preciso reconhecer que para nós este trabalho não é fácil. Encontramos resistências. Há hábitos adquiridos de ócio e bebida. Há graves desmandos de ordem moral que impedem resultados imediatos. Mas, mesmo assim, vale a pena tentar. São irmãos que precisam de nós para se levantarem.

É certo que a solução só virá através de um novo tipo de sociedade capaz de oferecer a todos trabalho condigno e condições humanas de vida. Pensamos no indispensável atendimento à educação e saúde das crianças. Nesse sentido, insistimos na importância do "Programa do Menor", recentemente lançado pelo governo do Estado de São Paulo. São urgentes as medidas em bem da habitação popular e da multiplicação de empregos, aliadas a um sistema, já iniciado, de apoio aos desempregados.

Que fazer, no entanto, com os sofredores de hoje? A fome e a doença crescem entre eles.

Uma sugestão modesta. Cada bairro poderia se organizar melhor, reunindo as forças vivas de que dispõe. Não convém concentrar serviços na megalópole, onde as distâncias são um desafio para o pobre. Nos bairros da cidade deveria surgir um Conselho Comunitário, com a participação das entidades filantrópicas, religiosas e dos "amigos do bairro", com apoio e cobertura dos órgãos públicos.

Haveria integração ou, pelo menos, colaboração de serviços: banco de empregos, auxílio alimentar, encaminhamento para postos de saúde e documentação, hospedaria popular, e em especial, um lugar para que o sofredor de rua seja ouvido e atendido como gente. Os que desejassem poderiam ser encaminhados de volta às cidades de origem.

A união de pessoas de boa vontade, de lojistas e comerciantes, numa experiência nova de comunidade de bairro, oferecerá resposta para os casos comuns, mantendo-se em ação uma rede mais ampla de recursos do próprio município, para a internação psiquiátrica e hospitalar e outros atendimentos especializados.

Este espírito humanitário e cristão só poderá atrair as bênçãos de Deus e há de nos ajudar a corrigir o egoísmo crônico em que mergulhou a sociedade consumista.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.

# Igreja amplia seu poder e vê "crise ética" no País

**DERMI AZEVEDO**  
Da nossa equipe de reportagem

"Estamos vivendo o pior momento da história do Brasil e o conceito de ética está tristemente deteriorado no País. A dignidade nacional está ferida mas aumenta a consciência do povo e permanece a esperança". A afirmação é do presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, ao analisar a atuação da Igreja Católica no País desde os anos 60 e ao anunciar que este papel, hoje, é supletivo, já que "o povo está assumindo sua caminhada, sem esperar pela voz da hierarquia".

Esta posição de d. Ivo (duas vezes secretário-geral da CNBB e reconduzido para um segundo mandato como presidente, pelo voto direto dos bispos) é compartilhada pelas várias tendências, conservadoras e progressistas, dentro da Igreja. Há também unanimidade, de Boff a Vicente Scherer, sobre o significado do poder eclesástico no Brasil, um poder reformulado de acordo com as épocas e injunções históricas, mas essencialmente intocado.

O cardeal Vicente Scherer, por exemplo, disse ao repórter Delmar Marques, de nossa Sucursal em Porto Alegre, que "a formação do caráter e da personalidade segundo os ideais do Evangelho é a missão, a tarefa e a razão da existência da Igreja. Diante da corrupção difusa em todas as esferas da coletividade, impõe-se nos examinar se cumprimos devidamente esta incumbência fundamental". Seu sucessor como arcebispo, d. Cláudio Colling, acrescentou que a Igreja "prega o valor real da política com letra maiúscula" e que "está à solta, infelizmente, a autopromoção pessoal, uma corrente partidária pela maior vantagem, pelo favorecimento aos companheiros".

Já o arcebispo de São Paulo, cardeal Paulo Evaristo Arns, reafirma sua "confiança no povo e o repúdio total à corrupção e ao tráfico imoral das influências de grupos desonestos", defendendo "o reencontro com a dignidade nacional e o fim da vergonha que cobre tantas áreas de nossa política e economia".

Para o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Josef Romer, "o poder fundamental da Igreja é o espiritual, no sentido de orientar as consciências". Ele disse ao repórter Marcelo Beraba, de nossa Sucursal no Rio, que a Igreja "tem um compromisso com o homem como um todo" mas que ela não deve agir "por motivos políticos ou sindicalistas mas por uma motivação espiritual". Acha que as religiões messiânicas estão

avancando no terreno católico, "principalmente onde se faz um trabalho apenas social". E diz que o aumento no número de seminaristas no Rio (de 25 estudantes, há oito anos, para setenta, agora, no Seminário São José) é uma indicação do

fortalecimento da Igreja no Rio de Janeiro.

**"A sociedade deve acordar"**

Outro bispo, d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), afirma que o trabalho prioritário da Igreja no Brasil é o de "fazer a sociedade, como um todo, acordar para a situação do Nordeste, do Centro-Oeste, das grandes metrópoles, das periferias e favelas". Seu colega de Campina Grande, PB, d. Luiz Gonzaga Fernandes, chama atenção para o Nordeste "que deve ser transformado numa causa assumida pela consciência nacional".

Para d. Angélico Bernardino, de São Miguel Paulista, São Paulo, a Igreja "tem um papel significativo junto às pequenas comunidades e aos trabalhadores". Ele diz que este trabalho "vai criando uma rede comprometida na transformação da realidade, inspirada no Evangelho".

Por sua vez, o irmão Claudino

Falquetto, presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, afirma que a Igreja foi, no Brasil, nos últimos vinte anos, "uma voz muito viva para os desiguais e sem vez, uma voz atuante na sociedade para os que acreditavam que era possível mudar este país". Enfatiza que a Igreja "tem uma influência ainda grande no poder central quando leva reivindicações que só ela é capaz de assumir, como nos casos dos presos políticos, dos estrangeiros e, agora, do planejamento familiar. A Igreja não faz política partidária, mas tenta influenciar os políticos, através de uma orquestração".

Para o presidente do Conselho Nacional dos Leigos, Pedro Gonçalves, "a força da Igreja no campo social sempre foi grande mas supletiva, no sentido de não substituir o governo. Na área política, ela sempre influenciou na formação de quadros políticos e motiva movimentos populares que provocam a elaboração de uma nova proposta política".



# Nação não pode aceitar golpes, diz CNBB

26 (10) 1984 EBP Manoel Motta - 84

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, acompanhado pelo vice-presidente da entidade, dom Benedito Ulhoa Vieira e pelo secretário geral, dom Luciano Mendes de Almeida, distribuiu ontem a nota "Apelo Cívico" ao governo e à Nação, defendendo a legalidade e condenando casuísmos, subornos e pressões sobre o Colégio Eleitoral. Os bispos apontam também as suspeitas de existência "de bolsões militares e civis, desconfiados de possíveis forças subversivas", exigindo que essas suspeitas sejam esclarecidas "à luz do dia, sem conchavos, sem reuniões secretas, sem conspirações. Uma nação, que se pretende civilizada, não pode aceitar golpes".

Ao terminar a leitura do documento, dom Ivo afirmou que a presidência da CNBB "acha lamentável qualquer violação das regras já estabelecidas e quer que cada eleitor possa seguir sua consciência, sem pressões. Queremos que o processo sucessório se faça sem casuísmos e que haja alternância de poder".

Os signatários da nota, entre eles o vice-presidente da CNBB, dom Benedito Ulhoa Vieira, admitem que os termos do documento são os mais fortes usados até hoje. Sobre as expressões usadas, dom Ivo comentou: "A CNBB sempre se manifesta nos momentos mais graves. Essa agora é mais clara ainda, porque quando se fala num tom e ninguém entende, deve-se mudar o tom".

Sobre a possibilidade de ser decretado estado de emergência na região de Brasília e parte de Goiás, durante a reunião do Colégio Eleitoral, dom Ivo Lorscheiter afirmou que a CNBB quer "diminuir qualquer eventualidade de problemas. Não sei se há necessidade de se criar currais e bastilhas, por isso nosso apelo fundamental é pela democracia, pela alternância de poder".

A íntegra da nota

"A Presidência da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil — CNBB —, participando das graves preocupações nacionais neste momento político do Brasil, sente-se no dever de dizer uma palavra de advertência e alerta aos irmãos na fé e aos concidadãos de boa vontade, entre os quais os próprios governantes.

"1. No esperado e compreensível processo sucessório em vista da escolha do futuro presidente da República, é necessário respeitar as regras constitucionais, mesmo que não sejam elas — como de fato não o são — perfeitas. A Nação quis e quer a eleição direta, como ficou patente na manifestação popular de alta expressão cívica. Não lhe tendo sido devolvido o direito de eleger o supremo chefe da Nação, deve-se agora respeitar intransigentemente as normas estabelecidas para a eleição do Presidente, a fim de não se cair na flutuação dos casuísmos jurídicos que geram incertezas e trazem a marca de jogo político de lamentável nível moral.

"2. É o momento de se defender corajosamente a legalidade. Qualquer tentativa de ruptura da nossa ainda fraca e incipiente democracia precisa ser repelida por patriotismo, por respeito ao povo e à lei e por amor à dignidade nacional. As suspeitas de que os jornais dão notícias, de bolsões militares e civis, desconfiados de possíveis forças subversivas, devem ser esclarecidas à luz do dia, sem conchavos, sem reuniões secretas, sem conspiração. Uma nação, que se pretende civilizada, não pode aceitar golpes.

"3. A Igreja, que há pouco conclamou os católicos a um jejum penitencial e a um dia de oração pela dignidade nacional, rejeita, em nome da ética e da lei de Deus, os subornos, as promessas interesseiras, as compras de votos, as equívocas alegações de fidelidade partidária, as pressões injustas e ameaçadoras sobre os participantes do Colégio Eleitoral, a violação das regras de jogo, a mentira, numa palavra: a corrupção. A nobreza da Nação não aceita estes excusos processos anti-éticos, que não honram os que os aceitam e deles participam.

"4. Por fim, três apelos nos permitimos fazer. "O primeiro, aos que detêm o poder no Brasil: que compreendam que o bem do nosso País exige, nesta hora, coerência com as normas que eles mesmos estabeleceram: imparcialidade, que é dimensão da justiça; e firmeza no cumprimento e execução da Lei. Por amor ao Brasil, não permitam nem promovam atos que deflagariam incontável convulsão social.

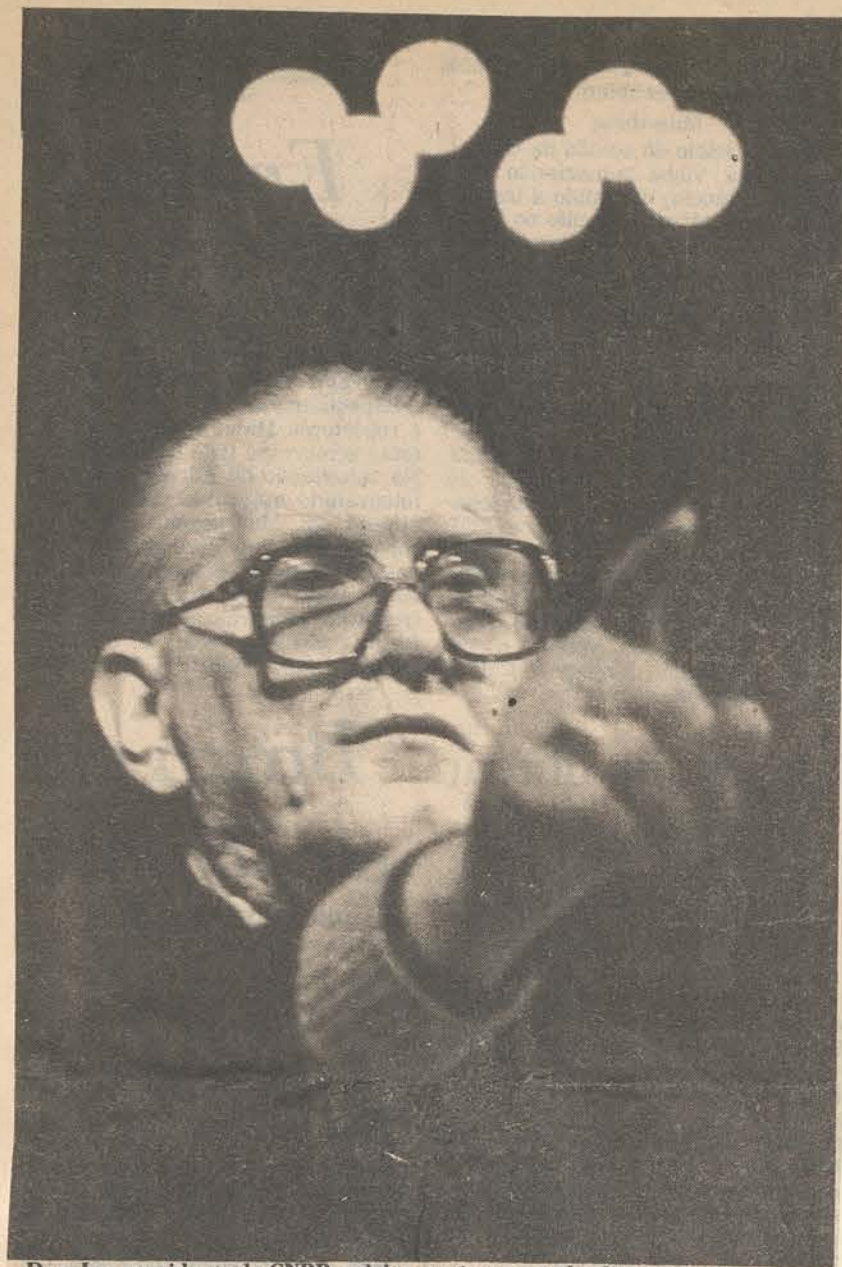
"O segundo, ao Colégio Eleitoral: que escolham para presidente do Brasil quem for realmente o mais competente, o mais honesto e o mais empenhado no bem comum e, portanto, na definitiva democratização do País.

"O terceiro, é ao povo brasileiro, para manter-se unido nos altos ideais políticos em favor do País, que não aceite nenhum gesto de violência nem dele participe; que se faça exigente defensor da legalidade e da Constituição.

"Isto, a Presidência da CNBB o diz, sabendo porque o diz, sem partidarismo, fiel às normas que tem seguido em todos os momentos graves da vida brasileira, no cumprimento de sua missão evangélica, com o olhar fixo no bem do Brasil."

"Brasília, DF, 25 de outubro de 1984."





Dom Ivo, presidente da CNBB, rejeita casuismos e pede alternância do poder

30 (10) 184 F80

## Pastoral da juventude poderá ter prioridade

A juventude poderá ser a grande prioridade do trabalho pastoral da Igreja Católica em São Paulo, em 85, quando será comemorado o Ano ciativa da Unesco. Isso será decidido em Itaici nos próximos dias 9, 10 e 11 de novembro, na assembléia das igrejas paulistas, pertencentes à Regional Sul 1 da CNBB, que reunirá bispos, padres, religiosos e leigos (cinco representantes de cada uma das 31 dioceses paulistas), num total aproximado de 200 pessoas. Outros temas estão também cotados: comunidades de base, família, vocações, leigos e mundo do trabalho, que já foi prioridade durante este ano. Mas a tendência é para a escolha das questões da juventude.

A assembléia das igrejas paulistas fará também a avaliação da pastoral da Igreja no mundo do trabalho urbano e rural e será precedida de um encontro reservado dos bispos do Estado "para avaliar assuntos conjunturais e emergenciais", segundo

informou o presidente do Secretariado Regional Sul 1 da CNBB, dom Angélico Sândalo Bernardino. Ontem, cinco bispos que integram a Comissão Representativa da Regional fizeram, na sede do secretariado, na capital (avenida Higienópolis), uma reunião preparatória da assembléia de novembro.

### Experiência única

A Regional Sul 1 da CNBB é a única, no País, que realiza a experiência das assembléias das igrejas. Na primeira, em Brodosqui (1979), foi preparado o quarto plano regional de pastoral. Na segunda, já com sede fixa em Itaici (novembro de 1979) foi avaliado o início dos trabalhos e na terceira, em 1980, o tema foi "A educação da fé do povo de Deus". A quarta (1981) debateu "Alguns princípios para a Pastoral da Juventude", a quinta (1983) analisou a "Pastoral Vocacional na pastoral de conjunto e os ministérios não ordenados".

3141 84788

Luciano Mendes de Almeida

### Tríplice apelo

Na semana passada, a CNBB lançou, pela sua Presidência, um tríplice apelo à Nação. Esta atitude é fruto da missão evangélica e da boa vontade de colaborar para o entendimento nacional num momento de crise que requer lucidez e amadurecimento ético. Com efeito, o amor a nosso povo exige que se evitem casuísmos e manipulações políticas, pressões, ameaças e aliciamentos. Está em questão o respeito e a dignidade nacionais.

Daí o tríplice apelo.

O primeiro, aos governantes, para que cumpram a lei, atendam a justas reivindicações do povo e realizem o projeto da plena democratização do País.

O segundo, ao Colégio Eleitoral, para que acerte na escolha, tendo por critério o bem comum, deixando de lado vantagens pessoais e de grupos.

O terceiro, ao povo brasileiro, para que, repudiada toda violência, colabore na garantia e defesa da legalidade.

O Brasil do futuro está nas mãos da juventude. Não basta a promoção da legalidade num tempo de crise. Há atitudes profundas a serem alcançadas pela nova geração. O amadurecimento do processo democrático será feito na medida em que a juventude do Brasil se disponha a descobrir e realizar valores sem os quais os grandes anseios serão meras veleidades. Há dias, reuniram-se no bairro da Penha, cinco colégios estaduais e particulares. Foi um momento de meditação para mais de mil jovens.

A mensagem foi também um tríplice apelo.

O primeiro, diante do ódio e da violência, em demanda da compreensão, da concórdia e da paz, na convivência de um sadio pluralismo. O apelo é a reconciliação. O perdão gera o diálogo e o respeito mútuo. Refaz-se a confiança. Diante de atos de gravíssima violência, como os assassinatos do padre Jerzy Popieluszko e de Indira Gandhi, que fazer?

Como interromper o processo brutal de revanchismo e vingança? Só quando a juventude aprender o dinamismo da reconciliação.

Para isso é indispensável o recurso a Deus. Ninguém perdoa sem se fazer humilde e pedir a Deus força para vencer o rancor e a vontade de desforra.

O segundo apelo, diante da tremenda desigualdade social. No mundo e no Brasil a fome e a miséria flagelam milhões de seres humanos.

A desigualdade gritante, a brecha entre ricos e pobres cresce. Há poucos dias, na madrugada fria, deparei com um mendigo que roía um osso. A metros de distância gastavam-se em festas somas inaceitáveis. A fome da Etiópia e o esbanjamento dos luxuosos salões repetem-se pelo mundo afora e dentro do nosso país.

Qual o apelo?

É em favor da atitude de partilha que nasce da fraternidade. A juventude precisa nos ensinar a repartir e superar, na raiz, as desigualdades. Isso vale para ricos e pobres.

É tão egoísta o rico que armazena sempre mais, quanto o pobre que, no cortiço, recolheu dos muitos companheiros o dinheiro para pagar a conta de luz e fugiu, deixando a todos no escuro e na amargura. Não há superação do egoísmo e gesto de partilha sem conversão do coração. Ninguém se converte sem a força de Deus.

O terceiro apelo, diante do desânimo que se apodera de largas faixas da população. A felicidade nesta vida parece inatingível e na outra não se acredita. Por que sonhar com paz e progresso, quando a realidade só traz desilusão?

O apelo é de esperança.

A superação do ódio e do egoísmo, pelo perdão e pela partilha, não é impossível.

Pequenos gestos, cheios de amor e sinceridade tornam feliz quem os faz e antecipam a alegria do amanhã, escondida na promessa de Deus. A esperança é como a rosa. Já agora, em botão, é tudo que vem depois.

Eis aí o tríplice apelo aos jovens do Brasil. Venham em socorro de nossa geração em crise. Ensinem-nos a perdoar, a partilhar e a ter esperança. Para os jovens e para nós vale, no entanto, um apelo final, o do recurso a Deus. Que Ele nos dê juízo!

Nem nós sairemos do impasse político de hoje, nem eles transformarão o mundo de amanhã, sem convertermos, uns e outros, o coração para Deus.

Só Ele faz renascer o amor no mundo louco em que vivemos. Nós, até com boa vontade, erramos. Chegou a uma creche um embrulho grande com presentes para o Natal. A decepção foi enorme. Os brinquedos de plástico, na sua maior parte, eram centenas de canhões, tanques e carros de assalto. O jeito foi embrulhar tudo de novo.

Precisamos mesmo de Deus. Que Ele nos dê juízo!

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.

# Roma impõe liturgia "como deve ser" 411184 FSP

Agora há uma certa calma nos debates entre a CNBB e o Vaticano na área do culto. Mas a Conferência brasileira tem sofrido, sistematicamente, desde a última fase do pontificado de Paulo 6º até o auge, com João Paulo 2º, uma intensa repressão litúrgica. Em 11 de janeiro de 1978, por exemplo, o prefeito da Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino, cardeal James Knox, escreve a d. Aloísio Lorscheider propondo uma versão única para Brasil e Portugal das palavras da consagração, na missa.

O então presidente da CNBB responde, em carta de 21 de fevereiro, lembrando a Knox que "o Brasil é independente de Portugal desde 1822" e que "o povo brasileiro é muito sensível a tudo o que parece colonialismo cultural". Na réplica, o cardeal diz estar certo de que a CNBB não vai recusar um diálogo sobre o assunto.

Em junho de 1978, a mesma Congregação manda carta a d. Clemente Isnard, de Nova Friburgo (RJ) e responsável pela liturgia na CNBB, criticando o folheto "O Domingo", usado nas missas. Já com João Paulo 2º, Knox retarda a aprovação da "Liturgia das Horas" enviada pela CNBB e, em 16 de fevereiro, recusa o "Diretório para missas com grupos populares", proposto pela CNBB.

"A exagerada acentuação da preocupação catequética — diz Knox — além de fazer perder de vista a dimensão de celebração da liturgia, leva a consequências que não podem ser aceitas, como a exclusão do Evangelho de Marcos. A idéia de uma liturgia e de livros litúrgicos "adaptados" (as aspas são do cardeal) a grupos menos desenvolvidos parece não menos discutível. Como se faz para reagrupar pessoas que têm como coesão social uma sua declarada inferioridade a nível litúrgico com relação aos demais crentes?"

A troca de cartas sobre o "Diretório" vinha de 1977 quando o texto foi aprovado em Itaiçara. Finalmente, em dezembro de 1979, a Congregação para os Sacramentos fecha questão sobre o tema, afirmando que "depois de ter ponderado tudo em conjunto, este Dicastério sente-se no dever de comunicar a V. Exa. Rev. (D. Ivo) que não pode aprovar o Diretório".

## Missas proibidas

Duas missas autenticamente brasileiras — em termos de liturgia e canto, mantendo o essencial do sacramento da Igreja — foram igualmente proibidas pela Cúria Romana. A Missa da Terra sem Males — baseada no sofrimento e na esperança dos povos indígenas, com texto de Pedro Casaldáliga e música de Pedro Tierra — foi condenada em carta a d. Ivo, em 2 de março de 1982, pelo

pró-Prefeito da Congregação para os Sacramentos, d. Giuseppe Casoria.

E a Missa dos Quilombos, com música de Milton Nascimento, foi condenada na mesma data, noutra carta de Casoria, recriminando d. Hélder Câmara por ter participado da primeira celebração da missa, em Recife, em 5 de janeiro daquele ano. O funcionário do Vaticano pede garantias à CNBB de que "no futuro a celebração da Eucaristia será como deve ser, isto é, um memorial da morte da ressurreição do Senhor e não a reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

Três anos antes, em 29 de maio de 1979, Knox escrevera à CNBB lembrando a inclusão obrigatória de Santo Estanislau, padroeiro da Polônia, no calendário litúrgico da Igreja. E em agosto de 1982, o Papa escreveria ao cardeal Ugo Poletti, vigário de Roma, recomendando a volta ao uso da batina e dos hábitos religiosos.





## ○ CNBB conta os mortos na seca

O Regional Nordeste 1 da CNBB (Ceará), está fazendo um levantamento nominal dos mortos de fome e de sede na seca de 1979 a 1984. A pesquisa deverá estar concluída no próximo mês e, de acordo com documento dos bispos cearenses (entre os quais o cardeal Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza), a decisão de realizá-la foi adotada em junho passado, na cidade de Canindé, no seminário sobre "Reforma agrária, exigência do Reino de Deus".

Na carta enviada a todas as paróquias e dioceses do Ceará, os bispos explicam os objetivos do levantamento: "Reverenciar os irmãos tombados na grande calamidade, em consequência de uma situação desumana e injusta, da realidade fundiária concentradora de terras e do abandono e descaso das autoridades governamentais", além de manter sempre presentes os nomes dos mortos que "são força e inspiração para a caminhada".

### Processo

Além de dom Aloísio, assinam o

documento os bispos de Quixadá, dom Joaquim Rufino do Rego; Sobral, dom Walfrido Teixeira Vieira; Tianguá, dom Timóteo Cordeiro; Cratêus, dom Antônio Fragoso; Iguaçu, dom José Mauro Ramalho; Limoeiro do Norte, dom Pompeu Bezerra Bessa; além do administrador de Itapipoca, pe. Felipe Carsi, e dos bispos auxiliares de Fortaleza, dom Manuel Edmilson da Cruz e dom Geraldo Nascimento.

14/11/84 FJP

Embora descartando a possibilidade de que chamam um "tribunal popular de julgamento dos que possam ser culpados pelo genocídio", os bispos do Regional Nordeste 1 não afastam a possibilidade de um processo para este crime, "segundo as leis que regem o nosso País". Os principais acusados, no caso, são as autoridades governamentais, "pelo abandono e descaso". Os bispos também esclarecem que todo o povo deve participar da pesquisa, preenchendo fichas com os nomes e dados pessoais dos que foram vítimas da fome e da sede, na grande seca.



CNBB

## Oportunidade de opinar

Quando viajaram a Roma, no início de setembro, para acompanhar o colóquio entre frei Leonardo Boff e o cardeal Joseph Ratzinger - que, como prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé exigia do teólogo brasileiro explicações sobre algumas de suas posições, tidas pelo Vaticano como em desacordo com os preceitos da Igreja Católica -, os cardeais Ivo Lorscheiter, Paulo Evaristo Arns e Aloísio Lorscheider foram recebidos pelo papa João Paulo II, a quem apresentaram uma queixa. Os três preladados reclamavam do



ZECA P. GUIMARAES

*Ratzinger: ouvindo os brasileiros*

fato de a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, não ter sido ouvida para a elaboração de um documento preliminar, divulgado uma semana antes pela mesma Congregação da Doutrina da Fé, condenando a Teologia da Libertação. Na ocasião, o papa manifestou-se surpreso. Na semana passada, o protesto brasileiro rendeu seus primeiros frutos: o cardeal Ratzinger voltou atrás e solicitou à CNBB subsídios para a elaboração de um segundo e conclusivo documento sobre o assunto. Para dar voz a todas as correntes do clero, a CNBB resolveu que, além dos 25 membros de seu Conselho Permanente, em grande maioria simpáticos à Teologia da Libertação, todos os 363 bispos brasileiros poderão enviar suas opiniões ao Vaticano. ▲

ISTOÉ 21/11/1984



## “Povo cobrará promessas”

BRASILIA — “Os candidatos eleitos pelo partido da situação têm obrigação de continuar a abertura democrática, porque durante a campanha eles fizeram essa promessa e o povo que vota será sempre capaz de exigir o cumprimento dessas promessas.” A observação foi feita pelo presidente do CNBB, dom Ivo Lorscheiter ao fazer uma rápida análise sobre os eleitos. Dom Ivo está em Brasília para presidir a reunião do Conselho Permanente da CNBB que começa hoje com a participação de 25 bispos.

Dom Ivo disse ainda que “as eleições são importantes enquanto processo de participação do povo, mas não devemos nos esquecer que o processo político deve ser aperfeiçoado. E o povo está pronto a exigir esses aperfeiçoamentos”.

Entre os aprimoramentos, dom Ivo citou a livre organização partidária, como as coligações, por exemplo e “a livre comunicação entre os candidatos e povo durante a campanha”, referin-

do-se à Lei Falcão, criticada por grande maioria dos bispos.

Quanto aos novos governadores, o presidente da CNBB tem apenas uma expectativa: “Que sejam construtores do bem comum. Os eleitores não devem agora ser fraudados. O presidente Figueiredo passou a campanha dizendo “votem comigo porque levo à frente o projeto de abertura” e agora, ele não pode fraudar os que esperam isso”, assinalou dom Ivo.

### APOIO

O presidente da CNBB negou que a Igreja tenha feito campanha em favor do PMDB, como acusou o senador Jarbas Passarinho. “Essas acusações são bastante sérias — disse dom Ivo — aliás, ele sempre faz acusações sérias e depois não prova. Ele é um homem inteligente o suficiente para saber que quem ataca a Igreja não vai ter a simpatia de muita gente. As pessoas de Igreja não gostam desses ataques e ele fez sérios ataques contra a Igreja.”

## Nordestino votou no governo 24-11-84 FSP por delicadeza, declara bispo

BRASÍLIA — Ao analisar ontem o resultado das eleições no Nordeste, onde todos os governadores eleitos são do PDS, o arcebispo de João Pessoa, dom José Maria Pires ("dom Pelé") afirmou que "o nordestino votou nesses candidatos por delicadeza". Por sua vez, o bispo de Piracicaba (SP), dom Eduardo Koiak, retrucou dom José dizendo que no Brasil "ainda há muito voto de curral".

Explicando sua análise sobre o voto do nordestino, dom José Maria Pires afirmou que "houve no Nordeste uma amplíssima distribuição de gêneros alimentícios, material de construção e dinheiro e o nordestino é muito delicado, ele poderia até não aceitar as ofertas feitas, mas, depois de aceitar, sentiu-se na obrigação de votar nos candidatos que lhes ofereciam presentes. Essa é a ética nordestina e eles sabiam disso".

Disse ainda o bispo de João Pessoa que o trabalho de educação política da Igreja — acusada de ter ajudado o PMDB — "não se voltou para uma educação político-partidária. Não se disse no Nordeste vote neste ou naquele partido, mas insistimos no sentido de que o eleitor votasse de acordo com sua consciência. Insistimos muito dizendo que nenhum partido poderia mudar completamente a situação do povo, porque o importante mesmo são as organizações populares".

### IMPRENSA

Outro bispo que se manifestou sobre as eleições foi dom Antônio Oliveira, de Ipa-meri (GO). Ele disse que o povo se afirmou "por uma mudança e um dos fatores que muito ajudou foi a conscientização feita através da imprensa. Ela ajudou a abrir os olhos do eleitorado. Há mais de dois anos vem se operando um trabalho da imprensa em favor do PMDB e isso ajudou a abrir os olhos do eleitorado".

Dom Antônio referiu-se ainda ao "fenô-

meno" de Goiás, dizendo que houve unanimidade em todo o Estado em favor do PMDB. Ele disse ainda que o possível bloqueio econômico contra o Estado não deverá ocorrer "porque essa oposição que venceu não é radical e eu penso que haverá uma composição, mesmo porque estamos ao lado de Brasília e o governo federal vai se sensibilizar".

### ELEIÇÕES LIVRES

Os três bispos, dom Eduardo Koiak, dom José Maria Pires e dom Antônio Oliveira foram unânimes em afirmar que as eleições "foram importantes".

## Começou a 2.<sup>a</sup> Reunião do Conselho da CNBB

BRASÍLIA — O Conselho Permanente da CNBB iniciou ontem sua segunda reunião do ano, preparando a próxima assembléia de Itaipaci. Segundo informações de dom Eduardo Koiak, bispo de Piracicaba, a próxima assembléia geral dos bispos deverá fazer uma avaliação da caminhada da CNBB nos últimos quatro anos.

Disse ele ainda que, de acordo com as primeiras análises feitas pelas coordenações regionais da CNBB, conclui-se que nos últimos quatro anos "o nosso trabalho foi muito fiel à decisão das assembléias, cujos temas estudados foram sempre temas sociais".

Além da análise sobre a caminhada da CNBB, a próxima assembléia geral vai, pela primeira vez, avaliar os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base. Para dom José Maria Pires, bispo de João Pessoa, "as comunidades de base são de grande valor dentro da Igreja e por isso mesmo merecem destaque para avaliação".



## Massacre à vista. 27/11/89

### Brasil Central

Habituada a quase só receber notícias do Sul Maravilha, e ainda assim de sua parte privilegiada, a população brasileira volta e meia é surpreendida com a divulgação de flagelos que dizimam milhares de vidas. Como se eles houvessem ocorrido da noite para o dia e não fossem fruto de iniquidades seculares. Basta lembrar o documento da Igreja que apontou 3 milhões de mortos ao fim de alguns anos de seca no Nordeste.

Neste final de semana, 16 bispos da Regional Centro-Oeste da CNBB encaminharam ao governador de Goiás, Íris Rezende, documento em que relatam uma série de atrocidades registradas só nos últimos 90 dias no Norte do Estado, e que em qualquer outro país provocariam um escândalo. Foram assassinados — diz o documento — 7 posseiros e dirigentes sindicais, despejadas com violência 600 pessoas, dezenas de lavradores foram espancados e torturados, centenas de famílias ameaçadas de despejo e morte. Tudo, segundo o documento, com a conivência da Polícia Militar e, em um caso, pelo menos, do próprio secretário de Segurança. O secretário negou tudo e desafiou os bispos a apresentar provas da alegada conivência da polícia com grupos paramilitares a serviço de fazendeiros, grileiros e empresas agrícolas — mas nem é este o ponto mais importante.

O Norte de Goiás é parte dessa última grande planície a conquistar no mundo, o Centro-Oeste. E o avanço da fronteira agrícola se processa ali de forma desordenada, violenta e rápida. De 1970 para 1980, a proporção entre população urbana e rural em Goiás se inverteu. E hoje

mais de 60 por cento dos habitantes do Estado vivem em cidades. Mas no Norte goiano, onde a população passou de 538 mil para 767 mil pessoas em 10 anos, ainda se concentra o maior contingente de moradores da zona rural. São 459 mil habitantes, contra 308 mil nas cidades. Isto é, 60 por cento no campo e 40 nas cidades.

A falta de uma política agrária digna desse nome certamente levará à expulsão da maior parte dessa gente, como já aconteceu e continua acontecendo em outras regiões do Estado. Só na periferia de Goiânia vivem hoje perto de 200 mil pessoas tocadas da zona rural e que vivem num nível bem próximo da miséria absoluta.

A única política tentada pelo governo estadual para enfrentar o problema — o comodato, empréstimo de terras por fazendeiros, para uso dessa gente — não produziu resultados significativos.

Não é difícil prever o massacre que acontecerá no Norte nos próximos meses e anos. Nem é preciso ser profeta para adivinhar que vão avolumar-se os problemas na periferia de Goiânia. No mesmo dia em que os bispos divulgavam seu documento, os jornais estampavam a história de um desses lavradores expulsos que assassinou outro, vítima como ele do êxodo rural. Ambos disputavam um lugar para morar debaixo de uma ponte.

Washington Novaes

## Nova ação da Igreja

7/12/84  
FSP

As declarações do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, a propósito de nova linha de ação social para a Igreja católica no País, possuem duplo significado, vinculando-se tanto às diretrizes atuais emanadas do Vaticano, quanto, internamente, às mudanças em curso na conjuntura política.

Segundo o pronunciamento de dom Ivo, o trabalho da hierarquia eclesiástica deverá deslocar-se, prioritariamente, para outras frentes de ação, entre elas a da formação de lideranças cristãs leigas; com isso, a CNBB pretende confiar à própria sociedade civil as tarefas correspondentes à construção de uma democracia participativa.

A ênfase numa doutrina cristã amadurecida, equidistante da ideologia marxista e do individualismo possessivo capitalista, inscreve-se na orientação em que o Vaticano ora tem insistido, em especial nas admoestações a setores do clero latino-americano.

Ao mesmo tempo, na opinião de vários membros da CNBB, o aparente desengajamento da Igreja propugnado pela entidade não significa necessariamente uma desativação de sua presença social como instituição, mas antes uma mudança de agentes e das formas de atuar. Na visão dos bispos, caberia agora em primeiro lugar a líderes civis, guiados pela doutrina da fé, a condução dos assuntos comunitários e dos movimentos sociais, que durante o período autoritário buscavam a proteção do clero e dos símbolos religiosos contra as investidas do Estado.

Cessada a fase de maior tensão nas relações entre a sociedade e o poder estatal, a Igreja brasileira tenta adaptar-se aos novos tempos da transição democrática. Isso não deve constituir surpresa, pois a permanência milenar da instituição eclesiástica advém sobremaneira de sua capacidade de atualização ante mudanças históricas.

# Vaticano e CNBB têm opiniões divergentes sobre Maçonaria

DERMI AZEVEDO

DA nossa equipe de reportagem

A posição a ser adotada pela Igreja diante da Maçonaria é um tema visto de maneira completamente diferente pelo Vaticano e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Enquanto Roma afirma que "o parecer negativo da Igreja sobre as associações permanece imutável, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina católica", a CNBB incluiu o diálogo com a Maçonaria em seus planos pastorais e pressiona o Vaticano para que abrande sua posição.

Até hoje, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, está esperando resposta do cardeal Joseph Ratzinger, 58, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, para as cartas que enviou, em março e outubro de 1984, pedindo esclarecimentos sobre a dura "Declaração sobre a Maçonaria" que a Congregação publicou em 26 de novembro de 1983.

Contrariando o novo Código de Direito Canônico (que, ao contrário do anterior, não faz qualquer condenação à Maçonaria), a "Declaração" de Ratzinger diz, inicialmente, que a não menção aos maçons, no Código, deveu-se apenas "a um critério redacional". Reitera, em seguida, que permanece proibida, para os católicos, a inscrição nas lojas maçônicas. E que os já pertencentes "estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão".

Afirmando que o próprio João Paulo 2º apoiou esta posição, Ratzinger nega, depois, competência aos bispos diocesanos para adotarem posições divergentes neste campo. Acontece, porém, que a CNBB recebeu, em 12 de março de 1975, através da Nunciatura Apostólica em Brasília, orientação diferente do próprio Vaticano. E quer, agora, uma explicação pastoral que considere a nova realidade de diálogo, implementada por João 23, pelo Concílio Vaticano 2º, por Medellín e Puebla.

"Visto ser a Maçonaria uma sociedade secreta — perguntava a CNBB ao Vaticano em 4 de janeiro de 1975 —, qual é o critério a usar-se para verificar se uma associação maçônica realmente não conspira contra a Igreja: bastará o depoimento de algum ou de alguns dos seus membros ou será necessária uma atitude oficial da própria loja?"

"Seria talvez desejável — respondeu o Vaticano, um mês depois —, mas certamente não suficiente e não de se esperar, uma declaração pública por parte da associação em questão, na qual se dissesse que não entra nos intentos dela combater a Igreja: parece, entretanto, que se possa dar fé àqueles católicos que, inscritos há anos na Maçonaria,

solicitam espontaneamente serem admitidos aos sacramentos (o que lhes será negado por esse motivo), declarando onerata ipsorum conscientia (com o ônus de sua própria consciência) que a associação na qual estão inscritos não persegue e não tem mais exigido deles compromissos contrários à sua reta consciência cristã."

## Capitalismo separa

Na opinião do maior maçólogo católico brasileiro, o jesuíta gaúcho Valério Alberton, 76, "a Maçonaria nasceu com a Igreja Católica e existe apenas um grande demônio interessado em separar essas duas forças espirituais que têm muitos pontos em comum: o capitalismo selvagem". Autor da "Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã" (já na segunda edição) e de "O conceito de Deus na Maçonaria" (publicado pela editora maçônica Aurora, do Rio de Janeiro), Alberton disse ao repórter Delmar Marques, de nossa Sucursal em Porto Alegre, que a CNBB planeja sugerir ao Vaticano que crie um secretariado especial para o diálogo com a Maçonaria, não enquadrados nos secretariados já existentes para os cristãos, não cristãos e não crentes.

"O relacionamento entre Igreja e Maçonaria no Brasil é bom e tende a melhorar" — diz o funcionário público Paulo Rodarte, 64, fundador do Grande Oriente Independente do Rio de Janeiro, lembrando que "de um lado e de outro, ainda há quem não aceite um fato histórico irreversível: a da aproximação definitiva entre as duas instituições. As árvores que plantamos começam a dar bons frutos, hoje, e darão mais, amanhã".

Outro líder maçom, o capitão da reserva do Exército Hans Petersen, 60, deputado do grão-mestre da "muito respeitável Grande Loja do Rio Grande do Sul", com sede em Porto Alegre, afirma que "os princípios básicos da Igreja e da Maçonaria (a crença em Deus e na imortalidade da alma) são os mesmos e não há motivos para conflitos entre elas". E enfatiza que "os preconceitos vão sendo vencidos pouco a pouco, de lado a lado".

Para o padre e sociólogo José Oscar Beozzo, 43, "uma coisa é a Maçonaria na Itália, onde o caso da loja P-2 marcou muito alguns setores do Vaticano, numa linha desfavorável ao diálogo, e outra é a Maçonaria no Brasil, mais aberta ao entendimento". Já o presidente da Academia Brasileira Maçônica de Letras, general da reserva Morivalde Calvet Fagundes, 73, destaca que "no Brasil, ainda há necessidade de um melhor conhecimento recíproco entre Igreja e Maçonaria" e que suas finalidades são as mesmas: "A busca do aperfeiçoamento do homem e da humanidade, a promoção da liberdade e dos bons costumes."



# No Brasil, confronto e busca de aproximação

## País reúne 200 mil maçons

Com 100 mil membros ativos e outros 100 mil filiados inativos, a Maçonaria brasileira é considerada a maior do mundo latino. Inclui, entre seus membros, personalidades do mundo econômico, político e cultural. Mas, ao contrário do que se afirma comumente, não registra, na sua lista de filiados, os nomes nem do presidente eleito Tancredo Neves (um católico praticante e religiosamente conservador de S. João Del Rey), nem de qualquer presidente do regime de 64. No período precedente, somente Jânio Quadros era aprendiz maçom, mas não era ativo.

A presença maçônica no Brasil foi consolidada em 1821, com a fundação da loja Reunião, no Rio, filiada ao Grande Oriente da França, não considerado regular pela Maçonaria original e tradicional, a da Inglaterra. O primeiro Grande Oriente brasileiro foi fundado em 1813, fracassan-

do com a derrota da Revolução Pernambucana de 1817. Depois de suportar a repressão ordenada por d. João 6º, a Maçonaria renasce com a campanha pela Independência. Outro Grande Oriente é fundado por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1922.

D. Pedro 1º torna-se grão mestre da Ordem, mas d. Pedro 2º a proíbe, mais tarde. Com sua abdicação, o Grande Oriente é restaurado e José Bonifácio volta a dirigi-lo. Volta a predominar o rito escocês antigo, aceito em 85% das lojas maçônicas brasileiras. Hoje, a Maçonaria brasileira está dividida em três correntes autônomas: as Grandes Lojas, criadas em 1927 sob influência norte-americana; o Grande Oriente do Brasil, o mais antigo, de tradição inglesa; e a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, uma dissidência do Grande Oriente do Brasil, surgida há dez anos.

As relações entre Igreja e Maçonaria na História do Brasil registram séculos de confronto e décadas de esforços em favor do diálogo. Na luta pelos ideais republicanos, clérigos maçons participaram de revoluções, como a de 1817, em Pernambuco e sofreram a repressão da monarquia. Foram maçons do grau 33 personalidades como o padre Diogo Antônio Feijó, o cônego Januário da Cunha Barbosa, frei Francisco de Mont'Alverne, frei Caneca e outros padres revolucionários nordestinos. O frei Joaquim do Amor Divino Caneca traduziu do inglês o livro "A história da franco-maçonaria".

Entre os padres, os maçons e os militares, unidos, as leituras predominantes, nas épocas que precederam e se seguiram à Independência do Brasil, eram Jean Jacques Rousseau, Adam Smith, Victor Cousin e Emmanuel Kant. Mas, paradoxalmente, a progressiva separação entre a Igreja e o Estado no Brasil foi acompanhada por uma crescente dependência eclesial para com Roma e por conflitos ligados à chamada romanização.

### A questão religiosa

É o caso, por exemplo, da chamada "questão religiosa", definida pelo historiador Hugo Fragoso como "o conflito do Estado com a Igreja do Estado." Ele diz, em um dos capítulos de "A História da Igreja no Brasil" (Vozes, 1980), que "o governo imperial, pelo padroado régio, transformara a religião católica numa espécie de Departamento de Estado" e que "os liberais, por outra parte, afirmavam que a religião católica tinha transformado o Brasil num Estado da Igreja". A tese básica do franciscano Hugo Fragoso é a de que

"a questão religiosa foi uma expressão brasileira da grande luta da Igreja de então e o mundo liberal, transcendendo, em seu significado último, os limites do episcopado brasileiro e da própria Maçonaria do Brasil".

A questão religiosa começou quando o bispo do Rio de Janeiro suspendeu de ordens o padre Almeida Martins, por ter feito e publicado conferência maçônica no Grande Oriente do Lavradio, numa homenagem ao Visconde do Rio Branco, em 1872. Os bispos de Olinda (PE), d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e

o de Belém do Pará, d. Antônio Macedo Costa, interditam irmandades que tinham maçons como sócios. O imperador Pedro 2º processa e manda prender os bispos, em 1874. A anistia, concedida pelo Duque de Caxias, no ano seguinte, encerra o caso, cujas sequelas permanecem por muitas décadas.

### As posições do Vaticano

A História do Brasil indica, porém, que durante quase um século o clero nacional praticamente ignorou as condenações vaticanas à Maçonaria. A primeira delas fora feita em 28 de setembro de 1738 pelo papa Clemente 12, na famosa carta apostólica *In eminenti*, proibindo, "em nome da santa obediência", qualquer participação dos católicos nas lojas dos "franco-maçons", como eram chamados na época.

Os documentos condenatórios foram sendo publicados sem interrupção pelos papas Pio 7º, Leão 12, Pio 9º, até Leão 13. Mas sinais de mudança começaram a ocorrer com João 23 e o Vaticano 2º. Neste concílio, registraram-se intervenções em favor do diálogo com os maçons.

A principal delas foi feita pelo bispo de Cuernavaca, México, d. Sergio Méndez Arceo, pedindo fim das condenações e o início do diálogo.

Enquanto os documentos papais escassearam, os documentos da Cúria Romana foram aumentando. Os maçonólogos registram que esses documentos mantiveram-se contrários à Maçonaria durante séculos, passando, a partir dos anos 60, a apresentar matizes, ora de distensão, ora de endurecimento quanto aos maçons. A carta de julho de 1974, da Congregação para a Doutrina da Fé, foi vista como uma grande abertura ao afirmar que as condenações do cânon 2.335, do antigo Código de Direito Canônico, aplicavam-se somente aos católicos maçons, membros de lojas "inimigas da Igreja".

O clima ameno dos pontificados de Paulo 6º e João Paulo 1º foi substituído pelo clima apologético com João Paulo 2º e Ratzinger. Mas a Igreja Católica, sobretudo no Terceiro Mundo, é marcadamente dialogal e luta para afirmar sua autonomia, não baixando sempre a cabeça diante de Roma, como ocorreu em vários momentos da história contemporânea da Igreja. (DA)



Com João 23, a Igreja abriu um diálogo com a Maçonaria — agora ameaçado pelas instruções do cardeal Ratzinger



## Forças populares devem unir-se

**AÍRTON SOARES**  
Especial para a Folha

20/11/72  
D. Mauro Morelli, bispo de Caxias (RJ), vai reunir o povo no próximo dia 26, na praça principal de sua Diocese, para, juntamente com mais de cem entidades de todo o Brasil (OAB, ABI, CNBB, Andes, Famerj, UNE etc.), além de deputados e senadores progressistas, dar início a uma campanha nacional e popular por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Dar-se-á início a uma grande mobilização nacional, maior e mais politizada que a campanha pelas eleições diretas, para fazer com que, no inevitável confronto de interesses, que necessariamente se dará no decorrer dos trabalhos da Constituinte, os setores populares tenham uma representação majoritária que lhes permita definir uma Constituição para um novo Brasil.

Devemos lembrar que a campanha popular pelas eleições diretas, embora não atingisse seu objetivo maior, contribuiu decisivamente para pôr fim a vinte anos de dominação militar, na medida em que refletiu no Colégio Eleitoral, fazendo a criatura que até então era homologadora dos candidatos da chamada revolução se voltar contra seus criadores, elegendo um presidente civil, de um partido da oposição.

Entretanto, o processo de escolha indireta do presidente obrigou certas alianças que dificilmente serão mantidas em função dos interesses contraditórios que se somaram. Estas forças, que chegam juntas a esta fase da transição para a democracia, são tão divergentes que mesmo que se acertem na composição do governo explodirão inevitavelmente na Constituinte.

Tendo em vista estes conflitos,

devemos nos organizar a partir de agora, para fazer com que as minorias que até hoje dirigiram este país, através do arbitrio e da repressão, dêem lugar a uma representação das maiorias até então caladas e oprimidas.

Para isso é necessário que desde já inauguremos uma fase, um período pré-Constituinte, onde o povo se organize, partindo da reunião de Caxias como a primeira etapa das grandes mobilizações populares em todo o Brasil, ao mesmo tempo em que deputados e senadores que têm compromissos com o povo removem, ainda através deste Congresso, os entulhos do arbitrio e da prepotência, que na legislação atual impedem disputas eleitorais verdadeiramente democráticas.

A função desses parlamentares pré-constituintes é a de impedir, com sustentação numa campanha nacional e popular maior e mais politizada que a campanha das diretas, promovendo mudanças na legislação ordinária e constitucional, que banqueiros, multinacionais e grandes empresários nacionais possam fazer das eleições para uma Constituinte um instrumento corrupto de acesso às grandes decisões nacionais: deturpando as eleições, fazendo prevalecer a compra de votos aos votos conscientes e com isso elegendo uma representação majoritária para defender seus interesses em detrimento mais uma vez dos interesses da maioria da população.

Como se vê, não será nessa fase de transição pré-constituinte que conseguiremos as grandes mudanças, pois somente o poder que decorrer das eleições com voto direto e livre terá condições de romper estruturas arcaicas e feudais, abrindo espaço às verdadeiras reformas.

Assim, o atual Congresso será palco de uma partida preliminar do grande confronto que se dará na Constituinte, pois não há aliança democrática possível que consiga abrigar interesses tão conflitantes. Veremos se são mesmo democratas aqueles que se dizem participantes do projeto de transição para a democracia, quando tratarmos da legalização dos partidos comunistas; conheceremos os verdadeiros liberais quando reformularmos a legislação trabalhista e sindical para melhores salários e liberdade e autonomia para os sindicatos. Nesse primeiro embate de forças, o povo, o eleitor poderá então conhecer quem está do seu lado e quem está contra. De nossa parte está claro que somente quando combinarmos as mudanças na legislação com os movimentos populares teremos êxito. Esse foi o exemplo da votação do projeto de anistia que conseguimos e das reformas salariais falsas que rejeitamos na prática.

Estamos diante de um novo quadro, diante de um governo civil chefiado por um brasileiro democrata e honesto. Nesta conjuntura devemos considerar o Congresso Nacional como instrumento das mudanças preliminares e a Assembléia Nacional Constituinte com o instrumento das mudanças fundamentais.

Nesses dois cenários serão travados os conflitos de interesses. As forças conservadoras e reacionárias já traçaram sua estratégia e estão prontas para a luta, vão defender com unhas e dentes seus interesses. As forças populares têm que se organizar se não quiserem ficar à margem do processo, desta vez sem poder falar em repressão, tortura ou violência.

AÍRTON SOARES, 39, é deputado federal pelo PT-SP.

# CNBB ACUSA CIA DE FINANCIAR AVANÇO DAS SEITAS RELIGIOSAS

Sucursal de Brasília

**H**á indicações de que esse plano não é só de governos nacionais de direita ou de militares, mas faz parte também da geopolítica norte-americana, pois haveria infiltração da CIA nesses grupos ou eles estariam a serviço da mesma". Esse é um trecho do documento que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil enviou a pedido do Vaticano para a Santa Sé denunciando a ligação entre o fenômeno das seitas no Brasil com as tentativas de controle político por parte dos Estados Unidos e a difusão de propaganda anticomunista com a finalidade de deter o avanço da Igreja Progressista.

O documento, que ressalta o caráter anticomunista e reacionário desses grupos, de natureza evangélica ou oriental, foi apresentado no encontro que está sendo promovido pela Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam) em Brasília. Até entre os índios esses grupos estão agindo, numa pregação contrária à da Igreja, que defende entre os indígenas "um ecumenismo que une e um diálogo religioso que respeite as diferenças e a inculturação".

Organismos fortes, especialmente dos Estados Unidos — quando se verifica a presença da Agência Central de Inteligência (CIA) —, estariam sendo financiados para atuar no Brasil. Baseada em "dados fornecidos por organizações internacionais", a CNBB afirma que "várias missões recebem grande apoio financeiro, especialmente dos Estados Unidos". Além disso, a arrematação em massa garante grande quantidade de recursos oriundos das contribuições dos fiéis. Certas organizações chegam a criar empresas para atuar no campo comercial.

A juventude está entre as prioridades dessas organizações, embora, de acordo com a CNBB, seja "mais atraída por movimentos de origem indiana e oriental". Alerta, no entanto, para a seita do milionário reverendo Moon, de conhecida pregação de extrema-direita anticomunista e apologista dos Estados Unidos, que ultimamente transferiu para Montevidéu a sede dos seus negócios na América Latina. Sobre a questão de os jovens adeptos desse e outros movimentos semelhantes sofrerem lavagens cerebrais, os bispos não têm uma posição firmada. Segundo eles, porém, existem estudos que confirmam a existência dessas práticas.

Causas

"Em tempo de crise no sentido da incerteza econômica, empobrecimento, fechamento político e ditadura — diz o documento da CNBB —, a religiosidade aumenta. Ela pode expressar-se em movimentos religiosos independentes ou pode ser captada por igrejas e religiões estabelecidas. Depende da capacidade de responder aos apelos da crise". Ainda de acordo com os bispos, "as desigualdades sociais e a forte hierar-

quização da sociedade se refletem nas igrejas e religiões. Nessa situação, grande parte dos servidores, tanto da sociedade quanto das religiões estabelecidas, são de difícil acesso para o pobre, e ele os busca em grupos e movimentos que se organizam à margem da sociedade e das religiões estabelecidas".

A CNBB ainda não dispõe de um levantamento conclusivo do número dessas organizações no País. Uma das dificuldades é a Umbanda, cujos integrantes se identificam como católicos. Num País que sofre intensa influência dos rituais da religiosidade africanos, qualquer pesquisa que não se aprofundar quantitativamente sobre os cultos afro-brasileiros, que se estendem por todas as capitais e municípios, corre o risco de não abarcar toda a verdade.

Há, ainda, divergências a respeito dos participantes das Assembléias de Deus e pentecostais; enquanto alguns estudos dão 13 milhões como o total dos pri-

meiros, outros sustentam que apenas os pentecostais já sejam 12 milhões. A grande maioria da população, no entanto, continua pertencendo à Igreja Católica. As evasões ocorrem em função dos movimentos que apontam para alternativas ao catolicismo e à ortodoxia, circunstâncias que ocorrem em períodos de insatisfação e contestação à sociedade como um todo.

Desse estado de espírito se aproveitam os grupos fundamentalistas e violentamente anticomunistas que têm aumentado suas bases no Brasil. Há pouco existia uma verdadeira "igreja eletrônica", dependente do exterior; hoje diminuíram os programas veiculados pela televisão, rádio e outros veículos, que instilavam principalmente o conformismo social em troca da "salvação". Mas a Igreja Católica continua a enfrentar o aparecimento de grupos internos e externos, estimulados inclusive por fatores econômicos e financiamentos vindos do Exterior.

O Suplemento Especial do JORNAL DO PAÍS divulgou o levantamento sobre o funcionamento das seitas no Brasil e sua utilização para veicular os interesses dos EUA: o imobilismo social, o conformismo, o anticomunismo.

## As infiltrações são acobertadas pelas ditaduras

**H**á cinco meses o JORNAL DO PAÍS dedicou um Suplemento Especial ao problema das seitas, denunciando a conexão norte-americana, com a divulgação de trechos de documento da Assembléia-Geral da Missão Evangélica, que apontava as "seitas ditas protestantes" financiadas pelos Estados Unidos como instrumento do imobilismo social e alienação das populações dos países em que se infiltravam, acobertados por ditaduras e corrupção.

Publicado pelo boletim *La Documentation Catholique* e depois divulgado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o documento desvendava ainda outras finalidades dessas organizações religiosas vindas de fora: a instilação do espírito individualista entre os fiéis, a veiculação de ideologia cultural anglo-saxônica, a colocação do modo de vida da classe média norte-americana como padrão existencial, a propagação de pretensos programas sociais forjados nos Estados Unidos para contrapor aos programas sociais dos países em que atuavam.

O Suplemento do JORNAL DO PAÍS mostrava ainda que a CNBB, num levantamento incompleto do número de seitas existentes no Brasil, havia chegado a um total de 4 077, mediante consulta às arquidioceses, em nível nacional. Das 235 dioceses, apenas 64 responderam no entanto, evidenciando-se que o número é bem maior. Autoridades da Igreja frisaram na época que o problema não é apenas religioso, mas também social e político. O próprio Cardeal-Primaz do Brasil, D. Avellar Brandão Vilela, definiu o fenômeno das seitas como "um trabalho organizado por grupos estrangeiros gananciosos, que pretendem afastar o povo da Igreja Católica".

Outras reportagens no Suplemento mostravam a já evidente ligação dos Estados Unidos e da CIA com a aventura das seitas nos países subdesenvolvidos. Mesmo preso nos EUA por sonegação de impostos, o sul-coreano Sun Myung Moon não tinha por que se preocupar com o império montado em 138 países e suas propriedades avaliadas em US\$ 5 bilhões.

**Na disputa pelos fiéis, os japoneses vão na frente**



Os japoneses estão investindo pesadamente na evangelização do Brasil, especialmente no Nordeste. Segundo fontes católicas, a Igreja Católica tem perdido terreno para essas seitas, que atraem milhares de fiéis com promessas de cura e prosperidade. O crescimento dessas organizações é alarmante, especialmente em áreas de baixa renda e com alta taxa de analfabetismo.

**O Orientalismo como indústria**



O interesse por elementos culturais orientais tornou-se uma indústria lucrativa. Desde roupas e alimentos até práticas religiosas, produtos japoneses e coreanos são vendidos em grandes volumes. Isso reflete uma mudança no gosto da população brasileira, influenciada pela mídia e pelo comércio internacional.

**PRÓ-VIDA: Existe mesmo o nono curso?**



Uma campanha pró-vida ganhou força em algumas regiões. Os defensores alegam que há um "nono curso" de vida que não é reconhecido pela comunidade científica. A campanha envolveu reuniões, distribuição de folhetos e até mesmo ações de protesto em locais públicos.

**Seitas religiosas: Especial Jornal do País Nas bancas**

**A conexão norte-americana**

**Num país católico, elas são mais de 4 mil**

**Para D. Avellar, o alvo é a Igreja**



Este suplemento especial do Jornal do País investiga a presença massiva de seitas religiosas no Brasil. Destaca a forte influência norte-americana por trás dessas organizações, que visam minar a autoridade da Igreja Católica. O texto aponta para a necessidade de maior vigilância e ação por parte das autoridades eclesiais e governamentais.

**Juventude será tema de discussão da CNBB**

"Pastoral da Juventude" será o assunto em pauta na reunião que 47 bispos das trinta arquidioceses e dioceses do Estado de São Paulo realizam, a partir de hoje, em Itaipava (SP). A reunião será presidida por d. Angélico Sândalo, bispo de São Miguel Paulista. Participarão também o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e o secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida.

**Maluf viaja pelo Interior**

Críticas à administração do governador Franco Montoro foram uma constante nas declarações do deputado Paulo Maluf que, de quinta-feira até ontem, completou um roteiro de visitas por cerca de quarenta cidades do Interior paulista. Maluf está em campanha para concorrer ao governo do Estado em 1986.

## “Ecumenismo popular”<sup>FSP</sup> deixa CNBB preocupada<sup>112/85</sup>

Reportagem Local

O fenômeno do “ecumenismo popular” está preocupando a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que aprofunda estudos sobre as seitas e novos movimentos religiosos no País. E o que indica estudo preparado para a Regional Leste 1 da CNBB pelo padre Alberto Antoniazzi, especialista nessa área. De acordo com o estudo, o “ecumenismo popular é a comercialização crescente de produtos religiosos, oferecidos sem distinção de credo, muitas vezes apresentando como católico o que é uma mistura de elementos tirados de uma religiosidade vaga, difundidos a partir de uma sólida empresa de comercialização (e degradação) do sagrado”.

O documento de Antoniazzi — preparado por solicitação da CNBB — cita os resultados de uma pesquisa que a Conferência dos Bispos realizou em dez dioceses da região Sudeste:

nas 132 paróquias, foram encontradas 811 comunidades cristãs não católicas e 103 grupos não cristãos. A igreja pentecostal de maior presença, nessa área, é a Assembléia de Deus, com 217 templos. Foi encontrada uma média de sete templos não católicos em cada paróquia.

Em seu estudo, Antoniazzi pergunta “por que uma pessoa entra numa seita” e cita estudos antropológicos para indicar que, nesta decisão, influem duas mentalidades: “Uma que interpreta o mundo em termos de lei e de ordem (como ocorre no pentecostalismo) e outra que interpreta o mundo em termos de sorte, azar, favores, luta entre poderes divinos — como é o caso da umbanda e demais cultos afrobrasileiros”.

O estudo define as seitas como “grupos fechados, de adesão voluntária, críticos diante da sociedade, moralmente rígidos, espontaneístas, de liderança carismática” e como “a religião dos desprotegidos”.

## CNBB divulga documento dando apoio à Constituinte

Da Sucursal de Brasília



A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deverá anunciar hoje pela manhã, na sede da entidade em Brasília, o seu apoio à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, num comunicado que pede a viabilização de uma Constituição que corresponda às expectativas da nação, segundo disse ontem o secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida.

O manifesto de apoio à Constituinte está pronto desde quinta-feira, quando o texto final foi aprovado em reunião realizada em Porto Alegre, entre o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, e o secretário-geral, D. Luciano Mendes.

9-2-85 R40  
Ontem, D. Luciano informou que o apoio da CNBB não será assinado por nenhum bispo brasileiro, mas será um documento da responsabilidade da Presidência da Conferência, elaborado a partir de uma comissão Constituinte, que funcionou junto à direção da entidade.

Com a decisão de assumir o comando da campanha, a CNBB deverá substituir de forma institucionalizada as iniciativas isoladas de algumas dioceses, como a de Duque de Caxias-RJ, e de alguns bispos, como D. Mauro Morelli e D. Cândido Padin que, nos últimos meses, iniciaram movimentos em favor da convocação da Assembléia Constituinte em áreas de sua atuação.

O documento será divulgado hoje, às 9 horas, durante entrevista que será presidida por D. Luciano Mendes de Almeida porque o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, viajou ontem para Roma.

## CUT entra na luta pela nova Carta, admite seu presidente

Reportagem Local

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) vai apoiar os movimentos pró-Constituinte. A decisão foi tomada pela executiva nacional da entidade, depois de um ciclo de reuniões que terminou quinta-feira e contraria posição assumida pelo Congresso Nacional do órgão realizado no ano passado. A revelação foi feita ontem pelo presidente da entidade, Jair Meneghelli, 37.

“A decisão da executiva não pode se sobrepor à do Congresso” — explicou Meneghelli. “Mas a interpeção de várias centrais e filiados acabou por admitir a participação nos movimentos pró-Constituinte desde que implícitas a revogação da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Greve.” Meneghelli adiantou ainda que os detalhes da participação da entidade que preside na campanha serão discutidos mais amplamente na reunião da direção nacional, marcada para março.

Além dos movimentos pró-Constituinte, a executiva nacional da CUT discutiu também o pacto social proposto pelo presidente eleito Tancredo Neves. Quanto a isso, Meneghelli reafirmou que a CUT não aceita o

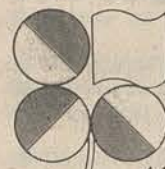
pacto da forma como está sendo anunciado. Mas ressaltou que a entidade está aberta ao diálogo: “Quaisquer que sejam os futuros presidentes da República, o movimento sindical continuará permanentemente brigando por suas reivindicações.”

A disposição manifestada por Meneghelli é de franco diálogo. Por isso mesmo a CUT está empenhada em marcar uma audiência com Tancredo Neves. Foram incumbidos desta missão o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade (MG), João Paulo Pires de Vasconcelos, e o ex-presidente dos Petroleiros de Campinas e Paulínea, Jacó Bittar, atual secretário de Relações Internacionais da CUT.

Por outro lado, o presidente da Conclat — Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, Joaquim dos Santos Andrade, 58, também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, está desde janeiro propenso a aceitar o pacto social proposto pela Aliança Democrática, em troca de algumas reivindicações trabalhistas. Andrade também é favorável à Constituinte desde que o tema despertou o interesse geral.

## CNBB defende a Constituinte mas não cita prazo

Da Sucursal de Brasília



Constituinte

10-2-85

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil envia hoje ao presidente eleito Tancredo Neves cópia da nota oficial em que firma posição em favor da convocação da Assembleia Constituinte. A entidade impõe como uma das exigências para a Constituinte que sejam ouvidos, ao lado dos partidos políticos, os outros segmentos organizados da sociedade: os sindicatos, as universidades, as associações de bairros e vizinhança e as comunidades intermédias. O documento, no entanto, não esclarece o prazo que a Igreja deseja para a implantação da instituição política transitória que procederá à elaboração da Carta Magna necessária ao reordenamento político, econômico e social do País.

A opinião da Igreja não é impositiva, mas tem o sentido de expressar uma exigência da sociedade na formulação dos rumos da "Nova República". Visando a contribuir na condução dos debates, que devem desaguar no auditório da Constituinte, o documento convoca os seus próprios quadros a ingressarem numa discussão aberta com as comunidades e laicato católico para, da "variedade de experiências e expectativas das organizações", extrair o documento básico que refletirá a opinião acabada da Igreja sobre os problemas básicos que devem margear as discussões para a feitura da nova Constituição.

Dom Benedito Uchôa Vieira, arcebispo de Uberaba e presidente em exercício da CNBB, disse que o desejo da sociedade é que "a nova Constituição não seja fruto de gabinetes e peritos, mas expressão da vontade popular que tem seus anseios bem claros". Deixou claro que, além da idéia central — a Constituinte com representatividade nacional —, o documento não entrou em detalhamento técnico de várias propostas, como o voto ao analfabeto e novo arcabouço jurídico.

"O pacto de elites pode ser corrigido com participação", enfatizou dom Benedito, acrescentando "que estamos numa fase de crescimento" das pressões das comunidades por uma intersecção nos debates para buscar o consenso nos caminhos do que deve ser a "Nova República".

A "Nova República", segundo definição de dom Benedito, "está em gestação" e a Constituinte será a parteira. Ele espera, porém, que o parto não requiera "uma cesariana e não haja necessidade de sangue".

## "Hoje, o que se pede é que não falte a voz dos marginalizados"

É a seguinte a íntegra da nota da presidência da CNBB sobre a Constituinte:

"A Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, após ouvir a voz de leigos especializados, reunidos em comissão, associa-se ao júbilo da sociedade brasileira pelo importante passo, ocorrido a 15 de janeiro último, neste longo e nem sempre fácil caminho da restauração democrática.

"Convergiaram, para a ampla conquista do Estado de Direito que ora presenciámos, as forças políticas e a presença do povo — presença inédita, pacífica e resolvida. Mas, esta foi apenas a primeira etapa de reconciliação entre os anseios da sociedade civil e da ordem pública e social. A esperança nacional agora se volta para uma Assembleia Constituinte, cuja convocação deve responder à exigência essencial de participação popular. Necessária se faz uma nova Constituição, mas na proporção real do futuro do povo brasileiro. É o que pedem as lideranças e o que se desprende das aspirações mortificadas no silêncio, agora ressurgidas na mobilização dos últimos meses.

"Entendeu-o profundamente o Sr. Presidente eleito, ao insistir sobre a envergadura de que se deverá revestir o debate da nova Carta Magna, dentro de prazos que permitam ampla e exaustiva consulta a todos os segmentos da coletividade. Neste debate não se faz ouvir as novas vozes do Brasil, que cresceu em duas décadas entre mudanças e contradições. A Nova República será, assim, a expressão não só da vontade dos partidos, mas também da consciência cívica, que foi às ruas, cujo capital político precisa ser colhido, valorizado e incorporado. O êxito total da esperada cobertura depende do atendimento deste clamor na convocatória à Constituinte.

"O Brasil há de reconhecer-se nesta Grande Assembleia, de fazer-se ouvir ao lado dos partidos, pelos Sindicatos, pelas Universidades, pelas Associações de bairros e de vizinhança, pelas Comunidades intermédias, movidas pela vivência da fé cristã.

"Estas vozes não podem faltar a uma sociedade que caminhou, muitas vezes sem ter o direito de exprimir-se nos legislativos tradicionais, por força do longo sufocamento das instituições políticas, que experimentou no passado imediato.

"Na tradição constitucional, não se esquecendo inclusive da de 1934, houve o intento de garantir a diferença de anseios, exigida por uma autêntica e fundamental reordenação da vida pública. Há meio século atrás, este complemento à manifestação dos partidos vinha marcado de perigoso entendimento corporativo, que poderia comprometer a própria força do princípio de representação. Hoje, ao contrário, o que se pede à construção do legítimo pluralismo, é que não falte à Constituinte a voz dos segmentos marginalizados, da juventude questionadora sem respostas, dos trabalhadores conscientes de sua imprescindível colaboração para a riqueza da Nação. Todas elas são forças atuantes, despertas, que não se reconhecem ainda nas camadas altas dos partidos políticos.

"Ao esforçar-se por responder a tantas esperanças, a convocação para a elaboração da Lei Magna não pode prescindir de toda esta riqueza de pessoas, de grupos, de tendências. Possivelmente, comissões integradas no próprio trabalho constituinte serão a forma concreta desta necessária participação.

"A Igreja não cabe intervir no âmbito técnico ou especificamente político da iniciativa, que é campo de ação dos nossos homens públicos. Aos Pastores incumbe reiterar, como testemunhas e agentes da nossa promoção social, o quanto a garantia do princípio de ampla participação é instrumento eficaz para assentar decisivamente as instituições que o nosso tempo pede.

"Desejando contribuir para a verdade do momento constituinte, a Presidência da CNBB pretende sugerir à Igreja do Brasil que, desde agora, se volte para o trabalho de ampla consulta aos seus próprios quadros: colher o que esperam da nova Constituinte os grupos de Igreja e as nossas comunidades, os planos de ação do laicato católico, a variedade de experiências e expectativas das organizações regionais. Neste empenho põe-se a Presidência da CNBB a serviço da Grande Assembleia, a que será convocado o País; pede a garantia de que nela possa florescer o que exige uma Constituição aberta à esperança sofrida e ao sacrifício da Nação inteira; e espera para o Brasil dias melhores com estabilidade constitucional e sadio clima de verdadeira democracia".

20/12/85

JORNAL DO BRASIL

# CNBB não aceita povo fora da Constituinte

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa



*D Benedito espera que Igreja seja ouvida*

Brasília — Um dia depois do retorno de Tancredo Neves a Brasília, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, divulgou uma nota que será encaminhada ao Presidente eleito. A nota pede um amplo debate sobre a Assembleia Constituinte, para garantir que a nossa Constituição seja "a expressão da vontade popular".

O presidente em exercício da CNBB, Dom Benedito de Ulhôa Vieira, disse que a voz da Igreja é respeitada e, por isso, é de se esperar que seu apelo pela participação de todos seja ouvido. Disse também não acreditar que o Presidente eleito remeta para o Congresso um conjunto de leis cuja discussão exclua a opinião da população.

"A posição do Presidente da República hoje deve ser limitada pela lei, ao contrário do período do AI-5, quando o Presidente legislava, mandava e julgava. Nos viciamos a vê-lo como monarca, soberano e inapelável. Hoje, com esta aurora radiante de democracia, nós precisamos nos reeducar e ver na pessoa do Presidente aquilo que a lei permite que ele seja. Por isso, ele não terá autoridade total", afirmou Dom Benedito.

A nota ressalva que não cabe à Igreja intervir no âmbito técnico ou político da Constituinte, mas que a ela é reservado o papel de garantir o princípio da ampla participação através de debates na comunidade. O presidente em exercício da CNBB acha que desta maneira poderá ser evitado o "defeito" de se fazer uma Constituinte que sirva apenas à elite.

Um pacote de leis, disse Dom Benedito, não atenderia os anseios do povo brasileiro e do Presidente eleito. "A população hoje exige participação. Os políticos sentiram na própria carne que a força do povo é pacífica, mas constante e resoluta", assinalou.

## Comissão representativa reúne-se

Na sede de nosso Secretariado Regional Sul 1 — CNBB, estará reunida no próximo dia 26, a Comissão Representativa, com a finalidade de dar andamento aos estudos referentes aos encontros de estudantes de teologia e filosofia que se encaminham ao presbiterato, no Estado de São Paulo; à programação das Equipes de âmbito regional e ao boletim "Sul 1 em Comunicação" que deverá versar sobre vários aspectos da juventude. O encontro a ser efetuado na Avenida Higienópolis, 901 terá início às 9 horas, devendo encerrar-se às 16 horas.

### PROTESTO CONTRA A VIOLÊNCIA

O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular e várias entidades de Ribeirão Preto protestaram veementemente, "contra absurda violência aplicada sobre os trabalhadores rurais daquela Região (Guariba, Sertãozinho e outras cidades vizinhas) quando esses lutavam por empregos, pois há três meses desempregados, pasavam fome". As autoridades estaduais, aliás, ainda não deram explicações satisfatórias aos atos de vandalismo cometidos por seus policiais contra a população indefesa que lutava, pacificamente, por seus direitos.

### "PÃO PARA QUEM TEM FOME"

As Igrejas do Estado de São Paulo estão se mobilizando, com entusiasmo, na realização da Campanha da Fraternidade que, neste ano, nos propõe, como tema, o urgente assunto: "Pão para quem tem fome". Trata-se de verdadeira e geral mobilização evangelizadora, com o objetivo de criar solidariedade na justiça e fraternidade para que de fato, haja justiça, pão, liberdade, terra, para todos. Afinal de contas, os bens que o Pai comum deixou para todos não podem, por mais tempo, se concentrar nas mãos de poucos, que vivem da exploração de multidões marginalizadas.

### A JUVENTUDE EM PASTORAL

O jovem tornou-se opção preferencial para a pastoral latino-americana e "destaque principal em nosso Estado, no corrente ano", não apenas como um grupo de certa idade cronológico e como uma atitude diante da vida, mas também por constituir maioria da população pobre. A juventude é, assim, duplo desafio para a Igreja: por ser idade que se caracteriza pela busca e por ser um enorme contingente que pertence aos marginalizados e manipulados da sociedade.



## Para CNBB, milhões são martirizados

Reportagem Local

"A Campanha da Fraternidade deste ano, a ser iniciada na Quarta-Feira de Cinzas, coloca-nos diante da realidade da fome que martiriza milhões de brasileiros, marcando-os, desde os primeiros anos, com os efeitos nefastos da desnutrição", diz a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no documento-base da Campanha da Fraternidade/85, a ser realizada partir desta semana e que vai mobilizar todos os setores da Igreja no Brasil. As doações feitas durante a Campanha serão destinadas à Região Nordeste, através de um programa de interajuda, coordenado pela CNBB e voltado para a construção de açudes, irrigação, abertura de poços, compra de sementes e de remédios.

De acordo com o documento, "a fome de alimento é imagem da fome

espiritual de verdade e amor, saciada somente pelo próprio Deus". O texto observa que "a situação, já tão pesada nos últimos anos para os mais pobres, agravou-se pela crise forte que prova o País" e reitera que "a solução está no recurso a Deus e no compromisso sincero de conversão pessoal e transformação da sociedade".

### Jejum nacional

Afirmando que "a fome demonstra a nossa falta de solidariedade fraterna", a CNBB anuncia "a valorização dos dias de jejum e penitência" e informa que, além do jejum da Quarta-Feira de Cinzas e da Sexta-Feira da Paixão, um outro dia nacional de jejum será realizado no dia 29 de março, sexta-feira que precede a Semana Santa. E destaca que a Campanha da Fraternidade está ligada ao Congresso Eucarístico

Nacional que será realizado de 16 a 21 de julho próximo, em Aparecida (SP), com o mesmo lema: "Pão para quem tem fome."

"A fome de milhões — diz o texto — já não pode ser atendida somente com esmola. O fenômeno, no Brasil e no mundo, chega a tal amplitude que já não pode ser objeto de ajudas ocasionais. A fome tem uma dimensão social e esse aspecto da questão tem que ser enfrentado. É necessário, como fez Jesus, levantar os olhos e ver a fome em sua verdadeira realidade: a fome no Brasil é um escândalo. Vista, como escândalo, em um país como o Brasil que tem condições de alimentar fartamente sua população, a fome talvez seja capaz de despertar os sentimentos de vergonha e de indignação, de exigir medidas concretas e radicais, capazes de atingir as verdadeiras causas da situação hoje vivida por tantos."

## Bispos querem Sínodo progressista

Reportagem Local e  
Da Sucursal de Belo Horizonte

A reafirmação da opção da Igreja pelos pobres e a definição de rumos para a ação eclesial neste final de século são algumas das expectativas de parte significativa dos bispos brasileiros para a assembléia extraordinária do Sínodo, a ser realizada em Roma, de 25 de novembro a 8 de dezembro, por convocação do papa João Paulo 2º. Ao anunciar o conclave — que vai comemorar os vinte anos do encerramento do Concílio Vaticano 2º — o papa disse que a assembléia visa promover "o intercâmbio e aprofundamento das experiências e informações sobre a aplicação do Concílio na Igreja Universal e nas igrejas particulares, assim como favorecer uma constante inserção do Concílio na vida da Igreja, à luz das novas exigências".

Considerado o maior país católico do mundo — e com o maior número de bispos, depois da Itália — o Brasil terá um peso importante no Sínodo. Entre os representantes da hierarquia católica brasileira, já estão confirmados os nomes do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, d. Ivo Lorscheider, 58, e dos cardeais Paulo Evaristo Arns, 64, e Aloísio Lorscheider, 61, estes membros da secretaria do Conselho do Sínodo. Outros participantes deverão ser escolhidos na assembléia dos bispos em Itaiçi, SP, em abril próximo.

### Volta da disciplina

Bispos progressistas e conservadores estão de acordo quanto à importância dessa assembléia, a segunda depois do Vaticano 2º. Na anterior, convocada em 1969 pelo papa Paulo 6º, foram discutidos os casamentos mistos, a reforma litúrgica, os semi-

nários, questões doutrinárias, além da reforma do Código de Direito Canônico. Entre os padres sinodais de então, estava o cardeal arcebispo de Cracóvia, na Polônia, Karol Wojtyła (que depois se tornaria o papa João Paulo 2º), cujos discursos foram marcados pela valorização das chamadas igrejas particulares.

Uma primeira revisão do Vaticano 2º já foi feita nessa assembléia há dezesseis anos. Mas a de agora terá, segundo os bispos brasileiros, uma maior abrangência, mesmo porque o Concílio terminou há vinte anos e porque, nesse período, aconteceram as conferências de Medellín e Puebla, a irrupção de um novo fenômeno — o da Teologia da Libertação — e a progressiva presença da chamada "volta da grande disciplina", com o pontificado de João Paulo 2º.

### Problema da desigualdade

"Nesta altura da vida da Igreja — diz o bispo de Propriá (SE) d. José Brandão de Castro, 66 — parece-me muito importante a realização deste Sínodo. Será uma ocasião para que os representantes da Igreja em todos os países possam discutir, juntos, o grande papel que nos cabe neste final de século. Espero que o Sínodo tome posição bem clara sobre o grande problema que continua às vésperas do ano 2000: o número fabuloso de cristãos donos de uma riqueza imensa e, de outro lado, a multidão mil vezes maior de cristãos pobres, esmagados pela riqueza de muitos que dizem crer em Cristo."

Para o arcebispo de Porto Alegre, d. Cláudio Colling, 71 (que está no Vaticano participando da chamada visita ad limina dos bispos gaúchos), "o Sínodo já é algo normal na vida da Igreja e servirá para uma revisão do que foi e do que não foi feito a partir do Vaticano 2º". Ele explicou que

saberá mais detalhes sobre o Sínodo lá mesmo, junto aos seus organizadores.

### Princípios e situações

Alinhado entre os conservadores, o arcebispo de Diamantina (MG) d. José Geraldo Magela, diz que não recebeu informação oficial sobre o Sínodo. Mas vê com otimismo o futuro da Igreja, lembrando que "as dificuldades sempre existirão". Outro bispo mineiro, d. Mário Gurgel, 64, progressista, da diocese de Itabira, considera "plenamente válida a iniciativa do papa ao convocar o Sínodo". Diz que "é importante adequar os princípios eternos às situações mutáveis" e não acredita que o Sínodo vá representar um retrocesso.

Já para o presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e bispo do Xingu (PA), d. Erwin Krautler, 46, o Sínodo de Roma "será importante para que os bispos latino-americanos apresentem os problemas do Continente a nível mundial". Destaca que "será uma ocasião de um intercâmbio muito válido" e que não acredita no retrocesso da Igreja com base na anunciada revisão do Vaticano 2º. "A caminhada que a Igreja latino-americana vem fazendo — diz d. Erwin — é irreversível. Creio no Espírito Santo e sei que nada vai interromper esta opção pelos pobres."

Militante da Pastoral Indigenista, d. Erwin espera que a defesa da vida e da autonomia dos povos indígenas latino-americanos "também esteja entre os temas do Sínodo". Destaca que "afinal de contas, o valor primordial do Evangelho é a promoção da vida. E os índios são povos ameaçados de extinção, num extermínio programado. Não podemos evangelizar um povo quando nem sua vida está garantida".



## Pão para quem tem fome <sup>27/12/88</sup> <sup>F870</sup>

Na geografia mundial da fome está incluída, infelizmente, uma grande área do território nacional. Dados recentes do IBGE revelam que cerca de 70% da população brasileira têm padrão alimentar aquém do mínimo necessário. E, mais grave, que 21 milhões de pessoas no País padecem de desnutrição e mesmo fome, causando 130 mortes em cada mil nascimentos no Nordeste e 87,3 nas demais regiões. Para se ter melhor idéia do que isso representa, basta lembrar que a mortalidade infantil, em cada grupo de mil nascimentos nos países avançados, é de 13 nos EUA, 8 no Japão e 7,3 na Suécia.

Vem em boa hora, portanto, a Campanha da Fraternidade deste ano, lançada ontem oficialmente pelo papa João Paulo 2º e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob o lema "Pão para quem tem fome".

Não é, como se sabe, a primeira vez que a Igreja se propõe a tratar do tema, mas o que há de novo é o fato de se desencadear esta campanha às vésperas da instalação de um novo governo, cujo chefe tem reiteradamente manifestado de público preocupação com o problema social.

Algumas das reivindicações, constantes de pronunciamentos de líderes da Igreja, constituem mesmo projeto enunciado pelo futuro Presidente, tal como a reforma agrária, trazido novamente à baila ontem por dom Paulo Evaristo Arns na missa de lançamento da campanha.

Decerto que a solução desse problema, quase crônico, não depende somente dos apelos vigorosos da Igreja e das boas intenções do governo. É tarefa que exige, na verdade, a mobilização real de toda a sociedade.

## CNBB propõe uma versão do "Pai Nosso" que denuncia a fome

Reportagem Local

Uma versão especial do "Pai Nosso" sobre o problema da fome no Brasil está sendo divulgada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) dentro da Campanha da Fraternidade/85, cujo tema é "Pão para quem tem fome". Sem o caráter de obrigatoriedade, o "Pai Nosso" será rezado nos vários grupos e comunidades engajados na campanha, promovida anualmente pela Igreja. É este o texto da oração:

"Pai Nosso, a fome aflige milhões de brasileiros, o pão nosso de cada dia nos dai hoje. Precisamos de vossa sabedoria. Dai-nos sempre o pão de vossa palavra. Temos fome de amor e paz. Dai-nos o pão vivo descido do céu. Ensinai-nos a verdade e a justiça, a partilha e a fraternidade. Converti nosso coração. Queremos viver sempre em comunhão. Como irmãos e filhos do mesmo Pai. Assim seja."

### Encontros

As 59 paróquias que integram a região Centro da Arquidiocese de São Paulo promoverão cinco encontros sobre o problema da fome, durante os quarenta dias da Quaresma. De acordo com o bispo da Sé, dom Décio Pereira, o período quaresmal "é de deserto, onde se faz a experiência da insegurança, da fome, do quão pouco se precisa para viver. É tempo de perceber que só em Deus está a segurança do homem e que só na partilha fraterna do amor e do pão se caminha para uma terra nova e para uma nova cidade".

Os encontros serão realizados em casas de famílias, nos bairros da Aclimação, Vila Monumento, Cambuci, Paraíso, Jardim da Glória, Vila Mariana, Liberdade, Brás, Moóca, Bela Vista, Cerqueira César, Campos Elíseos, Pari, Bom Retiro e Vila Olímpia, entre outros. A Igreja está pedindo que cada pessoa leve, para o primeiro encontro, uma panela vazia, símbolo da fome do povo.

## Celam vê nos jovens força transformadora

Reportagem Local

"A juventude é a força para mudar a sociedade porque é a maioria da população, tem poder cultural próprio e enorme capacidade de pressão social", afirma o documento do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) enviado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em função do Ano Internacional da Juventude, instituído pela ONU e Unesco. O documento — intitulado "Juventude, Igreja e Mudança" — está sendo utilizada pela Pastoral da Juventude nos encontros e debates sobre a situação dos jovens.

## Campanha da Fraternidade mobiliza Igreja

24/12/85 Reportagem Local

Idealizada no Rio Grande do Norte, em 1962, por iniciativa de d. Eugênio Sales, a Campanha da Fraternidade realiza-se, agora, pela vigésima terceira vez, como atividade oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), movimentando todos os setores da Igreja. A abordagem do tema "Pão para quem tem fome" segue tendências diferentes (os conservadores enfatizam mais a fome espiritual e os progressistas, a fome, bem concreta, de pão na mesa) mas o documento básico é um só, voltado para uma ampla conscientização em favor da solidariedade com os famintos.

Comentando o tema da CF/85, o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, 63, diz que "pouquíssimos podem duvidar da urgência e do caráter evangélico" da campanha contra a fome no Brasil. Diz que a Campanha da Fraternidade "pela sua própria definição, é um momento forte de evangelização para congraçar os brasileiros todos numa só família" e que "a fé está à base das soluções, por mais difíceis que se apresentem". Destaca que o tema "Pão para quem tem fome" é abrangente "porque envolve a luta contra o desemprego e pelo bom uso da terra, pela instalação de uma verdadeira democracia até à conversão dos fundos de armamento em recursos de alimentação".

Para o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, 65, (que realizou em Natal, na Quaresma de 1962, a primeira Campanha da Fraternidade) "a Igreja pretende alertar, na Campanha de 1985, para a necessidade de um trabalho sério para que o brasileiro se alimente e viva decentemente e, ao mesmo tempo, vai promover a reconciliação dos homens com Deus".

Preparando-se para começar a Campanha em pleno Polígono das Secas, o bispo de Juazeiro (BA), d. José Rodrigues de Souza, 59, diz que "a fome é o maior escândalo para um país que se diz cristão e católico". E lembra que, recentemente, foi interpelado por um colega bispo, que "chamou a atenção para o perigo da insistência sobre o social, repelindo-se o que disse Jesus: 'Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus'".

"Na hora fiquei embatucado — confessa d. José — mas depois cheguei à conclusão de que o homem precisa de pão mas este não é o único valor do homem. Para sua realização integral, o homem precisa de outros valores (inteligência, vontade, sensibilidade, ética, moral, religião) e sente uma profunda fome de Deus. Mas todos esses valores supõem a vida. O Evangelho só é alegre notícia para os vivos. Para os mortos não há evangelização".

Para chegar a esse nível de debates, sobre temas sócio-econômicos mais amplos, a Campanha da Fraternidade viveu várias etapas. A primeira, em 1964 e 1965, em que os temas ("Lembre-se: você também é Igreja" e "Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor") refletiam a busca de renovação, pregada pelo Concílio Vaticano 2º, realizado em outubro de 1962 a dezembro de 1965. A segunda, de 1966 a 1972, enfatizou a identidade do cristão e seu compromisso social (com os temas "Somos responsáveis uns pelos outros", "Somos todos irmãos", "Crer com as mãos", "Para o outro, o próximo é você", "Ser cristão é participar", "Reconciliar" e "Descubra a felicidade de servir").

A terceira etapa — a atual — começou em 1973, refletindo o engajamento mais profundo da própria CNBB na problemática sócio-política nacional (com os temas "O egoísmo escraviza, o amor liberta", "Onde está teu irmão?", "Repartir o pão", "Caminhar juntos", "Comece em sua casa", "Trabalho e justiça para todos", "Preserve o que é de todos", "Para onde vais?", "Saúde para todos", "A verdade vos libertará", "Fraternidade sim, violência não", "Para que todos tenham vida", "Pão para quem tem fome"). O tema para 1986 já está escolhido: "Terra de Deus, terra de irmãos", voltado para a questão fundiária brasileira.

Duas peças promocionais da Campanha foram premiadas: o 1º Festival Brasileiro de Filme Publicitário concedeu, em 1974, o grande prêmio cinema ao minifilme da CF/74 sobre o tema "Onde está teu irmão?". E o minifilme da CF/79 — "Preserve o que é de todos" — ganhou o troféu "Columistas — os melhores da propaganda nacional". A Campanha motivou também a realização de cursos de alfabetização de adultos em todo o País, em 1971 e uma campanha de educação no trânsito, em 1974, além de um programa de apoio ao Nordeste, iniciado no ano passado.

No plano internacional, a Campanha conseguiu abrir um precedente na complexa e rígida rotina do Papa: a partir de 1970, a pedido do então presidente da CNBB, d. Agnelo Rossi, o papa Paulo 6º começou a série de mensagens pontificias especialmente para o Brasil, na abertura da Campanha da Fraternidade.

Inspirada nas campanhas quaresmais da Europa Ocidental (sobretudo da Alemanha Federal), a Campanha da Fraternidade começou assistencialista e voltada para os assuntos internos da Igreja. A abertura para a realidade mudou, porém, essa linha e transformou a Campanha numa imensa, diversificada mobilização que envolve, sem exagero, todos os setores eclesiais brasileiros, "empolgando todo o Povo de Deus no território nacional", como diz d. Paulo Evaristo Arns em sua mensagem para a Campanha da Fraternidade/85.

26/12/85 FSS

Luiz Carlos Bresser Pereira

## Falta de comida ou de justiça?

O tema da Campanha da Fraternidade que a Confederação Nacional dos Bispos lançou recentemente é "pão para quem tem fome". Com isto a Igreja está dizendo a todos nós que um problema fundamental da sociedade brasileira é pura e simplesmente a fome — a fome e a subnutrição de milhões de brasileiros.

Nós economistas geralmente tratamos de todos os problemas em um nível de abstração muito elevado. Não falamos, portanto, em fome, mas em subdesenvolvimento e má distribuição da renda. Não há dúvida de que é necessário também pensar nesse nível, mas é importante não esquecer o problema concreto, pungente, da fome.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreveu na última semana um artigo admirável nesta coluna, em que contou a história de uma menina da zona Leste que, ao receber a merenda, um pão doce, por duas vezes comeu apenas a metade. Perguntada por que, respondeu que a outra metade era para seu irmão menor que não podia vir ao Centro Comunitário. E pergunta dom Luciano: afinal, a fome é falta de comida ou falta de justiça?

E falta de justiça, dom Luciano, porque, embora o Brasil seja um país subdesenvolvido, não há falta de capacidade de produzir alimentos. Em linguagem de economistas, a elasticidade-preço e a elasticidade-renda da produção agrícola brasileira é elevada. Ou seja, quando sobem os preços em termos reais dos produtos agrícolas ou quando sobe o poder aquisitivo e portanto a demanda de alimentos dos trabalhadores, os agricultores respondem rapidamente com maior produção.

A produção de alimentos no Brasil tem caído em termos absolutos nos últimos anos não por falta de capacidade de produzir dos agricultores mas por falta de capacidade de comprar do povo — do povo que tem fome. O salário dos trabalhadores brasileiros já era baixo, e nos últimos quatro anos baixou em termos reais pelo menos 25%. Perdeu um quarto de seu poder aquisitivo!

Por outro lado, a concentração de renda, que já era grande, aumentou ainda mais nos últimos quatro anos. Enquanto os salários caíam, os juros aumentavam e os rentistas beneficiavam-se.

Finalmente, é preciso considerar que o direito à vida, o direito de não ter fome é um dos direitos humanos mais sagrados.

Se o sistema econômico existente no Brasil, baseado no mercado, não tem — nem pode ter — mecanismos automáticos para atender a esse direito, embora tenhamos terra, capital e mão-de-obra para produzir alimentos, não resta outra alternativa senão intervir, via Estado e via esforço comunitário, para tentar resolver o problema.

O governo Montoro lançou sua batalha de alimentação baseada nesses pressupostos. De que o direito à alimentação é um dos direitos humanos básicos e de que a fome é portanto um problema público. O plano de emergência que se espera do governo Tancredo Neves tem esse sentido fundamental: combater a fome. Um dos documentos preparados pela Comissão para o Plano de Governo trata especificamente do problema. Seu título é "Subsídios para a ação imediata contra a fome e o desemprego". Fernando Homem de Mello, cujos estudos sobre agricultura e alimentação são definitivos, acaba de escrever um documento propondo, a exemplo de outros países, uma cesta de alimentos subsidiados — arroz, feijão, milho, mandioca, batata e leite — para as famílias muito pobres e, portanto, subalimentadas.

Há empresários, como Dilson Funaro — que pronunciou um discurso de grande coragem denunciando a injustiça social existente no Brasil quando recebeu o título de "Senhor de 1984" —, que compreendem bem a gravidade do problema e a responsabilidade da sociedade e do Estado para resolvê-lo.

A Igreja Católica, ao clamar por pão para quem tem fome, assume mais uma vez a linha de frente da luta pelos direitos humanos. Como lutou contra a violência da tortura, luta agora contra a fome, talvez uma violência ainda maior, porque mais impessoal e muito mais generalizada.

Luiz Carlos Bresser Pereira escreve sempre às terças-feiras nesta coluna.



## A Igreja no Pacto

28/12/85  
T80

O encontro entre o sr. Tancredo Neves e membros dirigentes da CNBB é um passo importante para que se comecem a delinear com mais clareza as condições do pacto social que o futuro governo pretende articular.

Como o próprio presidente eleito já declarou, trata-se antes de uma idéia, de uma intenção, do que de algo pronto, cujos motivos e limitações devessem, desde já, ser objeto de suspeita. Trata-se, no momento, de definir os interlocutores que irão, em conjunto com o governo, formulá-lo em detalhe. Ao manifestar o interesse por sua viabilização, a CNBB contribui para que se torne mais abrangente, tanto do ponto de vista de sua base de sustentação popular, quanto do sentido social das reivindicações a serem consideradas.

Sem dúvida, a Igreja tem, por suas atitudes decididas em favor dos marginalizados e carentes, condições e legitimidade para ser um participante respeitável da elaboração do Pacto. Não se pode esperar, na verdade, que em consequência disso encaminhem-se soluções para todos os problemas sociais, nem que se anulem, por um passe de mágica, uma série de insatisfações e expectativas que seria justo, por certo, atender. Mas, na necessidade de que prioridades sejam estabelecidas de forma racional — e a luta contra a inflação adquire, aí, papel preponderante — só se pode receber com entusiasmo qualquer iniciativa no sentido de que concessões mútuas, e avanços reais, venham a ser negociados seriamente por todas as forças ativas da sociedade.

813185

## O grande esforço pela fraternidade

Volney Berkenbrock

A campanha da Fraternidade que a Igreja realiza cada ano desde 1964, começou, a partir de 1975, a voltar-se para os problemas sociais de nosso povo brasileiro. Desde então a Campanha da Fraternidade considerou vários problemas sociais: a solidariedade, o trabalho, a justiça, a ecologia, a Migração, a saúde, a educação, a violência, a vida. Este ano a Campanha da Fraternidade continua na mesma linha de fazer com que os cristãos reflitam um problema social: "Pão para quem tem fome". Apesar de o Brasil ser um país com amplas possibilidades de produção de alimentos, o nosso povo passa fome. Como pode ser isso que um país com amplas áreas cultiváveis ainda para serem ocupadas não produza alimento para o seu povo? Algo está

errado. Sobre esta situação a Igreja quer chamar a atenção na Campanha da Fraternidade deste ano. A CNBB ao propor o tema "Pão para quem tem fome" como reflexão neste ano, não pensa em levar os cristãos apenas a darem esmolas para que os pobres possam comprar mais pão. Quer a Campanha da Fraternidade deste ano fazer ver que a nossa sociedade está organizada de modo errôneo, pois nem todos têm o suficiente para alimentar-se. Muitos não têm dinheiro para comprá-lo. Não tem dinheiro por quê? Porque não tem emprego. Porque o salário não é suficiente para a alimentação. Por que o alimento é tão cara? Porque o incentivo é dado para a agricultura de exportação. Por que não há alimentos suficientes em abundância para todos, se há terra suficiente para produzir este alimento. Porque muitos agricultores que-

rem trabalhar e não tem terra. E assim poderíamos enumerar uma enorme série de porquês. A Igreja quer fazer perceber que se muitos passam fome, isto não é uma simples fatalidade, quer fazer perceber que a economia pode ser organizada de modo diferente.

Depois de perceber os erros de nossa organização social, levar os cristãos a lutar por uma organização mais justa. Uma organização onde possa haver mais emprego, de modo que todos possam se realizar e se sustentar com um trabalho honesto, uma organização onde possa haver terra para quem nela trabalha, aumentando a produção nacional de modo a haver abundância de alimentos, uma organização onde exportar não é o que importa, mas o que importa é alimentar bem primeiro o nosso povo e só aí pensar em exportar o excedente.

## CNBB não fixa posição sobre a Constituinte

Itaici (SP) — A proposta de um movimento de base para fixar posição quanto à Constituinte foi abandonada pela 23ª Assembléia-Geral da CNBB, em favor de análise de um documento de seis pontos onde se destaca, entre outras coisas, o dever da Igreja de estimular os leigos a exercerem a cidadania.

O documento foi preparado pelos bispos de Duque de Caxias, Bauru, Nova Friburgo, Afogados da Ingazeira e Rubiataba, respectivamente D. Mauro Morelli, D. Cândido Padim, D. Clemente Isnard, D. Francisco Mesquita, e D. José Carlos de Oliveira, e será votado hoje para definir a pastoral.

### Diretrizes

O grupo de trabalho reuniu as seguintes conclusões:

1. Não compete à CNBB apresentar, em nome da Igreja, um projeto de Constituição e nem um projeto de convocação da Constituinte. Deve, no entanto, estimular os leigos a exercer sua missão de cidadania.
2. A participação popular no processo político deve ser estimulada, em todos os níveis, pela Igreja, por ser um direito fundamental do cidadão.
3. Inclui-se na missão da Igreja colaborar para a formação dos quadros intermediários da sociedade civil e do conseqüente fortalecimento da organização política da Nação.
4. Permanece o direito, e até o dever de a CNBB apresentar um conjunto de proposições que garantam a aplicação das Exigências Cristãs de uma Ordem Política (conforme o documento da CNBB diretrizes gerais da ação pastoral da igreja no Brasil, em especial no nº 68).
5. Esta 23ª Assembléia delega ao Conselho Permanente a decisão quanto à oportunidade e ao modo de participação da CNBB no processo de preparação da Constituinte e na elaboração

da Constituição, com ampla presença da sociedade ao lado dos partidos políticos.

6. Cabe à presidência designar uma comissão de leigos e bispos que, de forma permanente, acompanhe todo processo político em questão".

### Rejeição

O documento anterior, considerado inadequado pela Comissão de Bispos que encaminha o debate sobre a nova Constituição nesta Assembléia, nem chegou a ser submetido ao plenário. Os quatro juristas que a elaboraram, a convite da CNBB, em janeiro passado, entenderam a situação e limitaram-se a falar sobre o assunto genericamente. Dos quatro autores, um pertence à atual comissão: o Bispo de Bauru, D. Cândido Padim. Os demais são os advogados Fábio Konder Comparato, Cândido Mendes de Almeida (Presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz) e Plínio de Arruda Sampaio.

### Teologia

O sistema de votação — que permite a conjugação entre as alternativas apresentadas — e o acúmulo de trabalho adiaram para hoje o resultado da escolha da forma de encaminhamento que será dada ao material sobre a liberdade cristã e libertação, tema central das 23ª Assembléia Geral da CNBB.

As alternativas originais foram transformadas em três opções mais abrangentes, não reveladas. Não é provável que a proposta de elaboração de um documento formal ainda nesta Assembléia seja aceita, porque restam apenas três dias para se chegar a um consenso sobre o assunto. As opiniões dos bispos consultados sobre as tendências da votação dividiam-se entre remeter subsídios às bases da Igreja, para reflexão, e delegar à Comissão Permanente da entidade a tarefa de redigir um documento que fosse enviado como contribuição ao Vaticano.

## Ibrades vê Sarney como garantia

A permanência de José Sarney na Presidência da República, para garantir a estabilidade das instituições para a promulgação, pelo Congresso Nacional, da nova Constituição, foi defendida como "alternativa mais plausível e mais sensata" pelo Padre Fernando Bastos D'Ávila, diretor do Ibrades — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento —, órgão ligado à CNBB.

A Nova República, segundo o estudo, já mudou as relações da Nação com o Governo, como atesta a "emocionante manifestação de fé em Deus e amor ao enfermo (Presidente Tancredo Neves)" e deu mostras de vontade política de conter os escândalos financeiros. No quadro atual, contudo, "há resistências latentes que recomendam otimismo moderado".

Diante da ausência definitiva do Presidente Tancredo Neves no processo de mudança, o documento prega a sustentação de Sarney durante a elaboração da nova Constituição, por ser essa alternativa apoiada por juristas eminentes e pela maioria do Congresso Nacional. A precipitação do processo eleitoral por um novo movi-

mento pelas diretas-já — a segunda alternativa considerada — tumultuaria o país e poderia levar ao poder um candidato sem compromisso com a proposta de Tancredo Neves — o que não é o caso de Sarney, observa o estudo.

Nesse "quadro complexo", a Igreja se colocaria diante de novos desafios, devendo "dedicar especial atenção à questão da Constituinte", depois de ter cumprido, com "saldo positivo", a sua missão pastoral de ter sido "a voz dos que não tinham voz durante o antigo regime".

O presidente da Comissão Pastoral da Terra e Bispo de Chapecó (SC), D. José Gomes, e o secretário-geral da entidade, ligada à CNBB, Padre Mário Alighieri, elogiaram a decisão do presidente em exercício José Sarney de transformar o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários em Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

A possibilidade de uma participação direta da CPT no novo Ministério foi por eles afastada, embora achem que sua criação é uma medida justa e necessária.





## D. José repudia as injustiças

Cidade do Vaticano — A injustiça social é o problema mais grave no Brasil, na opinião do novo Arcebispo de Olinda e Recife, Monsenhor José Cardoso Sobrinho, que sucede a D Helder Câmara, que se retira ao ultrapassar a idade limite — 75 anos — permitida pela Igreja às atividades de arcebispado.

O bispo José Cardoso Sobrinho, carmelita, que ocupava o bispado de Paracatu, no oeste de Minas Gerais, disse que aquela região tem "graves situações de extrema miséria do povo" e que esses problemas "multiplicam-se por cem em Recife".

— Sem salvar a vida física, não se pode falar de espírito — disse o novo arcebispo, para quem "a miséria material é muito perigosa, porque engendra a miséria moral".

Ao ser indicado, o novo arcebispo disse ser muito grande a responsabilidade de substituir D

Helder Câmara ("um homem extremamente virtuoso, um eleito de Deus"). "No entanto" — disse — "aceitei por causa de meu voto de obediência ao Papa, como religioso e como bispo, porque entendo a autoridade como serviço".

— Tenho ansiedade, não angústia, porém a consciência tranqüila, porque a autoridade tem de ser serviço, do contrário não é autoridade, principalmente a autoridade espiritual.

O novo arcebispo elogiou Frei Leonardo Boff por ter aceitado a decisão da Congregação para a Doutrina da Fé, dizendo, a propósito da Teologia da Libertação, que os teólogos "devem gozar de liberdade de investigação e de expressão do resultado de seu trabalho, como reconhece o Direito Canônico, embora tenham o dever de submetê-lo ao critério superior do magistério da Igreja".

## Complicado e controverso

VLADIMIR CALHEIROS

21/3 R8  
2dH

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está preocupada com o que classifica de "movimento religioso livres no Brasil".

Em correspondência dirigida, recentemente, ao Vaticano, manifestou essa preocupação e foi mais longe, pedindo que as lideranças mundiais do Catolicismo ajudassem a investigar o envolvimento da CIA — Serviço de Inteligência dos Estados Unidos — nessa presença religiosa considerada atípica pela CNBB.

As informações que a CNBB reuniu referem-se ao recebimento de grandes somas do exterior para os "movimentos religiosos livres" que, acrescentados aos recursos mobilizados entre-fronteiras, representam um poderio financeiro de indistintável influência.

A matéria, trazida ao primeiro plano dos noticiários pela direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é muito controversa.

A liberdade religiosa existente assegura a qualquer pessoa ou grupo filiar-se à religião que desejar.

Recursos, de origem estrangeira ou nacional, também são mobilizados constantemente por organismos ligados à Igreja Católica. O mesmo se pode dizer dos poderosos instrumentos de comunicação espregados pelas religiões com as quais se preocupam agora as lideranças católicas brasileiras.

Num país altamente desenvolvido como os Estados Unidos, não são poucas as parcelas da população que se envolvem com religiões controladas

por despreparados e até aventureiros.

Está bem vivo na memória de todos o trágico episódio da morte de centenas de pessoas na Guiana Inglesa, lideradas por fanático religioso.

Ora, se a população norte-americana, predominantemente alfabetizada, assistida e esclarecida, é vulnerável a esse tipo de atividade, o que se pode esperar de milhões de brasileiros, analfabetos, desorientados, famintos, prontos a se enganarem ao primeiro aventureiro que lhes bater à porta?

A medida que as pessoas sejam alfabetizadas e orientadas, será possível apresentar alguma resistência a esse tipo de proselitismo, cujas proporções nas nações subdesenvolvidas são realmente assustadoras.

Em terreno tão complicado e controverso, a uma conclusão pode-se entretanto chegar. Há realmente apreensão de grandes grupos econômicos com a linha pastoral que a Igreja Católica adotou, de uns anos para cá, no Brasil, em defesa dos pobres.

E uma das maneiras que esses grupos econômicos encontram, de solapar a pregação da Igreja, é financiando aventureiros de seitas as mais diversas.

Isso ocorre inclusive no Nordeste, e tudo indica, até em Alagoas.

Quem duvidar que procure apurar de onde partem as maiores doações, entre nós para o que a CNBB classifica, prudentemente, de "movimentos religiosos livres".

(//) Editoralista do Jornal Gazeta de Alagoas.

3013185 Fd SP

## CNBB vai debater a Constituinte

Do correspondente em Vitória

A 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a realizar de 10 a 19 de abril próximo em Itaiçara (SP), vai discutir a participação efetiva da Igreja no processo eleitoral que levará à escolha dos futuros membros da Assembléia Nacional Constituinte. A informação foi prestada ontem em Vitória pelo secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes, que considerou a Constituinte "fundamental para o povo brasileiro ter um caminho estável e organizado na promoção das garantias democráticas".

Segundo ele, o que se pretende debater em Itaiçara, sob o tema geral "Liberdade cristã e libertação", são formas de estimular a participação das comunidades "nesse enorme trabalho de reflexão sobre a Constituinte".

Além de se mostrar contrário à tese de que, para a realização da Constituinte, é necessária a criação de pré-condições como a remoção das leis autoritárias pois "neste caso, estaríamos legislando em lugar da Constituinte, que é quem deve superar por si mesma essas disposições arbitrárias", d. Luciano opinou que é "dever e obrigação" da Igreja contribuir para o aperfeiçoamento do estatuto jurídico do país.

# “Pão para quem tem fome” num país tão rico?

Kolping März 1985

“Pai nosso, ouvi o clamor de vossos filhos oprimidos. A vós se dirige nosso olhar na luta. Perdoa-nos o nosso egoísmo. Santificado seja vosso agir libertador contra os que oprimem em vosso nome, o Pão que juntos produzimos, dai-nos juntos comê-lo. Venha a nós a vossa Justiça a começar pelos empobrecidos. Não nos deixeis cair na tentação de explorar e de acumular. Livrai-nos da vingança e do ódio contra o mau que oprime e reprime”.

Existem certos tipos de coisas que a gente gostaria de nunca precisar falar, porque são tão anti humanas que parece ser impossível que aconteçam em nosso meio, no meio de gente. Uma delas e tal vez a pior é a fome, esse mal que mata e deforma, que não deixa a vida crescer em plenitude. Seria tão bom se a gente não precisasse falar da fome por ela não existir entre nós, seria tão bom se a gente não encontrasse dados e números fantásticos de gente que passa fome, de crianças desnutridas. Seria tão bom se a gente nem precisasse pedir “Pão para quem tem fome”.

## A fome é uma realidade

A Campanha da Fraternidade deste ano se associa à celebração do Congresso Eucarístico Nacional que será realizado em Aparecida; nos dias 16 a 21 de julho. De acordo com o texto-base da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o tema da CF-85 “ procura mobilizar a todos para a reflexão e ação em torno de um problema que é, ao mesmo tempo, causa e efeito de injustiça,

de desemprego, doença, violência, não-vida: a FOME!”

A CNBB em seu documento “Pão para quem tem fome” lembra o estarecimento da Nação diante das imagens, na televisão, de crianças, velhos e adultos caçando ratos e camaleões para matar a fome por ocasião da última seca no Nordeste brasileiro... “O portador da dignidade de filhos de Deus, o ser humano, quando faminto, é obrigado a rastejar como animal, a farejar o lixo das grandes cidades para conseguir encher o vazio do ventre, enquanto ainda lhe sobram forças para tanto”.

A fome atinge em números redondos dois terços da humanidade, trata-se de uma fome endêmica curtida por mais de um bilhão e setecentos milhões de pessoas... “Embora seja muito difícil precisar o número de vítimas por causa da fome, apresenta-se o dado de mais de 120 mil mortes diárias. Em acontecimentos recentes, como os de Biafra e da Índia, o mundo ficou abismado ao saber que havia homens devorando ervas, farinha de ossos, palha de colchões e até mesmo esterco animal. Enquanto isso, são armazenadas e inclusive destruídas toneladas de alimentos para impedir que os preços caiam e assim aumentar os lucros de uma minoria”.

“A situação da fome se agravou com a recessão que já atravessa o seu quarto ano. Esta situação porém não surgiu de repente. É resultado de uma crise global, econômica, social, cultural e política que tem causas mais remotas e mais abrangentes”, acrescenta o documento da CNBB.

Por outro lado, os bispos do Brasil em seu documento afirmam que "O povo não é responsável pela política que levou o país a taxas nunca atingidas de inflação e que em níveis bem menores foram uma das justificativas para uma revolução. No entanto, ressaltam os bispos, é o povo que arca com o peso maior dos custos desta inflação, como das medidas propostas para reduzi-las. Na verdade, concluem, a inflação e o achatamento salarial constituem uma forma perversa de diminuir o poder aquisitivo daqueles que têm os salários e com o qual conseguem cada vez menos bens e menos serviços".

O documento da CNBB chama a atenção para o fato de que a situação da fome tem raízes mais profundas no regime fundiário que reclama urgente e autêntica reforma agrária — "A falta de pão prende-se, em grande parte, à falta de terra da qual foram espoliados aqueles que dela tiravam o sustento, e também à política que orienta a produção agrícola para a exportação, sem antes ter atendido ao mercado interno".

A pesar de tanta injustiça e de tanta falta de pão, é urgente que todos os povos se unam na esperança porque: Javé é o Deus libertador que olha para aqueles que nada têm. Assim disse Maria em seu "Magnificat"... "O Senhor manifestou a força de seu braço e dispersou os homens de coração orgulhoso. Derrubou os poderosos de seus tronos e elevou os humildes... Saciou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias"...

Até quando a gente vai pedir: "Pão para quem tem fome"?

No 7º Congresso Latino-Americano sobre Nutrição realizado recentemente em Brasília, chamou-se a atenção para o problema da desnutrição que aumenta consideravelmente desde 1981... "A desnutrição provocada por deficiências, no consumo de calorias e proteínas, quando não mata, ajuda a matar; ou deixa marcas ir-

reversíveis como o nanismo, a cegueira e o mau desenvolvimento da capacidade de raciocínio da criança".

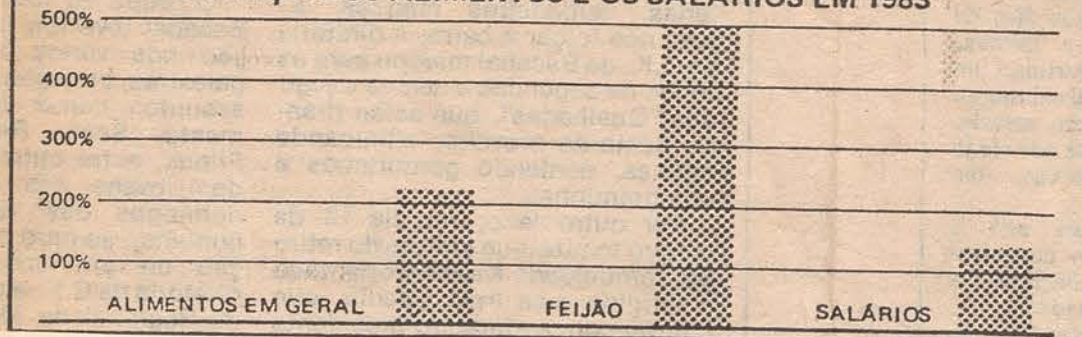
Por outro lado, dados apresentados no Congresso sobre Nutrição apontam o Brasil como o país que tem o sexto maior contingente de desnutridos do planeta, mais de 80 milhões de pessoas, isto significa dois terços da população. Deste número, 12 milhões, de acordo com cálculo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), são crianças de até seis anos de idade. Segundo informações do Ministério da Saúde a mortalidade infantil deverá atingir neste ano a cifra de 300 mil brasileiros de até um ano de idade: vítimas da fome, ou de outros problemas agravados pela redução da resistência do organismo da criança.

Na Etiópia, segundo revela a Unicef, mais de 70% dos etíopes que morrem de fome são crianças com menos de 5 anos de idade e cerca de meio milhão de jovens ficarão com problemas físicos e mentais irremediáveis devido à desnutrição que sofrem na época de crescimento. Dos 6,3 milhões de pessoas atingidas pela fome, um milhão é de crianças e avalia-se que até o final deste ano morrerão na Etiópia 900 mil pessoas de doenças relacionadas com a fome.

#### A causa da fome

De acordo com o documento da CNBB, texto-base da CF-85, a fome resulta da situação de injustiça estrutural e observa que 20% da população se encontra desempregada, enquanto cerca de um terço do parque industrial brasileiro está desativado. Ressalta ainda que os preços dos alimentos básicos da população subiu em 1983, de 213%, enquanto os salários aumentaram 142%. feijão subiu mais de 500% no mesmo período e quase 70% da população sobrevive em estado de fome permanente.

O PREÇO DOS ALIMENTOS E OS SALÁRIOS EM 1983



# CNBB vai discutir "liberdade cristã e libertação"

14/85 FSP

#### Reportagem Local

Apresentar ao papa João Paulo 2º subsídios para o novo documento do Vaticano sobre "liberdade cristã e libertação" será um dos principais objetivos da 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que estará reunida de 9 a 19 próximos no convento dos jesuítas da Vila Kostka, em Itaiaci, município de Indaiatuba (SP).

Além da presença dos 372 bispos brasileiros (o segundo maior episcopado do mundo católico, logo após o italiano), a assembléia terá a participação especial do cardeal-arcebispo de Milão, jesuíta Carlo Maria Martini um dos nomes mais destacados da Igreja européia e colocado em primeiro lugar nas cotações para

a sucessão de João Paulo 2º. Ele dirigirá um dia de espiritualidade para os bispos em torno do "Magnificat", o canto bíblico de Maria, exaltando o poder de Deus diante dos poderes deste mundo.

O tema central — "Liberdade cristã e libertação" — será discutido a partir de três documentos básicos: as propostas do Conselho Permanente da CNBB, aprovadas em novembro passado em Brasília e enviadas ao Vaticano através do nuncio apostólico, d. Carlo Furno; uma reflexão complementar, feita pela Comissão Episcopal de Doutrina (CED); e um documento-base, enviado a todos os bispos, para ser discutido em Itaiaci.

A pauta da 23ª Assembléia inclui

ainda o Ano Internacional da Juventude; a situação dos leigos católicos no Brasil; a atualização do regimento e dos estatutos da CNBB; questões de liturgia; a visita ad limina apostolorum que os bispos brasileiros já começaram a fazer ao Papa desde o início do ano, conforme as normas canônicas; as últimas novidades do debate teológico e o momento político nacional, com a doença prolongada do presidente eleito Tancredo Neves e a eventualidade de uma crise institucional, caso a interinidade de Sarney seja demorada.

Em relação ao tema principal, o Conselho Permanente da CNBB sugere que o Papa publique uma encíclica ou uma exortação apostólica sobre "liberdade cristã e libertação".

Propõe ainda que esse documento seja eminentemente prático e que parta "da vivência do povo oprimido, dominado e empobrecido, que toma consciência de sua situação desumana e tenta organizar-se para conquistar melhores condições, de acordo com o Plano de Deus".

Já a Comissão Episcopal de Doutrina parte da Bíblia, sobretudo do Livro do Êxodo, enfatizando "a libertação total, seja da escravidão do pecado, seja das estruturas causadoras do pecado". A definição do "pobre" é buscada nos profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel e Amós.

do Antigo Testamento, assim como nos primeiros pastores da Igreja.

"A dignidade do homem verdadeiramente livre, diz o documento da

CED, exige que ele, como ser espiritual, vá mais além. Liberte-se de qualquer escravidão. Vá até o plano superior das relações pessoais, onde se encontra consigo mesmo e com os demais. A liberdade se realiza no amor fraterno que é serviço mútuo, aceitação e promoção prática dos outros, especialmente dos mais necessitados. Entre nós, na América Latina, é impossível amar de verdade o outro, se não houver o compromisso, em nível pessoal — e, em muitos casos, até em nível estrutural — com o serviço e a promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados".

No documento-base enviado aos bispos, a CNBB afirma que, "querendo ou não", a Igreja "exerce, de

fato, uma influência na sociedade, principalmente em sociedades como as latino-americanas, marcadas por cinco séculos de evangelização. Ela sente as aspirações, ouve os clamores do povo por mudanças profundas e corajosas. Ela se encontra, assim, diante de um dilema inarredável: posicionar-se ou a favor ou contra essas mudanças".

Em termos de análise de conjuntura, os bispos retomarão a análise feita, a pedido da CNBB, pelo jesuíta Fernando Bastos de Avila, no final de 1984, e cuja tese central é a de que "a democracia obedece a uma certa constância no seu processo evolutivo. Inicia-se como uma democracia de notáveis, passa por uma democracia de classes médias para desembocar, enfim, numa democracia participativa de massas". Nesta perspectiva, os bispos discutirão a campanha popular pela Constituinte, os primeiros passos do governo Sarney, a questão das eleições diretas para a Presidência da República e os contatos já mantidos com as autoridades da Nova República.

A discussão sobre a Teologia da Libertação será feita dentro dos marcos de prudência que têm caracterizado o posicionamento da CNBB diante do caso Boff. Setores influentes do episcopado consideram que nenhuma lenha deve ser colocada nessa fogueira e que o essencial, como diz o próprio vice-presidente da CNBB, d. Benedito de Ulhoa Vieira, é "a prática da libertação".

## D. Eugênio critica documento

Das Sucursais e da Reportagem Local

ou pelo menos modificado, em vários trechos, pelo plenário da assembleia.

O cardeal - arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, enviou a todos os bispos brasileiros um estudo em que critica o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) "Liberdade cristã e libertação" — que servirá de subsídio para o principal tema da assembleia geral da entidade que começa hoje em Itaici — porque este, na opinião do cardeal, não leva em consideração o texto "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação" da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, divulgado em setembro do ano passado.

No estudo, d. Eugênio afirma que a questão da libertação é tratada, pelo documento da CNBB, "como uma leitura social dentro de um enfoque metodológico preciso que o limita" e faz uma "leitura política" do Exodo.

"O Jesus que o texto pode fazer ver, dificilmente se enquadraria no Cristo dos Evangelhos". Segundo o cardeal, o documento da CNBB "é, de modo geral e quase que exclusivamente, dirigido para a construção da sociedade temporal". Ele pede que o documento seja "totalmente" refeito

### Encíclica

O documento "Liberdade cristã e libertação", a ser aprovado na assembleia de Itaici, será enviado ao Vaticano como subsídio dos bispos brasileiros para a elaboração de um documento definitivo sobre a Teologia da Libertação. Os dirigentes da CNBB já enviaram ao Vaticano um pedido de que este próximo documento não saia mais em nome da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, presidida pelo cardeal Joseph Ratzinger, mas assinado pelo próprio Papa em forma de encíclica.

### Nordeste

O apelo por uma Reforma Agrária "autêntica e corajosa, adaptada às peculiaridades do Nordeste e acompanhada de uma adequada política agrícola" será reafirmado pela CNBB na sua 23ª assembleia geral. A decisão de considerar o Nordeste como uma preocupação pastoral prioritária da Igreja no Brasil foi tomada na assembleia de 1984. Agora, os bispos deverão examinar a evolução do quadro sócio-econômico nordestino.

## Ⓢ CNBB começa em Itaici sua 23ª assembléia geral

Reportagem Local

oitavo Plano Bienal da entidade (1985/1986).

Com uma celebração hoje, às 8h30, na capela da Vila Kostka, em Itaici, município de Indaiatuba (SP), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) começará a sua 23ª assembléia geral, cujo tema básico será "Liberdade cristã e libertação".

Os resultados dos debates do episcopado brasileiro — que é o segundo maior do mundo, depois do italiano — serão enviados ao papa João Paulo 2º como subsídios para o novo documento do Vaticano sobre o tema da libertação, complementando a "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", da Congregação para a Doutrina da Fé.

Pela primeira vez na história da CNBB será utilizado, numa assembléia, um sistema de computação para ajudar na apuração dos votos dos bispos sobre os vários temas.

Além de "liberdade e libertação", a assembléia debaterá o Ano Internacional da Juventude, a situação dos leigos no Brasil, a reformulação dos estatutos e do regimento da CNBB, a complementação do novo Código de Direito Canônico, na parte específica da Conferência Episcopal, além do

### Constituinte

A CNBB deverá, também, aprovar a constituição da Comissão Especial Pró-Constituinte da Igreja Católica, cujos primeiros membros são o professor Cândido Mendes de Almeida, do Rio de Janeiro e d. Cândido Padin, bispo de Bauru (SP). O objetivo deste grupo de trabalho é o de "gerar um processo de ampla participação nas comunidades da Igreja e nas instâncias intermediárias da sociedade para elaborar a nova Constituição brasileira". Nos debates sobre a conjuntura brasileira, os bispos refletirão sobre o eventual impedimento do presidente Tancredo Neves para assumir plenamente sua função e sobre o quadro político decorrente dessa situação.

A pauta da 23ª assembléia inclui, ainda, a visita "ad limina" dos bispos do Brasil ao Papa, até o fim do ano; o Sínodo do Vaticano sobre os Leigos; a formação do Conselho Superior da Associação de Educação Católica; eleição do Conselho Diretor do INP (Conferência dos Religiosos do Brasil) e para a Campanha da Fraternidade, além da preparação do Encontro Nacional de Presbíteros, marcado para os dias 21 a 25 de outubro deste ano, em Itaici.

1414 185 488

## Assembléia da CNBB debate a ação pastoral

**DERMI AZEVEDO**

Enviado especial a Itaiç

O debate sobre as práticas pastorais desenvolvidas pela Igreja em todas as regiões do País, sobretudo junto aos setores populares, prevalece nos primeiros cinco dias da assembléia geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que se realiza no convento dos jesuítas, na vila Kostka, em Itaiç (município de Indaiatuba). Mesmo com um tema evidentemente polêmico — "Liberdade Cristã e Libertação" — a metodologia de trabalho que vem sendo executada na assembléia (com reuniões em grupos, destacando os depoimentos e não os textos) está impedindo, pelo menos até agora, entrecosques envolvendo correntes progressistas e conservadoras dentro do episcopado brasileiro, neste encontro anual.

A discreta ofensiva conservadora traduziu-se em alguns episódios: documentos do cardeal Eugênio Salles e do bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso, criticando o documento de trabalho preparado pela CNBB sobre o tema central da assembléia; entrevista do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Joseph Romer, no mesmo sentido; proposta do arcebispo de Aracaju (SE), d. Luciano Cabral Duarte, para modificar o regimento da CED (Comissão Episcopal de Doutrina), tornando-a mais autônoma diante da presidência da CNBB e mais atuante na vigilância aos teólogos católicos, além de um discurso inicial do nuncio apostólico, d. Carlos Furno, prevenindo os bispos diante dos "perigos" da Teologia da Libertação para os futuros padres.

### Recuo

Diante das críticas dos setores conservadores ao documento preparado durante meses (e que teve, entre os principais redatores, o cardeal Aloísio Lorscheider e o teólogo Carlos Mesters) os dirigentes da CNBB decidiram, de certa forma, relativizar o texto da Comissão Episcopal de Pastoral, motivando os debates em grupos sobre o tema da "Libertação e libertação". O documento inicial foi somado aos outros subsídios e o resultado dos grupos sairá como conclusão dessa 23ª assembléia.

Um acontecimento extrapauta concentra as atenções dos bispos: o agravamento da doença do presidente eleito Tancredo Neves, situação que está presente nas orações regulares dos bispos. Eles enviaram, na quarta-feira passada, uma delegação de cardeais e bispos, ao Instituto do Coração, para uma visita a da. Risoleta Neves, que tem sido bastante elogiada em Itaiç. Ao mesmo tempo, os bispos começam a discutir o futuro do novo governo e, possivelmente, divulgarão um documento na próxima semana, pedindo que sejam cumpridas as promessas feitas por Tancredo e por seus companheiros da Aliança Democrática.

A presença do Papa na assembléia de Itaiç é simbolizada pela participação do nuncio apostólico que atende os bispos em um escritório improvisado no convento de Itaiç. Outra importante presença, a partir de hoje, é a do cardeal-arcebispo de Milão, dom Carlo Maria Martini, uma das personalidades mais respeitadas na Igreja. Incluído, desde agora, entre os candidatos à sucessão de João Paulo 2º, dom Martini tem apoio tanto na Cúria Romana quanto nas igrejas do Terceiro Mundo.

### Sucessor de d. Hélder

Numa assembléia de bispos, a nomeação do sucessor de dom Hélder Câmara, fundador da CNBB e principal responsável pelo crescimento da entidade, só poderia ser uma grande repercussão. Enquanto lamentavam o método ultra-sigiloso da escolha (nem d. Hélder sabia que d. José Cardoso Sobrinho tinha sido escolhido pelo Papa), alguns bispos comentavam, em Itaiç, que a sucessão de Olinda e Recife foi uma vitória do cardeal Eugênio Salles. Elogiavam, porém, o novo arcebispo recifense como homem preparado e afável no tratamento dos agentes pastorais.

Quanto à transferência do auxiliar de dom Hélder em Recife, d. José Lamartine Soares, para a Arquidiocese de Maceió (AL), dizem que se trata de uma solução diplomática para não deixá-lo, por mais tempo, como auxiliar. Neste caso, o Vaticano teria novamente seguido uma prática diplomática resumida na expressão latina "Promoveatur ut removeatur" ("promover para remover").

No plano político, já se intensificam os debates, em Itaiç, sobre as perspectivas da novo governo e a Assembléia Nacional Constituinte. No primeiro acesso, a julgar pelas declarações do cardeal Avelar Brandão Vilela numa das coletivas na assembléia, a Igreja deverá reafirmar sua posição em favor de mudanças pacíficas, mas concretas e objetivas. Personalidades marcantes do episcopado defenderão, em plenário, a proposta de que, se Tancredo morrer, o presidente José Sarney, vice em exercício, convoque, para 1986, eleições diretas para a sua sucessão.

16/12/85 RRP

Luciano Mendes de Almeida

## Pão para quem tem fome

Em julho de 1980, na sua visita apostólica ao Brasil, o Santo Padre desceu no aeroporto de Teresina. Ao rezar com a grande multidão que o acolhia sob um sol a pino, João Paulo 2º, com voz forte e comovida, dirigiu-se a Deus dizendo: "Pai nosso, o povo está com fome". A frase ele a lia numa ampla faixa que sustentavam diante do seu olhar. Talvez esse clamor dos pobres tenha ajudado a despertar a consciência nacional para escolher, como tema da Campanha da Fraternidade de 1985, a fome.

Na próxima quarta-feira de Cinzas, será lançada a vigésima segunda campanha, que convoca todas as dioceses e comunidades eclesiais para a preparação conjunta da Páscoa de Cristo. A ressurreição de Jesus ocupa o lugar central do ciclo litúrgico, celebra a vitória sobre o pecado e a morte, anuncia e comunica a vida nova que como salvador alcançou para todos nós.

A Campanha da Fraternidade realiza-se durante a quaresma e procura, através de sincera conversão e penitência, levar-nos à vida nova; conforme o mandamento de Jesus: "Amai-vos uns aos outros".

O drama da fome atormenta milhões de brasileiros, marcando-os desde a infância com os efeitos terríveis da desnutrição. Temos que constatar esta triste realidade, julgá-la à luz da palavra de Deus e empenhar-nos em superar este flagelo.

Ouvimos falar da situação na Etiópia que requer imediata solidariedade. Não estamos, porém, habituados a perceber que a fome existe em nosso País e devora milhões de brasileiros. Basta recordar a seca do Nordeste e os bolsões de miséria em nossas grandes cidades. A CNBB elaborou um texto para reflexão das comunidades com cifras e estatísticas que mostram a extensão do problema.

Oitenta e seis milhões de brasileiros têm menos de 2.240 calorias diárias, dieta limite para sobreviver. Setenta por cento da população de nosso País está obrigada a se manter apenas com salário mínimo. É um estado permanente de miséria e fome que acarreta o depauperamento físico, a doença e a morte prematura. Com o aumento de preço dos alimentos, bem acima do salário, o consumo popular caiu muito nos últimos anos. Hoje há mais fome que nas décadas precedentes.

O Brasil é um país privilegiado, que poderia ser celeiro para a maior parte da humanidade. É nesse país de terras vastas e férteis que nosso povo passa fome. Somas ingentes foram consumidas em armamentos, gastos suntuários e em projetos que poderiam ter obedecido a uma lenta programação.

Na raiz desse profundo desequilíbrio social está o pecado e a ganância, que geram a acumulação desmedida de bens por parte de alguns, impondo aos demais salários mínimos e subempregos. A política econômica concentrou riquezas, desviou produtos agrícolas para exportação e relegou milhões de cidadãos à extrema necessidade.

A luz da palavra de Deus, aprendemos que somos destinados a formar já nesta vida uma sociedade fraterna em que a ninguém falte o alimento, nem as condições condignas de vida. A fome atual demonstra a pouca solidariedade e a urgência de uma conversão de coração, que vença o egoísmo e nos leve a partilhar os bens.

Deus pai quer a vida de seus filhos. Deu-nos a terra, a inteligência e técnica para produzirmos sempre mais alimentos.

A fome é superável. A solução está na conversão interior para a partilha fraterna. Além da ajuda indispensável ao irmão que não tem o que comer, temos que desenvolver um trabalho sério e eficaz para que as estruturas sociais sejam justas e permitam a todos viver com dignidade. Requer-se, assim, uma nova organização social que coloque como uma de suas metas prioritárias a alimentação sadia do povo. Isto implica na viabilização de medidas corajosas que garantam a produção abundante e estabilidade de preços dos alimentos essenciais, casas populares e remédios de extrema necessidade. O fruto do esforço comum tem que ser compartilhado por todos.

As comunidades estão, pois, convocadas a desenvolver um dinamismo criativo para, com rapidez, e mesmo à custa de sacrifícios pessoais, partilhar o pão de cada dia com os bóias-frias, desempregados, mendigos e toda sorte de sofredores. Para isso é necessário que haja iniciativas que respeitem a dignidade dos necessitados e lhes ofereçam a oportunidade de cooperar na própria promoção. Mas, além disso, temos que chegar a soluções mais radicais, através de associações de bairro, sindicatos, partidos e outras formas de cooperar para medidas eficazes e permanentes que solucionem o problema da fome.

Em todo este esforço há que voltar a atenção para o Nordeste, que continua sofrendo aos efeitos da seca prolongada e da injustiça social. Nas comunidades de igreja, permanece para mais um ano o projeto nacional de inter-ajuda, que vincula as dioceses do Brasil com as vítimas da seca, na promoção de açudes, poços, sementes, alimentos e remédios.

Neste ano, a Campanha da Fraternidade, com o lema "pão para quem tem fome", será também preparação para o 11º Congresso Eucarístico Nacional em Aparecida. A fome de alimentos, que aflige a tantos, é imagem de fome espiritual mais profunda, de verdade e amor, que só Jesus Cristo, filho de Deus, pode para sempre sanar.

O cartaz deste ano não apela para o senso estético. É até chocante. Por trás de uma cerca de arame farpado, a mãe empobrecida estende a mão e suplica pão para os filhos, mostrando a injustiça no uso da terra, o sofrimento da seca e a fome atroz. Um grande círculo branco emoldura a cena e alude à luz de Cristo, que é esperança do pobre.

Que o novo governo possa incluir em seus programas mais urgentes condições de trabalho para todos, que em breve não falte nunca mais ao povo brasileiro o pão de cada dia.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.



### *CNBB debate hoje nova Carta*

Do enviado especial a Itaiaci

A posição da igreja diante da campanha pela Assembleia Nacional Constituinte será discutida, hoje, em Itaiaci, município de Indaiatuba (SP) na 23ª Assembleia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A comissão especial pró-Constituinte, organizada, no final do ano passado, pela CNBB, irá propor aos bispos a realização de amplos debates, nas comunidades católicas de todo o País, sobre "o que é Constituinte e Constituição, nova definição do Estado moderno, direitos individuais e tarefas do governo", entre outros pontos. Segundo informou ontem, ao meio-dia, em Itaiaci, o presidente da Conferência, d. Ivo

Lorscheiter, 58, "esses debates permitirão que a igreja reflita sobre sua postura diante da nova fase política do País". Ele enfatizou que a igreja "quer uma Constituição duradoura, já que vai condicionar a vida do País por muito tempo" e disse que "os leigos assumirão a linha de frente nessa campanha pró-Constituinte, mas isto não significara um recuo da CNBB e dos bispos" lembrando que a Conferência está estudando a contribuição da igreja em Constituintes anteriores, como em 1890, logo após a proclamação da República. O tema "Constituinte" será introduzido hoje, na Assembleia, pelo bispo de Bauru (SP), d. Candido Padin que é jurista.

1614 185 F80

## Para CNBB, a reação nacional é imprevisível

**DERMI AZEVEDO**

Enviado especial a Itaiçi

“Ninguém pode hoje prever a reação emocional da Nação ante o fato cruel da ausência definitiva de Tancredo Neves. Num primeiro momento, é sumamente improvável uma nova erupção popular por diretas-já. O povo estará profundamente traumatizado para se deixar mobilizar pela agitação de comícios, como os ocorridos em 1984. O luto das Nações, porém, como as emoções populares, não é duradouro. A vida deve continuar. Assim, mais cedo talvez do que se possa hoje imaginar, surgirá a questão de saber até que ponto a opinião pública transfere para o presidente em exercício o prestígio de Tancredo Neves e até que ponto reconhece em José Sarney a competência indispensável para realizar a proposta de mudança que resume a esperança da Nação”.

É o que diz a análise conjuntural apresentada em Itaiçi, município de Indaiatuba (SP), na 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil), pelo jesuíta Fernando Bastos de Ávila, principal assessor da entidade no plano político e diretor do Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), com sede no Rio de Janeiro.

### Capitalizar a decepção

Muito aplaudido pelos bispos, Ávila analisou a proposta da Aliança Democrática (novidades e dificuldades), o que já mudou e o que ainda não mudou no País, depois de 15 de março e as alternativas institucio-

nais, a partir da doença do presidente eleito. Destacando que “não faltam lideranças políticas dispostas a capitalizar a decepção com a eventual perda definitiva de Tancredo”, ele afirmou que podem ocorrer as seguintes “perturbações desestabilizadoras” no País, agora:

1- Aparentes fissuras na equipe governamental na discussão de uma política social que não dificulte ainda mais o saneamento econômico-financeiro.

2- Turbulências relacionadas com as eleições de prefeitos previstas para 15 de novembro deste ano.

3- Eventuais desencontros do presidente José Sarney, vice em exercício com os “republicanos históricos” do novo governo, entre os quais “avulta a figura do condestável, Ulysses Guimarães, designação honorífica merecida inclusive pelas provas de desambição, dadas em momentos decisivos.”

4- Impaciências e frustrações latentes “que haverão de se tornar ostensivas, na medida em que aumentem os prazos de resultados significativos na luta contra as gigantes dificuldades com que o governo já se defronta”.

Ávila afirmou que “uma proposta de mudança”, a ser concretizada em novos pactos social e institucional, é que mantém o País unido. Elogiou Tancredo por “ter conseguido o consenso nacional para o projeto de mudança, sem convulsões insurrecionais” e destacou que, em pouco tempo, já houve transformações no governo, no regime e na própria sociedade.

999  
12-4-85/66

## CNBB: Sarney é símbolo de Tancredo e garante a estabilidade política

ITAICI, SP — "José Sarney é o símbolo de Tancredo Neves, a presença do ausente. Precipitar seu afastamento poderia redundar para a opinião pública num repúdio a opção do próprio Tancredo Neves, cujo carisma político ainda preside a difícil tarefa de realizar sua proposta". A afirmação foi feita ontem aos Bispos reunidos em Itaici pelo Padre Fernando Bastos D'Ávila, Diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), ao defender a tese de que, em caso de ausência prolongada ou definitiva de Tancredo, deve permanecer na Presidência o Vice José Sarney, "garantindo a estabilidade das instituições para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte".

Ao apresentar uma análise sobre o atual movimento político, como faz em todas as assembleias da CNBB desde 1977, o padre rejeitou a segunda alternativa que ele próprio citou que seria a precipitação do processo eleitoral com a convocação de diretas já para a eleição do novo Presidente.

Para o Diretor do Ibrades, a permanência do Presidente em

exercício tem maior base de sustentação política no Congresso, aglutinando a Aliança Democrática, dissidências do PDS e lideranças de partidos menores. Ele advertiu que eleições presidenciais exigem várias medidas prévias (reforma eleitoral e partidária, cadastramento eleitoral) e não haveria tempo útil para isso, nem para a reaglutinação de forças partidárias.

D'Ávila destacou ainda que toda campanha eleitoral tumultua a vida da Nação e reduz muito o ritmo das atividades administrativas, inclusive pela necessidade de desincompatibilização de muitos administradores interessados em disputar eleições. O tumulto eleitoral coincidiria com a fase mais aguda de recuperação nacional, ameaçando-a erigosa-mente de insucesso e agravando mais ainda a situação nacional.

O padre elogiou, em seu pronunciamento, o comportamento digno do Presidente em exercício, a agilização que começou a dar ao funcionamento da máquina administrativa e a execução de medidas de emergência.

## Bispos enviam ao Vaticano opiniões sobre libertação

ITAICI, SP — Os Bispos brasileiros definirão em Itaiçi, durante sua 23ª Assembleia Nacional, as sugestões que enviarão ao Vaticano como subsídio para a elaboração, em Roma, de um segundo documento sobre o tema "Libertação", que deverá complementar os comentários produzidos sobre o livro de Frei Leonardo Boff, "Igreja, Carisma e Poder". A Presidência da CNBB e a Comissão Pastoral se incumbirão, ainda, de preparar documentos sobre "Liberdade Cristã e Libertação" a serem discutidos pelas bases da Igreja. O resultado da reflexão coletiva será incluído na pauta de outra Assembleia Nacional da CNBB.

A 23ª Assembleia Nacional, que termina amanhã, defenderá a Teologia da Libertação em sua carta-relatório como "legítima e necessária à evangelização". O texto, a ser ainda submetido a votação em plenário, alerta, porém, para "os riscos de ambigüidades, confusões e desvios" da Teologia da Libertação, em si "uma exigência ao nexo entre os movimentos que procuram a libertação do homem e a realidade do Reino de Deus".

A carta-relatório destaca que os riscos de desvios da Teologia da Libertação referem-se sobretudo à "análise da realidade". O que mais preocupa, diz o texto "é o uso da análise marxista, que apresentando-se carregada de utopia e esperança em bases puramente terrestres, exerce especial fascínio. Suas contribuições analíticas dificilmente podem separar-se de seus pressupostos antropológico-filosóficos, incompatíveis com a fé cristã".

Reconhece a existência de "tensões, divergências e conflitos que podem ameaçar a unidade fundamental da fé e a união do amor que Jesus colocou como sinal distintivo de sua Igreja". Atribui a origem das tensões a aspectos, como diversidade na formação e realidade nas várias regiões do País e às divergências oriundas de interpretações teológicas diferentes.

Aponta, entre os aspectos positivos da evangelização libertadora no Brasil que devem ser incentivados, "as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS); a opção preferencial e solidária pelos pobres; o planejamento participativo; a crescente

consciência eclesial dos leigos; o engajamento pastoral dos religiosos; as atitudes de defesa e promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana; a consciência da dimensão política da fé e a atuação pastoral face a desafios da vida real do povo brasileiro: pastorais indigenista, operária, da terra, do solo urbano e do menor".

Alguns Bispos solicitaram à Presidência da CNBB que interpelasse as Edições Paulinas sobre a publicação dos livros "A Igreja na América Latina: entre o Temor e a Esperança" e "A Morte da Cristandade e o Nascimento da Igreja", do chileno Pablo Richard, recomendando a não reedição das obras. A teologia do ex-Padre, que hoje vive na Costa Rica, incorreria nos desvios apontados pelo Vaticano no documento "Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação".

A informação é do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Karl Joseph Romer, membro da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB e também da Comissão de Doutrina da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A comissão carioca está no grupo que levou à Presidência da CNBB a preocupação com o fato de uma editora católica publicar os livros de Richard.

Comentando a manifestação de protesto realizada em Itaiçi por representantes de paróquias e comunidades do Rio de Janeiro contra o afastamento de padres pelo Cardeal D. Eugênio Sales, D. Romer disse que D. Eugênio está "aberto ao diálogo com os leigos, mas não aceita a imposição de fatos consumados pela teimosia ou pelo escândalo público".

D. Romer rejeitou as acusações do grupo, que distribuiu uma carta aos Bispos reunidos em Itaiçi, de que o Cardeal prometera receber representantes da comunidade no ano passado e não o fizera. Segundo o Bispo Auxiliar, "ele teve contato com membros dessa comunidade, mas não obrigatoriamente com aqueles que marcharam nas ruas".

● O Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Agostinho Casaroli, enviou telegrama à Assembleia dos Bispos, afirmando que o Papa João Paulo II apreciou a mensagem a ele encaminhada pelo episcopado no início da reunião de Itaiçi.

## Episcopado brasileiro defende cruz na lapela em substituição à batina

ITAICI, SP — O Vaticano não aceitou a proposta do episcopado brasileiro que, no ano passado, ao elaborar a legislação complementar ao Código de Direito Canônico, sugeriu aceitar como hábito eclesial, além da batina e do "clergyman" também a cruz na lapela. O Vaticano, porém, considera a cruz um símbolo, e não um traje.

Os bispos estão analisando o assunto na 23ª Assembleia Nacional da CNBB, em Itaiçi, e deverão insistir em sua proposta por considerar que esse símbolo, como distintivo do padre, já é amplamente aceito e atende às necessidades decorrentes das diferenças de clima e de costumes de várias regiões do País. Segundo D. David Picão, um dos Bispos da Comissão

que analisa o assunto, o episcopado deverá propor que seja reconhecido um "traje simples e digno, com a cruz na lapela, para uso diário".

O Vaticano, em suas considerações sobre a legislação complementar ao Direito Canônico elaborada pelo Brasil, pede maior explicação quanto à prática da absolvição coletiva, destacando que se trata de um "meio extraordinário, que não deve passar acima do meio ordinário, seja a absolvição individual". A proposta é que a absolvição coletiva só ocorra em circunstâncias como grande número de fiéis para pequeno número de confessores e se os penitentes não tiverem condições de obter a absolvição individual antes de um mês.

1914 195  
28

## CNBB silencia sobre as Edições Paulinas

Itarici (SP) — A diretoria da CNBB não quis comentar, ontem, o pedido de interpelação às Edições Paulinas pela publicação dos livros do teólogo chileno Pablo Richard — cuja interpretação da Teologia da Libertação foi considerada “perigosa” por alguns bispos. O secretário-geral da CNBB chegou a irritar-se com as perguntas sobre o caso.

O bispo auxiliar de Salvador, D. Angelo Salvador — membro da Comissão Episcopal de Doutrina — revelou, porém, que a CNBB, “cerca de um ano atrás”, tratou do problema com a editora, mas os termos dessa conversa não são conhecidos pelo Episcopado. Segundo D. Angelo, o pedido à presidência da CNBB foi feito pela Regional Nordeste-3 (Provincia Eclesiástica da Bahia).

O bispo auxiliar de Salvador apontou desvios no livro *A Igreja na América Latina entre o Temor e a Esperança*, de Richard, em trechos que afirmam: “a identidade cristã se adquire na prática, e esta pode ser marxista”. D. Angelo informou, porém, que houve troca de correspondência entre outro membro da CED e Richard, tendo este retificado a sua visão da Teologia da Libertação.

20/14 185 FSP

## CNBB enviará quatro sugestões a João Paulo

Do enviado especial a Itaiç

Um conjunto de quatro propostas sigilosas a ser enviado ao papa João Paulo 2º, com sugestões para o próximo documento do Vaticano sobre "Liberdade Cristã e Libertação", foi aprovado ontem, na 23ª Assembleia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na última sessão de trabalho. As propostas chegarão ao Papa através do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger e se referem "ao conteúdo e à metodologia" do novo documento, segundo explicou o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. Informalmente, vários bispos comentavam ontem que a CNBB deseja que o novo documento seja encaminhado como encíclica do Papa ou como exortação apostólica de João Paulo 2º. Sugere-se, também, que seja destacada a fundamentação bíblica para o tema libertação, tratando-o, sobretudo, a partir da prática da Igreja nos vários setores da pastoral. Haveria, igualmente, uma sugestão para que o marxismo não seja mencionado no documento (se for o caso) como se tratando de uma realidade monolítica e sim como um campo em que há várias correntes de pensamento.

### Debate nas bases

No plano interno, os bispos aprovaram, ontem de manhã, o texto final da carta às comunidades sobre o tema da "Liberdade Cristã e Libertação", apontando, depois de uma introdução, os "aspectos positivos da evangelização libertadora", falhas e tensões na vida da Igreja no Brasil, caminhos de superação, além de uma

parte sobre a Teologia da Libertação, orientações e conclusão.

A minuta do texto sobre a Teologia da Libertação foi modificada na última sessão de trabalho, adaptando-a à "instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", do Vaticano. Deste modo, foi retirada a referência a essa teologia como "legítima e necessária". De qualquer maneira, a carta foi bem recebida pelos bispos que a comentaram, ontem.

Agora, haverá amplo debate sobre a carta, em todo o País e os resultados serão encaminhados à CNBB para a preparação de um documento de estudo. O tema da "Libertação" voltará, depois, a outra assembleia dos bispos, sem data marcada.

### Caso Boff

Embora o caso do teólogo franciscano Leonardo Boff não estivesse na pauta da assembleia, os bispos ouviram ontem um comunicado de d. Ivo Lorscheiter sobre a resposta dada por Boff à recente notificação da Congregação para a Doutrina da Fé, sobre o livro "Igreja, Carisma e Poder". D. Ivo comunicou ter escrito ao teólogo, apoiando a maneira em forma de diálogo com que respondeu ao cardeal Ratzinger.

Quanto ao sínodo dos bispos sobre o Concílio Vaticano 2º, d. Ivo distribuiu ao episcopado as perguntas enviadas, em latim, pelo conselho do sínodo, para a preparação da assembleia extraordinária de novembro. O Vaticano quer saber o que foi feito no Brasil, para divulgar e aplicar as decisões conciliares, resultados positivos, erros, abusos e dificuldades.

2014185 FdSP

# Exigência do Vaticano para uso da batina gera polêmica

Reportagem Local

Fotos Eliana Assumpção

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, encaminhou no ano passado uma consulta ao Vaticano sobre a oficialização de uma norma que vem sendo seguida pelos bispos e padres brasileiros: o uso apenas de uma cruz na lapela, em substituição à batina e outras vestimentas clericais. A resposta da Cúria Romana foi taxativa: o Vaticano exige do clero brasileiro o retorno ao uso da batina ou do "clergyman", que é um uniforme eclesiástico com terno e colarinho. O tema voltou a ser debatido esta semana na 23ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, na região de Campinas (SP), sendo sugerido o encaminhamento de uma contraproposta ao Vaticano para que seja mantida a cruz na lapela em ocasiões normais e o uso do uniforme nos eventos oficiais.



Frei Hoelschel dispensa o uniforme

O problema se colocou a partir da interpretação da CNBB para a nova legislação complementar do Direito Canônico, promulgado em 25 de janeiro de 1983. Em seu artigo 284 estabelece que "os cléricos usam hábito eclesiástico conveniente, de acordo com as normas dadas pela Conferência dos Bispos e com os legítimos costumes locais".

### Repercussão

A orientação do Vaticano tem dividido opiniões dentro do clero. O padre Hermilo Pretto, 40, reitor do Seminário Maior João 23, é contra o uso de qualquer vestimenta ou distintivo: "As camadas mais altas é que se escandalizam. Os simples acham que quanto mais a gente se identificar com eles, melhor. Não há necessidade de se distinguir. Sou contra uma casta sacerdotal." O teólogo e seminarista Marcos Fontana, 24, vai mais longe: "Esse assunto veio à tona porque a ala conservadora da CNBB não quer falar sobre o ponto fundamental, que é a libertação do ser humano. A batina não passa de um símbolo."



Frei Ivo usa a batina há 60 anos

No mosteiro de São Bento, os padres usam batinas, mas ninguém quis dar entrevistas. Na igreja de Santo Antônio, os frades são obrigados a usar o hábito em funções eclesiásticas, como no confessionário, reuniões, cultos. Os paramentos litúrgicos utilizados nas celebrações de missas não estão em discussão, pois sempre foram obrigatórios.

O frei franciscano Ivo, 79, não larga a batina há sessenta anos. No entanto, não quis dar entrevistas, pois sua capacidade de entendimento está reduzida. O frei Anastácio Hachmann, 80, também conserva o hábito de se vestir de forma tradicional, mas não pôde falar por ter dificuldades de audição.

As opiniões entre os fiéis se dividem. A dona-de-casa Marlete Almeida, 36, acha boa a idéia de os padres serem obrigados a usar batina:

"Tem padres que a gente pensa que é um mocinho solto por aí." O mecânico Manoel do Carmo Andrade, 34, não concorda: "Eu sou como Cristo: o que importa é o que vai no coração. Se seguir a palavra de Deus, pode estar até de short."

### Opinião de alfaiate

"O padre não vai deixar de ser padre por causa da batina", afirmou ontem o alfaiate Luís Carnevale, 70, que desde os dez anos de idade confecciona batinas. No humilde quarto que subloca no conjunto 93 do edifício Soberano, no centro de São Paulo, Luís Carnevale explica que "faz tempo que o Papa quer que os padres usem pelo menos o 'clergyman', mas tem que ver se o clero concorda. Esses padres moços não estão mais acostumados". Alfaiate exigente, Luís demora cerca de três dias para fazer uma batina tradicional, caseada, com forro e botões. Cobra de Cr\$ 150 mil a Cr\$ 200 mil. Ou até Cr\$ 500 mil, dependendo da qualidade do tecido. Atualmente, tem seis encomendas.



20/14/85 F82

Luciano Mendes de Almeida

## Assembléia de Itaici

Terminou ontem a 23ª Assembléia Geral dos Bispos Católicos do Brasil. Foram dez dias de intenso trabalho num ambiente de oração e fraternidade. É um fato raro, sem dúvida, no mundo inteiro, encontrar 280 bispos juntos, repartindo a palavra de Deus e concelebrando a Eucaristia. Fazia bem ver os bispos de mais idade, com entusiasmo e fidelidade, trazerem os frutos de sua experiência para os grupos de estudos e plenários.

A atenção dos bispos em Itaici estava constantemente voltada, em união com nosso povo, para a grave enfermidade do presidente eleito Tancredo Neves. Nas orações pedíamos a Deus com insistente confiança que abençoasse o Presidente, concedendo-lhe o que for para o seu maior bem. As preces se elevaram a Deus pela unidade e esperança do povo brasileiro, que anseia por condições dignas de vida. O sofrimento e a solidariedade de todos, nestes dias de aflição, hão de resultar num empenho mais eficaz pelas transformações sociais, indispensáveis a uma sociedade justa. Estava também presente o drama dos milhares de nordestinos que por anos resistiram à seca e agora, forçados pelas águas, deixam suas casas e perdem tudo. Rezamos pela situação dos operários em greve, pelo diálogo entre metalúrgicos e empresários, na expectativa de que se respeite a prioridade do trabalho sobre o capital.

O tema principal foi a "Liberdade cristã e libertação". Procuramos analisar a ação da Igreja no Brasil nos últimos anos, os aspectos de pastoral que impulsionaram a evangelização libertadora, as falhas e tensões e os caminhos para superá-las. Entre os pontos positivos anotamos a valorização da palavra de Deus e do espírito missionário, as comunidades eclesiais de base, a opção preferencial pelos pobres, a crescente consciência eclesial dos leigos e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Reconhecemos falhas que decorrem dos condicionamentos humanos da Igreja e que exigem constante renovação espiritual. É preciso insistir mais na fidelidade à mensagem de Jesus Cristo e no diálogo fraterno feito com discernimento e oração.

Especial atenção foi concedida à Teologia da Libertação, procurando à luz da recente Instrução da Sé Apostólica superar ambiguidades, evitar perigos de desvios e focalizar melhor a autêntica teologia centrada no tema bíblico da libertação.

Ao lado do assunto central, outros foram tratados: o próximo Congresso Eucarístico Nacional em Aparecida, a missão do leigo na Igreja e na sociedade, a legislação complementar do Direito Canônico, o Sínodo Extraordinário dos Bispos em Roma e o atual e delicado momento nacional. Particular atenção mereceu a futura Constituinte.

Um ponto, a meu ver, recebeu realce especial: a "Mensagem dos Bispos aos Jovens e às Jovens do Brasil". A Catedral de São Paulo, no domingo passado, acolheu milhares de jovens que vieram participar da solene celebração eucarística. Ai estavam, vindos de Itaici, mais de cem bispos. A Igreja da América Latina fez uma opção preferencial também pelos jovens. No Brasil, são 32 milhões na faixa de 15 a 24 anos. É preciso que consigam vencer a tentação das drogas, do consumismo, da permissividade moral e da delinquência.

Sejam livres os nossos jovens, capazes de dar vida nova à sociedade, segundo a mensagem de Cristo, construindo um Brasil, onde todos, os bóias-frias, os sem-terra e os desempregados, recuperem sua dignidade e vejam respeitados seus direitos.

No fim da assembléia, ontem à tarde, despedimo-nos com muita vontade de encontrar logo o nosso povo.

Agradei a Deus. Foi boa a assembléia. Valeu.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.



## Bispos lamentam mas acreditam na mudança

### Das Sucursais

D. Benedito Uliôa Vieira, vice-presidente da CNBB e arcebispo de Uberaba, comentou ontem a morte do presidente eleito Tancredo Neves, dizendo que "o Presidente cumpriu a missão que lhe foi dada a cumprir, levando o povo brasileiro às portas da democracia, conduzindo o País à unidade, à concórdia, à congregação dos contrários e à paz".

D. Benedito comparou o trabalho político de Tancredo ao do profeta Moisés que "arrebancou o povo e o liderou até as portas da Terra Prometida. Moisés não entrou na Terra Prometida — acrescentou — e Tancredo não tomou posse nem se sentou na cadeira presidencial, mas encaminhou o novo governo para uma administração honesta e humana".

### Conciliação

"O mais importante, neste momento, é respeitar a Constituição e realizar a caminhada para a Assembleia Nacional Constituinte, de onde poderão surgir caminhos novos para o Brasil. Mas tudo isto tem que seguir a inspiração de Tancredo Neves cuja principal característica foi a capacidade de conciliar, de aparar as arestas de qualquer radicalismo e de somar os esforços da Nação, em busca do verdadeiro bem comum". É o que afirmou, ontem, o arcebispo de Belo Horizonte, d. João Resende Costa, amigo pessoal de Tancredo.

"O Brasil inteiro — disse d. João — está esmagado sob o peso de uma imensa dor. Mas, ao mesmo tempo, temos toda confiança de que a ausência de Tancredo deixa, no coração do povo, uma imensa esperança de que a mensagem dele não vai morrer."

### Semente de sonho

Para o bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, principal consultor jurídico da presidência da CNBB, Tancredo "plantou, no coração de cada brasileiro, a semente de um sonho: a nova República. Sem ter presidido legalmente esta Nação, foi seu mais brilhante presidente. Conseguiu ser amado pelo seu povo, mesmo sem ter distribuído benefícios ou vantagens materiais, como costumam fazer certos políticos".

Destacou que "se queremos agradecer a Tancredo o gesto de sacrifício que praticou, vamos assumir corajosamente a realização do programa que nos traçou". "Vamos exigir dos governantes — afirmou d. Cândido — e dos políticos, a fidelidade ao compromisso assumido por Tancredo".

Dom Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba afirmou que "a igreja de Curitiba se solidariza ao sofrimento

do povo e dos familiares do grande líder desaparecido. Pedimos ao senhor Deus que o sacrifício de Tancredo Neves tenha sido pelo bem do povo brasileiro".

Para o arcebispo de Salvador primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, "o projeto de Tancredo Neves, que se transformou em uma bandeira, deve e precisa ter continuidade". Observou em seguida que o presidente eleito foi o grande comandante da Nova República e soube fazer a transição de um governo militar para o civil sem traumas para o País.

"Sua morte foi uma lição dura para a história e para os homens — acentuou o cardeal. É que tudo passa, tudo passa para o tempo e tudo passa para a história. A vida é um dom de Deus e pode ser retirada a qualquer momento." O cardeal que embarcou ontem no final da tarde para Brasília, onde participa dos funerais do presidente, destacou que Tancredo Neves viveu seus 75 anos com muita dignidade moral e consciência cívica, com uma sensibilidade para os problemas humanos digna de relevo.

### Gratidão

O cardeal-arcebispo do Rio, d. Eugenio Salles, celebrou ontem de manhã, na Catedral Metropolitana, com quatro de seus bispos auxiliares e quinze párocos da diocese, missa solene pela alma do presidente eleito Tancredo Neves. "O País lhe deve gratidão por seu testemunho de fé e de homem público totalmente dedicado à Nação" — destacou na homilia. "Todos nós devemos continuar em oração pelo sufrágio do Presidente e pela felicidade da Pátria".

Cerca de 1.800 assistiram à missa. Estavam presentes: o vice-governador Darci Ribeiro, a mulher do governador Leonel Brizola, d. Neuzo, o comandante do 1º Exército, general Heraldo Tavares Alves e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourenço Gonçalves de Oliveira.

O bispo de Santo André, d. Cláudio Hummes, em nota à imprensa em que ressalta o sacrifício supremo e total do ex-presidente Tancredo Neves pelo restabelecimento da democracia no País, conclama a todos os brasileiros que oraram durante estes 39 dias, a não se sentirem frustrados. "De nossas dores e sofrimentos, Deus sabe tirar o bem, assim como da morte de seu filho Jesus, fez surgir a vida para todos. Se não podemos ficar com Tancredo, que Deus nos dê em troca justiça social para todos, paz e união nacional. Que ele nos ajude a construir uma democracia para todos e que nunca mais volte a ditadura".



## “Um grande anseio de conciliação”

Estes são os principais trechos da homilia pronunciada por d. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB e colaborador da Folha, na missa de réquiem no Palácio do Planalto:

“Queridos irmãos e irmãs em Nosso Senhor Jesus Cristo, estamos vivendo um momento de amor, de fé, e de esperança em todo o nosso Brasil. Bem-aventurados os mansos porque eles possuirão a terra. Bem-aventurados os pacíficos porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Temos vividos juntos como um só povo todos os momentos difíceis destes últimos meses. Poderíamos irmãos focalizar com mais intensidades aqui diante da presença de Deus que nos reúne como irmãos, diante do corpo de nosso presidente Tancredo Neves, que acreditamos estar plenamente acolhido na presença e na glória de Deus. Poderíamos focalizar três momentos mais intensos da caminhada de todos esses últimos dias: o cortejo, a calçada, o próprio caminho.

Bem-aventurados os mansos porque possuirão a terra. O cortejo, na memória de nosso Brasil, não guardamos uma consagração popular tão espontânea, tão ampla, tão sincera, como aquela que estamos vivendo acompanhando este cortejo de amor. O povo que se reúne por amor. Um povo que vence todas as separações. São crianças no colo de seus pais, são jovens, são pessoas idosas, são os panos brancos desdobrados nas sacadas das janelas, são flores, são beijos jogados à distância, é uma consagração popular. De um povo que ama porque sabe que foi e é amado. Cresceu no coração do nosso povo o amor, e nós vemos irmãos, que tudo isso nos faz reconhecer na pessoa do Presidente Tancredo de Almeida Neves, o grande amigo do povo. Aquele que amou o povo e é amado pelo povo.

“Presidente Tancredo Neves, amante de sua família, amou a sua terra — São João Del Rey, Minas, Brasil —, de vida simples, austera, modesta, imprimiu no coração do povo brasileiro, respeito, a verdade, a liberdade, a democracia. Revelou o segredo da tolerância como instrumento político, abriu seu coração para diversas posições num anseio de grande conciliação. Falou ao coração das crianças, despertou a esperança dos jovens, atingiu a todos, todos — de todas as classes e camadas sociais, reconhecem na pessoa do Presidente Tancredo Neves, o seu Presidente. Meus irmãos, a nossa Pátria tem vivido um momento alto de amor. Ele foi despertado este amor no coração do povo. Bem-aventurado o manso, bem-aventurado o que aqueles que procuram viver a mansidão de que falava Jesus, porque eles possuirão a terra. Bem-aventurados também os pacíficos porque eles serão chamados filhos de Deus. Se o cortejo impressiona ainda a nossa retina, se revela toda capacidade de amor desse povo, nós agora poderíamos voltar a nossa tensão, a nossa tensão, a nossa lembrança para a calçada, a calçada do Hospital de Base, a calçada do Instituto do Coração, aquele povo simples rezando, as vezes fazendo distâncias grandes, até para estar ali em comunhão, pedindo a Deus pelo seu Presidente e pelo Brasil. Meus irmãos, foram dias de angústia, de sofrimento. Foram dias de muitas oração. Quem de nós não pode aqui, diante de Deus, reconhecer a grande dedicação de dona Risoleta e de sua família, que nós aprendemos a conhecer, admirar, a amar e a quem queremos agradecer esse exemplo de amor, esse testemunho de coragem tão belo que a todos nós conquistou. Exemplo de dedicação do corpo médico, e de todos os seus colaboradores. Exemplo de dedicação dos homens de nosso Governo, levando à frente o caminho aberto por Tancredo Neves. Exemplo de dedicação de modo tão forte, tão grande, tão diferente de tudo que nós conhecíamos até hoje desse nosso povo humilde, simples, que abriu seu coração numa grande oração e pediu a Deus pela saúde, pela felicidade do Presidente, pela saúde de todos os brasileiros, buscando para todos um Brasil novo essa oração que foi o coração de Deus.

Bem-aventurados os que fazem a paz, os pacíficos, esse povo que se reuniu na paz, sem violência, que se deu as mãos, que aprendeu de novo a alegria de estar juntos comungando a mesma fé e nos mesmos ideais. Meus irmãos, a calçada foi para nós o grande mistério, o grande mistério, em primeiro lugar, porque nós espera-

vamos que a nossa prece acolhida por Deus, tivesse um resultado tão concreto, que nós vissemos em poucos dias a saúde recuperada, a volta a Brasília, Governo caminhando como tinha sido programado e projetado. Grande mistério, mistério para a vida de homem de fé como foi o nosso Presidente que no seu leito, entregando a Deus a sua própria existência, recolhido na sua grande oração talvez, tivesse que fazer a entrega do Cristo: Pai nas tuas mãos eu entrego a minha vida, entrego o meu Brasil. Esse Brasil que eu amo, que eu quis conduzir nos caminhos da Justiça, que eu quis ver renovado num novo espírito de congraçamento, sem distâncias, sem lembranças de ressentimentos. Meus irmãos, mistério para a vida desse nosso grande irmão, que passou pela experiência do abandono em Deus. Mistério para a vida do nosso povo que rezou, povo que na sua prece revelou o que ele tem de mais profundo, o acolhimento a Deus que é pai, mas aí está esse grande mistério que é também mistério para a nossa fé, a grande resposta. A oração é sempre acolhida. Deus sempre acolhe a oração de seus filhos. Ele é pai. Ele sabe o que é para o nosso maior bem. Quem reza, reza com fé, quem reza com amor sabe que Deus é bom, sabe que Deus é pai, sabe que Deus vela pelos caminhos de seus filhos. Quem reza confia, quem confia, coloca nas mãos de Deus a sua própria vida e deixa a Deus decidir o que é melhor para o nosso Presidente, o que é melhor para o Brasil que ele tanto ama. E foi assim, que nos rezando crescemos na fé. Nós rezando, crescemos nesta confiança em Deus. Deus que tem cuidado dos lírios do campo, das avezinhas do céu. Deus tem cuidado de todo esse povo brasileiro. Deus acolhe a vida do nosso Presidente e o dia que nós vemos irmãos, com fruto, já tangível, já palpável, desta imensa prece que uniu o Brasil. A união, a própria união que nasceu desta prece. Uma união em que todos estávamos experimentando que não há mais barreiras, que não há mais distâncias, que nós vamos nos esquecendo daquelas restrições pelas quais alguns passaram, que nos vamos de novo estreitando as mãos vamos de novo abrindo o coração, vamos de novo sorrindo para a vida na expectativa de dias melhores. O Brasil cresceu na consciência da sua unidade e o Brasil cresceu também na consciência de sua própria fé reconhecendo a presença de Deus. Deus amado como Senhor da História. Pai do Povo Brasileiro. Deus presente nas horas difíceis, Deus sustentando a coragem, a paciência. Deus sustentando toda esperança do povo brasileiro. Deus de novo guiando o seu povo.

“Esta oração que estava escondida e desabrochou. Ela revela o que há de melhor neste povo bom, ordeiro, que caminha, realmente aos olhos de Deus como que confia em seu pai.

“Bem-aventurados os pacíficos, os que fazem a paz. Os que construíram a ponte, porque eles serão chamados Filhos de Deus. Filhos de Deus nos tornamos neste abraço de prece. Filhos de Deus nos tornamos. Queremos ser mais irmãos neste Brasil, que Tancredo Neves soube bem aventurado hoje unir. Seremos chamados filhos de Deus, queremos ser verdadeiramente filhos unidos como irmãos. Meus irmãos, que mistério tão grande; faz-nos pensar em João Paulo I, escolhido por todos os seus irmãos para guiar como supremo pastor os destinos do povo que Deus a ele confiava em poucos dias entrega sua vida a Deus num grande sorriso de paz. Pensamos também nesse nosso Presidente, que entregou assim a sua vida a Deus feito um novo Moisés. Quem não se lembra desse texto da Escritura, Moisés no monte Nebo, olha ao longe a terra prometida, vê o seu povo esperando entrar nessa terra prometida, desse povo que ele preparava, em cuja esperança ele tinha ensinado a caminhar. Essa esperança que vinha do coração desse povo, alimentado pela promessa de Deus. Este povo entrou na terra prometida e Moisés ficou apontando ao longe está terra e entregou a sua bela alma a Deus. Nós pensamos também neste chefe do nosso povo, que apontou os caminhos e que ofereceu sua vida a Deus. Não só sua grande capacidade de conciliação, mas agora ele fica para nós como aquele que aponta ao longe os caminhos de uma nova sociedade. Pensamos irmãos, em braços da bem aventurança que marca tão profundamente a vida de Tancredo Neves.

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Deles é o reino de

Deus. Se nós pudessemos irmãos, após focalizar o cortejo e o povo que ama, a calçada, e o povo que tem. Focalizamos agora o caminho e o povo que espera, a mensagem que fica, o legado e a herança que nos deixa. Legado e herança para os jovens, para o coração dos jovens, para todo o povo brasileiro. Legado e herança irmãos, que nós recebemos das palavras proféticas que sustentam essa nossa esperança de dona Risoleta, que diante da vida que se extinguiu para abrir-nos para Deus e dr. Tancredo Neves disse aos seus filhos e poderíamos dizer: “D. Risoleta, que seus filhos são realmente os filhos do Brasil”.

“Nós temos aqui um exemplo de dignidade. Porquemeus irmãos? Porque Tancredo Neves despertou no coração do povo ainda mais a consciência da própria dignidade e nos temos como herança, todos, governantes e governados, um anseio de realizar aqueles ideais que ele leu no coração do povo e dos quais ele se fez portador. De maior comunhão, de participação popular, no uso pleno de seus direitos, no cumprimento pleno de seus deveres. Herança e legado nos faz pensar de modo especial naqueles que precisam mais da colaboração de todos para recuperarem plenamente a sua dignidade: os trabalhadores do campo e da cidade, aqueles que não têm mais emprego. Os que precisam encontrar nos homens de governo, em toda essa colaboração de nosso País as condições dignas de vida, de trabalho, de salário, de educação, de habitação, de saúde, eis o nosso programa que nós vamos realmente retratado no coração do nosso Presidente e assim nos lembramos das suas grandes colocações no desenvolvimento não deve custar mais sacrifícios ao nosso povo. A dívida se paga com dinheiro. O uso da terra, abertura de novos campos de trabalho, foi realmente acendendo o coração de todo o nosso País, a expectativa de uma Nova República. E assim meus irmãos, nós nos abrimos agora para esse mistério da esperança.

“Cremos em Deus. Cremos na vida eterna. Deus em cujo coração nos colocamos a esperança do nosso povo, é o Deus que confere o prêmio a felicidade, o descanso a esse nosso irmão. Nós temos irmãos, Na Páscoa, a Ressurreição de Jesus Cristo, nos temos como ovimos na leitura da primeira parte aos (.....) que a morte foi vencida. Nós não estamos falando de um morto mas de um vivo, de um vivo que é acolhido no coração de Deus e que recebe a recompensa do seu trabalho, a recompensa de uma missão cumprida. E é por isso meus irmãos, que esse cortejo não é um enterro, esse cortejo é a expressão de muito amor, de muita fé, de muita esperança na certeza da vida eterna. Nós temos Senhor, na Ressurreição de Jesus Cristo, nós temos que essa Ressurreição será nossa, porque a todos nós amais, concedendo-nos parte na Ressurreição do Cristo e nos temos irmãos, que essa Ressurreição desperta dentro de nós, um anseio de vivermos já na terra o reino de Deus.

“Bem-aventurados os mansos, bem-aventurados os pacíficos, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Senhor, vede nesse momento, o Brasil reunido nesse altar, contemplando a face tranquila de um homem que despertou o Brasil para uma vida melhor. Vede Senhor, no coração dos brasileiros, o amor, a fé e a esperança. Vede Senhor, esse Brasil unido não só os que estamos aqui envolta desse corpo querido, mas todos os brasileiros, em seus lares, nas praças, nas igrejas. Vede esse Brasil que ele mesmo ajudou a ser um povo mais unido e concedei a Tancredo Neves, vosso filho e nosso irmão, nosso Presidente querido, amante do povo, artífice da unidade e neste momento desbravador de um caminho, apontando para o futuro nosso País. Concedei ao nosso povo que ele soube reconhecer como um povo justo, esse povo sofrido, cheio de virtualidade, de qualidades capaz de construir uma Nação que hoje tem missão neste mundo, missão de uma coragem sem agressividade, de uma mansidão feita de tolerância e de compreensão, mostrando que há caminhos novos a serem realmente percorridos pela humanidade. Concedei a esse nosso povo, vos que sois o nosso Pai, atendimento às orações que durante todos esses dias se colocaram diante da Vossa presença e concedei a este povo querido e amado pelo Presidente, concedei a este povo brasileiro, que nós possamos continuar através deste cortejo, lembrados de toda aquela angústia que se fez prece na calçada, mas agora unidos de mãos dadas, com mais fé, caminhando para um Brasil novo que seja feito de união, de esperança, de paz e de justiça, amém.”



# Bispos aprovam carta sobre libertação

Reportagem de Miguel Biazso e Edmilson Zanetti  
Fotos de Douglas Mansur

A 23.<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB encerrou-se no dia 19 de abril. "Foram dias trabalhosos, não isentos de algumas tensões, mas cumprimos toda pauta e chegamos a bons resultados" concluiu d. José Ivô Lorscheiter, presidente da CNBB, durante o encerramento da reunião dos bispos. Foram dez dias de intensos debates, discussões e decisões sobre vários assuntos, mas principalmente sobre o tema central da Assembléia, "Liberdade cristã e libertação". Assunto polêmico e reconhecidamente delicado, o tema central exigia dos bispos muito tempo das discussões. Três conclusões foram definidas: 1) uma Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades será distribuída em todas as dioceses; 2) quatro sugestões serão enviadas ao Papa João Paulo II como contribuições para a elaboração de um novo documento sobre a Teologia da Libertação; 3) A presidência da CNBB e a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) deverão elaborar bre-

vemente um texto abordando o tema "libertação".

A Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades, pequeno documento dividido em cinco partes — e publicado na íntegra na página 3 deste número de O São Paulo — aponta a Libertação enquanto um tema profundamente bíblico, e uma teologia legítima, ainda que represente um ponto "delicado entre nós" e que exige "atitude de discernimento e aprofundamento". A Carta aponta aspectos positivos da caminhada da Igreja em nosso País, analisa as falhas e tensões da caminhada da Igreja e aponta caminhos que podem auxiliar na superação dos desafios encontrados. Aprovada para ser discutida e debatida nas comunidades e dioceses, a Carta deverá provocar os cristãos para que produzam contribuições sobre o tema.

Os resultados das discussões deverão ser encaminhados à CNBB para que um outro documento seja elaborado. O tema "libertação" voltará a ser discutido em outra Assembléia Geral, mas a data desta nova discussão entre

os bispos ainda não foi definida.

Além de aprovarem o documento sobre "Liberdade cristã e libertação", durante a Assembléia várias comunicações foram feitas e várias notas oficiais foram aprovadas. Particular interesse, devido ao momento político em que vive o País, despertou a comunicação sobre "O momento nacional e a presença da Igreja", feita pelo Padre Fernando Bastos D'Ávila, jesuíta e integrante do IBRADE. Ainda sobre o momento político a CNBB aprovou uma nota, com seis pontos específicos sobre a Nova Constituição e a Assembléia Nacional Constituinte. Uma outra nota oficial aprovada na Assembléia conclamou os cristãos a não ingressarem e não colaborarem com a T.F.P. O presidente do Conselho Indigenista Missionário, Dom Erwin Krautler, fez uma comunicação aos bispos sobre a situação dos índios em nosso País, após quatro séculos de "colonização". Os bispos decidiram aprovar o pronunciamento e o transformaram em documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.



## CNBB analisa conjuntura atual

"Ninguém pode hoje prever a reação emocional da Nação ante o fato cruel da ausência definitiva de Tancredo Neves. Num primeiro momento, é sumamente improvável uma nova erupção popular por diretas-já. O povo estará profundamente traumatizado para se deixar mobilizar pela agitação de comícios, como os ocorridos em 1984. O luto das Nações, porém, como as emoções populares, não é duradouro. A vida deve continuar. Assim, mais cedo talvez do que se possa imaginar, surgirá a questão de saber até que ponto a opinião pública transfere para o presidente em exercício o prestígio de Tancredo Neves e até que ponto reconhece em José Sarney a competência indispensável para realizar a proposta de mudança que resume a esperança da Nação".

A morte do presidente Tancredo Neves no último domingo, dia 21, em nada descaracterizou a análise conjuntural apresentada à 23.a Assembléia Geral da CNBB pelo principal assessor político da entidade, o padre jesuíta Fernando Bastos de Ávila, como mostra este trecho do documento "Momento Nacional e a Presença da Igreja". Pelo contrário, a comunicação de Ávila mais que nunca convidou os Bispos do Brasil a uma reflexão profunda em torno do futuro imediato na Nação e chamou a atenção para as "perturbações desestabilizadoras" que podem ocorrer no país com a perda definitiva de Tancredo Neves:

1 — As aparentes fissuras na equipe governamental a propósito de uma política social que não dificulte ainda mais o saneamento econômico-financeiro.

2 — As turbulências relacionadas com as eleições de prefeitos previstas para 15 de novembro deste ano.

3 — Eventuais "desencontros do presidente José Sarney com os "republicanos históricos" da "Nova República", entre os quais avulta a figura do incontestável Ulisses Guima-

rães, designação honorífica merecida inclusive pelas provas de desambição dadas em momentos decisivos".

4 — As impaciências e frustrações latentes que haverão de se tornar ostensivas na "medida em que aumentem os prazos significativos na luta contra as gigantescas dificuldades com que o governo já se defronta".

### ALTERNATIVAS

Fernando Ávila, além de analisar a proposta da Aliança Democrática, assinalou o que mudou e o que não mudou na vida do país depois de 15 de março e apresentou o que considera as principais alternativas que se delineiam como resultantes da ausência definitiva do "protagonista da proposta".

A permanência do presidente José Sarney, garantindo a estabilidade das instituições para a convocação e realização da Assembléia Nacional Constituinte, é a primeira das alternativas, a que lhe pareceu "mais plausível e sensata", já que "juristas eméritos sustentam a tese da constitucionalidade desta alternativa", "a permanência do presidente em exercício tem maior base de sustentação política no Congresso Nacional", "José Sarney é ainda o símbolo de Tancredo Neves, a presença do ausente", "eleições presidenciais exigem uma série de medidas prévias", "toda campanha eleitoral tumultua a vida da Nação em que a convocação das diretas-já implique também na redução do prazo para a eleição da Constituição, os interessados das lideranças populares seriam ameaçados".

A outra alternativa se refere à precipitação do processo eleitoral, com a convocação das diretas-já para a eleição do novo presidente da República, o que "não é inverossímil", mas "funda-se em razões que exigem ponderações", de acordo com o padre Fernando Bastos de Ávila.

### CONSTITUINTE

Qualquer que seja o caminho político a seguir, no entanto, parece irreversível a convo-

cação e realização da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, a comissão dos Bispos encarregada de estudar o assunto aprovou o texto "A Preparação da Constituinte e a Nova Constituição", consideradas as emendas do plenário.

Nele, os Bispos do Brasil afirmam que "não compete à Igreja apresentar um projeto de Constituição e nem um projeto de convocação da Constituinte", mas "deve, no entanto, estimular os leigos a exercer sua missão de cidadania política". Cabe ainda à Igreja, conforme o texto, "o direito e até o dever" de apresentar um conjunto de proposições que garantam a aplicação das "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", inclusive divulgando-as através "do MCS (cf. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, n.º 68), e estimular a participação popular no processo político, em todos os níveis, "por ser um direito fundamental do cidadão".

O texto ressalta que a participação popular será "mais consciente e eficaz quando exercida em grupos organizados, incluindo-se na missão da Igreja colaborar para a formação dos quadros intermediários da sociedade civil e consequente fortalecimento da organização política da Nação".

A 23.a Assembléia delegou à presidência da CNBB e à CEP a decisão quanto a oportunidade e ao modo de participação da entidade no processo de preparação e na elaboração da Constituição, com ampla participação da sociedade ao lado dos partidos políticos. Fica o critério da presidência da CNBB ainda "designar uma comissão de leigos e Bispos que, de forma permanente, acompanhe todo o processo político em questão, mantendo o episcopado devidamente informado e providenciando subsídios que conscientizem e ajudem as comunidades para a preparação da Constituinte e elaboração da Constituição".

## Cristão deve ficar distante da TFP

Uma nota oficial do Episcopado Brasileiro foi aprovada, na Assembléia de Itaici, conclamando os cristãos a não se inscreverem e nem colaborarem, de qualquer forma, com a T.F.P. (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade). Eis, na íntegra, a nota dos Bispos do Brasil:

"É notória a falta de comu-

nhão da T.F.P. (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a Hierarquia do Brasil e até com o Santo Padre.

O seu caráter esotérico, o fanatismo religioso, o culto prestado à personalidade de seu chefe e progenitora, o falso uso do nome de Maria Santíssima, conforme notícias recentemente veiculadas, não

podem de forma alguma merecer a aprovação da Igreja.

Lamentamos os inconvenientes decorrentes de uma sociedade civil com finalidade religiosa católica sem ligação com os legítimos pastores.

Sendo assim, os Bispos exortam os católicos a não se inscreverem na T.F.P. e a não colaborarem com ela de qualquer formar".



Reunidos em Itaici durante dez dias, os Bispos aprovaram o documento sobre a Libertação

## Diferença étnica, direito histórico

"O CIMI convoca as dioceses, as prelazias, paróquias, comunidades e toda a sociedade civil para discutir em torno da Assembléia Constituinte a possibilidade de um dispositivo legal, que reconheça a plurinacionalidade de nosso país, sem fraccionar o território nacional. Somente através do reconhecimento da realidade pluriétnica da Nação cessará a ameaça de uma integração compulsória que pesa sobre os povos indígenas, sobre sua cultura, seus territórios e seu subsolo. A demarcação das terras indígenas, a garantia do subsolo e a revogação dos Decretos 88.118 e 88.985 já seriam decorrência deste reconhecimento da diferença étnica como direito histórico a ser inscrito na nossa Carta Magna". Essa proposta foi feita por d. Erwin Krautler, presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), durante a 23.a Assembléia da CNBB. Os bispos aprovaram o pronuncia-

mento do presidente do CIMI e transformaram sua comunicação em documento da CNBB.

D. Erwin Krautler defendeu esta sua proposta argumentando que o problema "crucial dos povos indígenas continua sendo o desrespeito, as invasões e a usurpação de suas terras. Em 1984 somente oito pequenas áreas indígenas foram efetivamente demarcadas. Segundo apenas 8% das terras indígenas tiveram a sua demarcação homologada até o final do governo Figueiredo. O Decreto 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, retirou da FUNAI a responsabilidade e a autonomia necessária para a demarcação das terras indígenas. Se a FUNAI antes do Decreto alegou falta de recursos para a demarcação das terras, agora já alega falta de competência e autoridade jurídica para o cumprimento do Estatuto do Índio que em seu artigo 65 determina um prazo de cinco anos para a demarcação das terras in-

dígenas".

Não bastando essa violência contra o solo dos povos indígenas "maior violência se tornou neste último ano contra o subsolo de suas terras", afirmou d. Erwin. "O Decreto 88.985, de 10 de novembro de 83, que regulamenta a exploração mineral em reservas indígenas contribuiu para uma corrida translocada às riquezas minerais. O Polonoroeste, o Projeto Grande Carajás, as Hidrelétricas de Tucuruí e Balbina e outros programas de desenvolvimento e exploração mineral continuam ignorando as comunidades indígenas e provocam interferências cada vez mais profundas e desastrosas no seio destas comunidades, às vezes numericamente já bastante reduzidas" disse o presidente do CIMI.

Essa violência contra os povos indígenas, prática sistemática e constante da nossa história, acentuou-se nos últimos 20 anos "em decorrência do modelo de desenvolvimento exe-

cutado pelo regime militar". O próprio Estatuto do Índio, criado em 69, em meio a um "surto desenvolvimentista", buscou legitimar os projetos-impacto de desenvolvimento, diante das denúncias feitas no exterior sobre o massacre de populações indígenas. "Apareceram no exte-

rior denúncias sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos que documentavam tortura. Em fins de 1971, equipes da FAB e da FUNAI tiveram que resgatar de helicóptero os índios Nambiquara, dispersos pelo Vale do Rio Guaporé. Seu território foi, a partir de 68, leiloadado entre firmas colonizadoras e agropecuárias, isso mediante certidões negativas expedidas pela FUNAI, atestando que não havia índios no Vale. Na época toda a população Nambiquara abaixo de 15 anos, morreu" recorda d. Erwin Krautler. E não foram apenas os Nambiquara que sofreram. Outras tribos passaram por situações difíceis, comunidades foram desintegradas, outras dizimadas.

O extremo autoritarismo foi o pano de fundo para "à costura final do Estatuto do Índio". Vetos presidenciais "impediram entidades religiosas ou científicas o direito de prestar serviços de natureza assistencial pois a União não pode sofrer limitações no cumprimento de seus deveres". Naquele período e como consequência destes "vetos presidenciais" ocorreram inúmeras expulsões de missionários e indigenistas".

"A busca de legitimidades diante das inúmeras denúncias no exterior, a viabilidade dos projetos-impacto de desenvolvimento e o contexto autoritário dos Atos Institucionais e da Emenda Constitucional de 1969 forjaram o Estatuto do Índio" afirmou o presidente do CIMI. Este estatuto, hoje, "em vários itens deve ser revisado (subsolo, integração, exercício da tutela) e em outros cumprido (demarcação das terras)" defendeu d. Erwin.

A modificação do Estatuto do Índio, da própria estrutura da FUNAI e da política indigenista, passa, neste momento da Pré-Constituinte pela análise de como o índio "é visto por nossa

Lei Maior e como é tratado pelo código civil" afirma d. Erwin Krautler. Definido através de quatro dispositivos legais "os povos indígenas são considerados 'relativamente incapazes' e submetidos a um regime de 'tutela especial'. A 'incorporação dos silvícolas à comunhão nacional' visa nada mais nada menos do que a integração sócio-econômica dos indígenas na sociedade nacional" afirmou.

Dentro deste quadro e considerando que as comunidades indígenas são etnicamente diferenciadas da sociedade nacional, com sistemas de organização sócio-política e econômica próprios, d. Erwin Krautler propõe que "esta diferença étnica não pode ser vista apenas como um privilégio transitório. Deve ser defendida como um direito histórico". Para tanto torna-se necessário discutir os "parâmetros da convivência da sociedade nacional para com os povos indígenas e, em consequência, da política indigenista do Estado". Isso, além da garantia das terras indígenas.

"Antes de entrar em discussões sobre reformas de uma nova agência de tutela, convém analisar a tutela como tal e rever todos os dispositivos legais em relação ao índio no Brasil" disse d. Erwin. "Se reformamos o órgão tutor antes de remover o 'entulho autoritário' da legislação em vigor, colocamos o carro na frente dos bois. Questões como a preservação da identidade étnica, garantia do território indígena e de seu subsolo, respeito e apreço para as suas culturas, liberdade de organização, participação dos índios nas questões que lhes dizem respeito, a plurinacionalidade do País — todos estes temas devem ser objeto de ampla discussão nacional, em vista do debate que se inicia em preparação de uma Assembleia Nacional Constituinte", defendeu o presidente do CIMI.

São Paulo, de 26 de abril a 2 de maio de 1985

## Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades

Ao final de dez dias reunidos em Itaipu, município de Indaiatuba, São Paulo, os 260 Bispos que participaram da 23.<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aprovaram, no plano interno, o texto final da carta às comunidades sobre o tema da "Liberdade Cristã e Libertação", em que apontam os aspectos positivos da evangelização libertadora, falhas e tensões na vida da Igreja no Brasil, diretrizes de superação, orientação e conclusão. É esta a íntegra da "Carta aos Agentes de Pastoral e às Comunidades":

### Aproxima-se o Congresso!

D. Geraldo M. M. Penido

Correm velozes os dias que nos separam do XI Congresso Eucarístico Nacional. Faz-se necessário, imperioso mesmo, que tomemos consciência do significativo acontecimento e nos preparemos espiritualmente para ele.

Gostaria de fazer hoje uma consideração sobre a participação efetiva daqueles congressistas que só comparecem num dos dias do Congresso, como crianças, jovens, casais, consagrados. Vêm no seu dia e retornam à tarde às próprias casas.

São verdadeiramente congressistas? Claro que são! Participam aqui durante um dia inteiro, tomando parte em todos os atos daquele dia. Aqui fazem sua confissão, participam da Missa solene, comungam, tendo antes partilhado a reflexão da Palavra de Deus, na parte da manhã, às nove horas. Talvez tenham até assistido à Missa em rito oriental ao meio-dia e não deixaram de estar presentes à palestra das 15 horas, a eles dedicada. Terão visitado alguma das exposições religiosas do Congresso: Catequese, Filatelia mariana, Sagrada Bíblia, Liturgia...

Depois, talvez já cansados, à tardinha ou à noite, após o lazer cultural, retornam a seus ônibus e partem para suas comunidades. Certamente, durante o dia, tomaram lugar numa das Adorações solenes ao Santíssimo Sacramento.

Voltam reconciliados e alegres para continuar o Congresso em suas casas e em suas comunidades. Lá estarão es-

que lhes era dedicado.

Deste modo, almeja-se que o Brasil todo seja uma Igreja em Adoração, vivendo o Congresso, crescendo na vida eucarística e realizando melhor as exigências do Reino de Cristo no Brasil.

Todos ao Congresso! Os que puderem vir e os que ficarão em suas comunidades! "Vinde, adoremos!"

piritualmente bem ligados a nós que permanecemos em Aparecida. Será realmente um só corpo místico a celebrar o Congresso Eucarístico Nacional. Comungarão talvez em suas paróquias, ou, ao menos espiritualmente, no recessos de seus lares. Acompanharão pelo rádio. Rezarão conosco. Estarão identificados conosco no mesmo louvor à Santíssima Eucaristia na "Casa de Maria" em Aparecida.

Quando os congressistas vêm, de madrugada, de suas comunidades ou de seus lares, estarão caminhando conjuntamente, todos no mesmo ônibus e no mesmo grupo de ônibus. É uma comunidade, pequena em relação à que ficou na base, mas uma verdadeira comunidade. Vêm rezando, cantando, pensando nos que ficaram e não puderam vir. Os que vieram e os que ficaram têm íntima persuasão de que estão, física e espiritualmente, no Congresso. Fazem-se presentes através dos representantes da comunidade, da paróquia ou da Diocese, como igreja particular. Por sua vez, os que ficaram talvez participem durante o dia, de uma reflexão, de uma 'hora de Adoração do Santíssimo', procurando uma sintonia mais íntima com Aparecida, sede do Congresso.

Além disso, como representantes de sua comunidade ou de sua Diocese, os congressistas sentem o inarredável dever de levar, quando de volta às suas comunidades, toda a reflexão, todos os sentimentos, todas as graças que hajam feito ou percebido em sua passagem pelo Congresso no dia



# Emaús: uma comunidade de partilha

Leonilda Menossi

— “Eu me sinto como o paralítico à beira da piscina, que não tinha quem o atirasse na água!” diz por telefone o Pe. Henri le Bursicaud, missionário redentorista, recém-chegado ao Brasil. É amigo pessoal do Abbé Pierre que iniciou o movimento Emaús na França, após a Grande Guerra, em 1949.

— **Veio começar o Movimento Emaús no Brasil?**

— “Não! Nunca um francês poderia começar esse Movimento aqui! Tem que ser um brasileiro, de boa vontade e capaz de sacrifícios; que receba e assimile a mensagem do Emaús para depois implantá-lo na realidade do Brasil. Só que eu acabo de chegar e me sinto sem rumo, sem saber que caminho tomar”.

Conversamos um pouco mais por telefone. E pareceu que o caminho mais acertado a percorrer seria um encontro com o Sr. Cardeal, Dom Paulo Evaristo Arns.

No sábado, dia 20, pude conhecê-lo pessoalmente na Cúria. Pe. Henri, 63 anos, veterano na propagação do Movimento Emaús, fala com entusiasmo e fluência sobre sua missão. Fala com a naturalidade de quem está metido nisso até à medula dos ossos, muito embora num sotaque francês tão carregado, que por vezes dificulta a compreensão.

Enquanto aguarda o atendimento, vai me dando alguns esclarecimentos:

— “Esse Movimento começou quase que por acaso, motivado por um jovem que queria suicidar-se. Abbé Pierre conseguiu salvá-lo, convidando-o a participar na construção duma moradia para uma família pobre. A partir daí, Jorge — era esse o seu nome — descobriu o valor da vida. “Sem o Abbé Pierre, dizia ele depois, eu continuaria a querer matar-me, porque o que me faltava não eram coisas... mas uma razão de viver”. Trabalhar para aliviar os que sofrem e são infelizes, marginalizados, dando-lhes esperança de serem também eles salvos, foi essa a razão que Jorge encontrara para viver. E também essa a razão da existência das Comunidades Emaús, que passaram a existir a partir daí”.

— **Pe. Henri, o senhor veio diretamente de Portugal. O que conseguiu realizar lá?**

— “Bem, eu estive lá durante dois anos e me pus à disposição dos portugueses. Falei em duzentos e trinta lugares, a diferentes grupos, sobretudo a jovens. E sempre tive ótima acolhida. Hoje existe lá um grupo de Amigos de Emaús. Agora venho ao Brasil, com a passagem paga pelo dinheiro dos pobres. Por isso, tenho a responsabilidade de

tomar todos os meios necessários para levar a mensagem de Emaús a um País que é cem vezes maior que Portugal. Tenho de aproveitar congressos, encontros, grupos, tudo o que possa ajudar-me a levar a mensagem. Tenho também outro imperativo: há 25 anos, li um trecho da Escritura que diz: “Instruir-te-ei. Formar-te-ei. Mostrar-te-ei o caminho por onde passarás, com os meus olhos sempre sobre ti” (Salmo 32). Meditei sempre e muito nessa palavra”.

— **Concretamente, o que vem a ser uma Comunidade Emaús?**

— “É uma comunidade constituída não de padres ou freiras, mas de homens e mulheres infelizes, sofredores, que vem em busca de amizade, de ajuda. É uma comunidade essencialmente de partilha. A quem chega à nossa porta, não perguntamos pela identidade, religião, cor, nada! Basta que seja uma pessoa que sofre e quer ajuda. Ela entra, come, descansa, e no dia seguinte, se quiser, pode ir embora. Se quiser, pode ficar, até que o queira. O que a comunidade ganha é dividido em três partes: uma para o seu sustento, outra para fundar outras comunidades e uma terceira para os pobres”.

Pe. Henri salienta que não é um Movimento paternalista, porque procura fazer não pelos pobres, mas com os pobres. E cita Abbé Pierre: “Ajudar os outros em suas necessidades sem lutar contra as causas geradoras dessa miséria é desonesto”.

Na França há 70 comunidades. No mundo todo são 29. Há também os Amigos de Emaús. Estes têm a missão de lutar contra as causas da miséria. E preciso ajudar de depressa nas causas urgentes.

— “Sabe, a pobreza é evangélica, mas a miséria não. Miséria é não ter trabalho, casa, instrução, que são bens essenciais à vida humana. Cristo disse “bem-aventurados os pobres”, mas não disse “bem-aventurados os miseráveis”.

A essa altura, Pe. Henri interrompe a conversa para entrar na sala de audiências. Minutos mais tarde, sai sorridente, com alguns endereços na mão. Já tem as primeiras pistas para sua missão aqui. Já não há razões para sentir-se impotente com o paralítico à beira da piscina. E, me diz, num largo sorriso:

— “Sabe, é preciso amar as pessoas. É preciso acreditar nos homens. Sem acreditar na ressurreição do homem não é possível acreditar na ressurreição de Jesus Cristo”.

Que o Movimento Emaús encontra caminhos próprios para sua implantação aqui! São tantos os brasileiros que sofrem, cujo coração espera por bondade, compreensão, acolhimento e partilha não somente de bens materiais, mas de amizade, de afeto, de solidariedade.

## 1 — INTRODUÇÃO

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunimo-nos, de 10 a 19 de abril, em Itaici, Indaiatuba, SP, para nossa 23.ª Assembléia Geral. Foram dias de estudo, oração e vivência da colegialidade episcopal, na escuta do Espírito Santo e diálogo entre irmãos.

Tivemos como tema principal “A Liberdade Cristã e Libertação” sob o enfoque de “Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”. Muito contribuiu para a escolha deste assunto a “Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação” da Congregação para a Doutrina da Fé de agosto do ano passado, cujo estudo vivamente encarecemos.

O Conselho Permanente da CNBB já havia pedido a ampla divulgação deste documento e seu estudo pelos Regionais e pela Comissão Episcopal de Doutrina.

Procuramos analisar valores e falhas de nossa ação pastoral, refletir sobre questões teológicas e apontar caminhos, a partir das perguntas levantadas no subsídio preparatório ao estudo do tema principal desta Assembléia.

## 2 — ASPECTOS POSITIVOS DA EVANGELIZAÇÃO LIBERTADORA

Entre os aspectos de nossa pastoral, que mais vêm contribuindo para impulsionar a evangelização libertadora, identificamos como elementos a serem conservados e aprimorados:

\* As Comunidades Eclesiais de Base;

\* A profética opção preferencial e solidária pelos pobres;

\* O planejamento pastoral participativo, a crescente consciência eclesial dos leigos e a valorização da mulher;

\* O engajamento pastoral dos religiosos e religiosas, especialmente sua inserção em comunidade no meio do povo;

\* A importância da Comunidade como destinatária e agente da catequese;

\* A ligação entre a Palavra de Deus e a vida do povo;

\* A Campanha da Fraternidade e outras iniciativas com ela articuladas: Mês de Maria, Mês Vocacional, Mês da Bíblia, Mês Missionário, Novena do Natal;

\* A participação mais consciente e ativa na celebração da liturgia e especialmente dos sacramentos;

\* O crescimento do espírito missionário e de corresponsabilidade pastoral (Igreja-Irmãs, Programas de Inter-ajuda...);

\* A dinamização da Pastoral da Juventude e da Pastoral Vocacional;

\* A Consciência da dimensão social e política da fé e suas exigências;

\* A Educação Libertadora;

\* Maior liberdade pastoral face ao poder econômico e político;

\* Defesa e promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana;

\* A atuação pastoral face a difíceis desafios da vida real do povo brasileiro (Pastoral Indigenista, Operária, da Terra, do Solo Urbano, do Menor...);

## 3 — FALHAS E TENSÕES

Em meio a tantos sinais de vitalidade eclesial, que manifestam a presença do Espírito entre nós, encontramos também falhas e tensões.

Na Assembléia procuramos analisar suas manifestações e causas, e caminhamos que o Evangelho ofereça para superá-las.

É preciso reconhecer que onde há vida, há tensões. Existem em qualquer grupo humano. Sempre houve na Igreja modos diversos de fazer teologia e formas diferentes de pensar e organizar a pastoral. Tensões entre grupos aparecem desde o tempo dos Ato dos Apóstolos.

Existem tensões que, apesar de dolorosas, são sinais de vida e ajudam a comunidade a crescer. Todos precisamos aprender a trilhar o caminho da UNIDADE, que não é o mesmo que uniformidade.

Assim, há divergências nascidas da complexidade da realidade sócio-econômico-político-cultural e eclesial, vista e analisada de ângulos diferentes e a partir de situações, lugares e posturas sociais diversas.

Mas há tensões, divergências e conflitos que podem ameaçar a unidade fundamental da fé e a união do amor que Jesus colocou como sinal distintivo de sua Igreja. Elas levam ao surgimento de grupos extremados, de tendências opostas, que se fecham em si mesmos, criticando os demais.

Há, ainda, divergências oriundas de interpretações teológicas diferentes: umas válidas, outras que suscitam dú-

vidas ou até parecem esvaziar aspectos essenciais da fé.

Ao pensarmos nestas falhas e tensões dentro da Igreja, temos que reconhecer seu aspecto humano e organizacional, porque ela está inserida na sociedade e sujeita a todos os condicionamentos dos grupos humanos. Não podemos, porém, esquecer que essa mesma Igreja é mistério e sacramento da presença de Jesus no mundo de hoje.

## 4 — CAMINHOS DE SUPERACÃO

A luz do Evangelho e do Magistério, buscamos pistas de ação ou caminhos para superar estas falhas e tensões. Apontamos os seguintes:

Em todos os níveis de Igreja, precisamos aprofundar e multiplicar os caminhos de diálogo e correção fraterna. O diálogo exige sabedoria, discernimento e oração. A correção fraterna exige amor, humildade, lealdade e coragem. Ambos supõem espírito de conversão e reconciliação, ajudando a viver nas divergências. Ninguém se considere o detentor e único intérprete da verdade.

Deve-se evitar interferências imprudentes, ataques pessoais, condenações públicas de orientações e práticas de pastoral dentro de uma mesma Igreja e entre Igrejas locais.

O planejamento pastoral amplamente participativo tem-se revelado instrumento útil na superação de tensões e mal-entendidos tanto nas Igrejas locais como a nível nacional.

Na fidelidade a Jesus Cristo, somos todos, pastores e fiéis, responsáveis pela integridade de sua Mensagem, de acordo com o Magistério da Igreja.

Compreendemos o papel importante e difícil de nossos teólogos nesta caminhada, como difícil é nossa própria função de pastores. Por isso, respeitamos a diferença entre o papel do magistério e pastoreio e o papel da teologia, queremos estimular e animar nossos teólogos em sua missão.

## 5 — TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Um ponto delicado hoje, para nós, é a Teologia da Libertação. Abordamos esse assunto em sua conexão com a ação pastoral da Igreja, enfocada como “Evangelização Libertadora”, valendo-nos de reflexões anteriormente feitas em nossos Regionais e Dioceses e do estudo da Comissão

Episcopal de Doutrina na CNBB sobre a Instrução.

A problemática levantada por esta teologia exige atitude de discernimento e aprofundamento. O tema da Libertação é profundamente bíblico. Existe uma autêntica Teologia da Libertação centrada neste tema bíblico da Libertação e da Liberdade e na urgência de suas incidências práticas (cf. Instrução III, 4; VI, 7). Esta teologia favorece a evangelização. Esclarece o nexo entre os movimentos que procuram a libertação do homem e a realidade do Reino de Deus. Entretanto, podem surgir ambiguidades e confusões, “desvios e perigos de desvios”, como adverte a Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé.

Tais desvios e perigos se relacionam especialmente com a chamada “análise da realidade”. Nesta operação complexa, nem as ciências sociais escapam aos condicionamentos ideológicos. Preocupa-nos particularmente o apelo à “análise marxista” como instrumento de compreensão da realidade e o apelo à luta de classe, como lei fundamental de transformação da sociedade (Cf. Instrução VII, 6; IV, 2, 3).

## 6 — ORIENTAÇÕES

Diante deste quadro da teologia e ação pastoral, cujo estudo e aprofundamento crítico pretendemos continuar, propomos algumas orientações:

Prosseguir na reflexão teológica que valoriza a vida das comunidades cristãs, a ação pastoral da Igreja, o compromisso pela libertação do oprimido, numa espiritualidade de experiência do Deus vivo.

Evitar, na reflexão teológica e na ação pastoral, unilateralismo e reducionismos que neguem ou excluam aspectos essenciais do ministério cristão.

Buscar uma síntese integradora dos diversos aspectos necessários à libertação integral: nem só pecado individual, nem só pecado social;

— nem só dimensão vertical, nem só dimensão horizontal;

— Nem só ortodoxia, nem só ortopraxis;

— Nem só dimensão espiritual, nem só dimensão sócio-política;

— Nem só conversão do coração, nem só transformação das estruturas...

Ser fiéis à verdade sobre Cristo, a Igreja e o Homem e ao mesmo tempo, aos apelos de Deus presente na realidade histórica.

Enriquecer a reflexão teológica sobre a evangelização libertadora com as luzes da Igreja dos primeiros tempos e da Teologia Patrística.

Valorizar o estudo da Doutrina Social da Igreja, especialmente no ensino superior e nos institutos de formação de presbíteros e agentes de pastoral.

Insistir na importância da filosofia para o estudo e produção teológica e para a crítica dos pressupostos das ciências sociais.

Resguardar a reflexão teológica do risco de ideologização que pode acontecer quando se toma por fundamento tanto a práxis que recorre à análise marxista quanto a visão do liberalismo capitalista. (Puebla 545-546).

Distinguir sem separar, Magistério e Teologia, reconhecendo a autoridade do primeiro e a justa autonomia e pluralismo da segunda.

Apresentar as opiniões teológicas como simples opiniões. Evitar porém, sua divulgação indiscriminada entre os agentes de pastoral, especialmente em manuais de catequese, pois isto, poderia desorientar ou confundir a fé do povo.

Valorizar a sabedoria popular e as formas de reflexão teológica que brotam da vida do povo cristão e o ajudam a ler sua experiência à luz da Palavra de Deus.

Oferecer sólida e sistemática formação teológica aos futuros presbíteros, insistindo no que é fundamental da Doutrina católica e apresentando criticamente as diversas correntes e opiniões. Cuidar também da formação teológica dos agentes de pastoral.

#### 7 — CONCLUSÃO

Além do tema central, tratamos de outros temas importantes: o XI Congresso Eucarístico Nacional, a missão do leigo na Igreja e na sociedade a pastoral da Juventude, a legislação complementar do Direito Canônico, o próximo Sínodo dos Bispos em Roma, o papel da Igreja no atual momento nacional e a constituinte.

A importância do tema central, levou-nos a pedir à Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral que, recolhendo as contribuições desta As-

sembléia, prepare subsídios para orientar sobre ele nossas comunidades. Oportunamente, os subsídios serão enviados aos regionais da CNBB e às Dioceses, para estudo e reflexão num processo semelhante ao da elaboração do documento "Catequese Renovada".

Tais subsídios nos ajudarão a aprofundar o conteúdo da Instrução já citada e acolher o novo documento que Santa Sé prepara sobre Liberdade Cristã e Libertação. Ajudar-nos, sobretudo, a continuar com crescente entusiasmo e segurança no caminho da evangelização libertadora.

Em nosso Dia de Espiritualidade, orientados pelo Cardeal Carlos Maria Martini, Arcebispo de Milão, meditamos o cântico de Maria, o "Magnificat". Com N. Sra., louvamos a grandeza de Deus, que olha com bondade para o seu povo e suscita em nossas comunidades a fé e a esperança que nela suscitou. Com ela contemplamos a história, caminho de libertação, onde se manifesta o poder de Deus e o seu desígnio de derrubar soberbos e poderosos, para exaltar os humildes e dar pão a todos os que têm fome.

Que Nossa Senhora Aparecida, em cujo santuário esperamos reencontrar-nos no mês de julho, no XI Congresso Eucarístico Nacional, ajude toda a Igreja do Brasil nesta caminhada de evangelização libertadora.

## Dia Mundial de Orações pelas Vocações

Pe. José Albanez

Como acontece em todos os anos, vai ser celebrado, em todo o mundo, o Dia de Orações pelas Vocações.

Em sua mensagem, o Santo Padre fez um apelo vibrante a todos os Bispos do mundo inteiro para convidarem todo o Povo de Deus a rezar e a agir em favor deste problema, um dos mais angustiantes da Igreja em nossos dias.

Sua Santidade qualifica este problema de "importância vital" e "fundamental" para a comunidade dos crentes e para toda a humanidade.

O dia escolhido e já consagrado é o dia do Bom Pastor, o 4.º domingo da Páscoa.

Cristo ressuscitado garante, de um modo visível a sua presença perene na humanidade renovada, mediante aqueles que, ao longo da história, continuamente envia a atualizar a obra da salvação.

O Santo Padre pede, em primeiro lugar a oração. Foi o próprio Jesus quem mandou pedir ao Senhor da messe que mande operários para a sua messe. Na oração constante é universal, centralizada particularmente na Eucaristia, fonte do sacerdócio ministerial e de todas as vocações estão colocadas as esperanças da Igre-

ja e de toda a humanidade.

O Papa pede também a ação quando diz textualmente que "a vontade do Senhor é que, à oração bem compreendida e vivida esteja unido o nosso operar e a nossa colaboração".

E, para ser mais explícito ainda e mais empenhativo, o Papa responsabiliza, em primeiro lugar, como é compreensível, todos os colaboradores dos Bispos: presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas, membros de institutos seculares, missionários, animadores e responsáveis das vocações.

Exorta, em seguida, os jovens, que se preparem para o ministério sacerdotal e para a profissão dos conselhos evangélicos a que sejam para os outros jovens "uma clara proposta de vocação".

Convida as Famílias Cristãs, especialmente aos pais e as esposas a colaborar nesta empresa que é de todos, ajudando a descobrir nos seus filhos o germen da vocação e a realizar a missão que Cristo confia a cada um deles.

Que todos nós, sacerdotes e leigos, saibamos acolher, com entusiasmo e devoção a palavra do Papa, procurando vivê-la no nosso dia a dia, atendendo, com o máximo de interesse os desejos de João Paulo II e as necessidades da Santa Igreja.



## CNBB divulgará "Evangelificação Libertadora"

Reportagem Local

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está recolhendo os resultados dos primeiros debates sobre o tema "Evangelificação Libertadora", feitos a partir da "Carta às Comunidades", aprovada na recente assembléia dos bispos brasileiros, com vistas à preparação de textos para estudo e reflexão em todas as dioceses e paróquias do País. É o que informou, ontem, em Brasília, a assessoria de imprensa da CNBB, destacando que as conclusões serão elaboradas pela presidência e pela Comissão Episcopal de Pastoral, após a análise das contribuições.

Os assessores nacionais e o secretário-geral da Conferência, d. Luciano Mendes de Almeida, reuniram-se, em Brasília, na última terça-feira, para rever os assuntos tratados durante a assembléia de Itaiçi e para detalhar as próximas iniciativas da CNBB, principalmente entre os jovens, leigos e aquelas relativas à "evangelificação libertadora". Outro tema da reunião foi o encontro nacional de subsecretários regionais, a ser realizado na sede da CNBB, dias 24 e 25 próximos, para detalhar o 8º plano bienal da entidade e debater o uso de novas tecnologias de comunicação a serviço da pastoral.

### Unidade cristã

A CNBB também está preparando o encontro nacional dos animadores regionais da Campanha da Fraternidade, marcado para os dias 26 a 28 de maio, em Brasília, quando, além de ser avaliada a campanha deste ano, será preparada a de 1986 — sobre a questão da terra — e definido o tema a ser desenvolvido em 1987.

Como integrante do Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), a CNBB participará, de 19 a 26 próximos, da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, que se realizará, em todo o País, sob o tema "Da morte à vida em Cristo". Será utilizado, como subsídio, um texto preparado pelo Conselho Mundial de Igrejas e pelo Secretariado para a Unidade dos Cristãos, do Vaticano.

## D. Paulo diz que só promessas não bastam para ajudar Nordeste

Reportagem Local

"O Nordeste está sendo humilhado há mais de um século e meio, com promessas de ajuda e esmola. E elas pouco resolvem. É preciso devolver àqueles 35 milhões de brasileiros o direito de serem salvos, tomando a sua própria sorte nas mãos", afirma o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, 63, em sua mensagem "Encontro com o Pastor", divulgada neste final de semana. Ele acrescenta que se cada nordestino "recebesse o pedaço de terra que lhe compete para cultivar, se lhes permitissem implantar a infra-estrutura, eles que temem a Deus, que são famintos e humildes, já não veriam os orgulhosos, os saciados e os poderosos locupletar-se à custa de sua miséria".



## CNBB impõe condição à legalização dos PCs

17-5-65  
Da Sucursal de Brasília

"No momento em que os partidos políticos ainda ilegais respeitarem os princípios básicos da convivência humana e das garantias democráticas, poderão então pleitear a sua legalização", afirmou ontem o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida.

Segundo d. Luciano, há uma preocupação crescente de diversos setores da sociedade quanto à legalização desses partidos. "No entanto — diz ele —, o que de fato deveria importar é o estabelecimento de princípios claros de convivência humana e do respeito às garantias democráticas que devem servir de base ao exercício da política. Esta tarefa caberá aos que participarem da elaboração da nova Constituição".

Na opinião do secretário-geral da CNBB, o bem-estar e a concórdia social exigem que, entre os princípios de convivência humana, fique assegurado, em especial, o respeito à liberdade religiosa, o pluralismo partidário e que seja excluída a coersão pela violência e a superestatização. "E isso vale para todos os partidos radicais, sejam de direita ou esquerda", completa o secretário-geral da CNBB.

"No momento em que os grupos, os corpos intermediários e os partidos políticos respeitarem estes princípios básicos, a CNBB não vê por que se posicionar contra a sua legalização. Mas sem o respeito a estes princípios — ressaltou o bispo —, ainda que legalizados, estes partidos, ao invés de promoverem o bem comum poderão estar lesando gravemente a convivência na justiça e na fraternidade."

### *Morre dom Fernando, arcebispo de Goiânia e fundador da CNBB*

216 195 76

Do correspondente em Goiânia

Morreu ontem em Goiânia, de parada cardíaca, o arcebispo metropolitano da cidade, dom Fernando Gomes dos Santos, 75, que completará em princípios deste ano o seu jubileu de ouro sacerdotal e 25 anos de atividade pastoral na Arquidiocese de Goiânia. Ele foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e era um dos bispos mais antigos em exercício no País. Dom Fernando fora internado no último dia 25 no Hospital Santa Helena e submetido, após quatro dias, a uma intervenção cirúrgica para retirar um tumor do intestino.

Ao lado de outros religiosos, ele assinou, dias atrás, manifestos de solidariedade a frei Leonardo Boff, censurando a punição da Santa Sé ao autor da Teologia da Libertação. Em termos pessoais, também endereçou uma carta a Boff, recebendo uma homenagem do frei na "Revista Eclesiástica Brasileira", que lhe dedicou a edição.

Ontem pela manhã dom Fernando passou no interior de seu quarto no hospital. Os médicos Hélio Moreira, Hilton Maia e João Rosa do Espírito Santo emitiram boletins de que o arcebispo passava bem, não tendo surgido complicações.

As 12h20, no entanto, falecia. Sua declaração de óbito, assinada pelo médico Sérgio Miranda, afirma que dom Fernando morreu de fibrilação ventricular e ubiocardiopatia artiosclerótica. O corpo do primeiro arcebispo de Goiânia será velado na catedral metropolitana da cidade, onde possivelmente será enterrado amanhã. Ele não tem sucessor nomeado, ocupando-se interinamente do arcebispado os dois vigários gerais, padres José Pereira de Maria e Marcos Sassatelli.

Quem vota tem o <sup>19/6/85</sup> <sup>FR</sup> Regional da  
direito de ser votado, CNBB escolhe  
afirma Paulo Freire novos dirigentes

Da Sucursal do Rio

"Quem vota também tem o direito de ser votado". É a opinião do educador Paulo Freire, 63, sobre as restrições impostas à candidatura dos analfabetos. "É um contra-senso, mas pelo menos já se fez um pedaço do caminho". Para ele, a afirmação de que os analfabetos não sabem votar parte de grupos elitistas e reacionários e não se justifica. "Quem vem estragando o País, quem vem espoliando e roubando o povo, sabe ler e escrever". Paulo Freire esteve ontem no Rio reunido com técnicos em educação do Mobral.

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os bispos da Regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deverão escolher hoje os novos diretores da entidade para um mandato de dois anos. O atual presidente da Regional, o arcebispo-coadjutor de Belo Horizonte, d. Serafim Fernandes de Araújo, não pretende continuar à frente da Regional (ele teria direito a ser reeleito) e, para o cargo, poderá ser indicado o bispo de Campanha Sul de Minas, d. Tarcísio do Amaral.

Os bispos estão realizando a assembléia semestral, cujo tema básico é o sínodo dos bispos a ser realizado, em Roma, em outubro próximo.

**CNBB organiza debates**

Todas as dioceses paulistas, incluídas no Secretariado Regional Sul 1 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), organizarão encontros com jovens, no segundo semestre, para debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte, reforma agrária, desemprego, realidade educacional e outros temas atuais. É o que informou ontem o bispo de São Miguel Paulista e secretário da CNBB no Estado, d. Angélico Sândalo Bernardino, 52, explicando que a decisão foi tomada na assembléia do episcopado paulista, realizada na semana passada, em Itaici, município de Indaiatuba, a 99 quilômetros de São Paulo.

## CNBB nega-se a imprimir folheto sobre nova Carta para o governo

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rejeitou oferta do governo federal, feita através do Ministério da Justiça, para que imprimisse folheto popular sobre a Constituinte, com a garantia de compra antecipada, por iniciativa governamental, de trinta milhões de exemplares. Diplomáticamente, a CNBB respondeu ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, que a Igreja pretende divulgar, amplamente, junto ao povo, o tema da Constituinte, mas dispensa uma colaboração direta com o governo, para manter a sua independência.

Na, porém, contatos informais en-

tre Igreja e governo sobre a Constituinte. Na primeira visita de um presidente da República à CNBB, dia 25 de junho passado, o tema foi tratado entre a presidência da entidade e o presidente José Sarney. Os bispos reafirmaram a necessidade de um processo amplo e profundo de participação da sociedade, preparando-a para escolher adequadamente os constituintes, e informaram Sarney de que as comunidades paroquiais e de base serão motivadas para que reflitam sobre a importância da Constituição no Estado moderno.

Igreja e governo também têm discutido o pacto nacional, a atenção ao menor e a visita de Sarney ao Uruguai.

## Pimenta discute o 7 de Setembro

Da Sucursal de Brasília

Os secretários estaduais de Cultura foram convocados para uma reunião em Brasília com o ministro Aluizio Pimenta. Vieram oito titulares — Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais — e sete representantes — Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo — num total de quinze Estados. A reunião com Pimenta, realizada ontem, tinha pauta única: discutir um anteprojeto de festividades para o dia 7 de Setembro, do qual constavam, entre

outros itens, o despertar de governadores e prefeitos por turmas de cavaleiros e motoqueiros às 6h30 e "um grande piquenique comunitário em espaço público amplo".

Se depender do ministro Aluizio Pimenta, a Semana da Pátria se transformará numa grande festa nacional e o Sete de Setembro num conjunto de atos e espetáculos que incluem, ainda, culto ecumênico, desfile militar, shows artísticos, apresentações teatrais, circo e bailes comunitários. As festividades serão realizadas municipalmente a partir das 6h, com a ressalva de que "a proposta deve ser debatida em cada Estado e adaptada às suas condições.

## Todos devem colaborar com a Comissão, afirma d. Luciano



O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e bispo da região episcopal do Belém, em São Paulo, d. Luciano de Almeida, disse ontem no convento dos padres redentoristas, em Aparecida, onde participa do

11º Congresso Eucarístico Nacional, que "todos devem colaborar, com boas idéias e propostas viáveis" com o trabalho da Comissão Constitucional a ser formada pelo governo Sarney para preparar subsídios para a nova Carta.

Para d. Luciano, a Comissão deve ser um canal para encaminhar as propostas da sociedade civil para a Constituinte, "organizando as sugestões, destacando os pontos positivos e negativos de cada uma delas e estabelecendo uma ordem de alternativas". Ele criticou a afirmação, de vários políticos, de que "a comissão e participação popular são excludentes" e disse não temer a compra de votos para eleger constituintes porque "o povo está cada vez mais esclarecido". Entre as propostas "viáveis" para a Constituinte, d. Luciano sugeriu que sejam ligadas "aos direitos humanos fundamentais, às garantias democráticas de liberdade de expressão e ao respeito aos valores morais de nosso povo".

### Reforma agrária

Sobre a questão agrária, d. Luciano afirmou que "tem havido grande insensibilidade por parte daqueles que conhecem a gravidade do problema — como é o caso dos fazendeiros — e não compreendem o quanto

## "Carta" não mudará nada, diz Arinos

Dos Sucursais

"Não acredito que a 'Carta dos Brasileiros', divulgada em São Paulo, modifique alguma coisa com relação à criação da Comissão de Estudos Constitucionais", disse ontem no Rio o jurista Afonso Arinos, 79, presidente da comissão que vai elaborar o esboço do texto da nova Constituição.

A "Carta dos Brasileiros ao presidente da República e ao Congresso Nacional", redigida pelo jurista Gofredo da Silva Telles Júnior e assinada pelas 120 entidades que compõem o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, pede a extinção da comissão a ser nomeada pelo governo e afirma ser "espúria" a Assembleia Nacional Constituinte formada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Afonso Arinos não quis comentar o texto da "Carta", publicada ontem na Folha. Disse, contudo, que ela representa "a opinião de um grupo de juristas, intelectuais e entidades respeitáveis".

### Mutismo

Durante todo o dia de ontem, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, 46, recusou-se a fazer qualquer co-

## D. Ivo critica e aponta os riscos

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheider, criticou antontem em Aparecida, a Comissão Constitucional, prevenindo para o risco de que venha substituir ou antecipar-se às decisões da própria Constituinte e prejudicar a participação da sociedade brasileira na preparação da nova Carta.

dependem deles a solução". Perguntado se o governo federal precisará se utilizar da força para iniciar a reforma agrária, disse que "a saída não é por aí, mas sim pelo entendimento de que o problema não é de terra, mas de convivência humana, de solidariedade com o próximo e de amor à pátria".

Para o secretário-geral da CNBB, a reforma agrária no Brasil "exige duas providências imediatas: Aperfeiçoamento do Estatuto Jurídico da Terra para que, a médio prazo, tenhamos um instrumento adequado às diversas áreas do país e medidas urgentes e eficazes para resolver o problema desta geração que está hoje sem terras e necessitando de um atendimento imediato." Observou que "uma coisa é a discussão teórica sobre o assunto e outra é a questão da prática de atender aos camponeses sem terra". Defendeu o assentamento imediato dos camponeses — como no Paraná e outras regiões brasileiras — "com ou sem a propriedade definitiva da terra".

mentário a respeito do decreto presidencial que cria a comissão provisória de estudos constitucionais e da lista de nomes por ele indicados para participar dos trabalhos. O mesmo comportamento foi adotado por assessores do Ministro, que, ao contrário dos dias anteriores, se negaram a adiantar novas informações.

A única declaração oferecida é a de que a minuta do decreto encontra-se no Palácio do Planalto desde a última quarta-feira, e só foi devolvida ao Ministério para que os integrantes da comissão de estudos constitucionais fossem relacionados com nome completo, em razão da publicação no Diário Oficial.

O mutismo do titular da Justiça e de seus auxiliares a respeito do assunto foi motivado pela não aceitação pelo Palácio do Planalto dos textos elaborados pelo Ministério da Justiça, por quatro vezes.

No Palácio do Planalto, o porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, 46, disse que o presidente José Sarney ainda não decidiu a data em que divulgará o ato de criação da comissão especial encarregada de preparar o anteprojeto da Constituição. Só está definido, por enquanto, que o grupo de trabalho terá cinquenta integrantes.



## Na opinião de d. Avelar, maioria católica do Brasil está ameaçada

O cardeal-arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, d. Avelar Brandão Vilela, disse ontem, no sermão da missa dos Consagrados, na esplanada da basílica nacional de Aparecida, onde se celebra o 11º Congresso Eucarístico Nacional, que "a maioria católica do Brasil, país da esperança, está ameaçada". Destacou que a igreja faz "um esforço meritório e digno de ser continuado, com espírito sereno e firme", mas deve "dar novos impulsos" à sua missão evangelizadora. "Precisamos ter bem acesa a idéia de uma consciência missionária plena, reavivar o espírito da igreja primitiva. O nosso povo precisa de uma espinha dorsal doutrínaria que lhe dê segurança para viver com alegria a sua fé e saber defender-se dos aventureiros e fanáticos que, ousadamente, cruzam todas as nossas estradas". Ele não explicitou a quem se referia.

## Congresso Eucarístico terá hoje em Aparecida o Dia da Juventude

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Evaristo Arns, participará hoje, em Aparecida, a 135 km de São Paulo, do Dia da Juventude, no 11º Congresso Eucarístico Nacional, sobre o tema "Pão para quem tem fome". O Congresso começou na terça-feira passada e será encerrado no próximo domingo com a presença do presidente José Sarney e dos ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, Minas e Energia, Aureliano Chaves, Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, e do Planejamento, João Sayad. O Presidente chegará às 09h50 ao heliporto de Aparecida, onde será recebido pelo governador Franco Montoro e por mais quarenta prefeitos do Vale do Paraíba e litoral norte. Além das autoridades civis, estarão à espera de Sarney o enviado especial do Papa ao Congresso, cardeal Sebastiano Baggio e o Núncio Apostólico em Brasília, d. Carlo Furno. Estão sendo aguardadas na esplanada da Basílica Nacional, cerca de 400 mil romeiros.

Vinte mil jovens participarão da celebração da celebração do tema do dia, com a presença do antigo arcebispo de Brasília, d. José Newton

D. Avelar acrescentou ainda que a igreja precisa "ir ao povo, dar-lhe o sentido de sua dignidade cristã e de sua soberania civil, ouvir os seus clamores, reveladores da fome de Deus que o devora e da fome do corpo que o maltrata e fere tragicamente".

O cardeal-primaz defendeu, também, uma abertura eclesial para os que sofrem extrema pobreza e para uma maior compreensão da "amizade do Papa" para com o Brasil.

Já o bispo auxiliar, d. Antonio Celso Queiroz, membro da CEP "Comissão Episcopal de Pastoral" da CNBB, afirmou, ontem à tarde, em palestra sobre "Os novos mistérios", que "o modelo piramidal" de Igreja está sendo superado por um modelo de "Igreja — comunidade em que todos são chamados a exercer serviços pastorais, na promoção da justiça e da caridade".

de Almeida Baptista, do atual, d. José Freire Falcão, além dos bispos de Guarabira, d. Marcelo Cavalheira, Vitória (ES), d. Geraldo Lirio e Valença (RJ), d. Amaury Castanho. À tarde, haverá palestra sobre "A mulher marginalizada" e encenação poliográfica da missa solene da juventude, às 16h, será concelebrada por d. Sebastiano Baggio, e mais quatro bispos.

Na programação cultural, à noite, haverá espetáculo do grupo musical Genrosco — de Roma, formado por jovens das Filipinas, Hong Kong, Holanda, Itália, Argentina e Brasil, ligados ao movimento leigo do "Focolari".

### Consagrados

Ontem foi o dia dos consagrados, no Congresso Eucarístico. Quinze mil padres, religiosos, freiras e diáconos discutiram o tema bíblico "Pelo Senhor foi feito isso e é coisa maravilhosa" do evangelho de Marcos. O cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador (BA), presidiu a celebração das 16h. À noite, apresentaram-se a Orquestra Sinfônica de Taubaté e o coral do Vale do Paraíba.

## Assessor da CNBB fala hoje sobre a pré-história do País

Em seu número 15, lançado há oito meses, a revista "Ciência Hoje", criada e mantida pela SBPC, dedicou sua capa a um texto do paleontólogo Giuseppe Leonardi, um dos assessores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que há dez anos dedica-se a fazer o levantamento das pistas deixadas pelos dinossauros que habitaram esta região do planeta milhões de anos atrás.

### Pegadas na calçada

Leonardi começou a se interessar por fazer um levantamento do passado pré-histórico do País, quando viu, na cidade de Sorocaba, a 102 quilômetros de São Paulo, em uma pedra usada como lajota na calçada, as nítidas pegadas de um dinossauro de proporções diminutas, muito menores do que aqueles que inspiraram os filmes de ficção científica. Desde então, Leonardi se dedica a buscar, analisar e preservar as pistas desses répteis que já dominaram a Terra.

Os dinossauros que habitaram esta região do planeta, deixando suas marcas em vários lugares de uma formação chamada "botucatu", viveram, segundo Leonardi, há 36 milhões de anos.

Hoje, Leonardi fará uma conferência como parte da 37ª Reunião Anual da SBPC, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, na rua Curitiba, 732, centro de Belo Horizonte, denominada "Rastros do Mundo Antigo", que poderá ser interessante tanto para os iniciados em arqueologia e paleontologia, como para os curiosos, amantes dos filmes e livros sobre a pré-história.

Tema de Conferência de Divulgação — "Rastros do Mundo Antigo" (paleontologia).  
Conferencista — Giuseppe Leonardi (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).  
Apresentador — Enio Candotti (editor da revista "Ciência Hoje").



## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

### Impulsos Cegos

O assassinato de um padre italiano em área de conflito fundiário, em Mato Grosso, vai certamente jogar um pouco mais de lenha na fogueira armada pela discussão da reforma agrária. Tratando-se de assunto candente, espera-se a mais pronta apuração dos fatos, e a prisão dos culpados. E se há bandos de jagunços dispostos a cometer novas tropelias, que se desarmem os jagunços.

A questão, infelizmente, está longe de ser um mero fato policial. Semeou-se a inquietação pelo modo como foi anunciada a reforma agrária, que já não se sabe quando nem como vem. E a inquietação é fonte potencial de novas violências.

Serenar os ânimos e resolver problemas exige todo o amadurecimento das instâncias que dispõem de influência — o Governo, a Igreja ou quem quer que seja. A Igreja sempre foi “mediadora” dos problemas brasileiros. Hoje em dia, para compensar um propalado excesso de “conservadorismo” no passado, tende por alguns de seus membros a uma visão da sociedade que só se pode chamar de ingênua — o que anularia sua condição de jogar luz sobre os problemas, transformando-a simplesmente numa das partes envolvidas nos conflitos.

Indagado, por exemplo, sobre um hipotético patrocínio da Igreja às invasões de terra, o presidente da CNBB, D Ivo Lorscheiter, declarou que a Igreja trata apenas de organizar o povo, e que “se este povo parte para atitudes dessa natureza, é questão da realidade em que vive”. A ser isto realmente o que pensa D Ivo, a CNBB estaria no mínimo se omitindo

ante uma realidade social em que se declara tão interessada; e demonstrando, ao mesmo tempo, a mais absoluta indiferença pela evolução da democracia brasileira, que exige o aperfeiçoamento das leis e dos costumes, e não a sua abolição “revolucionária”.

Na mesma ocasião, o presidente da CNBB foi adiante em seus raciocínios e pregou não apenas a desapropriação dos latifúndios improdutivos como também a dos produtivos, sob a justificativa de que “toda acumulação vai contra os planos de Deus”. Isto indica não apenas uma certa confusão entre o plano espiritual e o mundo prosaico (que pode ser ou não religioso), como uma visão de sociedade que recua até o mais romântico rousseauísmo, ou identifica-se com alguns socialismos simplórios da nossa época.

Se toda acumulação é injusta, vamos voltar da sociedade industrial para a sociedade agrária — e até ao extremo da “autarquia” em que cada cidadão tem dois ou três porcos (quando tem), um punhado de cabras e galinhas? Se ninguém pode enriquecer, também ninguém pode progredir. Passará a CNBB a patrocinar definitivamente o atraso?

O que fica de tudo isso é que a presença (insubstituível) da Igreja na sociedade moderna não deveria ser confundida com um ativismo deslocado e míope. Não é rezando missas em estradas bloqueadas que se encaminha o problema agrário no Brasil e outros problemas sérios da nossa jovem democracia. As missas não foram feitas para isso — nem as estradas.

## Visita melhora relações entre CNBB e o Vaticano

Da Reportagem Local

As relações entre a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e o Vaticano estão vivendo uma nova etapa, a partir da visita que a presidência - e a Comissão de Doutrina - da segunda maior conferência episcopal do mundo, depois da italiana, fizeram ao papa João Paulo 2º e ao cardeal Joseph Ratzinger, dias 4 e 5 de julho passado. A principal diretriz desse relacionamento bilateral, a partir de agora, é a subsidiariedade, pela qual o Vaticano só interferirá na política interna da Igreja do Brasil, depois que a CNBB esgotar todas as instâncias em seu nível e sempre através da Conferência.

Esse acordo foi definido com a participação pessoal do próprio Papa, depois de ouvir pesadas queixas de d. Ivo Lorscheiter, d. Benedito de Ulhôa Vieira, d. Luciano Mendes de Almeida - e dos cardeais Aloisio Lorscheider e Paulo Evaristo Arns - sobre os problemas gerados com a punição ao teólogo Leonardo Boff. Neste - e noutros episódios recentes - a CNBB foi inteiramente marginalizada do circuito de informações e decisões.

Até o mês passado, as comunicações da Igreja do Brasil com o Vaticano vinham acontecendo através de um canal jurídico e politicamente inadequado, conforme as próprias normas da Igreja. Este canal vinha sendo o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, e sua Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, sob a liderança do bispo-auxiliar do Rio, d. Karl Joseph Romer.

Integrados à direção do movimento neoconservador "Communio" - que tem, entre seus líderes, o próprio cardeal Ratzinger -, os dirigentes da arquidiocese fluminense vinham abastecendo o Papa e a Cúria Romana com informações que nem sempre refletiam a prática e o pensamento da CNBB. Um dos assessores do cardeal Eugênio Sales, o monge beneditino e poeta d. Marcos Barbosa (da Academia Brasileira de Letras) - que chegou a escrever artigo contra a CNBB, "no Jornal do Brasil" - , em entrevista a Folha, pouco depois da condenação de Boff, afirmou que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil "não tinha mais credibilidade junto ao Vaticano".

### Nova estratégia

A presidência da CNBB nunca aceitou esse canal paralelo entre o Brasil e a sede central da Igreja. Depois de um longo período de temporização, o problema foi colocado, diretamente, para o próprio Papa. A partir de agora, João Paulo 2º e seus assessores diretos serão informados sobre as decisões do episcopado brasileiro através de canais autorizados por d. Ivo Lorscheiter, d. Benedito Vieira e d. Luciano Mendes de Almeida, depois de cada reunião regular da presidência,

da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) ou da CED (Comissão Episcopal de Doutrina).

Esta nova estratégia implica em algumas alterações na dinâmica de atuação da CNBB. Eis algumas delas: 1. A Conferência reassume, com base no princípio da subsidiariedade, seu papel de principal interlocutora da Igreja do Brasil com o Papa e o Vaticano; 2. Fica, assim, neutralizado ou relativizado o canal estabelecido pela corrente conservadora; 3. Em contrapartida, a CNBB assume (não com ênfase inquisitorial, mas pastoral) as preocupações do Vaticano com a ortodoxia doutrinária. O discurso de d. Ivo Lorscheiter sobre o caso Boff e a nova postura das editoras católicas parece caminhar nessa direção; 4. A CNBB reforça seu papel articulador na Igreja do Brasil, tentando reduzir arestas e favorecer o trabalho conjunto com os teólogos, através da nova Sociedade de Teologia e Ciências da Religião.

Esta nova conjuntura apresenta alguns elementos inusitados: o bloco conservador passa a aceitar, mais enfaticamente, as teses sócio-políticas da CNBB (sobre reforma agrária e Constituinte, por exemplo) enquanto o bloco dirigente da Conferência dos Bispos assimila algumas teses do Vaticano: como as de que "a punição a Boff não tem nada a ver com a Teologia da Libertação e sim com questões eclesiológicas" e a retomada do "imprimatur", do "nihil obstat", além de princípio canônico da censura prévia para as obras religiosas e teológicas. Para os cristãos que, durante 21 anos, condenaram a censura do regime militar, torna-se difícil aceitar que a Igreja do Brasil leve à prática as normas censórias do Código de Direito Canônico.

### Perspectivas

Entre os observadores da realidade eclesial brasileira, são levantadas algumas hipóteses, em termos de perspectivas, a partir da nova conjuntura pós-Boff: 1. A luta interna pela hegemonia, dentro da CNBB, será reforçada, diante do seu papel revalorizado nas relações com Roma; 2. A mudança do local das assembleias da CNBB (de Itaiçuba, município de Indaiatuba, SP, para Aparecida, onde será construído um centro nacional de convenções) não é meramente geográfica. Aparecida seria uma espécie de síntese da Igreja idealizada por João Paulo 2º: centralizada, marial, hierarquizada, com os leigos na base da pirâmide e o clero na parte superior; 3. Pelo balanço das tendências da Igreja do Brasil, dificilmente haverá uma polonização do catolicismo brasileiro. O papel da Igreja na história recente do País e a gravidade dos problemas nacionais ajudarão para que a diretriz da CNBB - "evangelização libertadora" - seja mantida, sem maiores alterações. (Dermi Azevedo)



## Projeto pode obrigar SNI a dar informações ao Congresso

Da Sucursal Brasília

O chefe do Serviço Nacional de Informações poderá ficar obrigado a prestar informações — a ambas as Casas do Congresso, pessoalmente ou por escrito — sobre assuntos previamente determinados, mesmo os referentes à organização, funcionamento, dotações orçamentárias e quadro de pessoal do SNI, bem como os abusos de poder praticados por funcionários daquele serviço.

Com o objetivo de instituir tais obrigações, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), 43, apresenta amanhã projeto de lei à Câmara dos Deputados, com justificativa baseada em manifestação do atual chefe do SNI, general Ivan de Sousa Mendes, favo-

rável ao controle da ação daquele serviço.

O projeto de Hélio Duque possui apenas dois artigos, além do que determina a revogação da lei que protege o sigilo sobre o SNI. O primeiro estabelece a obrigação de esclarecimentos ao Congresso; o segundo veda a publicação das informações confidenciais prestadas pelo chefe do SNI aos congressistas.

Duque acrescenta à sua justificativa o histórico da criação do SNI, que deveria ser utilizado apenas como organismo de informações estratégicas para o Poder Executivo, mas se desviou de suas finalidades, a ponto de dedicar-se ao grampeamento telefônico e ao acompanhamento de suspeitos políticos.

RIO DE JANEIRO, 18 DE SETEMBRO DE 1985

POLÍTICA/NACIONAL

## CNBB, OAB e 2 governadores

Os governadores dos Estados do Sul, Jair Soares, do Rio Grande do Sul, Espiridiano Amim, de Santa

Catarina, e José Richa, do Paraná subscreveram a proposta do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de eleição para uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, a partir de março de 1986 e com duração média de seis meses. A proposta da OAB encontrou respaldo, também, na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e na Associação Brasileira dos Médicos, que criticam a comissão de "notáveis" instituída pelo presidente José Sarney.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Assis Baeta, disse ontem que outros governadores já foram consultados sobre a possibilidade de aderirem à proposta de uma "Constituinte Já", eleita exclusivamente para elaborar a nova Constituição Brasileira. Entre os governadores já contactados estão o do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, o do Amazonas, Gilberto Mestrinho, e o de Alagoas, Divaldo Suruagy: "Temos de ter a certeza de que o povo participará dessa nova Constituição e ela não deve vir, sobre qualquer sugestão, de um poder já constituído".

Baeta entende que o número ideal de constituintes seria de 800 pessoas eleitas independentemente de partidos políticos, mas exclusivamente com vistas à nova Constituição. O presidente da OAB afirma, também, que essa eleição deveria obedecer o critério da proporcionalidade, calculada de acordo com a população de cada Estado da Federação e sua importância sócio-econômica: "Acreditamos que o mês de março do próximo ano seria ideal para essa eleição, pois a Constituinte poderia ser elaborada no prazo de seis meses. Somos contra a comissão instituída pelo governo, pois, de qualquer modo, ela estará interferindo no livre processo que deve reger a elaboração da Constituição".

O presidente da OAB afirmou, ainda, que a comissão liderada pelo jurista Afonso Arinos, mesmo tendo sido designada apenas para popularizar a discussão sobre a Constituição, fatalmente acabará apresentando um anteprojeto e sugerindo os constituintes: "Não podemos continuar nesse caminho e o povo brasileiro já esperou demais por uma nova Constituição".

Outro ponto que o presidente da OAB considera fundamental para a elaboração da nova Constituição é o de permitir a candidatura avulsa — sem qualquer vínculo partidário — do cidadão comum, representativo da sociedade civil. Entende que isso é viável e que pode ser organizado até março do próximo ano. Baeta defende, também, que os custos dessa eleição "seriam menores do que qualquer dos escândalos financeiros vividos pelo Brasil nos últimos anos, o que viabilizaria essa eleição".



## CNBB e entidades ecumênicas estudam ação das seitas no Brasil

8-10-88

Uma pesquisa sobre o crescimento dos movimentos religiosos independentes no Brasil, com o objetivo de "definir elementos sólidos para uma resposta pastoral", está sendo iniciada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) com a participação do Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e do Iser (Instituto Superior de Estudos de Religião). Com prazo para conclusão no final de 1986, a pesquisa é justificada pela CNBB, em seu oitavo Plano Bial dos Organismos Nacionais, pelo fato de que "vários destes movimentos exercem crescente atração sobre grande número de católicos". O Plano não usa o termo "seitas" por considerá-lo preconceituoso.

O Plano Bial da CNBB aponta mais nove motivos para justificar a pesquisa: "1 — A atuação destes movimentos no ensino religioso e nos meios de comunicação social tem criado problemas sérios em várias regiões do País; 2 — a transmissão integral da mensagem de Cristo corre perigo, visto que muitos destes movimentos a reduzem a alguns aspectos ou a misturam com doutrinas contrárias à fé; 3 — certos movimentos constituem sério perigo à saúde física e psíquica do povo ou causam verdadeiros atentados à identidade cultural do mesmo; 4 — a pregação e atuação violentamente anticatólica e alienantes de muitos destes movimentos enfraquecem a organização e ação do povo pobre e marginalizado; 5 — há indicações de que o crescimento de certos grupos tem implicações políticas; 6 — o fenômeno está exigindo da parte da Igreja um sério exame de sua vida e ação, a fim de encontrar os caminhos pastorais mais adaptados à situação; 7 — várias conferências episcopais fizeram ou estão fazendo estudos sobre o fenômeno; 8 — o Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) incluiu o estudo em sua programação; 9 — o secretariado para a unidade dos cristãos e demais secretariados do Vaticano, além do Pontifício Conselho de Cultura, estão também fazendo um estudo sobre o tema."

## Igreja defende aperfeiçoamento do PNRA

Da Sucursal de Brasília

26/10/85  
A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apóia a luta dos trabalhadores rurais para aperfeiçoar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, une-se ao Mirad e Incra na busca de instrumentos que viabilizem o cumprimento das metas previstas no plano do governo e apela às classes produtoras para que se sensibilizem com o problema fundiário do País, colaborando com "a desejada justiça social no campo".

A síntese da posição oficial da CNBB sobre o programa de reforma agrária foi feita ontem pelo secretário-geral da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, depois de um encontro de quase duas horas com o

ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Depois do encontro, o bispo disse que "a reforma fundiária só será realizada se não for apenas um ato presidencial ou de grupos comprometidos com os mais favorecidos, mas quando se tornar prioridade para todos os segmentos sociais".

Segundo o secretário-geral da CNBB, o presidente José Sarney tem-se comprometido com a reforma agrária, até mesmo nos seus pronunciamentos feitos no Exterior. "Isto nos dá conforto na medida em que é o presidente da República que assume tal compromisso. A reforma do sistema fundiário do País é tão importante e inadiável que é preciso deixar de lado os pontos acidentais ou ainda não equacionados para somar esforços no sentido da sua efetivação", disse d. Luciano, afirmando que não se desconhece que o PNRA não satisfaz a todas as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Sobre os conflitos de terra, disse o secretário-geral da CNBB que a

implantação da reforma agrária deve respeitar os meios pacíficos e não violentos porque está em causa, sobretudo, a dimensão social que exige como premissa o respeito à dignidade humana. E afirmou que no encontro que manteve com o ministro Nelson Ribeiro sentiu a disposição de levar à frente "este grande desafio" que é assentar, em quatro anos, 1,4 milhão de famílias nas áreas rurais.

D. Luciano desmentiu a existência de qualquer ligação entre a visita que fez ao Mirad e àquela que recebeu pela manhã do presidente do Incra, José Gomes da Silva. "Estamos mantendo contatos permanentes com o presidente do Incra e o ministro Nelson Ribeiro, pois reforma agrária é assunto que interessa diretamente à CNBB. E nestes encontros discutimos, basicamente, como contribuir para que a reforma agrária atenda aos interesses dos trabalhadores rurais. A existência de um plano —concluiu d. Luciano— não é premissa de que as metas sejam alcançadas".

## Discurso revisitado 2/11/85

Brasília F&P

"A proposta do governo não é clara, não objetiva a melhoria das grandes massas e poderá consagrar e legitimar privilégios de poucos".

"Não cabe à CNBB pedir conta dos atos do governo. Mas pedimos esclarecimentos a respeito e, embora reconhecendo que a idéia ainda não está madura, temos esperança de que dará certo".

Ambas as declarações a respeito do pacto social pretendido pelo governo Sarney foram feitas por representantes autorizados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e revelam que a entidade, no curto espaço de dois dias, assumiu duas posições distintas e antípodas em relação à chamada "Nova República": após o virtual rompimento na última quarta-feira, quando apontou o que considera "incoerência entre o discurso político e as ações práticas do governo", ontem os dirigentes máximos da entidade estiveram durante uma hora e meia com o Presidente e à saída elogiaram sua disposição de levar adiante o prometido projeto de mudanças. O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, comentando outro tema polêmico, chegou a afirmar que não compete à Igreja discutir se a Assembléia Nacional Constituinte será exclusiva ou congressual. Menos de 48 horas antes, o porta-voz da entidade havia manifestado o descontentamento da CNBB com a opção do governo pela Constituinte congressual, "na medida em que deixa à margem do processo os importantes segmentos representativos da sociedade".

Certamente não escapou aos bispos a própria

incoerência. Na verdade, os primeiros indícios de recuo da entidade na formulação dessas críticas manifestaram-se na própria quinta-feira, com o cancelamento da entrevista coletiva em que seriam detalhadas as conclusões do encontro da Comissão Episcopal de Pastoral, destinado a debater, entre outros temas, a reforma agrária, a forma de convocação da Assembléia Nacional Constituinte e o Pacto Social. Outra entrevista prevista para ontem também foi cancelada — e assim não foi possível saber dos dirigentes da CNBB por que as críticas da véspera transformaram-se em compassiva compreensão.

Parte da explicação pode ser encontrada na forte reação que as críticas provocaram junto ao clero conservador, reproduzida apenas parcialmente nos jornais de ontem. Assessores próximos ao presidente Sarney preferiam, após o encontro, atribuir o recuo dos bispos à exposição que lhes foi feita durante uma hora e meia no gabinete presidencial, sobre os limites políticos e econômicos impostos à ação governamental, de um lado, e de outro a necessidade de administrar os focos de tensão social de forma a evitar convulsões.

O quadro pintado pelo Presidente foi suficientemente sombrio para convencer a cúpula da CNBB a retomar o discurso da moderação.

Ademir Malavazi

## Amarras profundas 21/11/85

Curitiba 85

A inquietação da cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o atual momento, traduzida em críticas duras à chamada "Nova República", pela predominância do espírito "velho" na concepção das reformas, pode servir de medida para evidenciar a encruzilhada em que se encontra o governo Sarney. A preocupação dos bispos tem razão de ser, se confrontadas as necessidades de soluções emergenciais no plano social com as respostas efetivamente dadas pelo governo Sarney, nestes primeiros sete meses de governo. Em termos de futuro, a única certeza é a indefinição.

As críticas se avolumam em torno de dois pontos: o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Congresso constituinte. No primeiro caso, torna-se cada vez mais visível, apesar de todos os cronogramas, a morosidade do governo na desapropriação das áreas, para o reassentamento das famílias sem terra. No segundo, crescem as dúvidas sobre as perspectivas de mudanças substanciais da Constituição, pela desconfiança que esses segmentos da sociedade têm em relação à tradicional "classe" política.

A expectativa em torno da redistribuição de terras tornou mais explosiva a situação no campo, já que acirrou os espíritos nos dois lados. Os sem terra aglutinando-se em acampamentos de Norte a Sul e muitos proprietários se armando formam um quadro preocupante, diante dessa morosidade que no fundo pode ser chamada de indefinição. Se o governo já estabeleceu os limites da reforma agrária —desapropriar apenas terras improduti-

vas—, por que não começar a concretizá-la com a mesma determinação?

Essa situação deixa transparecer uma certa incoerência por parte do governo, pela distância entre o discurso e a prática. As consequências políticas revelam-se no gradativo afastamento de aliados importantes, como a própria CNBB e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo. São apenas sete meses de governo. Levando-se em consideração a infinidade de outros problemas da mesma natureza que Sarney enfrenta, o caminho pela frente parece ser bem tortuoso.

Não há dúvidas que o Presidente tem consciência deste momento delicado. Os "sintomas" mais perceptíveis são a preocupação em formar realmente uma bancada na Câmara e no Senado pró-governo e os acenos de mudanças no plano ministerial. Antes das eleições municipais, entretanto, é difícil acreditar que alguma coisa de impacto aconteça, pois, afinal, o próprio resultado do pleito deve servir de parâmetro para medidas mais ousadas.

Estabelecer novos compromissos ou colecionar derrotas parecem ser as opções que o presidente Sarney tem pela frente. Os compromissos, no caso, precisam ter amarras mais profundas, ao contrário do que vem sendo feito até agora, para que o governo de transição não fique pela metade.

Eduardo Sganzerla





## Suplicy diz que PT irá procurar CNBB para debater as diretas-86

Da Reportagem Local

O deputado federal Eduardo Suplicy (PT-SP), 44, afirmou que seu partido irá procurar em breve a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para propor que a Igreja participe do debate —sugerido pelo presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo governador do Rio, Leonel Brizola— sobre eleições diretas para presidente da República em 1986. O deputado fez a declaração ontem, às 9h, no Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (zona Leste da Grande São Paulo), ao embarcar para Brasília, onde irá reassumir seu mandato parlamentar após 120 dias de licença, tempo em

que se dedicou à campanha pela Prefeitura de São Paulo.

“Eu acredito que possamos reverter a posição da CNBB, que se tem manifestado contrária às eleições diretas para presidente em 86. Acho que os membros da Igreja estarão sensíveis ao fato de que a Assembleia Nacional Constituinte (a ser instalada em fevereiro de 1987) terá até mais poder se houver concomitantemente a eleição para presidente”, afirmou Suplicy. Ele disse ainda que não tem fundamento o temor de que a campanha pelas diretas venha a diminuir o poder da Constituinte. Segundo ele, a população estará, de qualquer forma, empolgada com as eleições para governadores em 86.

4-7-86 PFP

Luciano Mendes de Almeida

## Paz sem fronteiras

Na passagem do ano, quando todos se saudavam augurando um feliz ano novo, dois moradores vizinhos se desentenderam, agradeceram-se, e faltou pouco para acontecer algo pior. Hoje não se falam. A qualquer momento podem brigar de novo. Assim acontece, infelizmente, entre os blocos Leste e Oeste. Ameaçam-se mutuamente com seus terríveis arsenais nucleares. As nações do Norte asfixiam economicamente os países subdesenvolvidos.

Entre elas há uma paz apenas aparente, sustentada pelo equilíbrio entre conflitos e antagonismos. A pseudo-paz não atinge o coração nem o comportamento das pessoas. Não passa de uma intimidação recíproca que brota da ambição, do poder e riqueza, da desconfiança e expectativa de superar o adversário. As armas silenciam por medo a represálias maiores.

O Santo Padre, no início do Ano Internacional da Paz, lançou a todos um veemente apelo em favor da superação das hostilidades e das tensões que existem no mundo. Propõe a construção da paz como "valor sem fronteiras, do Norte ao Sul, de Leste a Oeste, em toda parte, um só povo unido numa única paz". João Paulo 2º é um incansável profeta e artífice da união entre os homens. O texto examina as ameaças à paz, mostrando como, para além da luta armada, há as injustiças que constituem um fator potencial de conflito, gerando violência, e os frutos amargos do ódio e divisão entre os homens.

A mensagem é de esperança. A paz é possível. O papa convoca todos para um novo modelo de sociedade e de relações internacionais, que garantam a reconciliação, a justiça e a paz sobre fundamentos estáveis, universais.

Como chegar a esta comunidade mundial, caracterizada pela solidariedade sem fronteiras entre raças e povos?

Em primeiro lugar, é necessária a consciência da dignidade e igualdade de toda pessoa humana. Temos a mesma vocação e destino. Somos chamados a formar uma só família. Cada um, além do bem comum próprio de sua nação, deve considerar, acima das ideologias e sistemas, o bem comum da inteira família das nações. O anseio desta fraternidade universal deverá desarmar os antagonismos entre Leste e Oeste, superar a opressão sobre as nações pobres e acelerar a realização da justiça social. Isto implica o respeito a cada pessoa humana, aos valores autênticos das culturas e autodeterminação dos outros, e a promoção de estruturas que tornem permanente a solidariedade sem fronteiras.

Este ideal não se obterá sem a conversão sincera do coração e um lento processo que nos leve a abandonar atitudes mentais e concepções políticas marcadas pela sede do poder, ideologias e defesa de privilégios. Ao mesmo tempo, devemos nos abrir à partilha, à colaboração com os demais e à confiança mútua.

A comunidade mundial construída sobre a solidariedade da família humana tem uma terceira exigência, é a do diálogo constante. Quem não experimentou ainda o poder misterioso do diálogo? A conversa sincera e desarmada ajuda as pessoas a se encontrarem para além dos preconceitos, vence barreiras, abre portas, cria laços de amizade e nos faz viver a comunhão no anseio profundo da paz. O santo padre lembra o papel necessário das conferências internacionais para negociar a redução de armamentos. Mas afirma também o diálogo que se dá na liberdade de reunião dos trabalhadores, no intercâmbio e no conagração das nações para além das restrições de fronteiras.

O apelo de João Paulo 2º se dirige a políticos, homens de negócios, a militares, cientistas e técnicos e a todos os homens de boa vontade.

A sobrevivência da humanidade está sempre ameaçada pelo egoísmo e violência do pecado. Por isso o santo padre insiste em afirmar que sem o recurso de Deus nunca se realizará o diálogo e a solidariedade.

Aos cristãos, lembra em especial a responsabilidade de promover a paz que nasce da própria fé em Jesus Cristo, do Evangelho e da missão da Igreja.

No início do ano cabe um exame de consciência sincero frente a situações que em nossas vidas estão em desarmonia com o Evangelho. Como alimentar o anseio pela paz no Brasil sem buscarmos, diante de Deus, criar condições para a vida digna das crianças abandonadas, dos marginalizados e sem voz?

Que fazer pelas famílias desabrigadas dos brasiguaios e pelos acampados em Ivinhema? Como devolver leite e café à mesa dos pobres? Como contribuir para a paz no mundo sem garantirmos terra e trabalho a todos no Brasil?

Para que haja um povo unido numa única paz é preciso desarmar os corações e os arsenais de Leste a Oeste, desmobilizar as milícias de jagunços, coibir o revanchismo político e terminar com a violência onde ela estiver.

É preciso também que os dois moradores vizinhos não se agridam mais e voltem sempre a se falar.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve sempre aos sábados nesta coluna.



Os bispos reunidos na missa diária em Itaici: um momento de harmonia

## Religião

# Uma rodada política

*A Constituinte, a reforma agrária e a Teologia da Libertação dividem os bispos em Itaici*

Reunidos em Itaici, um antigo mosteiro jesuíta ancorado nas montanhas de Itaici, a 180 quilômetros de São Paulo, 263 bispos do país se debruçaram em uma semana passada sobre a extensa pauta da 24.ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fechada com 21 temas diferentes. Seria uma reunião aquiescente de rotina, semelhante à que a cúpula da Igreja Católica no país promove anualmente, não fossem duas questões polarizadoras: trata-se de um dos mais políticos encontros da CNBB e sua realização coincide com a divulgação, no último dia 5, de um novo documento da Santa Sé sobre a Teologia da Libertação. A política começa pelo tema central: "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional". Isso significa que, no seu encerramento, previsto para a próxima sexta-feira, a 24.ª Assembleia Geral divulgará um documento com reivindicações e sugestões do episcopado nacional na futura Constituinte. Outros itens seculares da pauta são

a reforma agrária e a questão da demarcação das terras indígenas.

Observados em Itaici, os bispos parecem estar em perfeita harmonia: concelebram todos os dias uma missa solene, rezam juntos antes das refeições, sentam-se a uma mesma mesa para trabalhos de grupo ou no anfiteatro da Vila Kotska, para reuniões plenárias.



Gantin com Lorscheiter: retiro espiritual

No fundo, porém, continuam como sempre têm estado — divididos. Ao final de sua recente reunião com 21 bispos brasileiros, na Santa Sé, João Paulo II pronunciou um discurso comovente, quase patético, no qual afirmava que "mais vale um passo dado no sentido da comunhão no seio da conferência do que dez com o risco de romper a comunhão". O papa se referia sem maiores rodeios às dissensões que fracionam a CNBB em duas alas: a dos esquerdistas, que se define com o adjetivo progressista, professa a Teologia da Libertação e ocupa a presidência da entidade, e a dos conservadores, minoritária. No seu discurso de abertura da 24.ª Assembleia Geral, dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, repetiu a frase de João Paulo II e fez ele próprio um comovido apelo à comunhão episcopal. "A questão é saber o que pretende dom Ivo", comentou um prelado conservador do Nordeste. "Se o que ele deseja é uma unidade em torno das posições da cúpula da CNBB, voltadas mais para o político e o sociológico do que para o teológico, não vai conseguir nada."

**CONTEÚDO EXPLOSIVO** — Os estatutos da CNBB autorizam o seu conselho permanente, uma espécie de miniconferência episcopal, formada pela cúpula da entidade e pelos presidentes de suas catorze regionais, a elaborar a pauta das assembleias gerais. Desse modo foram selecionados onze itens iniciais para o episcopado nacional debater este ano. No primeiro dia da 24.ª Assembleia Geral, os bispos acoplaram em plenário outros dez temas à pauta, um deles de conteúdo explosivo e saído do cardápio dos conservadores: as visitas apostólicas aos seminários do Brasil. Até a II Guerra Mundial, eram regulares as inspeções de emissários da Santa Sé às casas de formação de religiosos e universidades católicas do país.

Esses auditores enviados de Roma vinham ao Brasil para examinar as instalações, o currículo, o nível de ensino, a fidelidade ao magistério tradicional da Igreja e até para conferir a disciplina. Já no final do pontificado de Pio XII, a prática caiu em desuso. Por isso, causou surpresa no país uma inesperada visita do cardeal alemão Josef Hoefner, em 1984, que desembarcou em São Paulo como enviado do papa para observar até que ponto a Teologia da Libertação influenciava a formação de sacerdotes nos seminários da arquidiocese de São Paulo.

Recentemente, porém, ao mani-





festar sua intenção de restaurar as visitas apostólicas, como as inspeções são chamadas no jargão eclesialístico, a Sagrada Congregação para a Educação Católica, o organismo da Cúria Romana encarregado desse procedimento, entrou em choque com a CNBB. Roma quer nomear livremente seus emissários, mas a cúpula do episcopado nacional, controlada pela ala esquerda, deseja participar dessa escolha. O tema é delicado. Nos seminários, está em gestação toda uma geração de sacerdotes. É sobre o tipo de padre que vai sair dessas escolas que a Santa Sé pretende influir. O comando da CNBB acha que os seminários brasileiros vão bem, mas líderes conservadores como dom Eusébio Oscar Scheid, bispo de São José dos Campos, São Paulo, acreditam que vão mal, que estão excessivamente voltados para o político e o social. Duas honrosas exceções, para eles, seriam os seminários de Brasília e de Taubaté, em São Paulo.

**ACÇÃO RESTRITA** — Nos três primeiros dias da 24.ª Assembléia Geral, antes de passarem o fim de semana mergulhados num retiro espiritual que tinha como pregador um enviado do papa, o cardeal africano Bernardin Gantin, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, os 263 prelados presentes à Vila Kostka não chegaram a nenhuma conclusão sobre qualquer dos temas do encontro. Reunidos em grupos ou em plenário, eles passavam quase todo o dia trancados a chave, com intervalos apenas para o almoço e o cafezinho. A imprensa, sem acesso, restringia sua ação à cobertura de uma entrevista coletiva diária, concedida no início de

tarde por um grupo de três prelados. Num dessas oportunidades, o cardeal de Salvador, dom Avelar Brandão Vilella, apelou "a todos os segmentos da sociedade brasileira para que aceitem a reforma agrária do governo, já que se trata de um plano moderado".

Nos corredores internos da Vila Kostka, no entanto, os comentários dos bispos focalizavam temas diferentes, como a recente "Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação", a respeito da Teologia da Libertação, da qual o núncio apostólico dom Carlo Fumo acabara de lhes passar uma cópia autêntica. Também debatiam as mudanças que terão de fazer no regulamento da Comissão Episcopal de Doutrina, ligada à CNBB, uma versão nacional e mais complacente do antigo Santo Ofício romano. Em público, todos dirigiam palavras elogiosas ao documento. "Ele responde o que é a

libertação cristã e o que ela diz ao homem de hoje", disse dom Moacyr Grechi, da ala progressista, bispo do Acre e Purus. Em particular, porém, outros prelados de esquerda não escondiam a decepção de uma novidade do documento: a mudança da expressão "opção preferencial pelos pobres", cunhada na Conferência Episcopal de Puebla, no México, e repetida à exaustão pelos teólogos da libertação, para "amor preferencial pelos pobres". Trata-se de uma filigrana crucial: ao usar a expressão "amor preferencial pelos pobres", a Santa Sé quis dizer que o apostolado da Igreja junto aos pobres é feito por caridade cristã aos que dela mais necessitam — e não por opção unilateral e absoluta.

Dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju, e outros líderes conservadores não gostaram do comportamento da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, presi-



Grechi: elogios ao documento da Santa Sé

dida pelo cardeal de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, por ocasião do processo movido pela Santa Sé contra frei Leonardo Boff. O Santo Ofício nacional simplesmente teria ignorado o livro *Igreja: Carisma e Poder*, escrito pelo teólogo, que Roma julgou minado de heresias. Quando um bispo conservador pediu a dom Aloísio que se pronunciasse sobre a obra, ele respondeu que, pelo regulamento da Comissão Episcopal de Doutrina, isso só poderia ser feito depois de solicitação de um regional inteiro da CNBB. Como há adeptos da Teologia da Libertação em todos os regionais, a providência não foi tomada. Amigo e defensor de Boff, dom Aloísio permaneceu de braços cruzados, dizem os conservadores. A pedido de dom Luciano, o regulamento da CNBB será reformado este ano. "Pode sair chumbo grosso", profetizava no final da semana passada um bispo do Sul.

## Dados sagrados

### Computador facilita edição do Anuário Católico

A Igreja Católica pediu ajuda ao computador para pôr ordem no seu rebanho. Depois de 29 anos sendo feito manualmente, o *Anuário Católico do Brasil*, que lista os nomes e endereços de 13 155 padres, 362 bispos e 2 380 irmãos leigos, foi confeccionado de forma automática. A mudança, mais que um simples modernismo, foi fundamental para a cúpula da Igreja Católica no Brasil. Idealizado para sair de cinco em cinco anos, o *Anuário* jamais conseguiu uma periodicidade menor que sete anos e, quase sempre, saía crivado de erros que duravam todo o tempo de uma edição. "A situação estava caótica", conta Mauro Roberto da Costa, 42 anos, vice-diretor do CERIS, o Centro Estatístico Religioso de Investigações Sociais, organismo da Igreja encarregado de editar o *Anuário*.

Na última edição, feita sem a ajuda do computador Polymax e datada de 1981, por exemplo, pode-se encontrar um mesmo padre dirigindo duas paróquias: uma no Maranhão e outra no Rio Grande do Sul. Quem folhear o índice dará pela falta de um bloco inteiro de nomes iniciados pela letra L e listados, por engano, sob a letra P. Ainda na mesma edição figuram os dados referentes aos religiosos de Manaus sem que, contudo, seus nomes sejam fornecidos. Agora, a nova edição veio à luz quase sem erros. "Com a ajuda do computador foi fácil incluir informações novas até na última hora", lembra Costa. A maior vantagem da informatização do *Anuário*, porém, será a diminuição de sua periodicidade para até dois anos. Antes era comum uma edição conter nomes e endereços de religiosos já falecidos e aos quais se continuava enviando correspondência por anos a fio. Agora, mesmo que esse problema ocorra, ele não durará mais de dois anos.



Costa e o *Anuário*: menos erros



**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS - UFPA

Bibliothek  
12818  
Institut für Brasilienkunde  
METTINGEN

Institut für Brasilienkunde

